

O REFERENCIAL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 156/157 | JANEIRO – JUNHO 2025



SÉRIE ANUAL BEBÉ 2025



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 - R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A

COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98

PORTO R. Cândido dos Reis, 97

www.incm.pt moeda.apoiacliente@incm.pt

CASA DA MOEDA



4 EDITORIAL

Do 25 de Abril, da Constituição e da Política, Aniceto Afonso | 4

10 ABRIL | 51 ANOS

Vitória dos que lutaram pela dignidade humana | 10
A25 reage ao luto Papal decretado pelo governo | 12
Comemorações Abril “é um facto incontroverso” | 15
Franco Charais homenageado na corrida da liberdade | 17
“Que se não confunda o fundamental com o acessório”, Licínio Lima | 19
O povo deu a devida resposta | 22
Festa impôs-se aos tristes episódios, Carlos Pereira Martins | 24
Reinaugurado o Museu do Posto de Comando do MFA | 25
Recordar e comemorar as primeiras eleições livres | 27
Murais da Revolução, Paixão Esteves | 28
Comemorações na Imprensa | 30
Evocação do 11 de março de 1975 | 31

36 ABRIL E OS JOVENS

O imaginário de abril entre o passado e o presente, Fátima Lopes Cardoso | 36
Abril segundo os correspondentes da imprensa estrangeira, Alejandra Salcedo Sánchez | 40
Presos políticos memórias dos fantasmas que abril libertou, Catarina Tavares, Diana Teixeira e Margarida Bernardino | 46

52 ABRIL – CULTURA E LIBERDADE

Educação, como e para onde?, Alexandre Manuel e Carlos de Matos Gomes | 52
Educação do futuro cinco orientações, Maria Emília Bredero de Santos, | 54

60 ABRIL – ARTE E POESIA

Democracia, boa educação e amabilidade, José Fanha | 60

63 ABRIL 50 ANOS – ELEIÇÕES CONSTITUINTES

Dossiê especial dedicado às eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte, vários autores | 63 a 189
O Olhar dos Constituintes | 65
Democratização | 101
História e Perspectivas | 163

190 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO

As Presidenciais Americanas, Luís Noronha Nascimento | 190
Europa, 2025 um ano de crise?, João Vasconcelos Costa | 194
Diktats e canhoneiras, Nuno Santa Clara Gomes | 199

204 ABRIL – UM MUNDO NOVO

A morte de uma pessoa é uma tragédia (ponto), Bruno da Silva Machado | 204

208 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

O Corriere della Sera e as eleições legislativas de 1976, Reto Monico | 208

212 FIGURAS DE ABRIL

A merecida homenagem a Carlos de Almada Contreiras, Pedro Lauret | 212
Ao Contreiras devemos muito, M. Simões Teles | 213
Perseverante na luta pelos ideais de Abril, José Pereira Pinto | 214
Ímpar sentido de justiça ética e estética, Martins Guerreiro | 216
Do “Curso Luís de Camões” da Escola Naval, João Freire | 219
Disponível, cordial e amigável, Fernando Mão de Ferro | 220
Diretor do Departamento de Polícia Municipal, Luís Marques Guedes | 223

224 HOMENAGENS

Presidente da República condecora jornalistas | 224
Carlos de Matos Gomes (1946-2025) O vazio que nos fica, Jorge Golias | 226
Um abraço de Abril, Vasco Lourenço | 228
José Leitão (1950 – 2025) Amigo, lutador pela liberdade, democrata, Rodrigo de Sousa e Castro | 229
Daniel Augusto Rodrigues (1933 - 2024) Cientista e democrata | 231
Manuel Jorge Barbosa Pereira (1943 – 2025) Um lutador com fortes convicções democráticas | 232

240 BOLETIM

A25A reuniu em Assembleia Geral | 234
Eleições na delegação do Alentejo da Associação | 236
A presença na escola Romeu Correia | 237
Exposição e livros no Fórum Salgueiro Maia | 238
Mensagens de Abril | 239
Operação Viragem Histórica | 239
Apresentação pública da revista “O Referencial” | 240

DO 25 DE ABRIL DA CONSTITUIÇÃO E DA POLÍTICA

EU GOSTO DA DEMOCRACIA. Gosto de votar. Gosto de poder escolher uma, entre várias opções. Também gosto da Liberdade. Aliás, não há democracia sem liberdade. E não me parece possível deixarmos de construir uma democracia, se temos liberdade.

Com liberdade e democracia construímos o estado de direito, reconhecendo-nos, mutuamente, como iguais. Ao defendermos os nossos direitos, comprometemo-nos a respeitar os direitos dos outros. É a única forma de vivermos em paz.

O 25 de Abril trazia, na ponta das espingardas, a liberdade. O seu programa era a democracia. Os capitães comprometiam-se, assim, com a paz. Eram os valores de Abril a despertar. Clamava também por justiça, embora com a certeza de ser um objetivo de gerações.

As revoluções concentram mudanças, transformações sociais, avanços há muito ansiados. A nossa revolução, como outras, consolidou conquistas, mas gerou, em simultâneo, dissidências e oposições. Os militares de Abril dividiram-se em torno dos caminhos e dos passos necessários. Mas souberam ultrapassar, sem o recurso às armas, um processo complexo e potencialmente violento.

A realização das eleições para uma Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975, um ano depois da intervenção política do MFA, e no cumprimento da promessa expressa no seu Programa, serviu de base, justificação e motivo para que a mudança se fizesse, apesar de tudo, num rumo democrático e de relativo consenso. Passados 50 anos, a Constituição da República Portuguesa continua a ser o guia dos valores de

**ANICETO AFONSO**

Abril. Merece por isso que a A25A lhe dedique este número especial da sua revista, *O Referencial*, com o merecido destaque.

VALORES QUE ULTRAPASSAM A LIBERDADE

Esta edição corresponde ao período janeiro-junho de 2025, dividindo-se em duas partes. A primeira continua o plano das últimas edições, com abordagem de vários temas relacionados com os valores de Abril; a segunda é dedicada aos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, que acabaram de se cumprir. Juntamos, ainda, como vem sendo hábito, um Suplemento online, com abordagens complementares. É um número que nos orgulha.

Começamos por salientar as comemorações dos 51 anos do Dia da Liberdade. Nos textos que publicamos, incluindo a Mensagem da

A25A e o comunicado sobre a morte do Papa Francisco, fica patente o sabor amargo resultante da postura do Governo português, que só existe porque os capitães tornaram possível a democracia que temos. A nossa democracia conserva muita da base que a Revolução dos Cravos lhe transmitiu, com valores que ultrapassam a Liberdade, embora esta seja o farol de todos os outros. O 25 de Abril não é apenas o símbolo da Liberdade; ele é também o arauto de todos os valores que o seu programa, depois vertido e aperfeiçoado na Constituição da República, lhe acrescentou: a Democracia, a Paz, a Igualdade, a Justiça, a Solidariedade e a Dignidade. O povo português assumiu estes valores e os seus representantes eleitos não podem esquecê-los ou fingir que não são imperativos. São por isso difíceis de compreender as razões

que levaram um governo democrático a diminuir a importância de mais um aniversário da data fundadora da democracia. A posição dos capitães de Abril está expressa nos documentos que começamos por publicar neste número d'O *Referencial*. O que queremos dizer é que é necessário refletir sobre as promessas do 25 de Abril, os seus valores e as expectativas que criou. Se os representantes eleitos não souberem interpretar os sinais, a surpresa poderá ser irreversível. Mas não bastam as promessas, é necessário inverter as tendências de abandono, de desespero e de indiferença. Ou seja, para herdar Abril é necessário estar com o povo e compreender o que alimenta o seu descontentamento.

Damos também notícia de alguns dos muitos eventos comemorativos que ocorreram por todo o país, com a promessa de continuarmos a fazê-lo no próximo número.

Passamos depois para o tema de “Abril e os Jovens”, mais um trazido pela nossa coordenadora Fátima Lopes Cardoso que apresenta dois trabalhos das suas estudantes de Jornalismo, resumindo tudo com as seguintes palavras:

«Como é que três correspondentes da imprensa estrangeira percebem a Revolução e transmitem ao mundo os acontecimentos que envolvem a data histórica é a proposta assinada pela estudante espanhola que se deixou fascinar pelos factos de Abril. No segundo artigo, três futuras jornalistas convidam-nos a descobrir as memórias de dois presos políticos que, através do relato das experiências de tortura, nos alertam para as armadilhas do presente.»

A primeira é Alejandra Salcedo Sánchez, estudante da licenciatura em Jornalismo da Universitat de València e que permaneceu na Escola Superior de Comunicação Social (ECS), durante o ano letivo de 2023-24, ao abrigo do programa Erasmus. As segundas são as estudantes Catarina Tavares, Diana Teixeira e Margarida Bernardino, hoje a frequentar o 2º ano da licenciatura em Jornalismo.

São todas bem-vindas ao nosso convívio, refletindo e comprometendo-se com o valor da Liberdade e pela sua conquista e significado.

O tema “Abril – Cultura pela Liberdade”, foi coordenado por Alexandre Manuel e pelo saudoso capitão de Abril Carlos de Matos Gomes, recentemente falecido e que será a nossa “Figura de Abril” no próximo número d'O *Referencial*, com o qual tanto colaborou.

Neste número o texto é de Maria Emília Brederode dos Santos, nossa sócia e bem conhecida figura da pedagogia e da educação portuguesas. Os coordenadores deixam-nos uma interrogação que resume o assunto: «Como e para onde?» e sintetizam-no na abertura – *Apesar das enormes mudanças registadas na área da educação, a tarefa continua, no entanto, «infundável»*, sobretudo quando em causa está o princípio de que ela é «para todos», quando são «múltiplas» as dimensões de aprendizagem e, ainda, quando essa mesma educação tem (deve ter) por finalidade uma orientação para «o bem-comum». A afirmação, em modo de alerta, é de Maria Emília Brederode Santos, em texto especialmente escrito para O *Referencial*.

Por sua vez a autora concentra-se em “Cinco

Orientações” para a “Educação do Futuro”, começando por nos dizer: *«Continuar, sim, sem dúvida, continuar a procurar construir uma educação democrática: para todos, ao longo de toda a vida, em todas as dimensões da vida, com todos e para o bem de todos...»*

Expressamos toda a nossa gratidão por esta memória de futuro.

ELEIÇÕES CONSTITUINTES

Segue-se um dossiê comemorativo dos 50 anos das Eleições Constituintes realizadas em 25 de Abril de 1975 e que levaram à elaboração da Constituição da República Portuguesa. As colaborações foram organizadas em três partes: “Olhar dos Constituintes”, “Democratização” e “História e Perspetivas”. Não posso deixar de mencionar neste editorial os nomes dos Constituintes que acederam ao nosso pedido de colaboração e a ordem por que são apresentados (Presidente da República e os restantes por ordem alfabética): Marcelo Rebelo de Sousa, Afonso Dias, Arons de Carvalho, Basílio Horta, Helena Roseta, João Bosco Mota Amaral, Jorge Miranda e José Pedro Soares. A todos uma saudação muito especial da Associação 25 de Abril e da direção d’O Referencial pela sua disponibilidade e pela partilha de memórias inescutíveis.

Um obrigado muito sentido a todos os outros colaboradores, cujos contributos resumo com o final do texto do nosso sócio e capitão de Abril José Piteira Santos:

«Ontem como hoje, é imperioso que os cidadãos de qualquer sociedade estejam cientes de não se-

**O QUE QUEREMOS
DIZER É QUE É
NECESSÁRIO REFLETIR
SOBRE AS PROMESSAS
DO 25 DE ABRIL,
OS SEUS VALORES
E AS EXPECTATIVAS
QUE CRIOU**

rem um acessório do sistema económico e político, mas o seu centro, e não ficarem indiferentes às injustiças e sofrimentos, tal a “banalidade do mal” expressa por Hannah Arendt, da realidade mundial.»

Retomamos depois os nossos temas habituais com “Janelas sobre o Mundo”, com coordenação de Carlos Branco. Os três excelentes textos que o compõem colocam-nos no centro do furacão mundial da atualidade. O primeiro é de Luís Noronha do Nascimento, nosso sócio e antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que escreve sobre “As Presidenciais Americanas” e resume o que então se passou e de certa forma prevê o que se vai passar: *«Os EUA alimentam, há décadas, uma série de insondáveis contradições que se iam replicando e nada resolviam. Quando isto sucede o trajeto histórico de-*

semboca num beco sem saída que se resolve numa explosão incontrolada (ou seja, numa revolução como a francesa ou a soviética) ou numa explosão controlada com respeito por direitos basilares (como aconteceu com a Gloriosa Revolução inglesa de 1688 ou a Revolução dos Cravos de 1974).

Provavelmente, os norte-americanos anteciparam todos esses timings, votando como votaram.»

O nosso sócio, doutor em Medicina e conhecido investigador João Vasconcelos Costa, traça-nos uma panorâmica sob o tema “Europa, 2025 – Um Ano de Crise?”, ao afirmar: *«Este ano promete muita turbulência, senão mesmo uma tempestade de crise, de vários níveis e tipos: económica, política, de relações internacionais. Os mais fortes, bem amarrados a qualquer apoio, resistirão melhor ou pior, mas a velha Europa, carcomida pelo seu reumático, aparentemente já incapaz de algum sopro de ânimo, corre graves riscos.»*

Por fim, o nosso sócio e capitão de Abril Nuno Santa Clara Gomes, no seu texto “Diktats e Canhoneiras” oferece-nos uma síntese histórica das relações internacionais desde o século XIX aos nossos dias. São contributos que muito nos orgulham e que muito nos esclarecem. Bem hajam por participar.

No tema “Um Mundo Novo”, coordenado por Armando J. Garcia Pires, um novo colaborador, Bruno da Silva Carvalho, trabalhador humanitário e que durante mais de 15 anos trabalhou com os Médicos Sem Fronteiras apresenta-nos um texto com o expressivo título de “A Morte de Uma Pessoa é Uma Tragédia (Ponto)”, e exorta-nos a todos: *«Precisamos de fortalecer*

as nossas organizações e instituições, de forma a criar as soluções necessárias (...). Precisamos de activismo e capacidade de diálogo. Precisamos de soluções e de uma cultura que procura soluções. Precisamos de todos.» Devemos-lhe um sentido obrigado por estar connosco.

No tema “História e Memórias”, o nosso habitual colaborador Reto Monico traz-nos um trabalho sobre a forma como um prestigiado jornal italiano, *Corriere della Sera*, viu as eleições legislativas de 1976, antecipando a comemoração do seu quinquentenário, que retomaremos no próximo ano. Retribuímos também com a gratidão habitual.

Mencionamos aqui os poemas que separam muitos dos temas anteriores, salientando em especial o oportuno texto do nosso coordenador José Fanha e respetivo poema dedicado à deputada Ana Sofia Antunes, deliberadamente ofendida na Assembleia da República. Gratos também aos outros autores: Armando C. de Siqueira Neto, Catarina Durão, Joaquim Simões, Jorge Almeida e Raul Mendes.

Como “Figura de Abril” homenageamos o nosso sócio e capitão de Abril recentemente falecido, Carlos de Almada Contreiras, através de um conjunto de textos coordenados pelo nosso colaborador Pedro Lauret, para além da referência que lhe foi feita no número anterior e do “Abraço de Abril” enviado a todos os associados pelo presidente da Direção, Vasco Lourenço. O coordenador avisa-nos desde logo: *«Almada Contreiras foi um ilustre Marinheiro e o mais empenhado e influente oficial de Marinha no processo que conduziu ao derrube da ditadura*

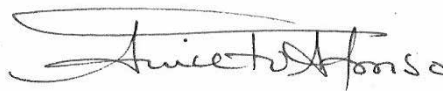
em 25 de Abril de 1974 pelas forças do Movimento das Forças Armadas (MFA).» Na sequência desta apresentação, e cada um à sua maneira, prestam-lhe homenagem os amigos e camaradas: M. Simões Teles, José Pereira Pinto, Luís Marques, Guedes, João Freire e Fernando Mão de Ferro.

Na sequência, prestamos também homenagem a algumas figuras que neste período nos deixaram: Daniel Rodrigues, Manuel Barbosa Pereira, José Leitão e Carlos de Matos Gomes. Por outro lado, fazemos referência especial à homenagem prestada pelo Estado português aos jornalistas que lançaram as senhas para o desencadeamento da “Operação Viragem História” levada a efeito pelo MFA: João Paulo Dinis, Carlos Albino Guerreiro e Manuel Ferreira Tomás, condecorados com as insígnias de Comendador da Ordem da Liberdade.

Na parte respeitante ao Boletim da A25A procuramos fazer uma síntese das atividades asso-

ciativas, destacando a realização da Assembleia Geral Ordinária relativa ao ano de 2024, ao movimento de sócios e à reconstituição da nossa Delegação do Alentejo. Acrescentamos uma referência às atividades do fórum Salgueira Maia da sede da A25A.

A todos os que deram o seu contributo para esta edição deixamos um sentido agradecimento pela sua disponibilidade e pelo seu empenho. A nossa promessa continua de pé – tudo faremos para que a revista da A25A contribua para o seu prestígio e estabeleça laços entre os seus associados e os seus leitores. Esperamos sempre pela vossa presença e pela vossa participação.



VITÓRIA DOS QUE LUTARAM PELA DIGNIDADE HUMANA

Mensagem da Associação 25 de Abril para as comemorações
dos 51 anos da Revolução dos Cravos e dos 50 anos das primeiras
eleições livres em Portugal

NO DIA 25 DE ABRIL DE 2025 celebramos com orgulho os 51 anos da Revolução dos Cravos, marco fundamental na História de Portugal, que nos trouxe a Liberdade, a Paz, a Democracia e o fim de décadas de regime ditatorial. Este dia lembra e homenageia a vitória dos que lutaram pela dignidade humana e pela justiça social, contra os usurpadores do Poder que, em Portugal, oprimiram e obscureceram o povo, numa teimosa presunção de que eram os detentores da verdade, o que nos isolou de todo o mundo civilizado.

Sendo por isso um momento de orgulhosa comemoração, também é, tem de ser, para todos os portugueses, um momento de reflexão sobre os valores conquistados em democracia, mas também sobre os erros cometidos e sobre o porquê de não termos conquistado outros valores mas, mais que tudo, sobre os desafios que enfrentamos para construir uma sociedade mais livre, igual e solidária, a que todos, sem exceção, têm direito.

Neste ano também comemoramos os 50 anos das primeiras eleições livres em Portugal, realizadas em 1975, que permitiram a formação

da Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição da República Portuguesa.

Eleições que registaram a maior participação jamais verificada em Portugal e que, para os militares de Abril representam essencialmente duas realidades:

- > O cumprimento do principal compromisso assumido pelo MFA, no Programa por si apresentado a Portugal e ao mundo, em 25 de Abril de 1974;
- > A demonstração de que o povo português estava com o MFA e com o 25 de Abril, povo esse que assumira os ideais do dia que Sophia haveria de classificar de “inicial inteiro e limpo / onde emergimos da noite e do silêncio”.

Eleições que marcaram um novo ciclo na nossa História, no qual a soberania popular foi restaurada e permitiu ao povo português escolher livremente os seus representantes e garantir o seu direito à participação plena na vida política do país.

Naturalmente, porque o 25 de Abril continua no coração dos portugueses, as comemorações desse acto libertador são sempre um momento de festa muito participada, como tem acontecido ao longo dos 50 anos de liberdade e de paz. Hoje, ao comemorarmos os 51 anos, tal como até aqui tem acontecido e não esquecendo a conjuntura do momento, para além da alegria da festa, temos de aproveitar para reafirmar os valores fundamentais do 25 de Abril: Liberdade, Paz, Igualdade, Justiça Social e Democracia. Sentindo-nos felizes e orgulhosos por estarmos a viver o maior período de liberdade e democracia que a nossa longa vida de país livre e independente já conheceu – é com orgulho que, como portugueses, estamos a caminhar para os nove séculos da nossa História – não podemos fechar os olhos e ignorar os perigos que voltam a assolar o mundo onde nos integramos, com novas guerras e com o regresso de forças detentoras de soluções que, a terem sucesso, nos lançarão de novo em situações de ditadura, opressoras e violadoras dos mais elementares direitos humanos. Defensores dos valores de Abril, terá de ser na sua continuada reafirmação que teremos de nos apoiar para continuarmos livres. Esses valores terão de continuar a ser os pilares e o sustentáculo maior da nossa sociedade. Portugal tem de continuar a ser um país livre, justo, solidário e em Paz! Esse é um legado que todos nós temos o dever de garantir às futuras gerações. Porque Portugal não deve voltar a ser o país onde os seus cidadãos sintam de novo o medo

e a repressão, porque têm direito a viver com dignidade!

A nossa Constituição afirma o princípio da solução pacífica dos conflitos e, por isso, os portugueses não devem ser envolvidos em novas guerras, que não resolvem nada, para além de servirem interesses espúrios, onde a indústria do armamento ocupa lugar cimeiro.

Temos de insistir em mais igualdade e justiça social, valores que têm regredido desde há muito tempo na nossa sociedade.

Temos de garantir que continuemos a viver em democracia, com todos os seus defeitos, mas que é preferível a quaisquer ditaduras.

Este é o legado de Abril, este é o sonho que continua a acalantar-nos.

Este é o compromisso que continuamos a assumir.

Por tudo isto, a Associação 25 de Abril reafirma, nos 51 anos de Abril e nos 50 anos das primeiras eleições livres em Portugal, a sua determinação em, com coragem, continuar a luta pela defesa e manutenção da Liberdade, alcançada na radiosa madrugada.

E da qual não abdicamos!

Porque só com ela continuaremos a ter condições para atingir a almejada Felicidade.

Reafirmando esses valores,

25 de Abril, Sempre!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!



José Sena de Goulões, Lusa

Jornalista António Marujo, diretor do jornal digital "7 Margens", especializado em informação religiosa, no desfile comemorativo dos 51 anos da Revolução de 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa

A25 REAGE AO LUTO PAPAL DECRETADO PELO GOVERNO

APÓS TER APROVADO, no dia 13 de abril, o decreto do luto nacional de três dias pela morte do papa Francisco – 24, 25 e 26 de Abril – o Governo anunciou que a legislação aplicável ao luto nacional previa restrições, limitações e reserva relativamente às comemorações dos 51 anos da Revolução dos Cravos e dos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte. Manifestamente desagradada com tal interpretação da lei, e em defesa das memórias de Abril, a A25A emitiu um comunicado cujo conteúdo publicamos aqui:

«O Governo de Portugal decidiu decretar três dias de luto nacional pela morte do Papa Francisco, acontecida no dia 21 de Abril e que suscitou homenagens no mundo inteiro.

A Associação 25 de Abril, embora não aceite que um Estado laico tome esta decisão devido à morte de um chefe religioso, no caso presente da Igreja Católica, não questiona a declaração de luto nacional, por três dias, pela morte de um Chefe de um Estado amigo, por mais inédita que possa ser.

Lamenta, contudo, que a decisão se concretize na escolha do período desse luto, aliás muito divergente ao procedimento que o próprio Estado do Vaticano pratica – o luto no Vaticano só se iniciará após o funeral do Papa Francisco...

Essa decisão do Governo de gestão português fez com que o período de luto atinja o dia 25 de Abril, dia em que Portugal festeja o acontecimento que lhe abriu as portas à liberdade, ao fim de uma longa guerra e ao início da paz, mas também à construção do actual regime democrático e de direito, que vigora em Portugal há mais

**EXORTAMOS TODOS,
TODOS, TODOS,
ONDE QUER
QUE ESTEJAM,
A COMEMORAREM
O 25 DE ABRIL
COM A ALEGRIA
E O ENTUSIASMO
QUE O PAPA FRANCISCO
GOSTARIA DE VER**

de 50 anos. Decisão que constitui uma enorme surpresa, porque contrária à vontade dos portugueses que teimam em celebrar todos os anos a passagem de cada aniversário do “dia inteiro inicial e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio”, como afirmou Sophia de Mello Breyner. Perante as declarações do Governo, ao afirmar que os seus membros não participarão em actos previstos de comemoração dos 51 anos do 25 de Abril, não podemos deixar de o questionar sobre quais os actos previstos em que deixará de participar.

O facto é que desconhecemos que, para além da sessão solene na Assembleia da República, onde o Governo se limitará a fazer o papel de corpo presente, existam quaisquer outros actos comemorativos oficiais, com uma prevista participação do Governo.

Convictamente, afirmamos:

- > Se o Papa Francisco fosse um militar português em 1974 decerto seria um Capitão de Abril, porque toda a sua vida e todo o seu percurso apostólico se fundamentaram na defesa da Liberdade, Paz, Democracia, Igualdade e Justiça Social.
- > Se fosse civil, o Papa Francisco seria sempre um cidadão, um Homem de Abril.
- > O que o levaria sempre a comemorar o 25 de Abril.

Pela sua natureza pessoal, fortemente demonstrada numa vida onde nunca se escondeu, o Papa Francisco, amante da alegria e da festa, fá-lo-ia sempre com a alegria que o povo português traz para as ruas em todos os aniversários da data que assumiu plenamente como sua.

Francisco, para os que acreditam na vida eterna, estará certamente desgostoso e triste pelas faustosas cerimónias fúnebres que o Vaticano não deixa de promover, mas certamente ficaria não menos triste, ao constatar que, em seu nome e com o pretexto de uma falsa e oportunista homenagem, há quem queira condicionar as festas da celebração de um acto de Liberdade e de Paz, que certamente ele teria toda a honra em poder protagonizar em vida.

Estamos certos de que o Governo terá a sua devida resposta, da parte dos portugueses que, respeitando a memória de Francisco, festejarão mais um aniversário do dia que lhes garantiu e garante a Liberdade, a Paz e a Democracia.

Enquanto democratas e membros da Comis-

são Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril, convidamos e exortamos todos, todos, todos, a participarem no Desfile Popular a realizar na Avenida da Liberdade em Lisboa na tarde do 25 de Abril. Como exortamos todos, todos, todos, onde quer que estejam, a comemorarem o 25 de Abril com a alegria e o entusiasmo que certamente o Papa Francisco gostaria de ver.

25 de Abril, sempre!

Descanso em Paz, a Francisco!

Viva Portugal!

COMEMORAÇÕES ABRIL “É UM FACTO INCONTROVERSO”

O Presidente da República esteve presente no jantar comemorativo da Revolução e enalteceu o “gesto histórico” dos Capitães de Abril

O TRADICIONAL JANTAR de convívio comemorativo da Revolução dos Cravos, que a Associação 25 de Abril (A25A) promove anualmente para reunir os seus sócios, os seus apoiantes e os seus convidados, com a tradicional presença do Presidente da República, realizou-se no dia 24 de Abril em Lisboa, nos espaços da Estufa Fria, tendo participado cerca de 500 pessoas.

Logo que foi conhecida a notícia da morte do papa Francisco, o Presidente da República informou A25A que não participaria no jantar, mas que se deslocaria à Estufa Fria para saudar os militares de Abril.

À chegada ao local, Marcelo Rebelo de Sousa

caminhou lado a lado com Vasco Lourenço, presidente da A25A, que, nesse dia, emitira um comunicado a lamentar que o primeiro-ministro tivesse abrangido 25 de Abril no luto nacional pela morte do Papa, quando no Vaticano o tradicional período de nove dias de luto só se iniciaria no sábado.

O Presidente da República discursou antes do jantar, tendo começado por agradecer aos Capitães de Abril o seu “gesto histórico”, afirmando que o 25 de Abril “é um facto incontroverso que merece uma invocação incontroversa”. “Isto é História, eu explicava aos meus alunos do Direito, de História Política, de Ciência Política, que é assim. E as pessoas têm de se ha-



O Presidente da República discursou perante cerca de 500 convivas, ao lado de Vasco Lourenço, presidente da A25A

bituar, porque é assim, é um facto incontroverso”, considerou.

Celebrava-se o 51.º aniversário da Revolução dos Cravos, mas também o 50.º aniversário da realização das primeiras eleições livres. O Presidente da República fez um agradecimento aos antigos deputados constituintes então eleitos - que também é o seu caso - e adiantou que vários deles, cerca de 60, estariam presentes no dia seguinte na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República.

“Viva o 25 de Abril, viva a Associação 25 de Abril, viva o Movimento das Forças Armadas, viva os Capitães de Abril”, exclamou, no fim da intervenção.

Concluído o jantar, Vasco Lourenço dirigiu-se aos participantes e leu o comunicado que a A25A divulgara na tarde desse mesmo dia, após o que foi cantada a simbólica “Grândola, Vila Morena” e o Hino Nacional.

FRANCO CHARAIS HOMENAGEADO NA CORRIDA DA LIBERDADE



A entrega dos prémios aos vencedores da 46.^a Corrida da Liberdade, com a presença de Stela Barreto, viúva do tenente-general Franco Charais

NO DIA 25 ABRIL, em que se assinalava o 51.º aniversário da Revolução dos Cravos, a alegria e a festa coletiva mais uma vez saíram à rua no dia. Era a “Corrida da Liberdade”, na sua 46.^a edição, que também homenageou um Capitão de Abril, o tenente-general Manuel Franco Charais, falecido recentemente.

A Praça dos Restauradores, na Baixa de Lisboa, voltou a ser o ponto de chegada das várias provas programadas. Foram milhares de pessoas de todas as idades. Umas correram, outras posicionaram-se no local da meta para saudarem os atletas à chegada.

A prova, como nos anos anteriores, constou de quatro percursos: o “Percurso A” com 11 mil metros; o “B” com cinco mil metros; o “C” com mil metros; e o “D” com 2500 metros.

Registaram-se 3 070 inscritos nas quatro provas, tendo participado no “Percurso A”, entre a Pontinha e a Praça dos Restauradores, 1 886 atletas. Pela primeira vez a organização pediu

aos participantes o pagamento simbólico da inscrição para atenuar os encargos organizativos. Porém, todos tiveram direito a abastecimento de água, uma *T-shirt* alusiva à 46.^a Corrida da Liberdade, uma medalha e a alegria de participar numa grande festa desportiva que celebra a Liberdade e a Democracia.

A organização é da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa (ACCL). A 46.^a Corrida da Liberdade foi apresentada no Salão Nobre da Casa do Alentejo, no dia 17 de abril, com a presença dos representantes dos organizadores e dos habituais patrocinadores. A parte técnica da corrida esteve entregue a uma empresa.

“A corrida, que já se consagrou como uma referência no calendário desportivo e cultural de Lisboa, é também uma oportunidade para reunir famílias, atletas e entusiastas num ambiente de amizade, saúde e inspiração”, disse Artur Botão, presidente da ACCL.



António Pedro Santos, Lusa

Sessão solene das comemorações na Assembleia da República

**“QUE SE NÃO CONFUNDA
O FUNDAMENTAL
COM O ACESSÓRIO”**

Com o parlamento dissolvido e em dia de luto nacional pela morte do papa Francisco, a Assembleia da República assinalou com solenidade, no dia 25 de abril, os 51 anos da Revolução dos Cravos e também os 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte. O Presidente da República apelou para que se “não confunda o fundamental com o acessório, o duradouro com o efémero”

LICÍNIO LIMA*

EM DIA DE LUTO nacional pela morte do papa Francisco, com a Bandeira Nacional a meia haste, a sessão solene comemorativa dos 51 anos do 25 de Abril e dos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, realizada na Assembleia da República, começou às 10h00 com poucas diferenças em relação ao tradicional, exceto a leitura de um voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, seguindo-se um minuto de silêncio.

Quando chegou ao parlamento, o Presidente da República não fez a tradicional revista às forças em parada e pavilhão presidencial e foi içada a meia haste a bandeira na varanda do Palácio de São Bento.

Depois do Hino Nacional cantado pelo grupo coral juvenil do Instituto Gregoriano de Lisboa e de um voto de pesar em memória do Papa Francisco, iniciaram-se os discursos feitos pelos grupos parlamentares, por ordem crescente de representatividade, com palavras mais ou menos influenciados pelo acto eleitoral que se aproxima, mas todos legitimando o 25 de Abril como o Dia da Liberdade.

O QUE DISSERAM OS PRESIDENTES?

Discursando perante os deputados e muitos

convidados que enchiam por completo as galerias, onde também se encontrava uma delegação da Associação 25 de Abril, Marcelo Rebelo de Sousa pediu que evocações de datas como o 25 de Abril sejam “mais doação do que proclamação” e que se procure “novos caminhos” e “novas metas” com espírito “exigente, renovador”, e “que se não confunda o fundamental com o acessório, o duradouro com o efémero”. “25 de Abril sempre? Sim, sobretudo se com a incessante busca dos valores, o pleno e descomplexado abraço a todas as pessoas e a atenção a todas as coisas, e a radical humildade que viveu e nos ensinou a viver Francisco”, defendeu o Presidente da República.

O presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, prestou homenagem aos eleitos para a Assembleia Constituinte em 1975, nas primeiras eleições livres realizadas em Portugal, abordou a questão das crises democráticas na Europa, mas também no país, e deixou várias recomendações para futuro.

“Podemos discordar uns dos outros, das políticas de uns e dos outros, das ideias de uns e dos outros, mas todos concordamos que é preciso ter estabilidade política – e que o povo a deseje”, disse.

Tal como na parte inicial do discurso, também no fim da intervenção José Pedro Aguiar-Branco elogiou a mobilização dos cidadãos para as primeiras eleições livres em Portugal em Abril de 1975. Cidadãos que se mobilizaram para estar nas mesas de voto e que “nada pediram em troca”.

O QUE DISSERAM OS PARTIDOS?

A vice-presidente da Assembleia da República, do PSD, Teresa Morais, pediu “prioridade absoluta” à erradicação da violência doméstica e alertou para novos riscos para as democracias criados pelas redes sociais, num discurso aplaudido várias vezes pela esquerda.

Teresa Morais considerou que se a democracia está hoje consolidada, também é “ainda imperfeita”.

Pedro Nuno Santos, secretário-geral do PS, começou por saudar os Capitães de Abril presentes nas galerias e os 100 anos do nascimento de Mário Soares, e depois criticou a posição do Governo de reserva face às comemorações do 25 de Abril. “Hoje o povo sai à rua, enquanto o Governo fica à janela”, afirmou.

O deputado criticou também a extrema-direita cuja estratégia é “explorar a legítima esperança de muitos portugueses”, sem apresentar medidas concretas, mas disse também que ambas as “respostas da direita” retiram força ao projeto coletivo que é invocado por Abril.

Para o presidente do Chega, a democracia transformou a “corrupção fechada” em “corrupção aberta”, frisando que os portugueses “sabem e sentem que têm uma classe política

corrupta ou corrompida, capaz de vender os seus interesses”.

André Ventura, defendeu que, embora o Governo tenha prometido “combater a corrupção”, a perceção desse crime aumentou e que os portugueses não confiam nos seus governantes.

O presidente da Iniciativa Liberal (IL) considerou que “parte do que Abril prometia, ainda está tão longe de se cumprir”, e defendeu que é necessária uma mudança nas próximas eleições para um “Portugal mais liberal”.

“Chegámos a meio século de democracia e afinal, parte do que Abril prometia, ainda está tão longe de se cumprir”, afirmou Rui Rocha

A coordenadora do BE considerou que a intenção do Governo de adiar as celebrações do 25 de Abril de 1974 é “a triste confirmação que nem o dia mais feliz consegue iluminar todo o futuro de um povo”.

“Hoje, dia 25 de Abril, celebramos os 51 anos da Revolução, porque a democracia tem de saber a data em que nasceu. Que o Governo de Portugal esteja disposto a adiar as comemorações do 25, é só a triste confirmação que nem o dia mais feliz consegue iluminar todo o futuro de um povo”, criticou Mariana Mortágua.

O deputado do PCP avisou que a democracia “está sob ameaça dos que tentam denegrir as suas conquistas”, mas manifestou-se convicto de que terá “força suficiente para derrotar os seus inimigos”.

António Filipe reconheceu que, “para muitos portugueses”, o momento atual pode ser de “desencanto, de decepção e de descrença”.



Os dirigentes da Associação 25 de Abril na cerimónia solene da Assembleia da República em representação de todos os Capitães de Abril que protagonizaram a “Viragem Histórica”

A porta-voz do PAN defendeu a necessidade de se renovar a esperança na democracia nos 50 anos das primeiras eleições livres em Portugal e em véspera de legislativas antecipadas.

“Há 50 anos, o projeto democrático cimentou-se com as primeiras eleições livres. Neste ano em que somos chamados novamente às urnas, sabemos que os portugueses estão cansados da instabilidade política que tem deixado as suas vidas em suspenso”, disse Inês Sousa Real.

Isabel Mendes Lopes, porta-voz do Livre, começou por recordar os capitães de Abril que morreram este ano, mas também Celeste Caeiro e o seu papel naquela que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos, graças ao seu gesto, que descreve como “um acaso, mas não uma coincidência”.

A deputada explicou que o momento atual não só parece, mas é ameaçador, face à emergência dos regimes de extrema-direita na Europa e no mundo. No entanto, Inês Mendes Lopes disse também

que “este é um momento para fazermos história”. Paulo Nuncio, presidente do grupo parlamentar do CDS, começou o discurso a invocar Francisco como um “Papa que celebrou uma cultura de e pela vida”.

O deputado invocou também os 50 anos das primeiras eleições livres e democráticas, quando “o povo português confirmou que tinha maturidade política”.

Logo que terminada a sessão e à medida que o Governo e o Presidente da República deixavam o plenário, muitos deputados, espontaneamente, viraram-se para a galeria onde se encontravam os Capitães de Abril e começaram a cantar “Grândola, Vila Morena”, num momento particularmente emocionante da sessão solene, tendo sido acompanhados no seu cântico e muito aplaudidos por aqueles a quem se dirigiam.

*Jornalista

O POVO DEU A DEVIDA RESPOSTA



Depois de um desfile histórico no ano passado, milhares de pessoas responderam novamente ao apelo da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril

Milhares de pessoas responderam ao apelo para celebrar nas ruas o 25 de Abril e encheram a Avenida da Liberdade, em Lisboa, para o tradicional desfile comemorativo da Revolução de 1974

DEPOIS DE UM DESFILE histórico no ano passado, milhares de pessoas responderam novamente ao apelo da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril, que agrega associações, movimentos e partidos políticos e a Associação 25 de Abril (A25A), e desceram em massa a Avenida para festejar o 51.º anivers-

sário da Revolução, apesar do luto nacional pela morte do papa Francisco, decretado para os dias 24, 25 e 26.

“Estamos certos de que o Governo terá a devida resposta da parte dos portugueses que, respeitando a memória de Francisco, festejarão mais um aniversário do dia que lhes garantiu e



No final do desfile, os participantes juntaram-se no Rossio, como já é tradição, onde se instalou uma tribuna para acolher os oradores que iriam proferir os discursos finais

garante a liberdade, a paz e a democracia”, fez saber a A25A em comunicado a propósito do anúncio do Governo de que, por causa do luto, iria adiar alguns atos comemorativos.

O Povo nada adiou. pelas 15h00, hora marcada para o início do tradicional desfile na Avenida da Liberdade, a multidão preenchia aquela artéria da capital até à zona da rotunda do Marquês de Pombal, colorida de vermelho pelos cravos empunhados ou ao peito.

Ouviram-se na Avenida as habituais palavras de ordem “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais” e “O povo unido jamais será vencido”, entre as dezenas de bandeiras de Portugal, partidos políticos, organizações sindicais e movimentos cívicos, e algumas da Palestina.

O desfile arrancou cerca das 15:30, a passo lento, marcado pelas duas também famosas chaimites, em festa. No final, os participantes juntaram-se, como já é tradição, no Rossio para escutarem alguns discursos.

Coube, então, ao comandante Adelino Rodrigues da Costa, membro da direção da A25A,

proferir algumas palavras. O militar começou por lembrar os nomes de alguns dos Capitães de Abril que já partiram deste mundo e garantiu que os outros continuam “coerentes e bem firmes na defesa dos valores de Abril”.

Adelino Rodrigues da Costa destacou que os ideais do 25 de Abril estiveram presentes no percurso histórico dos últimos 50 anos e que continuam bem vivos na sociedade portuguesa. Mas, “há muitas ameaças a surgir no nosso horizonte”, alertou, sublinhando: “Portugal tem de continuar a ser um país livre, justo, solidário e amante da paz”.

Terminou recordando que “há 51 anos ouvimos na Rádio Renascença a voz do grande Zeca Afonso a anunciar que ‘o povo é quem mais ordena/dentro de ti ó cidade’, como sinal para o início das operações militares do 25 de Abril de 1974, as quais se tornaram um dos símbolos da grande festa da Liberdade. “Desejamos todos – apelou depois o orador - “que esses versos continuem a inspirar cada um de nós na afirmação dos ideais do 25 de Abril”.

FESTA IMPÔS-SE AOS TRISTES EPISÓDIOS

A imensidão humana que ocupava as artérias da cidade nem deu por certos tristes episódios, tão localizados e tão alheios ao que se celebrava

CARLOS PEREIRA MARTINS*

LISBOA ACORDOU, no dia 25 de Abril, com o coração em festa. Cumprindo-se a tradição, e mais ainda a vontade viva de milhares de cidadãos livres, a Avenida da Liberdade, os Restauradores e a Praça do Rossio foram inundados por uma maré humana tranquila e alegre.

Nalgum ponto mais distante, é certo, deu-se uma pequena escaramuça, provocada por quem não sabe, não quer, ou não pode compreender a beleza da democracia. Tentaram semear o caos, mas a imensidão humana que ocupava as artérias da cidade nem se apercebeu.

Incompreensivelmente — e talvez não sem alguma intenção — certos órgãos de comunicação social deram a essas escaramuças - de não mais de meia centena de extremistas - um destaque desproporcionado, quase esquecendo a grandiosidade da festa em Lisboa e em tantas outras cidades. É muito claro que a defesa de Abril se faz também com verdade informativa, com responsabilidade cívica, não cedendo à tentação de amplificar provocações menores.

O que ficou na memória — e o que importa eternizar — foi a comunhão de todos aqueles



Vários grupos pretenderam perturbar e festa, mas não conseguiram

que, reafirmando os valores de Abril, amplificaram o coro de “vinte e cinco de Abril, sempre!” e “fascismo, nunca mais!”.

* Economista, sócio da A25A

REINAUGURADO O MUSEU DO POSTO DE COMANDO DO MFA



Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com o presidente da Câmara de Odivelas, Hugo Martins

O Núcleo Museológico foi de novo inaugurado no dia 2 de Maio pelo Presidente da República, numa cerimónia organizada pela Câmara Municipal de Odivelas

O EDIFÍCIO SITUADO no antigo Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha, onde esteve instalado o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas entre os dias 24 e 26 de Abril de 1974, foi transformado no Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas no dia 24 de abril de 2001, como resultado da boa cooperação entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Regimento de Engenharia N.º 1. Esse edifício tornou-se um espaço de preservação da memória histórica e de fruição cultural, que foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei n.º 21/2015, de 24 de outubro.

Em 2024, quando da celebração do cinquentário da Revolução dos Cravos, a Câmara Municipal de Odivelas e o Exército concordaram que era o momento oportuno para avançar com um projecto de requalificação de todo o edifício,

tendo o Município de Odivelas assumido a responsabilidade pela parte museográfica e o Exército assumido a responsabilidade pela realização das obras estruturais do edifício.

O Museu foi de novo inaugurado no dia 2 de Maio último pelo Presidente da República, numa cerimónia organizada pela Câmara Municipal de Odivelas, que teve a presença da Ministra da Administração Interna, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, de representantes dos três Ramos das Forças Armadas, da Comissária Executiva da Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, entre outras entidades. A Associação 25 de Abril foi convidada para esta cerimónia e esteve representada pelos presidentes da Assembleia Geral e da Direcção, respectivamente, almirante Sabino Guerreiro e coronel Vasco Lourenço, assim como por outros capitães de Abril.

SITUADO NA PONTINHA

O Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas fica localizado nas instalações da Unidade de Intervenção da GNR que pertenceram ao antigo quartel do Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha, tendo sido agora requalificado.

O Núcleo Museológico pode ser visitado em visitas orientadas de grupos, para estudantes

e para o público em geral.

As visitas são efectuadas mediante marcação prévia que deve ser feita para:

Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Cultura e Turismo

Centro de Exposições de Odivelas

Telefone: 219 320 800

E-mail: cultura@cm-odivelas.pt

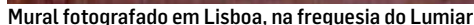
RECORDAR E COMEMORAR AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LIVRES

A exposição, patente ao público até 31 de outubro na Fundação Calouste Gulbenkian, assinala o cinquentenário das primeiras eleições livres em Portugal



NO DIA 22 DE ABRIL, foi inaugurada, em Lisboa, a exposição *Haverá eleições. 1975: as primeiras eleições livres em Portugal*, organizada pela Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, em parceria com a Assembleia da República e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. A cerimónia iniciou-se às 16h00, com a presença do presidente da Assembleia República, José Pedro Aguiar-Branco, e incluiu uma visita guiada pelos curadores, o politólogo Pedro Magalhães e a cineasta Catarina Vasconcelos. Pelas 18h00, foi exibido o documentário *Haverá eleições*, de Cláudia Varejão, a que se seguiu uma sessão de testemunhos com a participação de Helena Roseta, Luís Costa Correia e José de Guimarães. A exposição, que está patente ao público até 31

de outubro, assinala o cinquentenário das primeiras eleições livres em Portugal. “As eleições de 25 de abril de 1975 são um marco ímpar na história portuguesa. Com uma participação massiva, representaram o cumprimento de um dos objetivos centrais do Programa do MFA: garantir a realização de um sufrágio universal, direto e secreto para eleger uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia foi responsável por redigir a Constituição de 1976, que lançou os pilares da nossa democracia. Neste contexto, a evocação deste acontecimento histórico permite-nos salientar a importância atual da participação e da defesa da democracia”, explicou Maria Inácia Rezola, historiadora e Comissária Executiva da comissão.



Tudo começou em 1975, o ano de grandiosas transformações, com reflexo evidente, nas paredes de Portugal libertado. Regressado da descolonização de Angola, colocado em serviço por turnos, o sargento mor Paixão Esteves aproveitou da melhor maneira o tempo disponível. O apelo das paredes cheias de mensagens, símbolos e cor, novidade para este país cinzentão, fez-me deitar “mão à obra”

MÁQUINA FOTOGRÁFICA AO PESCOÇO, com objectiva fixa, e aí vou eu criando destinos, tendo como pontos de partida: Barcarena, Mercês ou Caneças, “rumo” a Mafra, Cascais, Almada, Barreiro, Montijo, Setúbal ou Vila Franca de Xira. Mudança de serviço, o mesmo entusiasmo e novos percursos, não esquecendo os anteriores, a revisitar ciclicamente, mediante os actos eleitorais, ou outros relevantes.

28 O REFERENCIAL

difíceis. O meio de transporte foi a maioria das vezes a Vespa. Companhia essencial, não só pelo menor consumo, estacionamento fácil, optima visibilidade e até para fazer de escadote, conseguindo, em muitas ocasiões, anular viaturas que me tapavam os murais.

A meteorologia condicionou-me bastante, obrigando a ter de ir várias vezes, ao mesmo local, por sombras indesejáveis, chuva ou poças de água.

A rivalidade partidária também me dificultou a tarefa. Optei por fotografar pinturas por acabar, ainda com andaimes, porque os concorrentes colavam cartazes ou faziam pinceladas a despropósito, vandalizando o trabalho em curso.

As recolhas eram de grande incerteza. Locais como Barreiro, Almada ou Setúbal, eram de êxito garantido o mesmo não acontecia para os lados de Cascais ou Estoril - era só gastar e pouco trazer.

VOLTA A PORTUGAL

Com a comemoração dos 50 anos de Abril, fiz a volta a Portugal, excetuando as Regiões Autónomas. Dividi o País em seis zonas e com outra logística (autocaravana com a Vespa, escadote e escada telescópica no interior), tinha condições e outro conforto para levar a cabo este sonho. Escolhido o melhor período, no intervalo de exposições a decorrer; pus-me a caminho e testemunhei com muito agrado, o que de Norte a Sul e de Este a Oeste, os artistas, povo em geral, crianças e jovens lembraram e comemoraram Abril de uma forma brilhante.

Este material histórico e de estudo, já andou

por muitos sítios como: Itália, França, Alemanha, Sérvia, Irlanda do Norte, Espanha e Brasil. Por cá: livros, revistas, teses de alunos de história de arte, cinema, televisão, multimédia no Palácio de Belém, CD Rom acompanhando jornais nacionais. Exposições em universidades, escolas, câmaras municipais, bibliotecas, associações diversas, Lisboa-94 capital Europeia da Cultura, e recentemente na Casa do Artista.

Os custos foram de grande monta, mais de metade foram fotografados em rolo, feitas provas 10x15 e as mais expressivas, ampliações para expor.

Os agradecimentos são devidos aos artistas, militantes e outros, que homenagearam os que lutaram, resistiram, morreram ou emigraram. Aos libertadores deste povo sem igual - que lição deram ao mundo (libertar sem cheiro a pólvora, mas com cheiro a flores!). Aos meus amigos e camaradas de armas, Zé Oliveira, Sérgio e Rui Oliveira, pela imensa ajuda no tratamento das imagens e pela criação do meu símbolo. À PSP, GNR, bombeiros, professores, empregados camarários, sector do turismo, Antena 1 (equipa Zé Candeias), grupo de rádios da zona centro, RTP1 (equipa Margarida Neves de Sousa), Fundação Mário Soares e Maria Barroso e Dr. Carlos Marques, a todos muito obrigado. São 50 Anos celebrando Abril, com este incentivo forte a minha determinação foi plena, mas por Abril, tudo vale a pena.

*** Sargento Mor da Força Aérea Portuguesa,
fotógrafo, militar de Abril**



COMEMORAÇÕES NA IMPRENSA

FORAM MUITAS AS NOTÍCIAS evocativas do 51.º aniversário do 25 de Abril, assinalando-se ao mesmo tempo o 50.º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte. Os principais jornais nacionais dedicaram primeiras

páginas aos temas. O mesmo aconteceu na imprensa regional, o que motivou e enriqueceu, muito mais, o debate e a reflexão. Divulgamos algumas primeiras páginas publicadas no dia 25 de Abril.

EVOCAÇÃO

DO 11 DE MARÇO DE 1975



Debate no Museu dos Coches teve a participação dos professores Luísa Tiago de Oliveira e Jacinto Godinho, com Adelino Gomes (jornalista), Francisco Seixas da Costa (diplomata) e Luís Costa Correia, Nuno Santos Silva e Vasco Lourenço (militares de Abril)

A Comissão Executiva das Comemorações Oficiais dos 50 Anos do 25 de Abril, com o apoio da Associação 25 de Abril, decidiu organizar dois debates sobre os acontecimentos ocorridos no 11 de março de 1975

DECORRERAM 50 ANOS sobre os acontecimentos do 11 de março de 1975, que representaram uma tentativa para alterar o processo político então em curso e que significava uma rotura com o Programa do MFA, que os portugueses tinham inequivocamente adotado no dia 25 de Abril de 1974.

Na madrugada desse dia, o general António de

Spínola e um grupo de oficiais encontraram-se na Base Aérea N.º 3 (BA 3), em Tancos, para daí se movimentarem tendo em vista a alteração do rumo político que o país seguia. Na manhã desse dia 11 de março, algumas forças militares que incluíam meios aéreos e tropas para-quedistas atacaram o Regimento de Artilharia N.º 1 (RAL 1), situado nas proximidades do Ae-



António Pedro Santos, Lusa

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ladeado pela comissária Maria Inácia Rezola, assiste à sessão no Picadeiro Real, em Lisboa

roporto de Lisboa, provocando um morto e 14 feridos. Porém, essas forças encontraram uma firme oposição da guarnição daquela unidade. O confronto esteve iminente, mas, apesar da tensão, prevaleceu o bom senso. Houve negociações e, por fim, muitos abraços.

Ao princípio da tarde o general Spínola e os principais oficiais implicados nesta ação, ou intentona, fugiram para Espanha. O seu objetivo de tomada do poder fracassara porque tinha sido precipitada e não tivera os apoios que tinham imaginado.

O cumprimento do Programa do MFA saiu reforçado deste lamentável episódio, que poderia ter ensombrado decisivamente o processo democrático. A síntese daqueles acontecimentos está registada em *A Cronologia dos Factos*, que foi publicada no *Boletim Informativo do MFA*, n.º 13, de 25

de março de 1975, enquanto o Relatório Preliminar da Comissão de Inquérito aos acontecimentos está publicado no *Boletim Informativo do MFA*, n.º 16, de 23 de abril de 1975 (ambos disponíveis em <https://a25abril.pt/>).

Como memória histórica, reproduzem-se as primeiras páginas dos jornais que há 50 anos reportaram aqueles acontecimentos, alguns publicados no próprio dia 11 de março de 1975 e outros no dia seguinte.

SESSÃO NO MUSEU DOS COCHES

No dia 10 de março realizou-se no Museu dos Coches - Antigo Picadeiro Real, em Belém, uma sessão sob o título “O 11 de Março, 50 anos depois”. A moderação foi dos professores Luísa Tiago de Oliveira e Jacinto Godinho, com a participação de Adelino Gomes (jornalista),



O debate na Universidade Lusófona foi moderado pelo jornalista Joaquim Vieira, contando com a presença de Fernando Mão de Ferro (editor), Jacinto Godinho (professor e autor) e Jorge Alves, Manuel Martins Guerreiro e Vasco Lourenço (militares de Abril).

Francisco Seixas da Costa (diplomata) e Luís Costa Correia, Nuno Santos Silva e Vasco Lourenço (militares de Abril).

Assistiram os alunos de três escolas secundárias e diversas personalidades, tendo a sessão sido encerrada pelo Presidente da República que elogiou a iniciativa e felicitou os organizadores pelo seu sucesso.

Em 11 de março, na Universidade Lusófona em Lisboa, ocorreu uma outra sessão intitulada “A história e a memória do 11 de Março”. O jornalista Joaquim Vieira moderou, com participação de Fernando Mão de Ferro (editor), Jacinto Godinho (professor e autor) e Jorge Alves, Manuel Martins Guerreiro e Vasco Lourenço (militares de Abril).

A sessão iniciou-se com uma apresentação de enquadramento histórico feita pela professora

Maria Inácia Rezola e contou com a presença de uma sala repleta de estudantes.

Em ambas as sessões estiveram representados os chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada e nelas foi projetado o documentário *A gravação secreta da Assembleia “Selvagem”*, da autoria de Jacinto Godinho, que foi muito aplaudido.

A evocação dos acontecimentos de 11 de março de 1975, feita por alguns dos seus protagonistas, incluindo militares, académicos, diplomatas, jornalistas e editores, proporcionou uma reflexão histórica sobre aquela data, que faz parte do percurso da revolução portuguesa.

ODE AOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

CATARINA DURÃO

Numa alvorada de Esperança, tecida em cores de Abril,
Desponta a lira da Liberdade, em versos de ardor febril.
Cinquenta anos se desdobram, nas páginas do tempo a correr,
Relembrando o dia em que o povo ousou, enfim, renascer.

Era uma aurora de cravos, um manto rubro a florir,
Nas armas dos bravos, a promessa de um novo porvir.
Ecoava o clamor das ruas, em uníssono, a pulsar,
Era a voz da Democracia, a refulgir, a afirmar.

Nos trilhos da Liberdade, se escreveu uma nova era,
Cada passo, uma conquista, na jornada que se aprimora.
Direitos outrora silenciados, hoje, ressoam, a reivindicar,
Cada voto, um traço de tinta, na História, a eternizar.

Mas, na tessitura do tempo, não se esquece o preço da Paz,
Cada Direito é um Dever, na balança da Justiça que se faz.
Promover a Democracia, é cultivar, em cada peito, a Igualdade,
É nutrir com Responsabilidade, o solo fértil da Liberdade.

Nesta efeméride dourada, cinquenta primaveras a celebrar,
Reverenciamos os que lutaram, para a tirania derrubar.
Que o espírito de Abril, em cada coração, possa perdurar,
Para que a Democracia, sempre floresça, sem jamais murchar.



E que, nas gerações vindouras, ecoe o legado desta lição,
Que de cravos se fez a luta, e de coragem, a construção.
Que a promoção da Democracia, seja um farol a guiar,
E os Direitos e Deveres, a bússola, para nunca errar o mar.

Assim, neste marco grandioso, de cinquenta anos a celebrar,
Ergamos as nossas vozes, em poesia, para o futuro saudar.
Que o 25 de Abril, seja sempre uma lembrança a resplandecer,
Na eterna procura por Justiça, Liberdade e o Bem-querer.

Poeta

O IMAGINÁRIO DE ABRIL **ENTRE O PASSADO E O PRESENTE**



Como é que três correspondentes da imprensa estrangeira percebem a Revolução e transmitem ao mundo os acontecimentos que envolvem a data histórica é a proposta assinada pela estudante espanhola que se deixou fascinar pelos factos de Abril. No segundo artigo, três futuras jornalistas convidam-nos a descobrir as memórias de dois presos políticos que, através do relato das experiências de tortura, nos alertam para as armadilhas do presente.

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

Por ser um país territorialmente pequeno e com uma economia frágil, parece persistir a ideia de que é impossível a Portugal exercer qualquer tipo de influência externa ou ser uma fonte de inspiração cultural. Esqueçemo-nos, muitas vezes, que somos a mais velha nação da Europa, com um passado e presente erráticos, mas também repleto de conquistas importantes. Mesmo para as mais fortes economias do mundo, estabelecer relações diplomáticas e políticas com Portugal representa, ainda hoje, um meio de aceder a países que, em alguns casos, continuam fechados ao mundo. Se viajarmos para lugares longínquos, em particular para a Índia, Brasil, China, Japão, África do Sul, Moçambique, Angola e tantos outros estados africanos ou mesmo europeus, facilmente identificamos marcas culturais que fazem com que nos sintamos em casa, em geografias aparentemente tão diferentes e distantes.

Portugal tem tanta História e estórias que, se existisse produção cinematográfica nacional com meios económicos e humanos robustos, seria uma inesgotável fonte de inspiração para alimentar as propostas de filmes, séries ou

documentários para exibição nas plataformas *streaming* que cativam as audiências. Basta mergulhar na análise da cobertura jornalística do 25 de Abril e da pós-revolução para constatar o potencial criativo que qualquer reconstrução deste acontecimento - real ou ficcional - representa.

Não é por acaso que o 25 de Abril de 1974 é, precisamente, um dos momentos da história recente que mais tem despertado a curiosidade de investigadores e intelectuais estrangeiros, começando pelos jornalistas-correspondentes da Imprensa internacional até historiadores e académicos que, de tempos a tempos, visitam o país, impelidos pela vontade de conhecer mais detalhes sobre a Revolução dos Cravos e, se tiverem sorte, viverem a experiência de descer a Avenida da Liberdade, no dia das comemorações.

“O 25 de Abril Visto de Fora”, uma coleção de 12 livros publicada pela Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril e pela Tinta-da-China até 2026, é um exemplo do quanto a Revolução e a situação política do país foram inspiradoras para os intelectuais estrangeiros.

Na fotografia, também é importante lembrar o legado deixado por François Hers, Guy le Querrec, Henri Bureau, Gilles Peress, Jean Gaumy, Josef Koudelka, Michel Puech, Sebastião Salgado, Votja Dukat e, como correspondentes em Portugal, Peter Collis e Ingeborg Lippman.

Para a geração mais jovem e pouco familiarizada com a História de Portugal, o confronto com os factos que envolvem o 25 de Abril revela-se uma verdadeira surpresa, como aconteceu com Alejandra Salcedo Sánchez, estudante da licenciatura em Jornalismo da Universitat de València e que permaneceu na Escola Superior de Comunicação Social (ECSO), durante o ano letivo de 2023-24, ao abrigo do programa Erasmus. Quando lhe foi proposto que escrevesse sobre um tema na unidade curricular de Laboratório de Jornalismo II, a Revolução dos Cravos abriu-lhe os horizontes. Da investigação que desenvolveu, nasceu a ideia de concretizar “Abril segundo os correspondentes da imprensa estrangeira”, originalmente redigido em castelhano e traduzido para publicação em português.

Como todos os jornalistas que iniciam a realização de uma peça jornalística, Alejandra Salcedo Sánchez foi procurar vozes para o artigo de fundo e encontrou as compatriotas Tereixa Constenla, correspondente do *El País* em Portugal, e Susana Samhan, que se mudou para Lisboa em 2024, em véspera das comemorações dos 50 anos da Revolução, para reportar os acontecimentos do País para a agência de notícias EFE. No artigo, as duas jornalistas explicam a importância que a Revolução assumiu

**PARA A GERAÇÃO
MAIS JOVEM E POUCO
FAMILIARIZADA
COM A HISTÓRIA
DE PORTUGAL,
O CONFRONTO
COM OS FACTOS
QUE ENVOLVEM
O 25 DE ABRIL REVELA-SE
UMA VERDADEIRA
SURPRESA, COMO
ACONTECEU COM
ALEJANDRA SALCEDO
SÁNCHEZ**

em Espanha, quando estava dominada pela ditadura de Franco, mas também como é que *nuestros hermanos* olham hoje para a data histórica.

Das diversas tentativas de contactos, alguns sem resposta, a futura jornalista descobriu a história do alemão nacionalizado português Thomas Fischer. O correspondente do jornal suíço *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ) e antigo produtor da televisão alemã *Zweites Deutsches Fernsehen* (ZDF) partilha episódios da sua vida, desde que, no verão de 1975, atravessou a Europa para assistir à transformação social e política

de Portugal, durante o PREC, até ao dia em que o seu livro “Entre Cravos e Cardos – Portugal aos Olhos de um Estrangeiro que se Tornou Português” chegou às livrarias, em 2024. Pelas palavras de Thomas Fischer, percebe-se como a Alemanha também exerceu um papel preponderante no processo de democratização de Portugal.

O segundo artigo da rubrica ‘Abril e os Jovens’ recupera as memórias de dois presos políticos que relatam o que experienciaram atrás das grades, até ao dia em que a Revolução os poupou de mais inquéritos e torturas. Em “Memórias dos fantasmas que Abril libertou”, Catarina Tavares, Diana Teixeira e Margarida Bernardino, hoje a frequentar o 2º ano da licenciatura em Jornalismo, foram ao encontro de Diana Andringa, que, com apenas 23 anos, foi condenada e enclausurada na Prisão de Caxias, por alegadamente prestar apoio ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Capturado ainda mais jovem do que a jornalista Diana Andringa, José Pedro Soares, apoiante do Partido Comunista na clandestinidade, foi detido a 1 de junho de 1973, com apenas 21 anos. Só voltaria a ver a luz do dia na madrugada de 27 de abril de 1974. Com este testemunho, percebe-se como a força do homem e a luta por uma causa conseguem ajudar o ser humano a suportar as piores torturas, inclusive o impensável: ser privado de dormir durante 33 dias.

Passados mais de 50 anos, Diana Andringa e José Pedro Soares parecem ter feito as pazes com o passado. Por mais negativas que sejam

O SEGUNDO ARTIGO DA RUBRICA ‘ABRIL E OS JOVENS’ RECUPERA AS MEMÓRIAS DE DOIS PRESOS POLÍTICOS QUE RELATAM O QUE EXPERIENCIARAM ATRÁS DAS GRADES, ATÉ AO DIA EM QUE A REVOLUÇÃO OS POUPOU DE MAIS INQUÉRITOS E TORTURAS

as memórias, os dois testemunhos acreditam que o que viveram foram passos determinantes para conquistar a liberdade. Como eles, houve muitos que resistiram e que disseram não. Partilhar o que viveram também é uma forma de alertar e de nos protegermos para as armadilhas do presente.

* Professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação Social (ECS), jornalista e investigadora do LIACOM e do ICNOVA.

ABRIL SEGUNDO OS CORRESPONDENTES DA IMPRENSA ESTRANGEIRA

A reação da Europa quando a notícia do 25 de Abril de 1974 chegou aos vários cantos do velho continente foi tão variável como a situação política de cada país. Meio século depois, alguns jornalistas estrangeiros a viver hoje em Portugal, como Tereixa Constenla, Susana Samhan e Thomas Fischer, escreveram livros e artigos dedicados a este acontecimento histórico para recordar ao resto do mundo a importância da data e as histórias daqueles que fizeram a Revolução.

ALEJANDRA SALCEDO SÁNCHEZ*

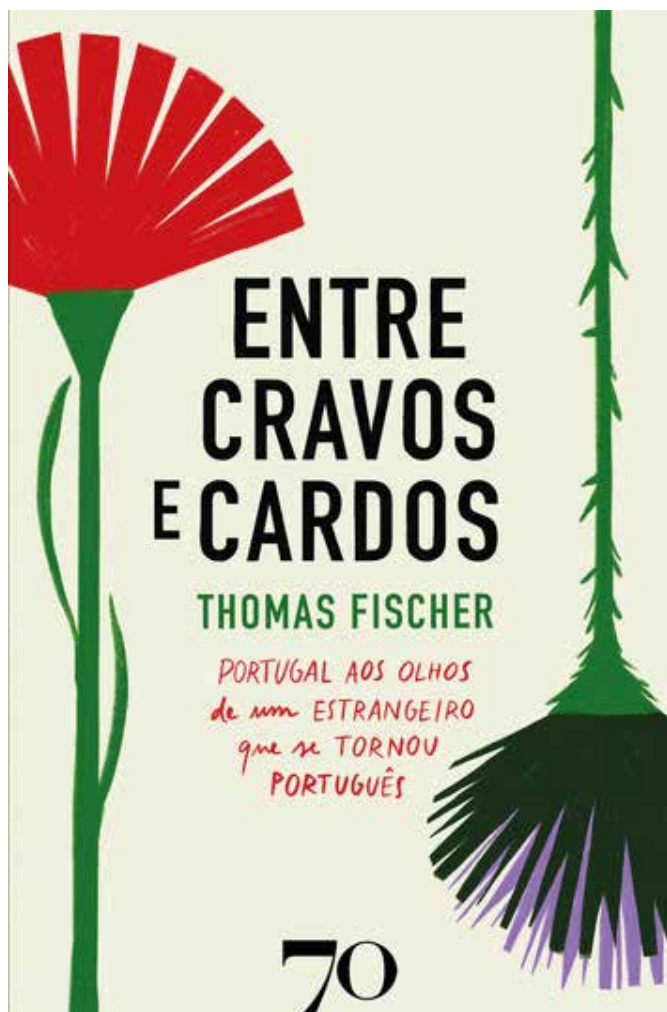
A 25 DE ABRIL DE 1974, o franquismo em Espanha estava em processo de desintegração graças ao crescimento dos movimentos oposicionistas. Quando a notícia da Revolução de 25 de Abril de 1974 atravessou a fronteira, os revolucionários espanhóis receberam a boa nova como um forte sinal de esperança. Ao contrário do que acontecera no Chile a 11 de setembro de 1973, em que um golpe militar derrubou o regime democrático do presidente Salvador Allende e instituiu uma terrível ditadura, em Portugal, o Movimento das Forças Armadas (MFA) acabou com a mais longa ditadura da Europa Ocidental, avançando, de imediato, com o programa de democratizar, descolonizar e desenvolver - os famosos três “D’s”.

Do lado de Franco, a revolução liderada por militares causou uma forte preocupação. O ditador e os seus apoiantes temiam que encora-

jasse os espanhóis à insubordinação. Em 1974, a situação na Península Ibérica era assim descrita pelo historiador Josep Sánchez Cervelló: “Espanha à direita enquanto Portugal estava mais à esquerda”.

Tereixa Constenla, jornalista de origem galega e correspondente em Portugal, há cerca de três anos e meio, do jornal espanhol *El País*, recolheu histórias daquele período. Ciente das diferenças que se viviam dos dois lados da fronteira, a repórter dedicou-se à pesquisa e descobriu histórias de heróis anónimos.

A 3 de abril de 2024, publicou *Abril É um País*, livro que presta homenagem aos protagonistas desconhecidos da revolução. Como lembra Tereixa Constenla, “houve portugueses que defenderam importantes republicanos espanhóis e outros que lutaram contra os fascistas.” A jor-



O livro da autoria de um jornalista alemão residente em Portugal

nalista destaca semelhanças e diferenças entre os estados ibéricos. “Portugal é um país com o qual temos muitas coisas em comum: a forma de estar, uma península, uma geografia e uma cultura semelhantes em alguns aspetos. Mas também temos muitas diferenças, pelo que devemos esforçar-nos por estar mais unidos e por

nos compreendermos melhor. Há coisas admiráveis dos dois lados”, afirma.

À época, a cobertura jornalística dos correspondentes estrangeiros sobre a revolução, em especial, as matérias que eram publicadas, dependia naturalmente do regime político vigente no país de origem. “No caso de Espanha,



Natural de Valência e descendente de uma família de origem árabe, Susana Samhan é jornalista da agência de notícias espanhola EFE

apesar de as notícias serem abafadas, o interesse pela revolução portuguesa surgiu de imediato entre o povo”.

A jornalista do *El País* lembra que “a comunicação social foi uma das razões pelas quais as ditaduras portuguesa e espanhola duraram tanto tempo, uma vez que os canais de propaganda e censura eram essenciais para dirigir e dominar os cidadãos, bem como para legitimar os regimes autoritários. Se os média queriam informação estrangeira, tinham de enviar cor-respondentes ou obtê-la por outros meios”.

Embora os meios de comunicação castelhanos tenham sido alvo de forte censura pela ditadura franquista quando o assunto era a revolução portuguesa, de acordo com Tereixa Constenla, “a revolução no país vizinho teve um impacto maior do que se possa pensar. Há um paralelismo histórico entre os dois países, como as colónias, o autoritarismo, a procura de liberalização. Mais concretamente, a revolução portuguesa serviu de inspiração para aqueles que procuravam destruir o autoritarismo e alcançar a liberdade”.

Tereixa Constenla defende que os correspondentes estrangeiros continuam a desempenhar um papel decisivo para dar a conhecer o que acontece noutras partes do mundo e, no caso do 25 de Abril, despertar o interesse do leitor para que continue a investigar. Afirma: “Temos uma função didática e pedagógica que deve gerar curiosidade. Um país é cultura, é sociedade, é desporto...E em Portugal, como escrevi, *Abril é um país*”.

VOLTAR À ESSÊNCIA DO JORNALISMO

Natural de Valência e descendente de uma família de origem árabe, Susana Samhan foi correspondente da agência de notícias espanhola EFE em lugares tão distintos como Londres, Egito, Líbano e também na Síria, onde, em 2014, cobriu a guerra. Esteve ainda nos Estados Unidos, mais especificamente em Washington.

Chegou a Lisboa a 4 de setembro de 2023 e, apesar de ter vindo com a ideia de que é uma cidade onde a atualidade não esmaga, garante

que ainda, mesmo que no ritmo certo, não parou de se surpreender: “Estou a voltar ao essencial do jornalismo. Aqui não somos devorados pela faixa de notícias. Posso entrar em tudo, trabalhar mais, ter novas ideias e respirar mais os assuntos.”

Escrever sobre a Revolução de Abril, por mais próxima que tenha ocorrido geograficamente, exige uma contextualização especial que os correspondentes estrangeiros não podem descurar. Susana Samhan está bem ciente do seu papel: “O nosso trabalho é muito diferente do jornalista local. Somos o pincel largo porque temos de escrever ‘para que a nossa avó nos compreenda’. O que se passa com esta revolução desconhecida por muitas pessoas em Espanha é que o seu ponto essencial tem de ser explicado e depois contar como aconteceu.”

O facto de Portugal estar geograficamente mais isolado contribuiu, na opinião de Susana Samhan, para que se tornasse um grande desconhecido agora na moda. “Muitos turistas ficam surpreendidos com a história que descobrem quando, por coincidência, descem a Avenida da Liberdade em pleno 25 de Abril”, comenta. A correspondente da EFE faz ainda referência à atual situação política em Portugal e afirma que “contar este acontecimento histórico a pessoas de outros locais serve para lhes lembrar que, em algum momento, as coisas foram bem feitas e pode servir de inspiração”. O momento parece nunca ter sido tão oportuno: “As comemorações do 50.º aniversário da revolução decorreram num contexto político estranho: existem 50 deputados de extrema-direita no

**QUANDO A NOTÍCIA
DA REVOLUÇÃO
DE 25 DE ABRIL DE 1974
ATRAVESSOU
A FRONTEIRA,
OS REVOLUCIONÁRIOS
ESPAANHÓIS RECEBERAM
A BOA NOVA
COMO UM FORTE SINAL
DE ESPERANÇA**

Parlamento. Queremos denunciar que isto é errado porque é uma questão de justiça.”

Pela experiência como correspondente noutros lugares, Susana Samhan garante que as pessoas comuns não fazem ideia do que se passou no país. “No mundo árabe, há um desconhecimento total sobre Portugal. Tudo o que sabem é que o nome Portugal significa laranja na sua língua. Não sabem nada sobre Portugal porque é um grande desconhecido, embora tenha sido um país de exploradores viajantes...”, acrescenta. A jornalista espanhola diz que nos Estados Unidos da América, o 25 de Abril também é uma data desconhecida, mas recorda que “existe uma grande comunidade portuguesa em Nova Jérсия, onde o 25 de Abril é comemorado todos os anos”.



O livro da autoria da correspondente em Portugal do jornal espanhol *El País*

ALEMANHA: DAR O BRAÇO À DEMOCRACIA

Se em Espanha os defensores de Franco estavam receosos com os ecos da Revolução portuguesa, por toda a República Federal da Alemanha, o 25 de Abril foi vivido com euforia pela oposição não parlamentar e surgiram comités de solidariedade com Portugal.

Thomas Fischer tem hoje 70 anos, mas pertence à geração de esquerda que marcou presença em todas manifestações de defesa da liberdade. “Sonhámos com o fim de três ditaduras no sul da Europa: Grécia, Espanha e Portugal. Quando Portugal pôs fim a esse período com uma revolução romântica, pacífica e sem derramamento de sangue, atraiu muita atenção nas capitais da NATO, porque os comunistas estavam mais próximos do poder. Mesmo na universidade, cada grupo adotou um partido português com base na sua ideologia”, recorda Thomas Fischer, que lançou, em véspera dos

50 anos do 25 de Abril, o livro *Entre Cravos e Cardos – Portugal aos Olhos de um Estrangeiro que se Tornou Português*.

O jornalista veio pela primeira vez a Portugal, no chamado “verão quente” de 1975, em pleno período do PREC (Processo Revolucionário em Curso). Na companhia de uma namorada, chegou ao volante de um Volkswagen carocha verde que tinha comprado com um amigo. No início, receava algumas possíveis adversidades, como a língua, a travessia da Espanha franquista, mas a aventura foi uma agradável surpresa. O jeito afável dos portugueses acabaria por cativar o jovem alemão, embora, nessa época, estivesse longe de imaginar que o pequeno país a sul da Europa iria ser a sua pátria adotiva para sempre. Regressou diversas vezes depois da revolução até que, em 1983, se mudou definitivamente para Portugal, onde, durante 25 anos, foi correspondente do jornal suíço *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ) e, ao longo de quase 30 anos, produtor da estação de televisão alemã *Zweites Deutsches Fernsehen* (ZDF). “A Alemanha não estava muito preocupada com a ditadura de Salazar e Caetano, mas quando os comunistas entraram, começaram a preocupar-se”, refere.

Para travar a investida comunista, desde o início da revolução, a Fundação Konrad Adenauer, da República Federal da Alemanha (RFA), ofereceu apoio financeiro às forças moderadas e de direita. “Tendo em conta o descrédito e a desorientação do centro-direita português após o 25 de Abril, os liberais e os conservadores alemães levaram algum tempo a encontrar um parceiro e só os sociais-democratas pude-

ram, desde o primeiro minuto, e graças ao seu contacto privilegiado com o Partido Socialista, explorar ao máximo esta diplomacia paralela”, explica o jornalista. De facto, foi no município alemão de Bad Münstereifel que, em 1973, a Associação Socialista Portuguesa se transformou em Partido Socialista (PS). Em certa medida, o PS recebeu este apoio dos alemães porque, como Mário Soares disse a Willy Brandt, à época chanceler alemão, na cidade de Bona, a 3 de maio: “Só eu estou em condições de travar os pés do Partido Comunista Português (PCP), embora precise da ajuda maciça dos camaradas europeus para o fazer”.

A mais de 50 anos de distância, Thomas Fischer tem noção de que o seu país natal foi determinante para ajudar a instaurar a democracia em Portugal: “Havia admiração, esperança... Mas nesse verão de 1975 já circulava um manifesto que recordava às pessoas que Portugal não podia ser um segundo Chile. A Alemanha teve muita influência no processo revolucionário português: primeiro, apoiando o Partido Socialista, que era a esperança de muitos alemães para acabar com as ditaduras europeias.”

UMA REVOLUÇÃO GERACIONAL

A viragem à esquerda manifestava-se na realidade política e, em 1975, sobretudo no verão, Portugal vivia um momento de grande polarização, um clima de pré-guerra civil. Multiplicam-se os projetos políticos defendendo diferentes vias para o futuro do país. Estava em causa a definição do tipo de regime a implementar em Portugal. A partir de março desse

ano, foram nacionalizados bancos e empresas e iniciou-se a reforma agrária, sob o lema “a terra para quem a trabalha”. Todos esses acontecimentos despertaram a atenção de Thomas Fischer. O jornalista admite ainda que “o interesse dos média alemães por Portugal sempre foi bastante dominado por preocupações oficiais”.

Se não fossem os jornalistas correspondentes da época, muitas pessoas continuariam a ter uma visão completamente deturpada do desenrolar dos acontecimentos em Portugal. “Voltei à Alemanha por uns dias e falei com uma conhecida. Ela ficou muito surpreendida e perguntou-me como é que me tinha atrevido a entrar em Portugal sabendo que o país estava em plena guerra civil. O clima era de total tranquilidade, mas tudo isso ainda não tinha chegado à Alemanha”, conta.

Ao fim de 40 anos em Portugal, com nacionalidade portuguesa desde 2020, Thomas Fischer confessa que ser correspondente *freelancer* nem sempre foi fácil. “Por vezes, deparava-me com um certo desinteresse pelo que se passava cá no país”. O êxito do seu livro em Portugal no ano das comemorações dos 50 anos foi, para o autor, uma verdadeira surpresa: “Aos 70 anos, não esperava que as minhas memórias do 25 de Abril e do que penso pudessem interessar a tantas pessoas. Mas fico feliz.”

* Estudante da licenciatura em Jornalismo, da ESCS, ao abrigo do programa de mobilidade ERASMUS

PRESOS POLÍTICOS

MEMÓRIAS DOS FANTASMAS QUE ABRIL LIBERTOU



Momento em que os presos políticos deixam a prisão de Caxias para passarem a viver em liberdade

Num momento em que se assinalaram os 50 anos do 25 de Abril, torna-se crucial recordar e revitalizar os ideais que guiaram a Revolução dos Cravos, bem como as pessoas que tanto lutaram. A meio século de distância, Diana Andringa e José Pedro Soares acordam os fantasmas dos “dias de terror” porque sabem o importante que é não esquecer o que custou a liberdade

CATARINA TAVARES, DIANA TEIXEIRA E MARGARIDA BERNARDINO*

NA MADRUGADA DE 25 DE ABRIL de 1974, o país estava perto de conquistar a liberdade. A atmosfera era de esperança e de uma imensa vontade de mudança. Para os presos políticos, a revolução era a luz ao fundo do túnel que tanto esperavam. A partir do instante em que as grades se abriram, sabiam – ou esperavam – que não iriam sofrer mais nas mãos da PIDE. Durante o regime do Estado Novo, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) era o “monstro” mais temido pela população portuguesa. Além de manipular informações e de criarem documentos falsos, os agentes perseguiam e infligiam tortura física e psicológica aos presos políticos para os obrigarem a confessar os alegados crimes de que eram acusados e para extrair deles informações sobre os opositores. Estima-se que, naquele período, alguns milhares de pessoas, homens e mulheres, tenham sido vítimas da PIDE. A população portuguesa tinha a sua vida social e política controlada pelo regime, gerando um ambiente de medo e de silêncio.

Num relato no programa *Em Nome dos Amanhãs que Cantam*, da RTP, Pereira de Carvalho, um ex-inspetor da PIDE, confessou que “a po-

lícia prendia mais os comunistas porque, além de não haver nada na lei que o impedisse, havia sim um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que definia o Partido Comunista Português (PCP) como uma organização secreta que visava o derrube das instituições por meios violentos e não consentidos.”

O MOMENTO DA DETENÇÃO

Quando a jornalista Diana Andringa viu o carro da PIDE subir pela Rua de Angola, sentiu o coração palpitar. Não era surpresa que a polícia já andasse à sua procura. Embora alguns amigos e colegas já tivessem avisado de que havia agentes a vigiarem a sua casa, Adriana Andringa fazia parte de um grupo defensor da independência de Angola. Contudo, ainda que não se tenha surpreendido, sentiu o medo subir-lhe pela espinha. Sabia que estar entre os apoiantes do MPLA [*Movimento Popular de Libertação de Angola*] poria a sua “liberdade” em perigo. Mas o apelo para ajudar e o seu sentido de justiça eram superiores a qualquer medo. “Apear-me a meio do percurso, ocultar-me durante algum tempo, deixar o país? Esconder-me, se aqueles que mais facilmente me acolheram poderiam

estar também vigiados e ser postos em perigo se os procurassem? E se a vigilância sobre nós durava há tanto tempo e era tão ostensiva, seria possível que os meus dados não estivessem já em todas as fronteiras?”

É o que partilha no texto *Relato de uma prisão atípica*, sobre os seus pensamentos na altura. Diana Andringa foi detida em 1970 e levada para a prisão de Caxias. No dia 11 de fevereiro de 1971 teve o seu julgamento, com mais nove pessoas, acusada de prestar apoio ao MPLA. Diana Andringa, então com 23 anos, foi julgada por ser simpatizante da ação violenta do MPLA, além de a PIDE lhe imputar a responsabilidade de ter levado roupa a um preso angolano, na prisão de Peniche.

33 DIAS EM TORTURA DO SONO

José Pedro Soares, natural de Vila Franca de Xira, começou a trabalhar na área da tipografia por volta dos 13 anos, apesar de não ter qualificações. Esta atividade profissional fez com que o ex-presos político se aproximasse do PCP. A prática política “suspeita” levou-o à detenção no dia 1 de junho de 1973, com apenas 21 anos. Só voltaria a sair na madrugada de 27 de abril de 1974. “Fui cercado por espingardas: ‘Está preso!’”. Disseram-me que tinha sido uma ordem da direção do exército da região de Lisboa. Depois, por volta do meio-dia, foi lá a PIDE buscar-me. Estavam dois jipes à minha espera”, conta.

O ex-presos político foi levado pela polícia política portuguesa para a antiga sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa. O

objetivo era submetê-lo a interrogatório sobre o envolvimento com o PCP. O procedimento era comum: questionar o relacionamento que se tem com a força política opositora ao Estado e registar como preso. Aquele momento ficou para sempre gravado na memória de José Pedro Soares: “Procuraram saber quem eu era. Tiraram aquelas fotografias clássicas, conhecidas. E começaram a fazer perguntas: ‘Então, agora tens de explicar que pertences ao PCP e o que fazes lá’. E eu não respondi. ‘Ai não queres responder? Então voltas para cá amanhã’. Levaram-me para Caxias. Então começa o meu período de Caxias, onde passei 23 meses. Numa sala isolado, tiraram-me tudo o que tinha - relógio, anéis, coisas assim.”

José Pedro Soares sofreu às mãos da PIDE. Suportou vários dias de interrogatórios graças à sua força de vontade, mantendo-se sempre calado. A determinação custou-lhe muito sofrimento. Para o obrigarem a falar, os guardas recorreram à força física e ao isolamento. “Estive até ao dia 27 de setembro, cerca de três meses em isolamento”, conta. Como não o derrotaram pela força, tiveram de o manter fechado numa sala de interrogatório durante vários dias e noites com o objetivo de o levar a confessar as atividades que desenvolvia, mas sem nunca o conseguirem. E assim ficou registado como o preso-político que mais tempo aguentou a tortura do sono.

Passados mais de 50 anos, não esquece a forma como procediam aos interrogatórios e invoca um acontecimento inesquecível daqueles longos dias. “Em Caxias, no terceiro andar, havia



Diana Andringa foi detida em 1970 e levada para a prisão de Caxias. No dia 11 de fevereiro de 1971 teve o seu julgamento, com mais nove pessoas, acusada de prestar apoio ao MPLA

um guarda. Ele era guarda, mas também era barbeiro. Veio buscar-me, sentou-me numa cadeira e com uma tesoura começou a cortar-me a barba. ‘Você passa tanto tempo lá em baixo. Os outros já desceram todos’. José Pedro Soares recorda que aquelas palavras lhe permitiram perceber que aqueles com quem esteve preso já tinham passado a regime normal. “Quando passei, depois, para regime normal, os meus amigos disseram: ‘Isso são quase mil horas que passaste nos interrogatórios. É uma coisa incrível’”. José Pedro Soares foi submetido a um longo período de interrogatórios e tortura - ao todo 33 dias e noites. Sempre persistente e - o mais importante - demonstrando respeito para com os seus. Sempre se recusou a esclarecer o que os agentes queriam saber. “A certa altura, já ao fim do dia, tiraram-me a cadeira. E eu disse: ‘Então a partir de agora não como’. E estive assim durante seis dias. Ao fim dos cinco dias, já estava muito enfraquecido, queriam meter-me um tubo, queriam-me meter leite. Lá es-

perneeii, esperneeii, não conseguiram fazer o que queriam. Mandaram-me novamente para Caxias, para dormir uma noite.”

Durante esses seis dias e seis noites, houve muita provocação, ainda o agrediram e os agentes estavam decididos a não baixar a guarda: “Tens de falar, tens de falar. Nunca me deixavam dormir. Faziam barulho com os mais variados objetos e ainda me mandavam com água. Aquilo era muito doloroso. Quando chegava às três, quatro da manhã era uma coisa horrível, não sei se havia uma maior intensidade de luz na sala. Sempre ouvi dizer, quando os meus companheiros tinham sido presos, que estavam três, quatro, cinco, sete dias. Eu estava há seis dias, e pensava assim: ‘Fogo, já passou, já foi’. Não. Puseram-me em Caxias, no outro dia, deixaram-me ver a minha família. Tentei ir alegre porque se eu fosse cabisbaixo podia parecer que não estava a resistir.”

O sofrimento era apenas temporário. E com a Revolução dos Cravos, José Pedro Soares vol-

tou para as ruas de Portugal com o forte apoio de todos os amigos e colegas que estavam no exterior. Não regressou para a antiga atividade profissional, no entanto, aproximou-se da política com o objetivo de nunca mais sofrer às mãos de um Estado fascista.

“Quando sai da prisão, em Peniche, os primeiros dias, estive em casa porque muitas pessoas da minha terra procuraram-me e queriam visitar-me. Depois, os meus amigos do local onde eu trabalhava, que era as oficinas do talhão, em Alverca, levaram-me às oficinas. Andei pelas secções todas. Tinha de falar com os colegas trabalhadores. Era aquele movimento todo, logo a seguir aos primeiros dias do 25 de Abril. Havia grande entusiasmo e, sobretudo, os presos políticos foram acolhidos com muito carinho por todos os seus colegas de trabalho e pelas populações”, recorda.

Atualmente, José Pedro Soares é membro do Conselho Diretivo e associado da organização União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e a sua causa é, acima de tudo, não deixar esquecer o que sofreu e o quanto lhe custaram aqueles dias longos no cárcere. Como guardião da liberdade, mantém-se dedicado a partilhar não só a sua história pessoal, como a que marcou Portugal no século XX.

O DIA QUE DÁ INÍCIO À LIBERDADE

A Junta de Salvação Militar hesitava na decisão de libertar ou não os acusados de cometerem crimes “comuns”. “Mas a reivindicação dos próprios presos, a pressão de advogados, da Comissão de Socorro aos Presos Políticos

e a pressão popular forçaram a libertação de todos”, recorda a jornalista Diana Andringa. Os agentes e as figuras ligadas à PIDE foram presas a 26 de abril. E os presos políticos são libertados a 27, após o derrube do governo de Marcello Caetano.

Quando a prisão de Caxias abriu as celas, já as famílias e os amigos dos presos estavam à espera, em fila, a aguardar com ansiedade que os parentes fossem libertados, enquanto gritavam “o povo unido jamais será vencido”. A libertação não foi imediata, como muitos pensam. Os presos saíam em grupos de dez.

Por esse motivo, na prisão de Peniche, os presos políticos recusaram-se a sair, se não fossem todos soltos. Uma decisão que é lembrada como um “ato de coragem e lealdade”. Talvez pela descrença que sofreu às mãos da polícia política, Diana Andringa confessa que “não estava à espera do 25 de Abril.” Com tantos episódios de dor e silêncio presos na memória, a jornalista mantém vivos no presente, os desejos que lhe marcaram o passado. Por isso, sabe que palavras usar para que nunca mais se erga o fascismo: “Lutar por um mundo mais solidário, mais fraterno, pode fazer com que soframos à mão de algozes, mas vale a pena. A luta continua!”.

*Estudantes de 2.º ano da licenciatura em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) Instituto Politécnico de Lisboa (IPL)

HÁ ESPERANÇA

JORGE ALMEIDA*

Militar
cidadão fardado
ao nosso lado
a lutar

Sem medo
quase em segredo
a construir
alicerces
de Abril

Portas abertas
à liberdade
o povo na rua
não recua

Vem depois
algum cansaço
ou desilusões

Aproveitando
contradições
o capital
retoma posições

Há que resistir
continuar a lutar
para manter
as portas abertas
às ideias certas

Militares e civis
tentam colocar
os pontos nos is

De dia ao sol
de noite ao luar
Abril
vai continuar!

* Sócio da A25A



Lusa

EDUCAÇÃO COMO E PARA ONDE?

Apesar das enormes mudanças registadas na área da educação, a tarefa continua, no entanto, “infundável”, sobretudo quando em causa está o princípio de que ela é “para todos”, quando são “múltiplas” as dimensões de aprendizagem e, ainda, quando essa mesma educação tem (deve ter) por finalidade uma orientação para “o bem-comum”. A afirmação, em modo de alerta, é de Maria Emília Brederode Santos, em texto especialmente escrito para *O Referencial*

ALEXANDRE MANUEL*
CARLOS DE MATOS GOMES**

NA SEQUÊNCIA DO DESAFIO feito a várias personalidades sobre o “como” e o “para onde” do Continuar (a palavra escolhida pelo Referencial para assinalar os 50 anos do 25 de Abril), tendo em conta, designadamente, o desconhecido e o modo de potenciar as nossas capacidades enquanto povo, uma resposta é-nos dada, hoje, por Maria Emília Brederode Santos. Porque “mulher de liberdade”, como oportunamente alguém a definiu (o professor José Ornelas) e porque desde muito cedo se “apercebeu do que a educação podia fazer por um país ou do que um país podia fazer com a educação”, fez dessa mesma Educação o centro do seu trabalho e da sua vida: como investigadora e professora, na televisão ou através de livros, na presidência do Instituto de Inovação Educacional ou do Conselho Nacional de Educação.

Neste texto, pontuado por experiências e saberes de uma vida atenta, comprometida e inquieta, além de nos recordar o atraso da sociedade, mercê das limitações de acesso à educação, no Estado Novo, aquela pedagoga historia ainda o desenvolvimento e opções feitas nessa área no pós-25 de Abril. E – muito importante – adverte para a necessidade urgente de uma aprendizagem contínua alargada “a toda a gente de qualquer idade” e para uma educação “orientada para o bem comum e envolvendo a participação do educando nas decisões que lhe digam respeito”.

* Jornalista, professor universitário

** Capitão de Abril, escritor (falecido já após a conclusão desta colaboração para *O Referencial*)

EDUCAÇÃO DO FUTURO

CINCO ORIENTAÇÕES

CONTINUAR? Continuar, sim, sem dúvida, continuar a procurar construir uma educação democrática: para todos, ao longo de toda a vida, em todas as dimensões da vida, com todos e para o bem de todos... São estas as cinco linhas de orientação segundo as quais analisarei as mudanças na educação em Portugal: donde vínhamos, o que mudou nestes 50 anos de democracia e para onde e como desejaríamos continuar a mudar

MARIA EMÍLIA BREDERODE SANTOS

NO MEIO DE UMA GALOPANTE incerteza, e das crescentes ameaças à paz e à democracia, desejamos certamente uma sociedade que valorize o conhecimento e em que a educação seja um direito de todos.

Houve um avanço extraordinário desde o 25 de Abril de 74 neste eixo da educação para todos! Apesar dos esforços modernizadores do período marcelista/veigasimonista da ditadura, partiu-se de uma situação caracterizada por elevadas taxas de analfabetismo (em 1974 rondaria os 25% e mais elevada nas mulheres), com uma oferta insignificante de educação de infância, uma escolaridade obrigatória de seis anos com vias diferenciadas logo a partir dos quatro e uma taxa real de cumprimento de 26%. Esta escolaridade continuava a afunilar pelo 3.º ciclo (18%) e secundário (5%) acabando por só completar a Universidade cerca de 1% da

população com 20 ou mais anos. (Fonte INE/Pordata, dados fornecidos por Maria João Valente Rosa). Esta escolaridade corresponderia a uma sociedade hierárquica, com pouca mobilidade social, em que a escola teria por função a aquisição de alguns valores, conhecimentos e comportamentos adequados a uma sociedade que se queria industrializar, legitimar e endoctrinar.

PARA TODOS...

A partir do 25 de Abril 74 e da Constituição de 76, a educação foi reconhecida como um direito de todos. Para isso a obrigatoriedade escolar foi aumentando, sendo hoje de 12 anos! Passou a ser vista sobretudo como uma obrigação do Estado. Apesar de os jardins de infância não serem de frequência obrigatória, mais de 90% das crianças de três a cinco anos frequentam e



A partir do 25 de Abril 74 e da Constituição de 76, a educação foi reconhecida como um direito de todos

planeia-se o alargamento da oferta de creches para as crianças com menos de três anos como a forma mais eficaz que se conhece de combater a reprodução na escola das desigualdades sociais e de promover o desenvolvimento pessoal e social.

A FUNÇÃO DA ESCOLA MUDOU!

De uma função reprodutora e perpetuadora de uma estrutura social hierarquizada, rígida e monolítica passou-se para uma função emancipadora e desenvolvimentista. Para isso houve que mudar legislação, infraestruturas, preceitos, organização, formação de professores... Destaco o prolongamento da escolaridade obrigatória e

unificada para nove anos consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, o seu prolongamento para 12 anos (Lei 85/2009, de 27 de Agosto) com os três últimos anos do secundário segundo duas vias, sendo uma de dupla certificação incluindo uma certificação profissional. E ainda a concretização do Ensino Superior Politécnico distribuindo assim instituições de ensino superior por todas as capitais de distrito. A estas mudanças somam-se também mudanças de valores, atitudes e práticas: de uma escola dirigida a um fictício “aluno médio” padrão, uma escola rígida, inflexível e excludora, para uma escola que se pretende individualizadora, diferenciada e inclusiva – para todos!

A mudança é enorme, a tarefa infindável. Por isso as estatísticas são um ótimo indicador do caminho já feito e do que falta fazer.

AINDA NÃO É PARA TODOS

Na atualidade, a educação ainda não é para todos. As taxas de cumprimento da escolaridade aumentaram imenso: no 1.º ciclo é praticamente de 100% desde 1981; no 2.º e 3.º ciclos acima dos 90%; no secundário, 88%. A educação alargou-se, pois, a muitos mais, mas ... ainda não é para todos. E reproduz em parte as assimetrias e discriminações que existem na sociedade portuguesa. Se a discriminação por sexo praticamente desapareceu na escola, é também porque a situação social da mulher melhorou extraordinariamente (graças em grande parte às mudanças legislativas relativas à família e ao estatuto da mulher introduzidas após o 25 de Abril) mas outros fatores de discriminação perduram, como os fatores socioeconómicos e culturais. E outros aumentam: o facto de Portugal se ter transformado de um país de emigração num país sobretudo de imigração atesta o seu desenvolvimento económico, mas introduz também uma população (muitas vezes não falante de português) que coloca novos desafios à escola. Aproveitar essa diversidade para a transformar numa riqueza é um dos grandes desafios da escola atual.

EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA A VIDA

Esta segunda categoria de análise decorre em parte da primeira (educação para todos inde-

pendentemente da idade) mas também da mudança de perspetivas sobre o que é a aprendizagem (todos podem aprender, aprende-se ao longo de toda a vida, em toda a parte, com toda a gente - numa reabilitação da educação informal e numa perspetiva de educação permanente) ou a inteligência (que não é tão inata e imutável como se pensava, que depende muito da estimulação exterior e das expectativas alheias, sobretudo de outros significativos, que tem picos de desenvolvimento como nas primeiras idades mas continua ao longo de toda a vida tomando formas diversas ...).

Esta conceção da “educação ao longo de toda a vida” implica que se recuse o “idadismo” e a vida “cortada às fatias” ou em etapas: uma primeira de preparação para a vida (a escolaridade), depois uma de vida ativa e produtiva (o trabalho) e finalmente uma de inação, descanso e espera pelo fim....

A educação é um direito de todos, independentemente da idade e cada um é um ser em desenvolvimento, desde o nascimento até à morte. A concretização deste conceito tem sido difícil de conseguir e, no entanto, todas as mudanças que vertiginosamente atravessamos requereriam uma aprendizagem ao longo de toda a vida, uma capacidade de adaptação a novas situações e uma saúde mental capaz de suportar incerteza e pressão constantes.

Infelizmente não é isso que acontece. Ainda recentemente o “Inquérito às Competências dos Adultos de 2023” lançado pela OCDE em 31 países para avaliar se “os adultos (entre os 16 e os 65 anos) têm as competências neces-

sárias a um mundo em mudança” revelou que Portugal se encontra na cauda dos 31 países analisados em literacia, numeracia e resolução de problemas. Pior: as competências dos adultos portugueses começam a baixar logo a partir dos 25 anos enquanto na média dos países da OCDE aquelas competências tendem a continuar a desenvolver-se e a elevar os seus níveis até aos 34 anos. Finalmente, as capacidades dos adultos mais velhos - entre os 55 e os 65 anos - atingem os níveis mínimos. Juntam-se aqui pelos menos dois fatores: a baixa escolaridade de grande maioria da população portuguesa mais velha e a irregular e intermitente formação dedicada aos adultos.

Ora, a rápida evolução do conhecimento e a sua crescente complexidade requerem uma educação diferente na escola e oportunidades de atualização e de reconversão profissional ao longo de toda a vida. Quanto aos maiores de 65 anos (vítimas, segundo Natália Alves, de “genocídio estatístico”) sofrem uma verdadeira violência psicológica quando lhes são exigidos comportamentos tecnológicos cujo conhecimento lhes não é proporcionado.

EDUCAÇÃO EM TODAS AS DIMENSÕES

Uma terceira orientação diz respeito às múltiplas dimensões da aprendizagem e, como lhes chamou Howard Gardner, às “múltiplas inteligências”. Como vimos acima, não são só as componentes cognitivas mais académicas que merecem um lugar na escola e na formação. Outras capacidades necessitam de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento não

**A RÁPIDA EVOLUÇÃO
DO CONHECIMENTO
E A SUA CRESCENTE
COMPLEXIDADE REQUEREM
UMA EDUCAÇÃO
DIFERENTE NA ESCOLA
E OPORTUNIDADES
DE ATUALIZAÇÃO
E DE RECONVERSÃO
PROFISSIONAL
AO LONGO
DE TODA A VIDA**

só como motivação, não só como valorização de capacidades diferentes e “pessoalização” da educação, mas também porque a nova economia e a nova sociedade as requerem – a capacidade de identificar problemas reais, de se organizar para os resolver, de colaborar com outros, de comunicar com eles, de se adaptar a novas situações e inventar, descobrir, criar novas soluções e linguagens diferentes.

As implicações destes novos problemas e das competências requeridas terão enormes consequências sobre o sistema educativo e a vida nas escolas. O sistema educativo deverá alargar a sua oferta a toda a gente de qualquer idade

e às novas necessidades de formação. Não se trata apenas da atualização e reconversão profissional que as novas tecnologias vêm certamente exigir, mas também de interdisciplinaridade, capacidade de resolução de problemas, resiliência, criatividade, competências aliás já contempladas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Também as capacidades de saúde mental e de bem-estar emocional se tornaram mais visivelmente necessárias na pandemia e são-no particularmente para os mais velhos, dado o enorme aumento da longevidade. O movimento das Universidades Sénior tem sido um bom exemplo de como o aprender em conjunto contribui para a saúde mental e emocional dos idosos. E é a prova de como aprender pode e deve ser um prazer: são os mais escolarizados, os que tiveram uma experiência positiva na sua escolaridade, que mais frequentam as chamadas Academias e Universidades Sénior.

EDUCAÇÃO COM TODOS E PARA O BEM DE TODOS

As quarta e quinta orientações referem-se à finalidade, a uma educação orientada para o bem-comum e envolvendo a participação do educando nas decisões que lhes digam respeito, designadamente no seu próprio processo formativo.

É frequente adultos queixarem-se de que os jovens não participam nas instâncias de gestão que lhes são destinadas. Ora, se queremos formar cidadãos responsáveis, intervenientes e ativos na construção de uma sociedade de-

mocrática respeitadora dos Direitos Humanos (consignados na CRP e em convenções e tratados internacionais assinados por Portugal) teremos que os envolver nesse processo desde o início e em todos os assuntos que lhes digam respeito. O Movimento da Escola Moderna constitui, entre outros, um bom exemplo dessa prática aplicada à participação dos alunos nas decisões relativas ao currículo e aos modos e tempos de aprender.

A reconversão de uma escola competitiva, seletiva e excludora numa escola da colaboração, interajuda, solidária e inclusiva, orientada pela liberdade e pelo direito, já começou – por entre muitas incompreensões e dificuldades.

Mas em tempos tão surpreendentes onde a incerteza - desencadeada pela revolução digital, pelas alterações climáticas, pela globalização e pelas mudanças demográficas – se viu ainda agravada pela pandemia, pelos desequilíbrios geoestratégicos, pelo recurso à guerra – a cada vez mais e piores guerras – e por um avanço avassalador da extrema direita, do ressentimento e da crueldade, a nossa esperança, a única que nos pode restar, está na educação – numa Educação orientada pelos Direitos Humanos – e no seu poder transformador.

BIOGRAFIA



MARIA EMLIA BREDERODE SANTOS é licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, Suíça (onde também lecionou), e mestre em Análise Social da Educação pela Universidade de Boston, Estados Unidos da América.

Foi, designadamente, directora pedagógica das quatro séries do programa televisivo e da revista *Rua Sésamo* (RTP, 1987-1997), presidente do Grupo Intermunicipal para o Ensino Artístico (1996), presidente do Instituto de Inovação Educacional (1997-2002) e presidente do Conselho Nacional de Educação (2017-2022), organismo de que foi membro ao longo de vários anos. Dirigiu a revista *Noesis* e é autora de vários livros sobre Educação e Ensino.

Em 1992, foi distinguida com o Prémio Rui Grácio da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e, em 1994, com o Prémio da Boston University's General Alumni Association. Em 2004, foi condecorada, pelo Presidente Jorge Sampaio, com a Ordem da Instrução Pública (grau de Grande Oficial). Em janeiro de 2023, o ISPA – Instituto Universitário atribuiu-lhe o doutoramento *honoris causa*.

DEMOCRACIA, BOA EDUCAÇÃO E AMABILIDADE

Falo de uma amiga que foi gravemente ofendida em plena Assembleia da República, Ana Sofia Antunes, deputada, cega de nascença, com quem trabalhei quando foi dirigente da ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal)

JOSÉ FANHA*

SEMPRE PENSEI que a democracia traria um tempo generoso, um tempo de limpeza e amabilidade. Sempre senti que era nesse tempo que eu queria morar. Um tempo em que o apoio de um braço se oferece a quem dele precisa para se apoiar.

Sempre pensei que a democracia era o reino da fraternidade, da porta aberta, do coração aberto, da partilha sem cálculo.

Sempre pensei que a palavra era um lugar de verdade, de sonho e de alegria e que o diálogo tranquilo era o caminho para um mundo melhor.

De repente vi gente que trazia às costas os restos da podridão, da desumanidade e do passado a que julgava que Abril tinha posto ponto final. Comecei a ver gente rasca ocupando os sagrados lugares da democracia, gente que traz às costas atentados à justiça que vão aumentando de dia para dia, gente que ofende da forma

mais baixa e grosseira julgando que por esse caminho pode ganhar tamanho para além da lama em que se atola.

Falo de uma amiga que foi gravemente ofendida em plena Assembleia da República, Ana Sofia Antunes, deputada, cega de nascença, com quem trabalhei quando foi dirigente da ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal).

É uma mulher muito inteligente, uma mulher encantadora, uma mulher por quem, no mínimo, só se pode ter um grande respeito e admiração.

Senti que os insultos e ofensas que ela sofreu, sofreremos também todos nós, aqueles para quem a democracia, a boa educação, a amabilidade são princípios.

E, para terminar, deixo um poema que escrevi e que dedico à minha amiga Ana Sofia.

O VENTO DORME À NOITE NOS CIPRESTES

JOSÉ FANHA

À minha amiga Ana Sofia Antunes

O vento dorme à noite
nos ciprestes
enquanto os carrascos sonham
com as suas infâmias e crimes.

A flor da amabilidade
nasce nos olhos maravilhosos
de alguns cegos
e o inquieto coração pergunta
o que irá acontecer amanhã.

* Professor, poeta, sócio da A25A



Lusa

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.



O REFERENCIAL



50 ANOS

DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Constituição
da
República Portuguesa

1976

PRIMEIRO SUFRÁGIO DEMOCRÁTICO

50 ANOS

O OLHAR DOS CONSTITUINTES



Assembleia Constituinte eleita em 25 de abril de 1975 para aprovar a Constituição após a Revolução de 25 abril de 1974

CONSTITUIÇÃO EM PLENA REVOLUÇÃO

A Constituição que nos rege desde 1976 foi, verdadeiramente, debatida e votada durante a Revolução. A Assembleia Constituinte havia sido eleita em 25 de Abril de 1975, numa votação irrepetível. Irrepetível, por representar o primeiro ato eleitoral de inspiração democrática na nossa História Política e Constitucional. Irrepetível, pela taxa de participação, acima dos noventa por cento dos recenseados, valor não mais atingido em eleições subsequentes

MARCELO REBELO DE SOUSA*

A REVOLUÇÃO JÁ SE ENCONTRAVA, entretanto, na rua. Para uns observadores e analistas, desde o Verão de 1974. Para outros, a partir do final de Setembro desse ano. Para

terceiros, sem dúvidas, após o 11 de Março de 1975.

Seja como for, a Revolução era um facto e ia em fluxo, ou seja, subia em intensidade e ace-



1975 – A eleição de todos os portugueses

lação, no dia da eleição da Assembleia Constituinte.

Esse contexto, que marcará a atividade dos Constituintes até Outubro de 1975, explicaria o ambiente vivido na designação da Mesa, nos confrontos políticos acerca do Regimento, na clivagem muito clara nas posições sobre a intervenção da Assembleia no dia a dia da Revolução.

A composição da Mesa conheceu sobressaltos, não tanto quanto ao Presidente, mas nas objeções ao Vice-Presidente indicado pelo Partido Popular Democrático, vindas de forças mais à esquerda – que não o Partido Socialista –, de-

pressa superado pela evocação da ala liberal e do papel na luta pela liberdade de imprensa.

Tal como antes, logo na verificação dos mandatos, dois deputados haviam ultrapassado questões pontuais – Carlos Galvão de Melo, pela gestão do dossier PIDE-DGS como membro da Junta de Salvação Nacional, e João Bosco Mota Amaral, pela função de deputado à Assembleia Nacional até 25 de Abril de 1974.

No fundo, escaramuças sem gravidade, sintomáticas do clima que rodearia o arranque da Constituição.

Mais pesado foi o debate sobre o Regimento e, nele, acerca da existência de um período de

antes da ordem do dia, permitindo converter a Constituinte em quase um Parlamento normal, no acompanhamento com eco público de todas as matérias políticas para além da elaboração da Constituição.

Durante meses, o Partido Comunista Português saíria do hemiciclo durante esse período. Até concluir que perdia mais do que ganhava com a ausência, deixando o MDP/CDE, sozinho, a enfrentar a crescente onda liderada pelo Partido Socialista e integrando o Partido Popular Democrático e o Centro Democrático Social.

Concluído esse combate prévio, espécie de medir de forças para o que seria o essencial, mais teórico, doutrinário e interessantíssimo foi a apresentação dos Projetos de Constituição e o seu debate na generalidade.

Porque, nesse riquíssimo período se confrontaram, abertamente, as diferentes visões para o futuro de Portugal.

Abertamente, mas com o respeito dos limites decorrentes do Pacto MFA-Partidos, ou primeira Plataforma de Acordo Constitucional, assumido por todos os partidos presentes em S. Bento, exceto a União Democrática Popular. As limitações respeitavam – de forma decisiva – à Organização do Poder Político, em particular aos órgãos de soberania, Presidente da República, Conselho da Revolução, Parlamento – com Câmara Civil e Câmara Militar –, Governo e sua responsabilidade perante os poderes parlamentares civis e militares e, menos, Tribunais.

Respeitavam, ainda, à Organização Económica,

**ASSIM, PRINCÍPIOS
E DIREITOS FUNDAMENTAIS
LOGO REVELARAM,
EM PLENO VERÃO DE 1975,
UMA CLIVAGEM
DE FUNDO – ESQUERDA
À ESQUERDA DO PARTIDO
SOCIALISTA,
MAIS COLADA AO
PACTO MFA-PARTIDOS,
À LEGITIMIDADE
REVOLUCIONÁRIA
E AO PAPEL DO MFA**

Social e Cultural, muito explícita no caminho para o socialismo coletivista, com traços participativos ou autogestionários e no apagamento progressivo do setor privado.

Dentro destes limites, que correspondiam a um tempo revolucionário defensor de um sistema de governo de dominância do MFA e da tutela militar – e a uma meta e a um processo de publicização da economia e da sociedade –, que espaço restava ao tal debate na generalidade?

PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO

Restava a discussão sobre os Princípios da Constituição, os Direitos Fundamentais – e, neles, a primazia dos pessoais e políticos ou dos económicos, sociais e culturais –, as autonomias insulares, o Poder Local, a Administração

Pública. E, depois, como o Pacto MFA-Partidos não era exaustivo, o aproveitamento dos interesses pelas diversas leituras e os aditamentos, mitigações ou literalismos mais drásticos.

Assim, Princípios e Direitos Fundamentais logo revelaram, em pleno Verão de 1975, uma clivagem de fundo – esquerda à esquerda do Partido Socialista, mais colada ao Pacto MFA-Partidos, à legitimidade revolucionária e ao papel do MFA, bem como à publicização da economia e sociedade, e à supremacia dos direitos económicos, sociais e culturais; Partido Socialista e partidos à sua direita, mais ligados à legitimidade eleitoral e partidária e à supremacia dos direitos pessoais e políticos.

Tudo num contexto de fluxo revolucionário a subir até Agosto de 1975.

E é, ainda nesse ambiente, que será votada a primeira versão da Organização Económica e Local.

Aí, o Partido Socialista vota à esquerda, ficando os partidos à sua direita minoritários.

Ao fim e ao cabo, o Partido Socialista seria a charneira determinante.

Votando à direita boa parte dos Princípios, os Direitos Fundamentais e a versão suave possível da Organização do Poder Político – mais eleitoral, mais partidária, mais parlamentarizante.

Votando à esquerda a Organização Económica, Social e Cultural – mais publicizante e antiprivatizante.

Em Agosto de 1975, a maré revolucionária muda.

Inicia-se, então, um Outono muito agitado na

**AGORA, O QUE IMPORTA
É O FUTURO.
CONSTITUIÇÃO,
LIBERDADE
E DEMOCRACIA
SÓ VALERÃO
A PENA SE FOREM
MAIS FUTURO
DO QUE PASSADO
OU PRESENTE**

Constituição como na Revolução.

Tal como nas marés dos Oceanos, Setembro e Outubro aparentam ser fase de subida daquilo que já desce. É o regojo, em termos náuticos.

A Revolução conhece instantes ainda muito tensos, envolvendo inclusive a Constituinte, como o cerco, ou a divisão dos Constituintes entre Lisboa e Porto, e culmina no 25 de Novembro de 1975, irrevogável fim do fluxo e afirmação do refluxo mas sem a radicalização à direita, que para alguns seria desejável ou inevitável.

UMA VITÓRIA

O segundo pacto MFA-Partidos veio formalizar essa evolução, sobretudo na Organização do Poder Político, presidindo à fase última da Constituição, de Janeiro a Março de 1976.

Com o Partido Socialista a liderar conteúdo e ritmo, Partido Popular Democrático a dividir-se quase ao meio na bancada parlamentar e partidos à esquerda do Partido Socialista a perderem terreno e a gerirem recuos políticos, mantendo suas anteriores conquistas na Organização Económica, Social e Cultural.

A Constituição, votada finalmente na sua globalidade em 2 de Abril de 1976, acabaria por ser, em si mesma, uma vitória pelo facto de existir e não soçobrar aos altos e baixos da Revolução, acolhendo um conteúdo compromissório e híbrido, somatório do votado até 25 de Novembro de 1975 e o votado depois, do Pacto I e do Pacto II, de uma Constituição Económica e Social revolucionária e de uma Constituição Política e Direitos Fundamentais a caminho do Estado de Direito de matriz europeia.

Tudo com um compasso de espera até 1982, de permanência da tutela revolucionária militar.

Foi a Constituição possível naquele tempo e daquele modo.

A maioria esmagadora dos Constituintes assim o entendeu e aprovou.

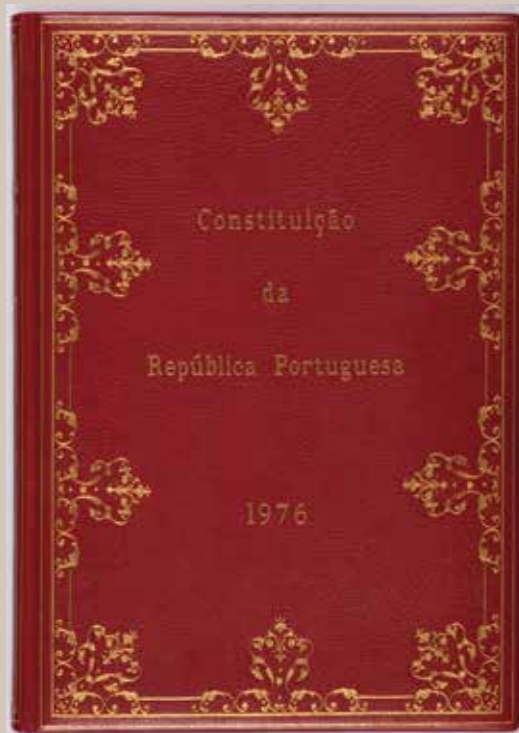
O Centro Democrático Social preferiu rejeitá-la na derradeira votação.

Eu aprovei-a como a única solução no contexto vivido.

Juntei uma declaração escrita de voto de vencido em certas matérias nucleares de Princípios, Direitos e Organização Política e Económica.

E recorro como experiência única o ter vivido esse processo feito de Constituição e de Revolução, ao mesmo tempo, num ano.

Na melhor idade para se viver uma Revolução



e para se sonhar uma Constituição. Aos vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete anos de idade. Poucas Portuguesas e poucos Portugueses tiveram esse privilégio.

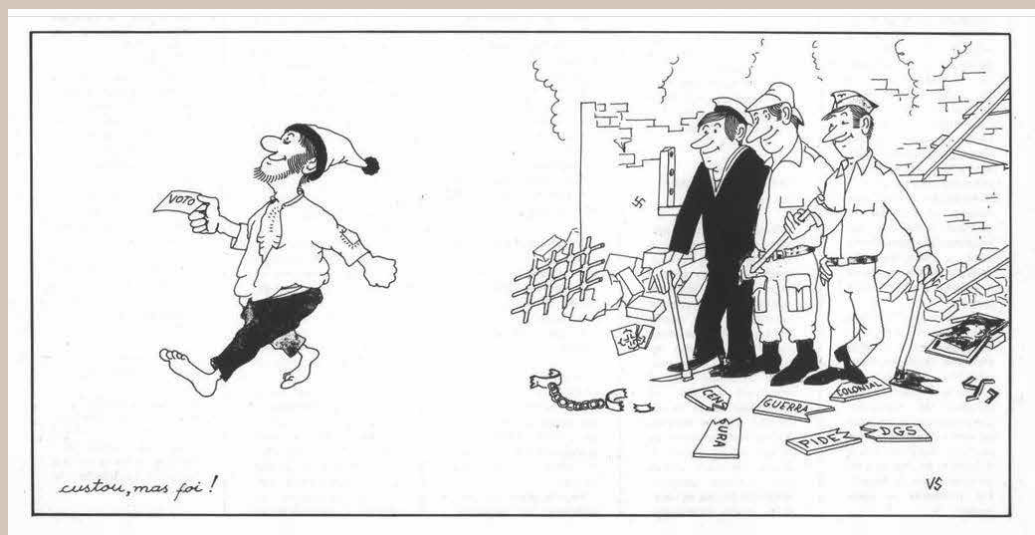
A História se encarregaria de provar o que vinha e o que falharia nessa dupla aventura cívica.

Agora, o que importa é o futuro. Constituição, Liberdade e Democracia só valerão a pena se forem mais futuro do que passado ou presente. Lisboa, 26 de Março de 2025

* Presidente da República Portuguesa, professor universitário e constitucionalista

ESCOLHIDOS LIVREMENTE

250 DEPUTADOS



Após um vibrante processo de legalização, catorze foram as forças políticas que se apresentaram a sufrágio em 25 Abril de 1975. E 91,66% (!!!) dos eleitores escolheram os 250 deputados que nos 11 meses seguintes redigiram a nossa Constituição enquanto viviam dentro e fora do hemisclero o calor dos tempos de urgência. Vibrantes e esperançosos

AFONSO DIAS*

“... e livres habitamos a substância do tempo”
Sophia de Mello Breyner Andresen

EM 25 DE ABRIL DE 1974 tinha eu 24 anos. Moço na idade, mas que já carregava anos e anos de resistência, com cantigas - sobretudo -,

com uma intensa vida associativa e muita conspiração militante. E pobreza, também, como a maioria dos concidadãos deste país paupérrimo

mo, desigual e prisioneiro de uma linhagem de esbirros de Salazar, canalha-mor na condução despótica desta terra magra de tanto esbulho e deste povo encarcerado na ignorância ou na cadeia.

- Sou do tempo e da idade dos rapazes que eram carregados como gado para o matadouro da guerra que devastava as colónias sem outro propósito que não fosse o de manter um país decrépito a arrastar um império retardado;
- Sou do tempo das multidões de famintos que aos centos de milhares rumavam a salto para as “franças”, “alemanhas” ou “holandas”, onde morava o progresso, o trabalho com direitos e remuneração digna, os sonhos e as liberdades cívicas arredadas deste triste rectângulo;
- Sou do tempo das conversas em voz baixa, que as paredes – digo os “bufos” da PIDE – tinham ouvidos em todos os cantos e recantos: dos campos, das fábricas, dos cafés, das lojas, da via pública... e o atrevimento de dizer o que se pensava pagava-se, e caro;
- Sou do tempo dos presos políticos a encherem Caxias e Peniche, prisões soturnas sobre-lotadas de mulheres e homens sedentos de liberdade e portadores dos sonhos de um povo inteiro;
- Lembro-me dos jornais com as notícias falsificadas ou inexistentes, dos livros proibidos, das canções caladas nas rádios, dos filmes com cenas cirurgicamente mutiladas ou, simplesmente, sem poderem ser

**SOU DO TEMPO
E DA IDADE
DOS RAPAZES
QUE ERAM CARREGADOS
COMO GADO
PARA O MATADOURO
DA GUERRA
QUE DEVASTAVA
AS COLÓNIAS**

exibidos, das peças de teatro impedidas de representar;

- Lembro-me, e bem, das perseguições dos “chuis” aos putos de 14 ou 15 anos que iam namoriscar as miúdas dos liceus;
- Lembro-me das aulas separadas, dos recreios separados e até, pasme-se, dos passeios separados nas ruas de acesso a muitas escolas;
- Lembro-me das reguadas nos “mal-comportados”, das meninas que se escusavam a fazer ginástica quando estavam no período menstrual e podiam ser “verificadas” pelas “contínuas”, como então se chamavam as auxiliares;
- Lembro-me da quase inexistente assistência médica fora dos grandes e médios centros urbanos onde, mesmo nesses, era escassa e de difícil acesso;

- Lembro-me do imenso estendal de bairros de lata ao redor das maiores cidades focos de negrume e insalubridade;
- Lembro-me da iniquidade, da perseguição, do medo, da tortura.

CONQUISTA DA LIBERDADE

Contudo, a lembrança maior que me acompanha e que, de súbito, fez pequenas todas as outras, foi a conquista da Liberdade. O “dia inicial” como Sophia lhe chamou, “inteiro e limpo”, mas com tudo por fazer.

- Era preciso fazer os nossos rapazes regressarem da guerra e libertar os que, de lá, ansiavam pela independência;
- Era preciso produzir as leis novas que ocupassem o espaço das velhas, as tais que permitiram a maldade generalizada de dezenas de anos;
- Era preciso que o povo se organizasse e reorganizasse em partidos e em associações de toda a ordem – de trabalhadores, moradores, sindicatos...;
- Era preciso expulsar das câmaras e das freguesias os representantes do fascismo e substituí-los por gente da confiança das pessoas;
- Era preciso ir governando com o pouco que a ditadura deixara enquanto se preparavam as múltiplas mudanças.

Um mundo de trabalhos que foram sendo enfrentados enquanto se punham na ordem uns quantos saudosos do Estado Novo e mais um punhado de contra-revolucionários.

**SOU DO TEMPO
DAS CONVERSAS
EM VOZ BAIXA,
QUE AS PAREDES
– DIGO OS “BUFOS”
DA PIDE –
TINHAM OUVIDOS
EM TODOS OS CANTOS
E RECANTOS**

E uma das principais prioridades foi dada às eleições para a Assembleia Constituinte. Fixado já estava o tempo para a realização das eleições: o período de um ano após a data libertadora. Era da maior urgência reunir os deputados que tomassem a seu cargo a tarefa de construir uma nova Constituição da República Portuguesa. Uma nova lei geral livre e democrática.

Mas não havia partidos políticos legais e apenas o Partido Comunista, com largos anos de vida e de resistência, se constituía como força organizada. Existia, é certo, um pequeno grupo de organizações marxistas-leninistas, trotskistas ou maoistas com alguma expressão, mas escasso enraizamento. Mesmo o Partido Socialista, fundado no exílio a 19 de Fevereiro de 1973, era uma jovem formação ainda com poucas raízes na sociedade portuguesa.

Neste cenário se abriram as portas à criação dos partidos que pudessem alargar a escolha dos eleitores e, após um vibrante processo de legalização, catorze foram as forças políticas que se apresentaram a sufrágio em 25 Abril de 1975. E 91,66% (!!!) dos eleitores escolheram os 250 deputados que nos 11 meses seguintes redigiram a nossa Constituição enquanto viviam dentro e fora do hemiciclo o calor dos tempos de urgência. Vibrantes e esperançosos.

Parte da minha vida passei-a naquela casa. Com discussões acesas de contradições à flor da pele. Com dificuldades de toda a ordem, com a turbulência do 25 de Novembro e o sobressalto das incertezas.

EU ESTAVA LÁ...

Mas a Constituição fez-se, e a 2 de Abril de 1976 foi votada.

Eu estava lá e guardo no mais fundo de mim a enorme honra de a ter votado favoravelmente. (Porque houve quem votasse contra...)

A Constituição foi promulgada de imediato. E já passou, nestes quase 50 anos de vida, por várias revisões que, apesar de algumas “maldades”, não a descaracterizaram na sua essência progressista.

Mas, na verdade, a Lei Fundamental, ainda não é plenamente seguida e não falta quem procure fintá-la ou fazer “vista grossa” do que ela determina. Contudo, ainda que haja quem não obedeça plenamente ao que lá vem, só pelo facto de nela estar inscrito, permite que seja exigido o seu cumprimento. É também isto a cidadania: exigir que a lei seja cumprida.

**A LEMBRANÇA MAIOR
QUE ME ACOMPANHA
E QUE, DE SÚBITO,
FEZ PEQUENAS
TODAS AS OUTRAS,
FOI A CONQUISTA
DA LIBERDADE**

Maravilhoso documento que transporta em si, de entre muitos outros artigos que acautelam os direitos dos cidadãos, este que partilho convosco:

Artigo 13.º - (Princípio da igualdade)

- 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
- 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*

Viva a Constituição da República Portuguesa!

* Deputado da Assembleia Constituinte

CAMPANHA ELEITORAL - PARTIDA ÀS 0 HORAS

Militantes dos doze partidos concorrentes à Assembleia Constituinte estão a postos para o início, logo à noite, das três semanas e meia de campanha eleitoral. Esta prolonga-se até às 24 horas do próximo dia 24, véspera do escrutínio, e tem uma série de regras de-

marcadas pelo Conselho Nacional das Eleições, que vão desde os rigorosos tempos de antena na Rádio e Televisão aos 80 contos que os partidos podem gastar (e raras gasta-ções) com cada candidato.

A SABOTAGEM DABANCA

A Inspeção-Geral de Créditos e Seguros nunca actuou perante as manobras da Banca mesmo depois de 25 de Abril ou 28 de Setembro, apesar do alarme lançado pelos trabalhadores. Ou está comprometida, ou toda a sua estrutura tem de ser alterada: afirmou um elemento da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Bancários, na conferência de imprensa para divulgação de mais alguns elementos relacionados com a sabotagem e o comprometimento da Banca privada com os golpes reaccionários e que levaram à sua nacionalização.

«Como já dissemos todos os bancos estavam comprometidos com o fascismo e actualizam para que ele regressasse». Cada um deles, porém, «tinha o seu estilo». O Banco Espírito Santo financiou com milhares de contos todos os partidos da direita e os golpes de 28 de Setembro e 11 de Março; o Borges e Irmão financiava todos as empresas do grupo, algumas apenas com existência formal para poder transferir capital do Banco; o Fonseca e Burnay «investiu» em especulações imobiliárias e nos pagamentos de impostos aos ad-

ministradores, enquanto o Sotomayor para além de especular com títulos (muitos deles em nomes fictícios), desinve-stitiu e financiou no estrangeiro uma campanha contra a de-mocracia portuguesa. Realiz-mos que isto não significa-va que tivéssemos «excluídos» no processo de actualização. Pelo contrário, qualquer destes pro-cessos foi utilizado por qual-quer dos bancos. Até ao 11 de Março.

Em relação à campanha de-sencadeada no estrangeiro — prosseguir-mo-... O Sotomayor tentou desligar-se da sede em Lisboa, tornando-se um banco autónomo, o que ignora foi im-pedido pela «corrupção dos tra-balhadores bancários naquela delegação» e pela tentativa de re-ter o dinheiro dos emigrantes e o lançamento de uma nova fórmula publicitária; antes do 25 de Abril era transferida o seu dinheiro através do nosso ban-co; depois do 25 de Abril mu-dou para o exterior e o seu din-heiro no nosso banco. Os ban-queiros prosseguem as investi-gações no sentido de apurar a responsabilidade total da Banca privada na sabotagem à economia nacional.

(L. M. na pág. 18)

o que não quer dizer que a colagem de cartazes, por exemplo, tenha esperado por essa hora limite para redobrar de intensidade. É de prever, desde já, uma série de iniciati-vas de propaganda directa para esta noite, aproveitando as saídas dos cinemas e teatros e as carreiras de transportes públicos.

Voltando aos números, refi-ri-se que um partido empenha-do em todos os círculos terá de mobilizar teoricamente 28 mil delegados para as secções de voto; se todos os partidos concorressem em todos os círculos, mobilizariam em con-junto cerca de 330 mil delega-dos. Muito provavelmente o to-tal de delegados não andará longe dos 150 mil.

Também o custo máximo da campanha se presta a contos curiosos. Podendo um partido despendir 80 contos por candi-dato, a lei autoriza a abrir os cordões da bolsa partidária até ao limite de 20 mil contos durante estas 24 horas de cam-panha (80 contos x aproxima-damente 250 candidatos). Assim, se todos os partidos con-corressem em todos os círculos e pudessem gastar 80 con-tos com cada candidato, a campanha levar-lhes-ia 240 mil contos. Levará sensivelmente menos, pois muitos candidatos vão pagar do seu próprio bolso pelo menos as deslocações e o alojamento a que os obriga a actividade pré-eleitoral.

Continua na pág. 20

A F.N.L.A. ACUSA AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

LUANDA, 1 (do nosso envia-do especial José A. Salvador) — Uma coluna do E.L.N.A., forças armadas da F.N.L.A., foi impedida, pelo Exército portu-guês, perto de Ambriz, de pros-seguir o seu avanço em di-recção a Luanda. O distrito ali-

berdade e Terra-órgão da F.N.L.A. critica veementemente o Exército português. Um texto daquele diário sublinha a certo passo: «É preciso logicamente recordar que foram as Forças Armadas portuguesas o supor-te de 48 anos de fascismo em Portugal e de 14 anos de guer-ra das colónias portuguesas. A revolução destinada a restituir ao povo do seu país as libe-rdades fundamentais e de levar a reconhecer o direito das co-lónias à independência absol-ve-as de muita coisa e pode inclusivamente levar-nos a res-ponder a sua determinação, mas não necessariamente à ovi-diação completa dos 14 anos anteriores ao 25 de Abril. É muito menos aceitar qualquer partidarismo no processo de descolonização. O respeito ante adversários compre-en-se. A fraternidade preocu-pa».

Por outro lado, a edição de hoje do diário da F.N.L.A. dedi-ca particular atenção à activi-dade dos jornalistas portu-gueses enviados a Angola. A man-chete de hoje, a toda a largura da primeira página é: «Inediu-sa campanha da Imprensa por-tuguesa contra a F.N.L.A.».

Ocupando toda a última página e com outro título — «Imperia-lismo manobra Imprensa por-tu-

guesa contra a F.N.L.A.» — são impressos diversos artigos que culminam com ameaças aos jornalistas e exigem a sua expulsão.

Assim, refere um dos artícu-

Continua na pág. 20

O VIETCONG OCUPOU MAIS UMA CIDADE

SAIGÃO, 1 (ANI/RS) — Tropas da Frente Nacional de Libertação, precedidas de tanques, dominaram hoje a cidade costeira de Nha Trang, quartel-general das forças governamentais na Região Central — informaram círculos militares.

A queda de Nha Trang isolou a província Phu Yen, a área mais setentrional ain-da controlada por Saigão. Assim, prosseguir o avanço das tropas comunistas para Sul, depois de terem ocupado mais uma im-portante cidade. Qui. Nha elevando-se para 14 a total das capitais de província em poder do Vietcong.

A cidade de Da Lat, a últi-ma capital provincial nas Montanhas ainda controlada pelo Governo, também se encontra ameaçada.



A situação militar agrava-se de dia para dia no Camboja, onde os governamentais perderam parte da cidade de Neak Luong, último bastião de Lon Nol entre o Vietnã do Sul e a capital careada, Phnom Penh. Esgotado isto, os principais dirigentes governamentais partiram do país, com destino à Indonésia, donde se deslocam em visita oficial antes de se dirigirem aos E.U.A. Os soldados do Exército de Libertação, que vemos na foto, clacoreando uma estrada, alguns no Camboja, parecem estar, assim, à beira da vitória.



Soldados do M.P.I.A. festejam a vitória alcançada contra os sucessivos ataques das forças armadas da F.N.L.A. Durante uma semana, a E.L.N.A. (Forças armadas da F.N.L.A.) tentou, em vão, ocupar as bases militares e as delegações do M.P.I.A. na região de Luanda.

2.ª EDIÇÃO

Continua na pág. 11

O FUTURO DAS RELAÇÕES PORTUGAL - MOÇAMBIQUE

LOURÉNÇO MARQUES, 1 (Telex do nosso redactor Eugénio Alves) — As conver-sações entre Portugal e a Frei-mo relativas aos vários aspec-tos da descolonização e futura coo-peração portuguesa em Moçambique devem con-cluir-se hoje em Dar es-Salaam, capital da Tanzânia. Co-mo ponto fundamental nas conversações entre a delegação, chefiada por Melo Antunes e Vitor Crespo, por Portugal e Samora Machel e Marcelino dos Santos, pela Frei-mo, asentam as futuras relações en-tre Portugal e Moçambique e no âmbito da nova política por-tuguesa, de abertura aos países do Terceiro Mundo, o major Melo Antunes terá ainda travado importante conver-sação com o presidente da



A Constituição fez-se e a 2 de Abril de 1976 foi votada

CONSTITUIÇÃO DE 1976

CONTINUAR O 25 DE ABRIL!

A participação na elaboração da Constituição de 1976 foi certamente, para a generalidade dos deputados constituintes, uma tarefa exaltante e inesquecível. Depois do 25 de Abril, após décadas de combate contra uma ditadura, a que a coragem e a determinação dos militares de Abril puseram fim, tratava-se agora de formar a democracia, definir o seu quadro institucional, garantir os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, bem como as prioridades nos domínios político, económico e social

ALBERTO ARONS DE CARVALHO*

UMA NOVA CONSTITUIÇÃO constituiria um novo e definitivo ponto final na ditadura, uma clara rotura com um passado marcado pela repressão, prisões e tortura, o campo de concentração do Tarrafal, a existência da PIDE, o controlo exercido pela censura prévia, que tão drasticamente limitara a liberdade de expressão, a proibição de partidos políticos, a ausência de eleições livres e por níveis elevados de pobreza e analfabetismo. Mas, igualmente, o fim definitivo de outras coisas bem mesquinhas, como a proibição de usar isqueiro sem licença, de uma mulher deslocar-se ao estrangeiro sem licença do marido, de uma enfermeira casar-se ou de uma professora casar-se sem autorização do Governo...

A Assembleia Constituinte foi, para um jovem como eu, um estimulante desafio. Ela tinha uma relevância e legitimidade conferidas por uma presença nas urnas de mais de 91% dos eleitores recenseados. A convivência e a participação em debates com figuras referenciais do combate ao fascismo, como vários deputados do PS e do PCP, e com ilustres docentes e per-

sonalidades de outros partidos como Freitas do Amaral, Vital Moreira, Marcelo Rebelo de Sousa, Jorge Miranda, José Tengarrinha, entre outros, embora, assinale-se, com uma assinalável diferença entre o número de homens e mulheres, uma vez que estas eram no início da Constituinte apenas 21 dos 250 deputados. E participar em condições bem diferentes da que existira no tempo do fascismo: entre outros exemplos possíveis, desde logo pelo simples facto de estarem inicialmente disponíveis na sala apenas 18 microfones, o que espelhava bem o tom monocórdico e servil em que a *Assembleia Nacional* antes funcionara...

A experiência como deputado constituinte foi estimulante e enriquecedora. Não apenas por participar – e tanto aprender... – na elaboração do texto fundador da democracia portuguesa. Mas igualmente por presenciar o debate de ideias, bem como por poder contribuir para a redação daquele texto.

Na altura – estávamos no período que viria a ser conhecido como Verão quente de 75... –, o aceso combate entre visões tão diversas do

que deveria ser o regime político determinou as opções tomadas em torno do texto da Constituição.

É evidente que os projetos de texto constitucional dos diferentes partidos espelham prioridades diversas, desde a construção de uma sociedade sem classes até aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. No entanto, revisitando os projetos de texto constitucional dos diferentes partidos representados na Assembleia Constituinte, é possível testemunhar que até o próprio CDS se referia, no preâmbulo do seu projeto de Constituição a uma sociedade sem classes e no artigo 1.º a uma via original para um socialismo português, expressão esta, aliás, não muito diferente da que seria incluída no preâmbulo do texto aprovado, em que seria referida a intenção de abrir caminho para uma sociedade socialista.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

No que tange aos artigos relativos àquilo que poderemos classificar como a *Constituição da Comunicação Social*, que viria a ter quatro normas especificamente consagradas a essa matéria – artigos 37.º a 40.º, em cuja elaboração participaria, o propósito da maioria dos deputados foi bem claro: não sendo possível garantir na legislação aprovada pelo poder executivo – na altura em que esses artigos foram debatidos na especialidade, em agosto de 1975, estava em funções o V Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves...- vários dos direitos, liberdades e garantias fundamentais para a salvaguarda do regime democrático, bem como

a liberdade e o pluralismo da comunicação social, seria necessário assegurá-los através do próprio texto da Constituição. Recorde-se que o tão emblemático caso República ocorrera em maio de 1975, algumas semanas antes do início do debate...

Com a decisiva participação do inesquecível Mário Mesquita, em articulação com deputados de outras bancadas e várias vezes até obtendo um vasto consenso, foram então consagradas normas relativas aos direitos dos jornalistas, à regulação da comunicação social, visando assegurar a sua independência face ao poder político – o que muitas vezes não seria conseguido... - à existência de um serviço público de rádio e de televisão, aos direitos de resposta, de antena e de réplica política, entre outras medidas.

Recorde-se, todavia, que não faltaram vozes defendendo arduamente uma visão revolucionária da liberdade de expressão, sujeitando-a a novos limites: o PCP defenderia, relativamente aos órgãos de comunicação social estatizados, que, com a nacionalização dos bancos a seguir ao 11 de Março, incluíam, além da RTP e da RDP, os principais jornais diários, que eles deveriam “promover a mobilização e a consciencialização de todo o povo português na construção do socialismo” (Diário da Assembleia Constituinte de 30 de agosto de 1975). E um deputado do PCP recordaria no mesmo dia o então existente plano de acção política do MFA que preconizava que se tornava igualmente necessário o controle da rádio e da televisão estatais a fim de se fazer chegar ao conhecimento público, e de uma forma sistemática, a posição



O que ficou consagrado na Constituição de 1976 sobre a comunicação social mereceria dos académicos, investigadores e políticos estrangeiros, vários elogios

e doutrina do MFA sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional.

Esta desenvolvida *Constituição da Comunicação Social*, cuja dimensão, detalhe e conteúdo, sem paralelo desde logo no quadro europeu, mereceria dos académicos, investigadores e políticos estrangeiros, vários elogios, constituiu um dos aspetos relevantes do texto constitucional.

OS ELEITORES

No entanto, este início da participação na vida parlamentar teria outras aprendizagens. Por um lado, o contacto com os eleitores, a noção de que a atividade não poderia cingir-se ao edifício da Assembleia da República, impondo-se um permanente exercício de prestação de contas. Por outro, decorrendo do facto de que, mesmo com a então recusa dos deputados dos partidos à esquerda do PS em nele participarem, ausentando-se do hemiciclo, havia em todas as sessões parlamentares um chamado

período antes da ordem do dia, em que os deputados debatiam os temas mais relevantes da atualidade política. Tive ocasião de nele intervir sobre temas da comunicação social.

A enriquecedora experiência de deputado constituinte, que procurei conciliar com a liderança da Juventude Socialista, viria, todavia, a terminar em 21 de outubro de 1975, quando, já depois de concluídos os debates e a redação dos artigos da Constituição relativos à comunicação social, resolvi interromper a atividade parlamentar para abraçar um novo projeto jornalístico que sucedia ao *República* – o jornal *A Luta*.

Não fui, pois, testemunha presencial do cerco à Assembleia Constituinte, ocorrido em 12 de novembro de 1975, um dos episódios mais marcantes – e lamentáveis...- daquele período político.

* Jornalista, Professor universitário, Deputado Constituinte

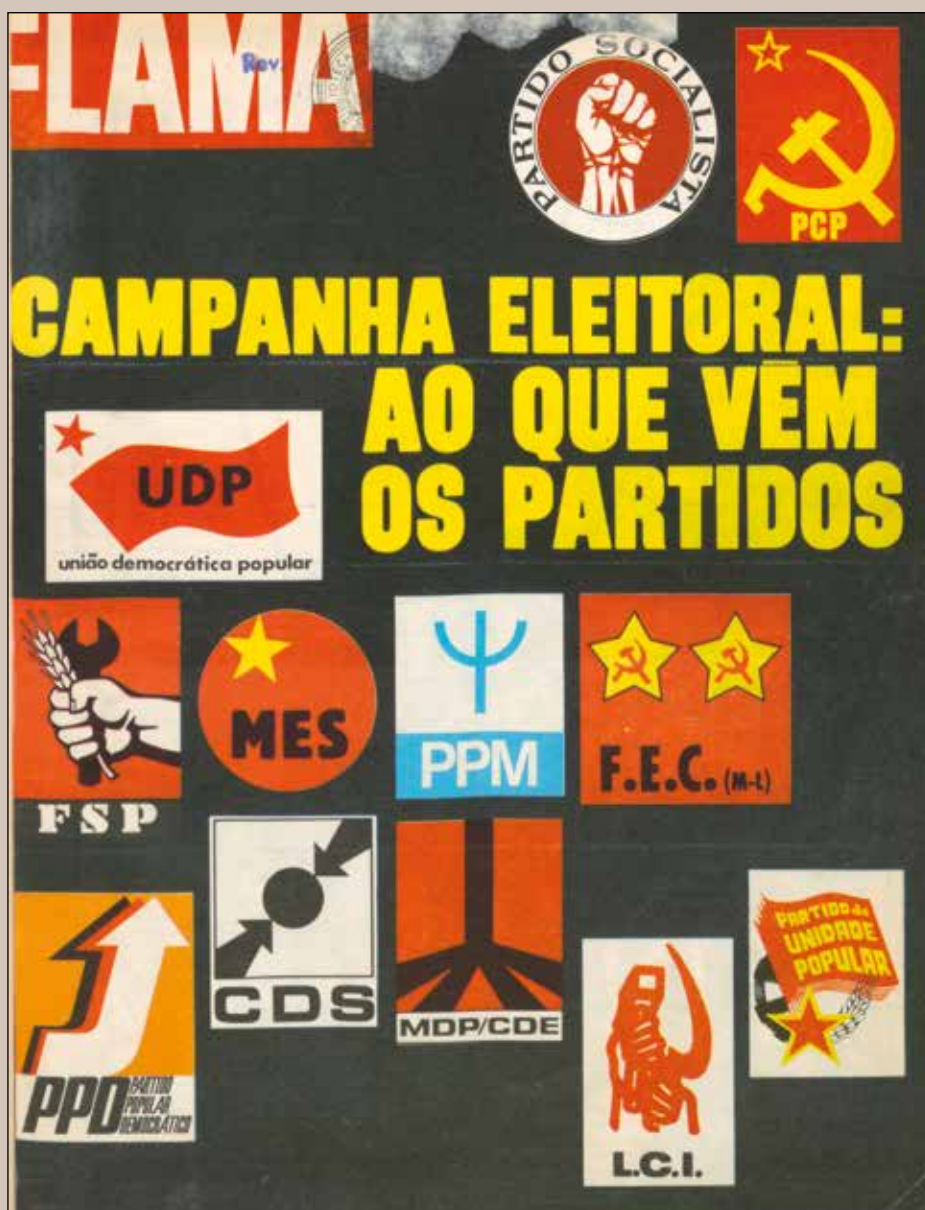
A AVENTURA DE UMA VIDA

Contribuir, ainda que modestamente, para a implantação de um novo regime fruto de uma revolução rica em fracturas ideológicas e não isenta de excessos e desvios e em que o CDS participou com inexcedível coerência e indispensável coragem, foi a aventura de uma vida que recordo com infinita saudade

BASÍLIO HORTA*

OS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA Constituinte para os deputados do CDS foram uma luta permanente na defesa dos ideais da Democracia Cristã e do centrismo, como ideologia e método de acção política, respectivamente. Num País completamente virado à esquerda e à extrema-esquerda, tributário do 11 de Março e dos governos Gonçalves, foi indispensável muita coragem e determi-

nação para o Partido e os seus dirigentes assumirem a diferença aos diversos socialismos instalados. Na Assembleia Constituinte cujo Grupo Parlamentar era presidido pelo notável político Vítor Sá Machado, essa diferença manifestava-se em cada debate e em cada decisão política ou legislativa. O CDS defendia que a democracia pluralista prometida pela revolução de Abril tinha de admitir as várias



correntes de pensamento plasmadas em diversos partidos políticos que podiam ascender ao poder através do voto livre dos cidadãos. O Socialismo como via única para ascender e exercer o poder político era uma opção própria das ditaduras, que só sabem conviver com um único partido que se confunde com o Estado. É precisamente neste quadro axiológico que se deve entender o voto contra do CDS à Constituição de 1976. O CDS não votou contra a Constituição democrática, mas sim contra a Constituição que por ser obrigatoriamente socialista não podia ser democrática. O CDS apoiou firme e consistentemente todas as reformas que criavam um sistema democrático avançado que contemplava a democracia autárquica, o exercício dos direitos sociais (direitos concretos diria o Professor Adriano Moreira), como integrantes da própria concepção de democracia, e finalmente, talvez o mais importante, o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades através de uma cada vez mais justa repartição de riqueza.

Participar na Assembleia Constituinte foi para mim um privilégio inesquecível. Contribuir, ainda que modestamente, para a implantação de um novo regime fruto de uma revolução rica em fracturas ideológicas e não isenta de excessos e desvios e em que o CDS participou com incedível coerência e indispensável coragem, foi a aventura de uma vida que recorro com infinita saudade.

Mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades, diversos ciclos políticos se sucederam, novos protagonistas surgiram, é a riqueza da

**OS VALORES
DO 25 DE ABRIL
E AS MEMÓRIAS
DELE RESULTANTES
SÃO IMUTÁVEIS,
PRINCIPALMENTE
PARA QUEM TEM O
PRIVILÉGIO DE AINDA
CONTINUAR A SERVIR A
CAUSA PÚBLICA**

democracia a funcionar, o que não impede que haja valores e memórias imutáveis.

Os valores do 25 de Abril e as memórias dele resultantes são imutáveis, principalmente para quem tem o privilégio de ainda continuar a servir a causa pública.

*** Deputado da Assembleia Constituinte,
atual presidente
da Câmara Municipal de Sintra**

Bom senso, boa vontade, bom carácter, juntando a isto contacto íntimo com o pensamento social, com as necessidades e aspirações da gente humilde, eis as virtudes a exigir do representante da opinião pública, eleito pelo sufrágio.

António Sérgio,
in Ensaios, "Da Opinião Pública
e da Competência em Democracia", 1918

UMA LEI FUNDAMENTAL À ALTURA DO SONHO

Em 1974, uma ditadura sobrevivia há 48 anos em Portugal. A guerra colonial eternizava-se, a inflação rondava os 30%, a especulação imobiliária grassava, a crise da habitação agravava-se e a pobreza lançava cada vez mais portugueses na emigração

HELENA ROSETA*

A VITÓRIA DO MOVIMENTO das Forças Armadas (MFA) em 25 de abril de 1974 foi acolhida com enorme júbilo. O Programa do MFA prometia restaurar a liberdade, pôr fim à guerra colonial, viabilizar a autodeterminação dos povos das colónias e lançar os fundamentos de uma nova política económica “ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas”, e

uma nova política social, para “a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses”.

O caminho para a democracia, a descolonização e o desenvolvimento ao longo do Período Revolucionário em Curso (PREC) foi duro. Portugal passou por transformações históricas profundas. O fim da guerra colonial e



Imagem da campanha eleitoral, há 50 anos, com a palavra liberdade em grande destaque

as independências das ex-colónias puseram termo ao “orgulhosamente sós” da ditadura. As mudanças políticas, sociais, económicas, culturais e demográficas do país sucederam-se a um ritmo vertiginoso. Velhos e novos partidos multiplicavam-se à esquerda e à direita. Por todo o lado se reclamavam todos os direitos.

O poder político estava nas mãos do MFA e do Presidente da República. Mas também se media na rua, espelhando uma fratura entre dois modelos de democracia distintos. A linha divi-

sória passava entre o PS e o PCP. Os socialistas e as forças à sua direita defendiam uma democracia parlamentar a que chamavam “pluralista”, semelhante às demais democracias europeias; os comunistas e as forças à sua esquerda queriam uma democracia de poder popular a que chamavam “unitária”. O confronto travava-se em todas as instâncias, nos quartéis, nos locais de trabalho, nas escolas, nos bairros, nos jornais e até nas famílias. Comissões de trabalhadores e de moradores promoviam ações revolucionárias, com saneamentos e ocupações.

Em 11 de março de 1975 fracassava o golpe da extrema-direita militar liderada por Spínola. Dias depois, a banca e os seguros eram nacionalizados pelo Conselho da Revolução.

PACTO MFA-PARTIDOS

Para garantir as eleições para a Constituinte, foi assinado em 11 de abril o Pacto MFA-Partidos, subscrito pelos representantes do MFA e de seis partidos (PS, PCP, PPD, CDS, MDP/CDE e Frente Socialista Popular). O MFA assumia acompanhar os trabalhos da futura Constituinte e os partidos comprometiam-se a assegurar a permanência do Conselho da Revolução como órgão de tutela militar durante um período de transição de 10 anos, com base num sistema de duas câmaras: uma Assembleia Legislativa civil e um parlamento militar, a Assembleia do MFA, a constituir por representantes das Forças Armadas e integrando o Conselho da Revolução. O Presidente da República seria eleito pelas duas câmaras e não por sufrágio popular.

Nas eleições para a Constituinte, em 25 de abril de 1975, PS, PPD e CDS obtiveram uma larga maioria, apesar da influência até aí dominante da esquerda radical na comunicação social pública. Os confrontos prometiam continuar.

No dia 8 de julho, com a Constituinte já em funções e em pleno “verão quente”, foi apresentado o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, que preconizava a detenção do poder político pelo Conselho da Revolução e por uma Assembleia Popular Nacional com duas câmaras, uma militar e outra civil, mas esta com-

**NAS ELEIÇÕES
PARA A CONSTITUINTE,
EM 25 DE ABRIL DE 1975,
PS, PPD E CDS
OBTIVERAM UMA LARGA
MAIORIA, APESAR
DA INFLUÊNCIA
ATÉ AÍ DOMINANTE
DA ESQUERDA RADICAL
NA COMUNICAÇÃO SOCIAL
PÚBLICA**

posta por representantes de comissões de trabalhadores e de moradores. Excluídos estavam o sufrágio universal e os partidos políticos. A Aliança Povo-MFA, defendida na rua pelo PCP, MDP/CDE, UDP e outras organizações, na Constituinte só era assumida pela UDP, que não subscrevera o Pacto MFA-Partidos.

A 9 de agosto foi tornado público o Documento dos Nove, subscrito pelo chamado “grupo dos Nove”, que retomava a via da democracia pluralista. Seguiu-se um crescendo da confrontação política. Vasco Gonçalves demitiu-se e Pinheiro de Azevedo sucedeu-lhe na chefia do governo. A 12 de novembro uma enorme manifestação de trabalhadores da construção civil sequestrou o Primeiro-Ministro e cercou S. Bento durante 36 horas, só deixando sair os constituintes, entre os quais me encontrava, no

dia seguinte, entre alas e apupos. Havia muitas armas espalhadas pelo país e pairava a ameaça de uma guerra civil.

A 25 novembro de 1975 estalou uma nova confrontação militar em que o PCP e a esquerda radical acabaram derrotados. Meses depois foi negociada entre o Conselho da Revolução e os partidos uma revisão do Pacto MFA-Partidos, que eliminou a Assembleia do MFA como órgão de soberania mas manteve o Conselho da Revolução com poderes de fiscalização da constitucionalidade das leis. Este compromisso, que assegurava o sufrágio universal e o papel dos partidos políticos, foi transposto para a nova Constituição, aprovada em 2 de abril de 1976 e em vigor desde 25 de abril desse ano.

DIREITO À HABITAÇÃO

Vivi intensamente este período como deputada eleita pelo então PPD. Os dois modelos de democracia que se digladiavam no seio militar também se disputavam na Constituinte. Intervim diretamente no artigo sobre o direito à habitação, pela primeira vez consagrado na nossa lei fundamental. Também aí se travava uma luta intensa sobre o papel das comissões de moradores. “Gerou-se o pandemónio” era aliás a expressão do Diário da Assembleia Constituinte para assinalar as constantes interrupções dos debates acesos travados. Mas a Constituinte conseguiu cumprir a sua missão. A Constituição aprovada em 1976 celebra este ano 49 anos. Pergunto-me muitas vezes como foi possível, num ambiente político tão instável e fraturado e num clima social tão agitado, aprovar uma

**NENHUM DEPUTADO
QUIS DEFRAUDAR
A ESPERANÇA TRAZIDA
PELA REVOLUÇÃO
DOS CRAVOS
E TODOS TENTARAM
DAR O SEU MELHOR.
TÍNHAMOS DE CONSTRUIR
UM PAÍS À ALTURA
DO SONHO ABERTO
PELO 25 DE ABRIL**

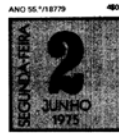
Constituição capaz de vencer a prova do tempo. Creio que a resposta é só uma: nenhum deputado quis defraudar a esperança trazida pela Revolução dos Cravos e todos tentaram dar o seu melhor. Tínhamos de construir um país à altura do sonho aberto pelo 25 de Abril.

** Deputada da Assembleia
Constituinte, arquiteta*

Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruela Ramos Director-adjunto José Cardoso Pires



VIAGEM AO FIM DO IMPÉRIO

Pelo
nosso enviado especial
**ARMANDO PEREIRA
DA SILVA**

(Ver na pág. 8)



VALENTINA EM LISBOA

Valentina Terezhkova, a primeira mulher cosmonauta, está em Portugal a convite do Movimento Democrático das Mulheres. Na gravura, Valentina com Álvaro Cunhal. (Pág. 11).



COMBOIO DO VOUGA (RE)COMEÇA MAL

Feita ontem a viagem inaugural, com máquinas e composições partindo de Aveiro e de Espinho rumo a Viseu, o remoqueado e alindado comboio do Vale do Vouga entra em dificuldades. Esta manhã, ainda se encontrava bloqueado em Oliveira de Frades, pois manifestações de populares em duas antigas estações daquele Concelho (Primeiro de Lafões e Ribeirão) no de Agueda (Casal d'Alvaro) em Rio Maior, formaram piquetes de protesto contra a reformulação do circuito que fechou algumas estações e apeadeiros. Ao mesmo tempo, o serviço de camionagem que completa a rede de transportes da região, em complemento da via férrea, encontra-se também paralisado por oposição firme das populações. Contudo a circulação foi iniciada, mais tarde, com uma primeira vitória: a do povo de Ribeirão. Uma certa falta de esclarecimento e consulta às populações, aliada a manobras oportunistas de tipo reacionário poderão considerá-se responsáveis por esta agitação. (Reportagem na pág. 10)

COSTA GOMES INAUGURA A CONSTITUINTE

A hora de esta edição começar a circular decorre em S. Bento a cerimónia inaugural da Assembleia Constituinte, com a presença significativa do general Costa Gomes. Há dois discursos: do Presidente da República e, em resposta, do prof. Henrique de Barros, nome, alias, proposto pelo P. S. para a própria presidência da Assembleia.

Uma alteração de última hora sobreveio na direcção do grupo parlamentar do mesmo Partido: problemas de saúde obrigaram à substituição do dr. José Magalhães Godinho pelo eng.º António Lopes Cardoso como presidente do grupo. Formado em Agronomia, o eng.º Lopes Cardoso participou no malogrado golpe de Beja, tendo-se exilado logo a seguir. Membro da comissão central do J.A.P. (Luzit de Acção Patrótica) antes dessa data, foi mais tarde um dos dirigentes

da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Passou longos anos fora do País, nomeadamente em França e no Brasil, de onde regressou no começo desta década.

A COLOCAÇÃO DOS DEPUTADOS

Entretanto foi solucionado o problema da colocação dos 250 deputados no hemiciclo. Na ponta esquerda, à frente, tomará assento o único deputado eleito pela U. D. P., tendo ao lado, numa faixa que cobre grande parte da ala esquerda e do centro, os seus 116 colegas do P. S. Na faixa esquerda, mas atrás, ficarão os 30 deputados do P. C. P., com os 5 do M. D. P. à sua direita. A ala direita é ocupada pelos 81 deputados do P. P. D., com os 16 do C. D. S. no extremo correspondente e, à frente, o solitário representante de Macau.



Muitos milhares de pessoas foram ontem saudar o Primeiro-Ministro no seu regresso de Bruxelas, onde participou na Cimeira da N. A. T. O. Palavras mais repetidas pelos manifestantes ao Conselho da Revolução e a Costa Gomes, ali presentes: «Socialismo só há um, o do povo e mais nenhum».

ANGOLA

COMBATES EM CARMONA

LUANDA, 2 (especial para o «D.L.»). A Comissão Central do M.P.L.A. e o comandante Ro. Carreira, em declarações simultâneas e coincidentes produzidas hoje em Luanda e em Argel, desmentiram categoricamente as notícias surgidas nos últimos dias sobre uma hipotética oposição, no seio do Movimento, entre uma «linha dura» e uma «linha moderada».

«Não há divisões no M.P.L.A.», afirmou Ro. Carreira, considerando «especulativas e sem qualquer fundamento» as notícias, de que se fez eco a edição de sábado de um vespertino de Lisboa, e que teriam origem em certos elementos do Exército Português em Angola. Segundo as autoridades, Carreira chefearia a «linha dura», apoiado pelo comandante Nito Alves e pelo próprio presidente do M.P.L.A., Agostinho Neto. O líder da «linha moderada» seria Lúcio Lara. Outra versão das mesmas notícias, também sem fundamento, colocava o presidente Neto ao lado de Lara contra a «linha dura» de Carreira e Nito Alves.

Nos círculos políticos de Luanda salienta-se o efeito de visionista, confusionalista e perturbador que semelhantes notícias podem desencadear na actual situação angolana. Graças a fontes credíveis, porém, em Carmona entre tropas do M.P.L.A. e da F.N.L.P., obrigando à intervenção, até agora sem êxito, de uma equipa militar mista composta por forças integradas dos três movimentos de libertação.

A insuficiência desta equipa e o recrutamento das confrontações armadas determinou uma ordem de marcha, emitida esta manhã, para que segunda força militar integrada siga para Carmona e domine a situação.

Notícia-se, entretanto, certa melhoria da situação no Negage, onde parece ter terminado o «branco» entre tropas do M.P.L.A. e da F.N.L.A. A crise militar vai-se acalmando também nos Drenhos, em Moçambique, e no Gollung Alto, mas a população branca, recando novos e mais graves embates, continua a afuir em massa à capital.

PRIMEIRA VITIMA DO AUMENTO DAS TARIFAS DOS CORREIOS

O «DIÁRIO DO ALENTEJO» SUSPENDEU A PUBLICAÇÃO

BEJA, 2. — O «Diário do Alentejo» foi o primeiro jornal a interromper a sua publicação, por não poder «suportar as novas tarifas dos C.T.T.».

Para este diário de Beja, a subida das tarifas dos C.T.T. significa um aumento de encargos (avencas) de 2 para 40 contos mensais.

Com um agravamento nos encargos de 900 por cento, a administração do «Diário do Alentejo» decidiu interromper a sua publicação ontem, precisamente no dia em que completava 43 anos.

Mais de 60 trabalhadores que ali trabalham estão em risco de ir para o desemprego. A menos que, tal como sugeria a Associação da Imprensa

Diária, «a portaria seja suspensa imediatamente no que se refere aos encargos das avencas aos jornais» e pedida «providências imediatas para que não venhamos a lamentar prejuízos irreparáveis».

20 PAGINAS

PRIMEIRAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL



No dia 8 de julho, com a Constituinte já em funções e em pleno “verão quente”, foi apresentado o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, que preconizava a detenção do poder político pelo Conselho da Revolução e por uma Assembleia Popular Nacional com duas câmaras, uma militar e outra civil

Tenho ensinado aos meus alunos, na Universidade dos Açores, que as primeiras eleições verdadeiramente democráticas de toda a História de Portugal – um dos países mais antigos da Europa, quase a fazer 900 anos! – foram as eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas no dia 25 de Abril de 1975, exactamente um ano depois da Revolução do 25 de Abril

JOÃO BOSCO MOTA AMARAL*

FOI A LEI ELEITORAL, aprovada por um dos governos provisórios, que introduziu no nosso País o princípio do sufrágio universal. A partir de então todas as pessoas com mais de 18 anos passaram a ser titulares do direito de voto, assumindo assim uma cidadania plena, com capacidade para eleger e ser eleito, qualquer que fosse o seu sexo e condição cultural. Destaco estes dois aspectos porque leis eleitorais anteriormente vigentes não admitiam o voto das mulheres e dos analfabetos – que eram então muitos e o Estado não cumpria a sua função, que hoje diríamos fundamental, de lhes proporcionar condições para aprenderem sequer a escrever o seu nome – excepto se pagassem um certo montante de impostos, conforme os padrões correntes do sufrágio censitário.

Além disso, a Revolução trouxe consigo a restauração das liberdades cívicas e com isso a liberdade de constituição e acção dos partidos políticos, de modo que todo o período daquele ano, inesquecível para os que tiveram a sorte de o viver, foi de intenso debate político, sobre as grandes opções, que tinham sido abertas pe-

la Revolução, quanto à organização do Estado Português e da própria sociedade.

Assim, a votação do dia 25 de Abril de 1975, atingindo um grau de participação jamais igualado, superior a 90% dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, laboriosamente feitos à mão nos meses anteriores, numa base de voluntariado, correspondeu a uma expressão da vontade do Povo Português em viver em Liberdade e em Democracia, visando a Justiça Social, conforme os padrões correntes na Europa Ocidental, para onde aliás tinham emigrado, mais ou menos ilegalmente, nos anos finais do regime deposto, cerca de um milhão de conterrâneos nossos.

IDEÁRIO DEMOCRÁTICO

Tenho defendido que as eleições para a Assembleia Constituinte foram a mais completa validação da adesão dos portugueses ao ideário democrático e emancipador da Revolução do 25 de Abril. Houve depois da “madrugada libertadora”, imortalizada pelos poetas e demais artistas, muitas manifestações de apoio ao gesto revolucionário dos Capitães de Abril, desde

logo no 1.º de Maio, logo posterior àquela data histórica, e em todo o nosso país. Mas nenhuma delas se pode comparar à silenciosa força política de uma votação livre, feita em paz e na máxima ordem, por isso mesmo com resultados inquestionáveis e de facto inquestionados, em cada uma das localidades do território nacional, desde as mais pequenas comunidades rurais, perdidas nas serranias ou nas ilhas, às grandes comunidades urbanas, a qual soou aliás como um grito de amor à Liberdade e à Democracia e de apoio aos seus promotores e defensores, nas lutas que tinham marcado a vida política nacional durante todo o ano desde o derrube do regime anterior.

Quando a Assembleia Constituinte iniciou os seus trabalhos estava em curso um processo revolucionário, que pretendia mesmo aboli-la.... Tal não consentiram, porém, os Deputados eleitos pelo Povo Português, fortes de tal título e da correspondente legitimidade! Foi uma dura brega, começada logo na fase de elaboração do Regimento e das condições mínimas de funcionamento eficaz do novo órgão e prosseguida no combate contra o teor do Pacto MFA-Partidos, imposto pelos radicais e aceite pelos partidos políticos democráticos como condição indispensável para que se realizassem as eleições, no pressuposto de que haveriam de surgir condições para o alterar, como de facto se veio a verificar.

Os meses que durou a elaboração da Constituição de Abril foram de luta, dentro e fora do Hemíciclo do Palácio de São Bento. À distância, relendo atentamente as actas da Assembleia

**A VOTAÇÃO
DO DIA 25 DE ABRIL
DE 1975 ATINGIU
UM GRAU
DE PARTICIPAÇÃO
JAMAIS IGUALADO,
SUPERIOR A 90%
DOS ELEITORES
INSCRITOS
NOS CADERNOS
ELEITORAIS**

Constituinte, que estão publicadas no respectivo “Diário das Sessões”, se pode ver como as correntes radicais tentaram impor os seus pontos de vista e como lhes responderam os moderados, sempre na defesa de um Estado deveras democrático a funcionar numa sociedade aberta e também ela democrática. No final das contas, foram estes a vencer, e a prova do tempo, que o Presidente Henrique de Barros mencionou no discurso proferido no encerramento dos trabalhos, demonstrou a justeza das soluções adoptadas, aliás tempestivamente corrigidas nas posteriores revisões constitucionais.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Em 2 de Abril de 1976 teve lugar a votação final do novo texto constitucional e a Assembleia Constituinte dissolveu-se sem quaisquer problemas, abrindo o caminho para as eleições legislativas, que viriam a ter lugar no dia 25 de Abril seguinte, repetindo-se os resultados do escrutínio anterior quanto ao pri-

meiro e segundo partidos mais votados, que foram respectivamente o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata. Em Junho desse mesmo ano realizaram-se as eleições para o cargo de Presidente da República e também, na mesma data, para as Assembleias Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. No final do ano foram eleitos os órgãos do Poder Local Democrático e com isso Portugal passou a funcionar plenamente em termos democráticos.

Considero uma honra muito grande ter sido Deputado à Assembleia Constituinte e ser um dos subscritores da Constituição do 25 de Abril, que assim designo não apenas por ter entrado em vigor na data do segundo aniversário da Revolução, mas sobretudo por nela se consagrarem os princípios democráticos que animaram, para o seu histórico gesto de ruptura, os heroicos Capitães de Abril.

*** Professor universitário,
deputado à Assembleia Constituinte**

Nota do autor: Por convicção pessoal, o Autor não respeita o assim chamado Acordo Ortográfico.



Coimbra, 25 de Abril de 1975 – Eleições sérias, finalmente. E foi nestes 50 anos de exílio na pátria a maior consolação cívica que tive. Era comovedor ver a convicção, a compostura, o aprumo, a dignidade assumida pela multidão de eleitores a caminhar para as urnas, cada qual compenetrado de ser portador de uma riqueza preciosa e vulnerável: o seu voto, a sua opinião, a sua determinação.

Miguel Torga, Diário, Vol. XII, 1977.



O número de votantes ultrapassou os 91%, quase seis milhões, algo que nunca acontecera em Portugal e que nunca mais haveria de acontecer

O PRIMEIRO SUFRÁGIO UNIVERSAL

Difundida a partir das 11 horas de 25 de abril de 1974, logo o Movimento das Forças Armadas proclamou a convocação e a eleição de uma Assembleia Constituinte, o que viria a verificar-se na base de um projeto de lei eleitoral elaborado por uma comissão formada por juristas

JORGE MIRANDA*

DE 1821 ATÉ 1975, salvo em curtos períodos, sempre se realizaram eleições em Portugal. Nunca, porém, eleições democráticas, por o voto ser censitário e fechado às mulheres (a única exceção, no período liberal, foi a de Beatriz Ângelo, em 1911). A seguir durante a ditadura de Salazar, as eleições de 1926 a 1974, eram sistematicamente falseadas ao serviço do regime. As primeiras eleições livres e por sufrágio universal viriam a ser as de 25 de abril de 1975.

Difundida a partir das 11 horas de 25 de abril de 1974, logo o Movimento das Forças Armadas proclamou a convocação e a eleição de uma Assembleia Constituinte, o que viria a verificar-se na base de um projeto de lei eleitoral elaborado por uma comissão formada por juristas.

O projeto apresentado em agosto, previa:

- > O direito de voto, a partir dos 18 anos, independentemente de se saber ler e escrever;
- > O recenseamento eleitoral simultaneamente oficioso e obrigatório para se assegurar a máxima participação possível;
- > Os distritos como círculos eleitorais, segundo uma divisão do território de 150 anos;

- > Em cada círculo eleitoral, um único boletim de voto, com as denominações, as siglas e os símbolos dos proponentes das candidaturas, cabendo a cada eleitor assinalar na câmara de voto, devidamente isolada, a candidatura por si escolhida (reagindo-se assim contra a prática, no regime de Salazar, dos boletins diferentes das candidaturas, o que afetava o segredo do voto);
- > A apresentação de candidaturas por partidos e por comissões eleitorais;
- > O tratamento não discriminatório das candidaturas na comunicação social;
- > A representação proporcional conforme o método de média mais alta de *Hondt*;
- > A criação de uma Comissão Nacional de Eleições.

As normas legislativas decretadas a seguir acolheram estas soluções.

Como se sabe, depois da revolução os tempos não foram nada fáceis, com divisões entre os militares, aproveitamento destas pelos partidos, agitação social, dificuldades económicas, etc. culminando naquilo que seriam chamados o “verão quente” e o “outono escaldante”.

De todo o modo, a Assembleia foi eleita em 25 de abril de 1975, e pôs-se a funcionar conforme previsto, mas chegou a ser sequestrada, em 12 e 13 de novembro de 1975.

A situação começaria a mudar, embora não sem dificuldades, a partir de agosto com o documento dos nove, escrito por Melo Antunes e subscrito por vários oficiais, entre os quais o coronel Vasco Lourenço. A eles se deve uma grata homenagem.

Enfim, nesse dia de 25 de abril de 1975, saí de casa muito cedo, às 7 horas e 30 minutos da manhã, para levar a minha mulher a uma assembleia de voto de cuja mesa seria membro. Já as ruas estavam ocupadas com filas que se encaminhavam para o voto. Foi comovente e impressionante em comparação com as duas últimas eleições do salazarismo, em 1969 e 1973, que eu já tinha acompanhado com tristeza.

O número de votantes ultrapassou os 91%, quase seis milhões, algo que nunca acontecera em Portugal e que nunca mais haveria de acontecer. E foram eleições sem mácula, sem fraudes, sem pressões. A 5.^a Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com oficiais próximos do PCP, ainda fez campanha pelo voto em branco, que seria uma espécie de voto no MFA, mas não chegou a 7%, pois os eleitores perceberam que a disputa era entre partidos.

O 25 de Abril de 1975 foi o segundo 25 de abril, o segundo da liberdade. Possível só porque tinha havido o primeiro, foi ele que imprimiu e reiterou (como se queira) o rosto genuíno da

**DEPOIS DA REVOLUÇÃO
OS TEMPOS NÃO FORAM
NADA FÁCEIS,
COM DIVISÕES
ENTRE OS MILITARES,
APROVEITAMENTO
DESTAS PELOS
PARTIDOS,
AGITAÇÃO SOCIAL,
DIFICULDADES
ECONÓMICAS**

revolução. E, historicamente, foi nele que, pela primeira vez, os portugueses, todos os portugueses, puderam e souberam escolher o seu destino.

Como escreveu Miguel Torga (no seu *Diário*, volume 13, Coimbra. 1977, pág. 1085): “Parecia um povo transfigurado e ao mesmo tempo consciente da transcendência do ato que ia praticar e certo da ambiguidade circunstancial que o permitia. O que faz o oceano da liberdade e como angustiante era o risco de a perder!”

* Deputado da Assembleia Constituinte

FLAMA



MARIO SOARES - P.S.



ÁLVARO CUNHAL - P.C.P.

CAMPANHA ELEITORAL: AO QUE VÊM OS PARTIDOS



JOÃO FERREIRA - F.S.P.



AFONSO DE BARROS - M.E.S.



FERREIRA DO AMARAL
P.P.M.



AURELINA RODRIGUES LIMA
F.E.C. m.L.



MAGALHÃES NETA
F.P.D.



FREITAS DO AMARAL
C.D.S.



PEREIRA DE MOURA
M.D.F. C.D.E.



FRANCISCO SARDO - L.C.I.



VOTO AOS 18 ANOS

CONQUISTA DOS JOVENS



Os trabalhos da Assembleia Constituinte constituíram uma grande aprendizagem para todos

Não custa reconhecer o destacado contributo dos jovens para o derrube do fascismo, o seu grande envolvimento ao longo de décadas nas muitas lutas travadas pela liberdade, pelos seus direitos, um deles, o do voto aos 18 anos. Esta era uma das reivindicações já exigida nas eleições de 1969 pelo movimento de jovens quando nos juntávamos nas reuniões e sessões da CDE - Comissão Democrática Eleitoral

JOSÉ PEDRO SOARES*

O DIREITO DE VOTO AOS 18 ANOS foi uma reivindicação reclamada no II Congresso Republicano realizado na cidade de Aveiro e, mais tarde, no 3.º Congresso da Oposição Democrática realizado entre 4 e 8 de abril de 1973, também na cidade de Aveiro, e afirmado com mais destaque em diferentes teses ali apresentadas. Este 3.º Congresso acabou por ser um acontecimento histórico, onde a oposição democrática se mostrou unida como nunca contra a guerra colonial, contra o fascismo e por eleições livres e democráticas.

Um ano depois, aconteceu o 25 de abril de 1974. Estava assim cumprido um primeiro objetivo, o derrube do fascismo. Agora faltava fazer tudo o resto.

A realização de eleições livres, sempre foi uma reivindicação e um objetivo da oposição democrática, propósito também inscrito desde sempre no programa do PCP, força que lutou e mais resistiu nesses tempos difíceis e duros da vida dos portugueses, partido ao qual estou ligado desde jovem.

Nesses anos escrevíamos nas paredes “eleições livres”, fazíamos e distribuíamos documentos e abaixo-assinados que dirigíamos aos órgãos

do poder fascista. Integrámos comissões para falar com as pessoas para irem às juntas de freguesia e se recensearem.

Fui preso a 1 de julho de 1971, tinha 21 anos, o que aconteceu a muitos outros jovens. Era militar na altura. Passados três anos ocorreu o 25 de Abril e fui libertado da cadeia do Forte de Peniche, como todos os presos que se encontravam nas cadeias dos Fortes de Caxias e de Peniche. Os que estavam na cadeia da PIDE do Porto acabaram por ser libertados horas antes, no dia 26 de abril.

JOVENS SOLDADOS

Logo que saí da cadeia de Peniche integrei-me no MJT – Movimento da Juventude Trabalhadora. Era enorme a afluência dos jovens trabalhadores. Eram muitos os problemas dos jovens a exigir resolução: o regresso dos jovens soldados da guerra; a situação dos trabalhadores-estudantes; os problemas criados em muitas empresas que dificultavam ou não aceitavam a organização dos jovens e também dos trabalhadores e, claro, a participar na campanha das primeiras eleições livres que se iam realizar para a Assembleia Constituinte.

Fui nessa altura convidado pelo meu partido para integrar a lista pelo círculo de Lisboa. Confesso que tive dificuldade em aceitar tão honroso convite e logo para figurar nos primeiros lugares e por isso com fortes possibilidades de ser eleito, como aconteceu.

Já trabalhava desde os meus treze anos, era tipógrafo/compositor e estudava à noite, mas ser deputado era uma tarefa, uma atividade absolutamente nova, um desafio que aceitei.

Já com a Assembleia a funcionar, apercebi-me de uma outra característica da Revolução de Abril: pela primeira vez na história do constitucionalismo português, (1822, 1838, 1911, 1926 e 1933) a Assembleia Constituinte, eleita em 25 de abril de 1975, contava com participação de deputados das classes trabalhadoras, em diferentes proporções nas bancadas de todos os partidos, mas maioritariamente na bancada do PCP com a integração de operários industriais e agrícolas, empregados de diferentes profissões.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte constituíram uma grande aprendizagem para todos. Nervosos, tantas vezes, quando levantávamos o braço a pedir a palavra ou quando nos deslocávamos para intervir junto da presidência (e o que custava ouvir os piropos reacionários muitas vezes sem nexos e descabidos das bancadas da direita). Foi uma tarefa, uma atividade em que procurei dar o meu melhor ao serviço dos que nos escolheram com o seu voto.

No decorrer das sessões e em comissões, lá me bati como pude pelas questões gerais no processo da elaboração e escrita do texto da Constituição da República que acabou aprovado e

promulgado em 2 de abril de 1976. Mas afirmo sempre, foi sobretudo nas questões dos jovens trabalhadores, na defesa e integração dos seus direitos no texto constitucional e ainda pelo fim da guerra, do colonialismo, pela independência e autodeterminação das ex-colónias que mais me foquei e trabalhei.

A realização das primeiras eleições livres (*Dec.-Lei n.º 621-A/74, de 15 de novembro*) – em que pela primeira vez têm pleno direito ao voto as mulheres e os jovens com mais de 18 anos – há muito reivindicação da oposição democrática e também objetivo do Movimento das Forças Armadas (MFA), foi uma importante conquista e um dos grandes marcos da Revolução de Abril.

GRANDES CONQUISTAS

Ao assinalarmos os 50 anos da realização das primeiras eleições em liberdade, importa reconhecer essas grandes conquistas no plano político: o sufrágio universal (igual, direto, secreto e periódico), o reconhecimento do papel dos partidos na organização e expressão da vontade popular, bem como a proporcionalidade do sistema eleitoral.

Entretanto, os sete processos de revisão constitucional ocorridos em 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005 alteraram aspetos fundamentais da Constituição da República ao eliminar, sobretudo, na revisão de 1989, na parte económica o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, concedendo ao Governo poderes para reprivatizar as empresas nacionalizadas, a eliminação da referência constitucional à reforma agrária, obstaculizando assim a subordinação

dos grandes interesses económicos e empresariais ao poder político e a uma outra dinâmica de desenvolvimento nacional não monopolista. Apesar dessas alterações, a Constituição da República Portuguesa, elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte eleita nas primeiras eleições livres, continua a ser a magna carta do

regime democrático edificado com a Revolução de Abril, a nossa lei geral que é preciso dar mais a conhecer, cumprir e fazer cumprir.

* Ex-preso político, ex-deputado da Assembleia Constituinte e membro do Conselho Diretivo da URAP

Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manoel Director A. Ruela Ramos Director-adjunto José Cardoso Pires

9
 SEGUNDA-FEIRA
 9 DE DEZEMBRO
 1974

O RECENSEAMENTO CODECOU HOJE

• NÃO SE PREVÊ O ALARGAMENTO DO PRazo

Em simultâneo, para garantir a integridade do processo eleitoral, os membros da Assembleia Constituinte, reunidos em sessão pública, decidiram que os recenseamentos das eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República, bem como os recenseamentos das eleições para a Assembleia Municipal e para a Assembleia do Freguesiano, deverão ser realizados no mesmo dia, a saber, no dia 15 de Dezembro de 1974.

Esta decisão foi tomada por unanimidade, após uma discussão que se prolongou durante cerca de duas horas.

Os membros da Assembleia Constituinte, reunidos em sessão pública, decidiram também que os recenseamentos das eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República, bem como os recenseamentos das eleições para a Assembleia Municipal e para a Assembleia do Freguesiano, deverão ser realizados no mesmo dia, a saber, no dia 15 de Dezembro de 1974.

CAIXEIROS AMEAÇAM

"NÃO" GREGO À MONARQUIA

Os caixeiros de Lisboa ameaçam não votar no dia 15 de Dezembro de 1974, se não forem reconhecidos os seus direitos. Os caixeiros de Lisboa, reunidos em sessão pública, decidiram que os seus direitos deverão ser reconhecidos antes de votarem no dia 15 de Dezembro de 1974.

Os caixeiros de Lisboa, reunidos em sessão pública, decidiram também que os seus direitos deverão ser reconhecidos antes de votarem no dia 15 de Dezembro de 1974.

O PORTO À FRENTE

C.N.R.P. E A POLÍTICA ECONÓMICA

O Conselho Nacional da República Portuguesa (C.N.R.P.) reuniu-se em sessão pública para discutir a política económica. O C.N.R.P. decidiu que a política económica deverá ser baseada nos princípios da democracia e da justiça social.

O C.N.R.P. decidiu também que a política económica deverá ser baseada nos princípios da democracia e da justiça social.

Constituição
da
República Portuguesa

1976

ELEIÇÕES
ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE

50 ANOS

DEMOCRATIZAÇÃO

DEMOCRATIZAÇÃO

UMA PROMESSA DO MFA

Ao acordarem em Liberdade, no dia 25 de Abril de 1974, os portugueses e o mundo tomaram conhecimento desse sonho realizado e dos compromissos assumidos pelos protagonistas da acção libertadora desse dia, que Sophia baptizou de “O dia inicial inteiro e limpo”. Nesses compromissos, para além da promessa de paz, sobressaía a da construção de um Estado democrático que levasse a uma sociedade mais igual e solidária. Ora, essa promessa escrita, e sempre reiterada, referia-se à realização de eleições livres no prazo de doze meses para uma Assembleia Constituinte, que expressasse a vontade dos portugueses e levasse à aprovação de uma Constituição da República, determinando assim as regras que nos iriam reger no futuro.

VASCO LOURENÇO*

POSSO COMEÇAR POR DIZER, de forma inequívoca e capaz de enfrentar quaisquer críticas, que o Movimento das Forças Armadas cumpriu – não só na promessa da Democracia, mas é essa que aqui analiso – todos os compromissos assumidos em 25 de Abril de 1974.

Promoveu as eleições prometidas, no prazo estabelecido; criou condições para que a Assembleia Constituinte pudesse cumprir cabalmente a sua missão; garantiu a realização das acções previstas na Constituição, essenciais para a consolidação da Democracia e entregou o poder aos portugueses democraticamente organizados, logo que estes (através da Assem-

bleia da República) assumiram a sua missão de revisão da referida Constituição.

Por isso, porque cumprimos com os compromissos assumidos, devolvendo aos portugueses democraticamente organizados, por vontade e decisão nossa, o poder que detínhamos, criámos um caso único na História Universal. Da não apetência pelo Poder resultou o cumprimento de todas as promessas feitas em Abril de 1974, desde a implantação da Liberdade até à retirada dos militares do exercício do Poder.

Por isso, os Militares de Abril, agregados no MFA, que continua a ser essencialmente um “estado de espírito”, não podem deixar de se



“Depois da Revolução, os Capitães de Abril permaneceram activos na sociedade em defesa dos valores oferecidos aos portugueses em 1974”

sentir profundamente ofendidos na sua honra, quando alguém aparece a afirmar que “em 1982, os militares foram obrigados a regressar a quartéis”.

A História foi escrita no terreno, há alguns que teimam em deturpá-la.

Porque não abdicamos da Verdade e não aceitamos que a nossa honra seja beliscada, insistimos em transmitir a todos os factos reais, incentivando os historiadores a escreverem a História com suporte e de forma consistente. Não escondemos que, durante o processo de consolidação democrática, o MFA não conseguiu evitar a sua divisão. As lutas partidárias, a que procurámos ser imunes, conseguiram alguns resultados, o que provocou conflitos que

nos iam lançando em confrontos generalizados, em que a eclosão de uma guerra civil esteve “à beira de acontecer”, mas o pior não aconteceu, e o essencial foi atingido. E, não restem dúvidas, foi o MFA, foram os militares, contra tudo e contra todos, os principais responsáveis pelo cumprimento da sua palavra.

LIVRES FRENTE AO PODER

Fui um dos que, integrando o colectivo, como um dos seus principais responsáveis, vivi todo o processo, seja o conspirativo seja o pós-25 de Abril. Fui um dos que lutaram para que as nossas promessas não fossem esquecidas ou deturpadas. Continuo a sentir-me, como os meus camaradas, extraordinariamente honrado e

orgulhoso pelo papel que desempenhámos e pelos resultados obtidos para o nosso país e para o nosso povo. Por tudo isso, ainda não esqueci nem perdooei a forma como os militares de Abril foram tratados no fim do Período de Transição e começo da chamada “democracia plena”.

E porque nunca é demais relembrar o passado, com vista à construção de um futuro melhor, insisto em relembrar os passos principais que foram dados para que a democracia seja hoje, passados que são mais de 50 anos, o sistema político a vigorar no nosso país.

25 de Abril de 1974 – Programa do MFA e promessa de eleições para uma Assembleia Constituinte, no prazo de “doze meses”.

16 Maio 1974 – 1.º Governo Provisório, em cuja constituição apenas um dos ministros é militar, na Defesa Nacional.

13 Junho a 09 Julho 74 – Golpe Spínola/Palma Carlos. Este episódio inicia-se com uma reunião plenária do MFA com a Junta de Salvação Nacional (JSN) na Manutenção Militar, e ficaria conhecido como Golpe Palma Carlos, devido ao protagonismo que o então primeiro-ministro teve no mesmo (mas que no fundo foi um golpe de Spínola, fortemente apoiado por Sá Carneiro). Terminaria com a queda do Governo, após serem derrotadas as teses de alteração profunda do Programa do MFA, ao proporem para Outubro de 74 a realização de eleições para Presidente da República, acom-

panhadas pela aprovação de uma Constituição, através de Referendo, com dissolução da JSN e o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte para Novembro de 1976.

28 Setembro 74 – Golpe de Spínola. Uma tentativa de golpe palaciano de António de Spínola, procurando desesperadamente fazer vingar as suas teses. Termina com a sua renúncia ao cargo de Presidente da República.

11 Março 1975 – Novo golpe de Spínola, baseado numa tentativa de golpe armado. Apesar de fortes pressões, o MFA assume a responsabilidade de cumprir as promessas e realizar as eleições para a Assembleia Constituinte até 25 de Abril de 1975.

11 Abril 1975 – Assinatura do 1.º Pacto MFA/Partidos, acordo da iniciativa simultânea das duas partes e discutido sem pressões, onde os partidos (CDS, FSP, MDP, PCP, PPD e PS) assumem defender soluções que institucionalizariam o MFA na Constituição, a aprovar depois das eleições Constituintes.

25 Abril 1975 – Primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, que foram as eleições mais livres e participadas que jamais se haviam feito e vieram a fazer-se (92% de votantes). Eleições que se realizaram sob responsabilidade e acção do MFA e dos militares, com o apoio da população e da administração pública. O Recenseamento constituiu uma das acções que mais me marcaram na vida, com os militares na coordenação e no terreno e o empenhamento de to-

da a população, chegando-se ao ponto de bater de porta em porta. Assim se passou do milhão e meio de eleitores das “eleições” de Outubro de 1973 para os mais de seis milhões em 1975.

25 Novembro 1975 – Em resultado do desfecho das movimentações militares deste dia, que pode ser considerada a última tentativa de golpe que procurou inviabilizar o funcionamento da Assembleia Constituinte e, portanto, a colocação em causa do cumprimento total da promessa do MFA, resultaram também as condições para o seu funcionamento pleno e sem condicionantes.

11 Dezembro 1975 – Revisão do Pacto MFA/Partidos, como iniciativa do Conselho da Revolução, ao propor aos partidos a revisão da versão que tinha sido assinada em 11 de Abril de 1975.

13 Janeiro 1976 – O MFA aceita a proposta, vinda dos partidos, de que a eleição do Presidente da República (PR) se faça por sufrágio universal.

26 Fevereiro 76 – Aprovação e assinatura do 2.º Pacto MFA/Partidos, depois de negociações totalmente livres, obtido um consenso entre as várias partes. Assinado por CDS, MDP, PCP, PPD e PS, estes partidos assumem o compromisso de incluir na Constituição, em pleno processo de aprovação, normas que determinavam a institucionalização do MFA, durante um prazo a definir.

02 Abril 1976 – Aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte. Nela é consignada a existência de um órgão de soberania (Conselho da Revolução) com poderes próprios, que deverá ser extinto quando da primeira revisão da Constituição. É, assim, decidida a existência de um período de transição. Só o CDS se abstém, embora tenha aprovado, na discussão da especialidade, todos os artigos constantes no Pacto MFA/Partidos.

25 Abril 1976 – Realização de novas eleições livres, já de acordo com a Constituição, desta vez para a Assembleia da República (AR).

27 Junho 1976 – Eleições para a Presidência da República, em que o Presidente é eleito por sufrágio directo e universal.

14 Junho 1976 – Tomada de Posse do Presidente da República eleito, General António Ramalho Eanes, perante a Assembleia da República.

23 Julho 1976 – Tomada de posse do Primeiro Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, de acordo com os resultados das eleições legislativas, no qual apenas constavam dois militares, escolhidos pelo Primeiro Ministro (Defesa Nacional e Administração Interna), mas que não representavam nem o MFA nem as Forças Armadas.

1976 - O ano de 1976 seria chamado o “Ano de todas as eleições”, porque, além das Legislati-

vas e Presidenciais, também se realizaram as eleições para as Regiões Autónomas, Açores e Madeira (27 de Junho) e para as Autarquias (12 de Dezembro).

Outubro 1982 – Fim do Período de Transição, com a entrada em vigor da Constituição da República revista e aprovada pelos deputados que compunham a Assembleia da República. Com esta revisão punha-se fim à existência do Conselho da Revolução (CR), em consonância com o que fora acordado no Pacto MFA/ Partidos. De notar que, durante a sua existência, coube precisamente ao CR a vigilância do cumprimento da Constituição e que o sistema funcionou, com mais ou menos percalços, mas sempre de acordo com as normas constitucionais.

Cumpriu-se assim, ainda que mais tarde que o previsto e o desejado pelos militares, a entrada na normalização democrática. Cumpriram-se, assim, as promessas que o MFA fizera aos portugueses em 25 de Abril de 1974.

Em conclusão, o MFA nunca quis perpetuar-se no poder, tendo, pelo contrário, sido obrigado a deixar bem claro, de forma pública, que não aceitava o que algumas forças políticas ainda tentaram, defendendo um segundo Período de Transição.

CALÚNIAS IMPERDOÁVEIS

Por tudo isso, insisto que os militares de Abril não aceitam, nem perdoam aos seus autores, as calúnias que os apontam como empurrados para o regresso aos quartéis e a consequente saída do Poder. Pelo que, por mais anos que

passem, por mais manifestações de “palmas nas costas” que se verifiquem, os militares não esquecem a acção negativa dos que contribuíram para que essa calúnia se formasse e propagasse. Como sabemos, por mais desmentidas e aclaradas que sejam, as mentiras deixam sempre alguns vestígios. Por isso, sempre que posso, não deixo de reafirmar a verdade, procurando que a história do 25 de Abril e dos seus autores não seja deturpada.

Cada um tem a sua verdade, eu tenho a minha e não me canso de a defender e propagar. Sempre com um elevado sentimento de orgulho, pela honra que sinto em ter incorporado o colectivo MFA, que escreveu uma página única da História Universal. Que, apesar dos obstáculos e sobressaltos vividos, continua a fazer de Portugal um Estado de Direito democrático, passados que são mais de 50 anos.

25 de Abril, Sempre!

* Presidente da Direção da A25A

Não se pressentem soluções nem resultados definitivos: grandes torneios de palavras, discussões aparatosas e sonoras; o país, vendo os mesmos homens pisarem o solo político, os mesmos ameaços de fisco, a mesma gradativa decadência. A política, sem actos, sem factos, sem resultados, é estéril e adormecedora.

Eça de Queiroz, in Distrito de Évora, 1867

Diário de Lisboa

Editor: Joaquim Mamede

Director: A. Ruela Ramos

Director adj.: João Cardoso Pires

11
ABRIL
1974

LINHAS NESTRAS DA FUTURA CONSTITUIÇÃO

ASSINADO O PACTO



A plataforma de acordo seria ratificada pela esmagadora maioria do povo português - afirmou Costa Gomes

Assinaram a plataforma de acordo que constitui o primeiro passo para a futura constituição da República Portuguesa, os membros da Comissão de Negociação da Revolução de 25 de Abril de 1974, reunidos no Palácio da Independência, em Lisboa, no dia 10 de Abril.

Os membros da Comissão de Negociação da Revolução de 25 de Abril de 1974, reunidos no Palácio da Independência, em Lisboa, no dia 10 de Abril, assinaram a plataforma de acordo que constitui o primeiro passo para a futura constituição da República Portuguesa.

RODESIA E NAMÍBIA

Apoio da O.U.A. a negociações

PAR IS SALAM, 11 (AP). — A Organização da Unidade Africana (O.U.A.) fez o anúncio de que apoia as negociações entre a República da Namíbia e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, visando a libertação da Namíbia.

As negociações entre a República da Namíbia e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, visando a libertação da Namíbia, são apoiadas pela O.U.A.



AÇÚCAR AMARGO NA MADEIRA

Junta de Planeamento em Lisboa

LISBOA, 10 (AP). — A Junta de Planeamento da Madeira, reunida em sessão no dia 10 de Abril, discutiu o plano de desenvolvimento da ilha para o período 1974-1980.

A Junta de Planeamento da Madeira, reunida em sessão no dia 10 de Abril, discutiu o plano de desenvolvimento da ilha para o período 1974-1980.

A Junta de Planeamento da Madeira, reunida em sessão no dia 10 de Abril, discutiu o plano de desenvolvimento da ilha para o período 1974-1980.

P.S. NA CAMPANHA ELEITORAL



Além dos grandes comícios nos centros urbanos, as ações de esclarecimento nas aldeias da província constituem um dos aspectos mais importantes da preparação da política da Nova República. O P.S. na Madeira, segundo Manuel Carlos Silva e Patrício.

Hoje

EVORA

em

Ponto Eleitoral

2.ª EDIÇÃO

A ELEIÇÃO PARA A CONSTITUINTE E OS MILITARES



Os números das eleições para a Assembleia Constituinte: Inscritos, 6.231.372; Votantes, 5.711.829 (91,7%); Nulos, 393.219 (6,9%); Abstenções, 519.543 (8,3%)

O II Governo Provisório, iniciando funções em 18 de Julho de 1974, incluiu naturalmente no seu programa como encargo específico do Ministério da Administração Interna, à minha responsabilidade, a realização das primeiras eleições para a Assembleia Constituinte “dentro de um ano”. [Nota da redação: texto escrito em 2013, agora recuperado a propósito da efeméride que estamos a assinalar]

MANUEL DA COSTA BRAZ*

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

1 - Fui o principal responsável pelo planeamento, programação e execução das eleições, como titular que era do Ministério da Administração Interna (MAI);

2 - Sou militar, então no activo, e agora, naturalmente, na reforma;

3 - Na circunstância, a reconstituição das situações vividas há 38/39 anos assenta essencialmente na memória com os inevitáveis riscos de fiabilidade

de – que aliás não receio sejam relevantes – e em elementos de arquivo que me foram, amável e diligentemente, proporcionados pela Direcção-Geral da Administração Interna;

4 - As auto-referências surgem por imperativos da temática e da narração. Que me sejam relevadas;

5 - O ar ligeiro da escrita resulta também da sublimação das enormes tensões, inquietações, dúvidas, valores das certezas e a imensidade das tarefas vividas ao longo de mais de nove meses por todos os responsáveis: é que tudo acabou em bem.

ENQUADRAMENTO GERAL

O II Governo Provisório, iniciando funções em 18 de Julho de 1974, incluiu naturalmente no seu programa como encargo específico do Ministério da Administração Interna, à minha responsabilidade, a realização das primeiras eleições, para a Assembleia Constituinte, “dentro de um ano” – entenda-se até 25 de Abril de 1975 –, dogma inscrito no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) para o “25 de Abril”, em cuja elaboração eu próprio participara.

RESPONSABILIDADES ACRESCIDAS

Do I Governo Provisório pouco recebi para o efeito além de uma lista com algumas sugestões de nomes de indigitáveis para governadores civis, sem demérito do meu saudoso amigo e antecessor, Joaquim Magalhães Mota: manifestamente que, reconheça-se, não teve tempo nem condições, políticas e de poder funcional, para desenvolver questões que ficaram pendentes e que tive como essenciais.

Nesse quadro de imperativos que houve que identificar – o que foi feito com as prestimosíssima colaboração, amizade e camaradagem do chefe de gabinete, diria que obviamente também oficial do Exército – se situavam a orgânica básica do próprio ministério que havia de se ajustar aos novos tempos e os pilares normativos para a vivência num regime democrático, nomeadamente:

- A definição do direito de reunião (29 de Agosto) – que disciplinaria as manifestações que desordenadamente proliferavam e se anunciavam por todo o País;
- O direito de associação (7 de Novembro) – que conduziria à formalização da constituição dos partidos políticos e institucionalização de sindicatos;
- A Lei dos Partidos Políticos (também de 7 de Novembro), regulando a sua constituição, que entretanto se verificava nascerem como cogumelos, *a latere*, em reacção ao que anteriormente se verificava.

Pude contar com a prestimosa colaboração e competência jurídica, entusiasmo e voluntarismo do Dr. Manuel Ataíde Ferreira, que já trabalhava o primeiro dos diplomas, tudo redundando num conjunto de diplomas que ainda hoje estão vivos ou com adaptações introduzidas pela Assembleia da República (AR) devido às “alterações de circunstância” entretanto verificadas, num trabalho de enorme qualidade tido pelo autor como seu dever de cidadão e em consequência...substancialmente *pro bono*, modalidade que me parece passou a ser rara.

Estava então igualmente em curso a elaboração da Lei Eleitoral por uma comissão designada pela Junta de Salvação Nacional (JSN) e composta por dedicados, entusiastas e ilustres juristas, não integrada no ministério, mas com estreita ligação, que cada vez mais se desenvolveu.

PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO

Naturalmente que se tornou necessário fazer o levantamento das actividades e acções a desenvolver no contexto que defrontávamos quanto a estruturas existentes e ao ambiente social e político que se vivia, com vista ao objectivo pretendido. E definir uma linha de rumo a ser intransigentemente seguida, com forte vigor, bem como criar métodos de rigor conducentes à insusceptibilidade de discussão ou dúvidas sobre a exactidão dos dados a obter, como de facto se verificou. (Por lembrança: em 28 de Outubro de 1973, tiveram lugar as últimas eleições para a Assembleia Nacional com a alegada participação de 1.393.294 votantes, uma participação de 66,47% – o que corresponderia a um total de inscritos de 2.096.124 –, não se registando votos em branco nem nulos, o que é de facto assinalável!).

Será oportuno e útil referir que se via já então serem feitas proclamações e a promoção de alguns actos contrários à realização das eleições, pelo que teve de se desenvolver, ao longo de todo o percurso temporal, um conjunto de acções preventivas e reacções pró-activas que vieram a forçar a inevitabilidade dessa realização.

E isto constituiu o objectivo estratégico a que se subordinaram todas as acções desenvolvidas

na “conduta” (usando terminologia técnica militar), que não é demais sublinhar.

Estava em curso a constituição de comissões administrativas para as câmaras municipais e juntas de freguesia, faltando umas centenas; havia que nomear os governadores civis; havia que planear todo o recenseamento eleitoral de um universo agora bem mais alargado de cidadãos com capacidade eleitoral activa, a que se seguiriam, em curtíssimo espaço de tempo, as próprias eleições, com metodologias rigorosamente inovadoras na preparação, realização, fiscalização e transmissão segura de dados.

Toda esta parte partindo do zero, dado que a organização e estruturas que lhe deviam dar resposta eram nulas, porque obviamente desnecessárias na metodologia eleitoral seguida até então, sendo certo que, mesmo que existisse qualquer arremedo, estava naturalmente deslocado nas caracterizações do momento então vigente.

Deve fazer-se notar aqui que os imperativos apontados – enunciando-se aliás apenas os mais relevantes – fazem depreender a existência de um número avultado e uma natureza muito particular de acções a realizar, tudo impondo uma orientação definida e clara e exigindo resposta quase simultânea, o que era manifestamente preocupante. Donde a adopção de uma contra-medida para a execução geral, sustentada na descentralização.

Por isso se tornou urgentíssima a nomeação das comissões administrativas autárquicas e dos governadores civis, posto que interviriam não só no recenseamento como depois no acto

eleitoral. Estávamos em Agosto de 1974 com horizonte colocado, o mais tardar, em 25 de Abril de 1975!

EXECUÇÃO E CONTROLO

Com a criação de um Departamento Eleitoral (DE), dirigido pelo saudoso tenente-coronel André Infante, coadjuvado por dois juristas, num conjunto de oito elementos que incluía dois prestimosos contínuos, foi accionada a nomeação e feito o acompanhamento da implantação das comissões administrativas autárquicas. Todos em comissão especial de prestação de serviços.

O tenente-coronel Infante seria, cumulativamente com uma pasta de boas dimensões que albergava um bloco de notas e a roupa indispensável para a duração prevista da deslocação, o “embaixador itinerante” que, com um motorista e num Peugeot modesto a gasóleo (na altura pouco usual) e já um bocado cansado (agora ainda menos usual) percorreu o País em várias etapas, visitando pelo menos as sedes dos 18 Distritos do continente para aí contactar nomeadamente os representantes locais dos anunciados e dos recém-nascidos partidos políticos ou conhecidas individualidades sem ligação ao regime anterior, recolher e fazer sugestões de nomes e informar-se das sensibilidades sobre a sua aceitação em geral, resultando daí dois ou três para posterior definição conclusiva. (Não recebia ajudas de custo: apresentava as facturas das espartanas despesas em refeições e alojamento e era reembolsado pelo gabinete do ministro).

**DO I GOVERNO
PROVISÓRIO
POUCO RECEBI
PARA O EFEITO,
ALÉM DE UMA LISTA
COM ALGUMAS
SUGESTÕES
DE NOMES
DE INDIGITÁVEIS
PARA GOVERNADORES
CIVIS**

Em quatro dos vinte e dois casos, houve todavia que recorrer a militares, dada a dificuldade de obtenção de consensos razoáveis, ou por ser restrito o universo de escolha dentro dos perfis adequados: Bragança, Beja, Setúbal e Horta, sendo oficiais superiores do Exército os dois primeiros – respectivamente o brigantino (!) major Fernando Augusto Gomes e o quase bejense (!) major Francisco Ramos Brissos de Carvalho, ex-envolvido no “golpe de Beja”, ambos já falecidos – e da Marinha, os terceiro e quarto.

Disse-se então, com boa disposição, do cabimento desta diferenciação entre o “Exército” em terra e os “marinheiros” nos portos, para estes poderem beneficiar da maresia a que estavam habituados... Em Setúbal, havia mesmo alguma “ondulação” menos cómoda, que foi bem resolvida!

Entendi que seria de utilidade geral que a posse de todos e cada um dos governadores civis fosse dada por mim na sede do respectivo dis-

trito. E assim foi feito, em apreciável e muito proveitosa maratona que, iniciada intencionalmente no Funchal, por circunstâncias diversas, só veio a terminar depois de 28 de Setembro.

Este DE seria o embrião que evoluiu, em 27 de Dezembro, para Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos (STAP) – vindo a resultar, em 7 de Maio de 1976, aproveitando-se a eufonia da sigla que ficou na memória, no Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral (STAPE), de relevantíssima intervenção em todos os processos eleitorais, começando por este outro. E deve referir-se que, com razões óbvias, deliberadas e naturais responsabilidades pessoais e institucionais, foi colocado na dependência directa do ministro (situação que está de há muito alterada).

Sendo evidentemente o menos, deu-me alguns incómodos, nomeadamente em três situações, a defesa intransigente, dura e incisiva da sua respeitabilidade e do seu trabalho, aliás sempre demonstrada, face a insídias politigueiras ou humores desarrumados de alguns escribas. Já atrás disse que não poderia haver a mínima dúvida sobre a fiabilidade dos resultados finais que viessem a ser obtidos e isso teve de ser construído desde cedo.

O CRESCER DA COMPLEXIDADE

Entretanto, à medida que se ia caminhando no tempo, iam-se levantando afazeres adicionais e cada vez mais se avolumavam os trabalhos e nos apercebíamos da sua complexidade, pelo que houve progressiva necessidade de ajustamentos de efectivos. Já contava no DE, e

incumbido do Gabinete de Estudos Políticos (GEP), com a colaboração valiosíssima de um oficial da Marinha conseguido com esforço do almirante Pinheiro de Azevedo, então CEMA, o comandante Almeida e Costa, que, com o prolongado impedimento por doença do tenente-coronel Infante, veio a assumir a direcção do STAP. Juntou-se-lhe um outro oficial, também da Marinha, que ficaria a superintender, com grande proficiência, a relevante parte administrativa e logística. Dois marinheiros – um deles telegrafista para operar um *telex*, que constituiu notável melhoria das comunicações cuja intensidade crescia a olhos vistos –, um telefonista dos TLP, um contínuo do MAI e dois condutores da GNR, reforçaram na mesma altura os meios humanos.

Incluídos neste reforço sucessivo de quadros, foram admitidos mais dois juristas, embora com carácter eventual, tal como provisória era a atribuição dos restantes ao STAP. É que houve a necessidade imperiosa de se criar, como complemento do DE, o Serviço de Interpretação e Reflexão da Lei Eleitoral (SIRLE), e no qual colaboraram os juristas em serviço no STAP. Um deles, o malogrado Dr. Mateus António Maniês Roque, que viria a dirigir o STAPE e a trabalhar de novo comigo nas duas eleições, autárquicas e legislativas, que tiveram lugar em Dezembro de 1979, na vigência do V Governo Constitucional. É de interesse e justo referir aqui a ciclópica tarefa do SIRLE na adaptação da Lei Eleitoral aos condicionalismos que, na prática, iam surgindo amiudadamente, em especial em função dos resultados insuspeitados do

Recenseamento Eleitoral de que advieram situações de muito apuro quer sob o ponto de vista da exequibilidade, quer pelos imperativos cronológicos estabelecidos na programação definida. Houve necessidade de elaborar pelo menos 13 diplomas de ajustamentos relevantes, sempre com premências temporais.

Anote-se que o STAP teve um efectivo máximo que se situou entre 15 e 20 elementos (!) e, pelos motivos já atrás expostos se entenderá porque o acompanhamento que fazia da sua actividade teve regularidade, pelo menos, diária, excepto nos impedimentos a que o cumulativo de actividades me forçava.

Merece referência particular a integração na equipa do STAP de um inspector de Finanças que requisitei ao meu colega daquela pasta para dar o seu apoio técnico e institucional. O acompanhamento da regularidade da execução orçamental continuava a cargo da Delegação da Contabilidade Pública pré-existente, mas o orçamento do ministério não continha, seguramente por um optimismo que se manifestou desapropriado, provisões para a realização de eleições nem para as actividades prévias e conexas, conducentes naturalmente a dispêndios! Não tinha sido prevista (!) a repetição das de 1973, já referida.

SACO AZUL

Devo aqui confessar publicamente que o Gabinete do Ministro tinha uma conta bancária no Banco de Portugal como “saco azul” que mantive e aumentei (tranquilizem-se as almas pias, bem-intencionadas e exigentes, que já

**NÃO PODERIA
HAVER A MÍNIMA
DÚVIDA SOBRE
A FIABILIDADE
DOS RESULTADOS
QUE VIESSEM
A SER OBTIDOS
E ISSO TEVE
DE SER CONSTRUÍDO
DESDE CEDO**

prescreveram quaisquer prazos sobre as minhas responsabilidades penais eventualmente contraídas...!)

É que adstrito ao MAI funcionava a Comissão de Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa, detentoras de bens móveis e imóveis, interessando agora os primeiros para os efeitos pretendidos. Foi assim possível fazer transitar para a tal conta do Gabinete os saldos que a Comissão ia determinando. Determinação, trânsito e dispêndios acompanhados pelo exigente inspector de Finanças! Com o que se me afigura fica explicada a conveniência, necessidade e utilidade da sua presença e conseqüente requisição como acto de prudência inspirado na “mulher de César” em qualquer localização do “ser” e do “parecer”!

Será também do conhecimento de poucos que as despesas efectuadas com o recenseamento e posteriormente nas eleições foram pagas substancialmente por aquela conta e ainda sobrou dinheiro. Sem dúvida inusitado e insólito, mas

com um enorme alívio de complicações administrativas e burocráticas, incompatíveis com a celeridade que se impunha.

Parece-me ter completo cabimento, na ordenação temporal, referir o facto de, no ministério, os responsáveis particularmente dedicados a estas tarefas eleitorais, no Gabinete e em especial no STAP, realmente todos militares, terem incutido, sem esforço, nos seus colaboradores, a quase totalidade jovens e voluntariosos, um muito particular sentido de missão. Desenvolveu-se efectivamente um espírito de corpo invulgar, com um empenhamento total no bom cumprimento das tarefas de tal modo que cada um se superava na sua parcela para atingir o objectivo pretendido e a haver nisso falha, que ela não resultasse da sua participação.

Dessa admirável equipa, que teve o reduzido e muito dedicado número de elementos já referido, apenas um permanece com intervenção nesta área: o actual director-geral da Administração Interna, que tem organicamente incumbências no campo eleitoral.

É igualmente oportuno e muito importante referir também a ambiência social e política vivida na altura que nos importa: segundo semestre de 1974 e primeiro quadrimestre de 1975. Alguns se lembrarão disso ainda, passados que são quase 40 anos. Outros, desejando-o, poderão ter dela informação fácil nos registos feitos então e ao longo do tempo decorrido. Mas porque é de admitir que uma maioria a ignore, destacarei:

– primeiro, a própria queda do I Governo Provisório resultante, como elemento muito

relevante, de uma procura de alteração da sequência de eleições definida no Programa do MFA, que constituía compromisso perante os seus concidadãos dos militares participantes daquele movimento e que teve aceitação generalizada e entusiástica em todo o País em 25 de Abril. Questão de procura impaciente de poder pessoal que pôs em antagonismo de posições titulares do poder político instituído e o núcleo base do MFA que, pela sua Comissão Coordenadora, não abdicou daquele compromisso (situação que ficou conhecida, decerto para a História, mas, no meu entender, errada e injustamente para o titular, como o “golpe Palma Carlos”, tendo sido outros os responsáveis). Acrescendo-se que tal pretensão nem considerava a exequibilidade das pretendidas eleições presidenciais com os elementos existentes, coisa que nem sequer foi questionada. Outras e relevantes estórias.

– segundo, o episódio da “maioria silenciosa” que passou pela Corrida de Touros no Campo Pequeno, em 25 de Setembro, e culminou com o “28 de Setembro”, a renúncia do Presidente da República, general Spínola, a queda do II Governo Provisório e início de funções do III Governo Provisório.

– terceiro, as muito frequentes movimentações sociais, laborais e políticas, já com suportes partidários ou com origem em grupos radicais, mesmo que enquadradas pelas disposições legais entretanto definidas e atrás citadas.

– quarto, o relevantíssimo “11 de Março de 1975” e suas sequências, altamente perturbadoras da vivência económica, social e política,

que viria a redundar no adiamento das eleições e na queda do III Governo Provisório no dia 26 seguinte. Este dia foi, no entanto, igualmente relevante, pela positiva, para o processo eleitoral, pois que, na agitada e conturbada “assembleia selvagem do MFA” que teve lugar no Instituto de Defesa Nacional se soube vencer a agitação e conseguir fazer prevalecer e que ficasse expresso em comunicado a que foi dada intencionalmente dilatada difusão pública, a vontade afirmativa, largamente maioritária dos militares sobre a realização das eleições, que ali esteve em causa, tal como a discordância acerca do voto em branco que foi preconizado, digamos, como alternativa. Na Mesa, composta pelos membros do Conselho dos Vinte, teve papel decisivo na condução da reunião e nos resultados o Presidente, general Costa Gomes.

OPOSIÇÃO AS ELEIÇÕES

Viveu-se, pois, num mar encapelado com manifestações claras ou subtis de oposição às eleições, aí se situando também, como atrás se aludiu, um minoritário, mas activo conjunto de militares, e era necessário manter o rumo e garantir a chegada ao objectivo pretendido. E a caminhada prosseguia, intransigente nesse rumo, de quando em vez com um ou outro abalo. Não foi fácil. E saiba imaginá-lo quem não pôde experimentá-lo. Certa é uma coisa: foi tempestivamente dada aos dirigentes do STAP uma directiva clara que adoptaram e difundiram pelos seus colaboradores, nos quais encontrou plena aderência: a de que o STAP devia prosseguir as suas actividades indiferen-

te, em tudo quanto possível, às “intempéries” exteriores.

Numa imagem talvez inspirada na profissão que fora a do meu pai e clara no seu significado: pretendia-se que fosse criada uma linha, tão férrea e segura quanto possível, na qual viesse a circular, sólida e seguramente, o “comboio” das eleições que havia de chegar à estação terminal, salvo caso de violento acidente/incidente no percurso. Outro mundo e exclusivamente comigo, seria o de “cá de fora”, a actividade própria do ministério nas suas várias vertentes executivas e de acção ou reacção política às “turbulências” sociais, as intermináveis reuniões do Conselho de Ministros, as úteis ligações com a Comissão Coordenadora do MFA, as reuniões do Conselho dos Vinte, etc. E assim aconteceu, parece-me que como elemento determinante das conclusões práticas pertinentes da “assembleia selvagem”

**AS ACTAS
ELEITORAIS
MERECEM PARTICULAR
REFERÊNCIA,
POIS FORAM ENTREGUES
NOS PRIMEIROS
DIAS DE ABRIL
PELA FORÇA AÉREA
EM AVIÕES
E HELICÓPTEROS
EM 18 CAPITAIS
DE DISTRITO**



“Os militares de Abril não aceitam, nem perdoam, as calúnias que os apontam como empurrados para o regresso aos quartéis e a consequente saída do Poder”

de 11 de Março acima referidas. As eleições tinham-se tornado inevitáveis no consenso geral e disso se convenceram as facções políticas e radicais a quem elas contrariavam as conveniências próprias.

Parecendo um tanto incongruente, ou talvez não, com o parágrafo anterior, outro aspecto a salientar é o do sentimento nacional praticamente generalizado que conduziu a um nível elevadíssimo de voluntariado para a coadjuvação nas actividades relacionadas com o recenseamento e as eleições, além de partidos e outras estruturas formais existentes ou em formação. Cidadãos que se disponibilizaram para apoiar as incumbências dos governos civis e

das comissões administrativas da Administração Local entretanto implantadas, por exemplo, nas comissões de recenseamento, com identidade própria, (foram constituídas mais de 4000), como mais tarde para a composição das mesas de voto (estima-se que mais de 9000), enquadradas embora pelos níveis orgânicos administrativos institucionais e, neste último caso, já com representações partidárias.

RECENSEAMENTO

No seguimento rigoroso de uma programação elaborada no STAP e que a economia de texto impede que aqui refira o seu detalhe, as operações de recenseamento, para as quais se

diligenciou por vencer uma incredulidade instalada, foram programadas para terem lugar de 9 a 29 de Dezembro, mas houve necessidade de as prorrogar para 8 de Janeiro de 1975, em execução de diplomas legais preparados para o efeito (DL 621-A/74, de 15 de Novembro, e 3/75, de 7 de Janeiro), podendo ler-se no preâmbulo do primeiro uma referência às “dificuldades temporais para a realização do recenseamento”, bem como uma exortação à participação como “jornada cívica à escala nacional” que teve correspondência e de facto foi: os recenseados passaram dos cerca de 2.000.000 atrás admitidos para 6.231.372(!), entendendo-se bem a razão da prorrogação do prazo e as necessidades de ajustamentos da Lei Eleitoral, durante cuja elaboração se fazia a estimativa de uns cinco milhões de eleitores. Desse número, e no cumprimento do que a lei dispunha, havia que eleger 250 deputados, daí resultando também... a necessidade de promoção de trabalhos de adaptação do hemiciclo da AR, aumentando e melhorando os 150 assentos que então existiam! O que evidentemente foi feito, para uso e conforto dos futuros eleitos.

Em substancial paralelo temporal decorriam os preparativos para a realização das eleições, regulados e reguladas pelo DL 621-C/74, igualmente de 15 de Novembro, que teve obviamente rigorosa execução. Dispunha ele que o Presidente da República determinasse a data dessa realização, tendo sido decidida a de 12 de Abril de 1975. O seu anúncio público foi feito com presença pessoal na RTP, em 11 de Fevereiro. Foi feito pelo Presidente da República, general Costa Gomes,

na sequência da alternativa que lhe pus, com fortes razões que foram bem entendidas, de ser ele ou eu a fazê-lo. Ficou assim e desde logo bem vincado o posicionamento dos militares sobre a matéria, expresso pelo topo da sua hierarquia, que teve justificação e sequência na já referida “assembleia selvagem”, um mês depois. Todavia, as ocorrências do “11 de Março” vieram a impor o seu adiamento, como já se disse, por eufemísticas “razões de ordem técnica”, para 25 de Abril seguinte (DL 141-A/75, de 19 de Março), em que realmente foram realizadas. Essas razões vêm sendo explicitadas pela História, não sendo exigível que o DL o fizesse.

OFERTA DO PAPEL

No dia 6 de Fevereiro de 1975, atracou, em Xabregas, o navio da República Federal da Alemanha “RUDOLFO S”, vindo de Gotemburgo, transportando 90.036 quilos de papel destinado à elaboração dos boletins de voto, bem como à execução de cartazes vários, *posters*, etc. Em papel desse veio a ser impresso o estímulo oficial de promoção da participação geral no acto eleitoral e sua relevância: “VOTAR, UM DIREITO E UM DEVER”, que tem perdurado apesar de algumas campanhas em sentido diferente, e vim a utilizar de novo com insistência nas eleições de 1979. Mas é outra história. Teve-se assim papel para publicidade (52.719 kg) e para os boletins de voto (que tinham requisitos especiais de opacidade), neste último caso no total de 1.284.000 folhas com o peso bruto de 41.649 kg, que serviram para a impressão de 8.657.000 exemplares.

Este material foi oferecido pela Suécia no seguimento do acordo que tinha sido assinado cerca de um mês antes entre Portugal e aquele país por intermédio do nosso secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e o embaixador da Suécia em Portugal.

A Manutenção Militar, solicitada, disponibilizou-se, claro está, de imediato e graciosamente, para o armazenamento das 148 “paletes” e conseguiu-se(!) junto do secretário de Estado do Orçamento e das direcções-gerais das Contribuições e Impostos e das Alfândegas, (por estranho que possa parecer, relutantes nas decisões alegadamente por causa das regras administrativas vigentes, posição que apesar de tudo se teve de compreender...e ultrapassar), a obtenção de isenção de várias imposições, como os impostos alfandegários e de transacções! Em 9 de Janeiro de 1975, teve início nas comissões de recenseamento, juntas de freguesia, câmaras municipais, governos civis e tribunais, a execução da programação elaborada pelo STAP sobre as tramitações necessária para o acto eleitoral. Também a economia de espaço impede que aqui sejam descritas, para se avaliar do seu detalhe e do rigor que delas emana. Terminaria esta fase, naturalmente, em 12 de Abril [Março], o que veio a ser adiado como já se referiu, seguindo-se-lhe o que respeitava à formalização dos resultados eleitorais. Tudo com muito próximo acompanhamento e controlo. Foi realizada a determinação das necessidades de material diverso e promovida a sua aquisição e distribuição, do boletim de voto à esferográfica e ao lacre, com processos individuais para cada

artigo e mapas de controlo da sua chegada aos destinos. Que foram umas largas dezenas.

O fabrico das câmaras de voto, ainda ao serviço, foi entregue após concurso com caderno de encargos à firma FAMO SUL (dispêndio de €1.291 milhões, por conversão para preços de hoje – ph – usando o coeficiente adequado, publicado pelo Ministério das Finanças) que ficou também incumbida da sua distribuição pelos governos civis do norte de País...enquanto as destinadas ao sul foram entregues e guardadas em armazém cedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Houve 14 câmaras municipais que, elas próprias, e em data anterior, se encarregaram da sua produção. Nas ilhas adjacentes, com vantagens económicas óbvias, foi decidido o seu fabrico local. A Guarda Nacional Republicana fez a sua entrega em três distritos e a Polícia de Segurança Pública noutros tantos.

As urnas, que também ainda aí se vêem, (€ 322.000, ph) foram igualmente objecto de concurso com natural caderno de encargos, onde era feita a definição de características e estava incluída a sua configuração permitindo o encaixe umas nas outras para transporte, o tapamento da ranhura logo após a inserção do boletim...(para que os não houvesse “adicionais”), o sistema de *lacragem* e segurança, tudo sob parecer técnico do LNEC.

A avaliação das propostas foi feita por uma comissão designada para o efeito. O seu fabrico foi adjudicado à firma INDNORTE – Equipamentos de Escritório, Lda, cujo nome merece que também aqui que seja citado, não só pelo bom cumprimento do contrato, um dos

cruciais e realizado em circunstâncias um tanto adversas, como também pelo sentido de responsabilidade que foi evidenciado pelo nervosismo do seu representante que comigo falou, logo após a assinatura, para trocarmos umas impressões sobre a importância daquela adjudicação, quer quanto a qualidade, quer quanto aos prazos. A firma encarregou-se da sua distribuição em dez governos civis do norte e do centro e da colocação das outras em Lisboa, onde se juntaram às câmaras de voto. A GNR fez a sua entrega em seis distritos, a PSP em um, a Força Aérea nos Açores e o STAP na Madeira... por via marítima.

À Imprensa Nacional-Casa da Moeda, na altura sob a tutela dupla do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Finanças, com predominância administrativa do primeiro em feliz e muito facilitadora ocorrência, foram cometidas uma série de incumbências que levou a bom e oportuno termo. Aí foram impressas, sem preocupações de rigorosa sequência temporal, as folhas intercalares e de rosto para cadernos de recenseamento, as actas eleitorais, boa parte dos boletins de voto, a compilação da Lei Eleitoral, as credenciais, o Guia Prático das Eleições, os impressos de apuramento provisório das eleições, as instruções para montagem das câmaras de voto, as listas de descarga de votos numeradas, “posters” de boletins de voto para esclarecimento, os verbetes de recenseamento, para citar uma parte, mesmo que mais relevante, da sua participação, que incluiu em boa parte dos casos a sua entrega aos destinatários, por vezes com recurso ao apoio do Exército, da GNR ou da PSP.

**OS MILITARES
CUMPRIRAM
A PALAVRA DADA
AOS SEUS COMPATRIOTAS
EM 25 DE ABRIL DE 1974**

As actas eleitorais merecem particular referência, pois foram entregues nos primeiros dias de Abril pela Força Aérea em aviões e helicópteros em 18 capitais de distrito, ficando a cargo do STAP os quatro restantes.

Numa tipografia que se fez integrar no MAI, oriunda da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, foi realizada a impressão das minutas de certidões de eleitor, informações para componentes das mesas de voto, das comissões administrativas autárquicas e dos governadores civis e esclarecimentos interpretativos do DL 621-C/74, já citado, sendo a sua distribuição feita pelos meios militares e outros que vinham sendo correntes.

Tiveram o MAI e o STAP, entretanto, de confrontar-se com o problema bastante delicado da obtenção em várias origens da lista dos detentores de incapacidade eleitoral activa e passiva, que veio a resultar também volumosa. Esta lista foi, aliás, muito sindicada por exaltados e militantes “defensores da democracia”, disfarçando muitas vezes vulnerabilidades próprias ou baixos revanchismos. Donde a delicadeza muitas vezes confrontada na sua elaboração. Houve que fazer a impressão e distribuição dessas listas pelas comissões de recenseamento, no que se veio a contar com a prestimosa co-

laboração do Instituto Hidrográfico(!) e ainda e também da IN-CM.

Pode inferir-se do que antecede o nível de detalhe de um planeamento em adequado tempo levado a efeito, com definição da necessidade ou mera conveniência, elaboração do modelo e acompanhamento da execução e da entrega.

Foi assim que, dentro do que acima se disse, à Imprensa Nacional-Casa da Moeda (IN-CM) coube a impressão de, entre os 8.657.000 boletins de voto já referidos, dos que se destinaram a oito distritos do Continente e aos quatro das Ilhas, tendo sido adjudicada à firma ORBIS-Edições Ilustradas os referentes a outros quatro distritos, à firma NOVOTIPO os de três e à firma MANUEL A. PACHECO os dos restantes três. (€ 59.100 -ph- no total).

Como curiosidade, pode referir-se que, depois de prontos, os boletins de voto foram empacotados em maços de mil tendo a embalagem a indicação do distrito a que se destinava, além de estar devidamente lacrada. A sua recepção verificou-se na IN-CM, estando sempre presente um delegado do STAP. Em todos os maços, foi aposto o carimbo próprio e a rubrica do delegado. Só depois então se procedeu ao envio para todos os governos civis. A distribuição, rodeada dos maiores cuidados, foi feita pelo Exército num distrito, pela Força Aérea em outros sete do Continente e nos Açores e na Madeira, pela GNR em mais nove e em Lisboa, naturalmente, disso se encarregou o próprio STAP.

E CHEGAMOS AO DIA D

A Fundação Calouste Gulbenkian, pela voz muito cortês e mesmo expressão agradada do seu presidente, Dr. Azeredo Perdigão, correspondendo à solicitação que lhe fiz, colocou à disposição do Ministério da Administração Interna todo o piso, serviços, salas e auditório, em que vieram a ser instalados os recursos e serviços adstritos ao acto eleitoral, do centro de escrutínio, núcleo de toda a actividade naquelas instalações, até aos recursos para alimentação, rudimentares, mas suficientes para as carências que se previam e realmente se verificaram com o elevado número de nacionais e estrangeiros que ali ocorreram. As novidades são sempre atractivas da curiosidade.

O rigoroso controlo de entradas e saídas era realizado por elementos da PSP. Houve o apoio técnico e de meios de elementos dos CTT.

Foram criadas condições de acompanhamento da chegada dos resultados eleitorais, na precariedade qualitativa dos meios de transmissão então existentes e que não é demais referir, porque redundou numa agora impensável noite completa despendida na recepção de dados. Foram definidos os locais destinados às comunicações do STAP, em particular com os governos civis, às conferências de imprensa e às instalações para os órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, os quais, como se disse, afluíram em grande e responsabilizante número, como evento que era com particularidades especiais e singulares, até no contexto europeu, que verifiquei estar expectante e interessado.

GRANDES EXPECTATIVAS

A ansiedade pairava sobre o modo como decorria o acto eleitoral por todo o País e depois do seu encerramento, com a sucessiva chegada dos respectivos resultados. Para este efeito, foram criadas três vias que assegurariam, supletivamente se necessário e no conjunto, a sua realização: a telefónica, para o imediato, a do telex para a formalização documental e a via rádio militar, com recepção centralizada no Regimento de Transmissões, na Graça.

Contou-se, no Centro de escrutínio, com dezenas de pessoas dos CTT, do computador e militares.

Destaque particular de entre estes, para os operadores de telex, cadetes da Escola Naval que, em tempo oportuno, haviam recebido formação especial para o efeito. Deles saíam os dados a considerar formalmente.

Eu, gentilmente convidado pelo meu substituto no ministério para o III Governo Provisório (que veio a cessar em 8 de Agosto), o meu colega tenente-coronel Arnão Metello, assisti durante toda a noite à evolução dos dados vindos de um mastodóntico computador (€184.100 -ph- pela utilização), com os elementos do STAP, em particular o seu director, Almeida e Costa, e o ex-chefe de gabinete. Face à minha prevista e desejada saída do Ministério após o “11 de Março” e para que o processo fosse acompanhado com segurança até final, tinha tempestivamente pedido com empenho a ambos que se não afastassem do processo em qualquer tipo de solidariedade, ao primeiro que não resignasse – sendo isso ou não o elemento determinante

da sua continuação em funções – e ao segundo que aceitasse ser adstrito à CNE, o que promovi. Fui assim mais um espectador atento e muito particularmente interessado... E fazia exactamente um ano que também passara uma noite em claro, dessa vez no Quartel da Pontinha, Posto de Comando das operações do “25 de Abril”.

Regressei a casa ao alvorecer e, à tarde, fui com a família para casa dos meus pais, no Pombalinho (Golegã), respirar fundo e de alívio, levando comigo os resultados finais. E sei que estive nisso muito acompanhado e em muitos sítios. A Comissão Nacional de Eleições, como lhe cabia, fez publicar em 19 de Maio seguinte na II Série do ainda Diário do Governo os resultados oficiais: Inscritos, 6.231.372; Votantes, 5.711.829 (91,7%); Nulos, 393.219 (6,9%); Absenças, 519.543 (8,3%).

(* Nota: em 1975 não havia, do ponto de vista legal, a distinção entre “voto em branco” e “voto nulo” que apenas surge em Janeiro de 1976 – DL 93-C/76).

O Partido Socialista (PS) obtivera 37,9%, o Partido Popular Democrático (PPD) 26,4%, o Partido Comunista Português (PCP) 12,5%, o Centro Democrático e Social (CDS) 7,6%, o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) 4,1% e finalmente a União Democrática Popular (UDP) 0,8%, com o que tiveram a correspondente representação parlamentar para a incumbência de “levar a carta a Garcia” pela elaboração da nova Constituição da República.

E uma outra coisa se afirmou e é indelével:

OS MILITARES CUMPRIRAM A PALAVRA DADA AOS SEUS COMPATRIOTAS EM 25 DE ABRIL DE 1974.

EPÍLOGO

Em epílogo, seja-me relevado o orgulho pessoal e possível corporativismo que se reflecta em duas citações, em contraposição a escritos e falas anti-castrenses de pretensamente renomados cronistas ou auto-assumidos políticos de ocasião e oportunidade:

1 – Da carta do tenente-coronel Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque dirigida ao Príncipe D. Luís Filipe, de quem foi preceptor e aio, em finais de 1898: “E como ninguém pode ensinar aquilo que não sabe, ou que não tem praticado, foi El-Rei procurar o vosso aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e manda sem hesitações” (...) “Este Reino é obra de soldados”...

2 – Do relatório do embaixador dos EUA, Frank Carlucci, apresentado ao Congresso, em 1977: “tem sido uma experiência muito inspiradora observar um país emergir de 50 anos de ditadura, separar-se de um dos mais vastos impérios coloniais do mundo e recuperar, através da vontade do povo e sublinho isto porque, em retrospectiva, foram claramente as eleições livres o ponto de viragem na situação portuguesa, para ver instituições democráticas estabelecidas e os militares regressarem voluntariamente aos quartéis e para as suas missões profissionais. Sublinho que isto foi feito num período de dois anos sem qualquer derramamento significativo

de sangue. Parece-me que é um caso único no mundo”

Pombalinho, 30 de Agosto de 2013
Coronel de Artilharia CCEM (Reformado)

Nota final: Os meus agradecimentos ao meus amigos director-geral da Administração Interna, Dr. Jorge Miguéis, – também pelos dados que me proporcionou colmatando a memória – coronel Mário Stoffel Martins e comandante Luís Manuel Dias da Costa Correia, todos companheiros nestas campanhas de cidadania, os dois primeiros na vivência do que atrás ficou descrito, e o terceiro no seu rescaldo ao integrar o STAP e, mais tarde, em situação congénere como seu director no final do intenso “ano eleitoral” de 1976, nas primeiras eleições autárquicas. Ao coronel Stoffel Martins e ao comandante Costa Correia agradeço ainda a leitura crítica que fizeram para a recordatória ter mais suficiência.

*O coronel Manuel da Costa Braz, importante capitão de Abril e sócio da A25A, faleceu em 2 de Julho de 2019, tendo elaborado o relatório anterior em 2013. Este texto foi retirado do Blog de M. Gomes “Manuel da Costa Braz”: <https://costa-braz.blogspot.com/>. Foram feitas pequenas alterações de siglas e de abreviaturas para melhor compreensão do texto.

Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso

Director A Ruela Ramos

Director-adjunto José Cardoso Pires

ANO 52-178146

4800

PS. À FRENTE GRANDE MAIORIA PARA OS PARTIDOS DE ESQUERDA

Foi pouco depois das zero horas que os resultados divulgados pelo centro de escrutínio começaram a corresponder ao perfil definitivo. Com efeito, até esse momento, era o P.P.D. que aparecia em primeiro lugar, seguido do P.S., depois pelo C.D.S., surti-

do o P.C.P. em quarto lugar. Eram 22 h 46 e os primeiros resultados anunciados, referindo-se a 173 freguesias davam 36,10% ao P.P.D., 27,47% ao P.S., 11,54% ao C.D.S., 8,27% ao P.C.P.

Menos de uma hora depois, intervém uma modificação

em 487 freguesias, num total de 212.848 votantes. P.S. e P.C.P. viam as suas percentagens aumentar. O primeiro, com 31,45% aproximava-se do P.P.D., que descia para 32,30%, enquanto que o P.C.P. substituiu o C.D.S. no terceiro lugar, com 10,54%. Esta tendência acentua-se à medida que se vai confirmando o resultado das zonas urbanas, mantendo-se o progresso do P.S. e uma estabilização, com tendência à baixa, do P.P.D. e um lento mas constante progresso do P.C.P.

Por seu lado, o M.D.P./C.D.S., depois de se ter estabelecido em torno dos 4,30%, mantém essa percentagem enquanto o C.D.S., que provavelmente já tinha recolhido o conjunto dos seus votos, desce para 7,29%, devido ao aumento do número de votantes.

Foi já bastante tarde que estas percentagens se começaram a traduzir em termos de deputados eleitos. Os pri-



meiros foram os secretários-gerais do P.S., P.P.D. e P.C.P., eleitos em Lisboa e no Porto, em primeiro lugar dado que entraram nas listas dos seus partidos. De dez deputados passou-se para 15, depois para 20, 33 P.S., 23 P.P.D., 10 P.C.P., 2 C.D.S. Evoluções que se ira mantendo, havendo às 9.30 116 deputados eleitos dos quais 58 P.S., 36 P.P.D., 17 P.C.P., 6 C.D.S., 1 M.D.P.

CONFIRMADA A VIA SOCIALISTA

As eleições para a Assembleia Constituinte constituíram uma indubitável ratificação do «25 de Abril». A elevatíssima concorrência às urnas constitui, por si só, uma clara afirmação de apoio ao estabelecimento em Portugal de um regime democrático.

A baixa percentagem de votos nulos ou brancos demonstrou que os eleitores se consideravam aptos a escolher entre as diferentes formulações políticas em presença. Um ano de liberdade

e de esclarecimento político, a própria campanha eleitoral, permitiram um amplo esclarecimento do povo português. Ainda permanecem regiões do País onde o «25 de Abril» é quase ignorado, mas o conjunto do eleitorado mostrou-se esclarecido quanto às grandes opções que lhe foram propostas.

Os resultados alcançados pelos diferentes partidos de esquerda, cerca de dois terços do total de votos expressos, comprova que o caminho para o socialismo é inarrevável.

RESULTADOS

At o princípio da tarde já se conheciam 157 deputados eleitos para as Constituintes. O total era o seguinte:

Freguesias que já votaram 3572
Falta votar 457
N.º eleitores inscritos 5 498 597
N.º de votantes 5 047 351 ... 91,79 por cento
Votos nulos 350 653 ... 6,95 por cento
PS ... 1 922 736 (38,09 por cento), 79
PPD ... 1 305 070 (25,89 por cento), 48
PC ... 650 321 (12,89), 24
CDS ... 378 100 (7,49 por cento), 9
MDP ... 208 524 (4,13 por cento), 2
FSP ... 60 881 (1,21 por cento), 0
MES ... 52 560 (1,04 por cento), 0
UDP ... 40 955 (0,81 por cento), 0
PPM ... 28 430 (0,56 por cento), 0
FEC ... 27 869 (0,55 por cento), 0
PUP ... 11 180 (0,22 por cento), 0
LCL ... 9872 (0,20 por cento), 0

Total de deputados: 162
Em termos de partido, o PS tinha, assim, assegurados 79 lugares; o PPD, 48; o PCP, 24; o CDS, 9 e o MDP, 2.

A espera dos primeiros resultados

«O que me interessa salientar, não é tanto a percentagem obtida por este ou aquele partido, mas sim a extraordinária participação do povo português nestas eleições». Para Escarra, director do semanário madrilenho «Triunfo», era esta a primeira lição a tirar: a de um povo que durante meio século foi completamente alheio à vida política, e

aflicção massiva e na maior ordem as urnas no dia de ontem, constituíram não só uma prova de civismo, como a afirmação inequívoca de uma vontade de intervenção a todos os níveis.

Enquanto se esperava pelos primeiros resultados, no Centro de Imprensa instalado na Fundação Calouste Gulbenkian, era esse o nota predominante. Uma palavra surgia frequentemente: maturidade.

Do mesmo modo que se recordava a manifestação da noite de 24 para 25. O seu carácter espontâneo, a ausência de palavras de ordem e de bandeiras de partidos foram interpretados, por esses mesmos correspondentes e enviados especiais do mesmo modo que a aflicção massiva de ontem: antes de mais, como a afirmação clara e nítida de que um regresso ao passado não é mais possível.

Comentando a aflicção às urnas, assim como a manifestação do dia anterior, o comandante Contreras, do Conselho de Revolução recordava o que tem sido o processo revolucionário.



Desde as primeiras horas da manhã, formam-se «bichas» imensas junto das secções de voto

2.ª EDIÇÃO

AS MINHAS ELEIÇÕES E O SEU SIGNIFICADO

Ainda me encontrava na Academia Militar e, nesse domingo, era dia de eleições presidenciais. Um só candidato... Pensando bem, era intimado a votar, era proibido faltar, como todos nos recordamos dessa época, hoje infelizmente tão actual noutras paragens. Não queria mesmo ir votar. E se me chamassem para explicar por que faltava?

CARLOS ROSADO*

NESSE TEMPO JÁ LONGÍNQUO, nada me alimentava senão a sede de liberdade. Em tais pretensas eleições, eu queria ausentar-me, aquilo não fazia qualquer sentido.

Pois bem, que memórias importantes ficaram dessa data?

Primeiro, assumi que não ia votar, apesar de ser legalmente obrigado.

Depois, passei ao estudo do que iria dizer se alguém me viesse incomodar com uma questão muito óbvia: você faltou porquê?

Foi nesse dia que começou, em silêncio absoluto, a minha revolta interior ao *status quo* desses anos sem Sol e que nos atormentavam.

Pensando resolutamente, e se fosse necessário, senti-me com força para responder com toda a coragem que decidira faltar.

Nem à família me confessei, nem aos camaradas da Academia. Para minha surpresa, ninguém me interpelou por não ter cumprido o meu dever de cidadão maior e vacinado. Foi o meu primeiro acto político consciente, de rebeldia corajosa, o qual teve em mim um impacto permanente e fortíssimo. Fizera tudo sozinho! Essas eleições significaram para mim a vitória do grito de alma a dizer: Não!

Anos mais tarde, a política cruzou-se comigo e com as minhas reflexões, quando começámos



as primeiras reuniões na então Escola Prática de Transmissões, em Sapadores, Lisboa, para o que veio a ser a ação de derrube daquele estado de coisas. O meu coração dizia-me: foi muito mais difícil na primeira vez, hás-de vencer de novo.

Mantendo o foco em processos eleitorais, a dado momento, já após o 25 de Abril de 74, tivemos as primeiras eleições do regime democrático. Sentia-me confuso, não me sentia devidamente esclarecido. Assumia querer votar, embora sem saber em qual partido. Sem a mínima preparação política, nessa altura apenas sabia que queria votar, muito diferente de ser intimado a votar por obrigação. Só vivendo neste mundo e nestas circunstâncias se pode entender que ideias e emoções muito fortes nos invadem.

Afinal de contas o que era para mim votar? Aquilo que ainda é hoje: expressar com conhecimento e consciência o que acho ser melhor para o país.

Pode entender-se, sendo verdade límpida, que todas estas vivências pairam no meu espírito

sempre que vamos até às mesas de voto. No passado, em eleições, tentava entender o que era democracia. Hoje, busco aperceber-me se a democracia, que me parece o único caminho humano viável e inteligente, continuará viva com o voto, sobretudo com o meu voto. Simples...

E... cinco décadas depois, sabemos uma coisa bela: vencemos!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

Um Governo que recusa, constantemente, a obrigação de ouvir o outro, admite a possibilidade do direito à desobediência.

Baptista Bastos, Diário de Notícias, 11-12-2008

TODOS QUERIAM ELEIÇÕES LIVRES



Nove em cada dez portugueses com capacidade eleitoral ativa votaram em 25 de abril de 1975 – um ano após a Revolução de Abril – nas eleições para a Assembleia Constituinte, encarregada de escolher 250 deputados aos quais caberia elaborar e aprovar uma nova Constituição Política (Lei nº 3/74, de 14 de maio, da Junta de Salvação Nacional)

LUÍS FARINHA*

APÓS QUASE MEIO SÉCULO de Ditadura, marcado por consultas eleitorais fraudulentas (em forma plebiscitária, ou de eleições falsificadas por recenseamentos restritos e procedimentos eleitorais não fiscalizados), o povo português e os seus representantes diretos exigiam uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal, direto e secreto.

O regime nacional-salazarista tinha mantido eleições para o Presidente da República e para a Assembleia Nacional com escrupulosa regularidade, mas sem qualquer efeito de verdadeiro escrutínio entre as diferentes sensibilidades políticas do país que, embora existentes, se viram sempre impedidas de participar livremente nas eleições. Com exceção das eleições para deputados, em 1969 – em que houve efetivas vitórias da oposição (Comissão Democrática Eleitoral) nos concelhos do Barreiro, Moita, Pinhal Novo e Ferreira do Alentejo –, nunca as oposições puderam ter uma voz livre na escolha dos seus representantes. Na esmagadora maioria dos casos, as oposições democráticas foram obrigadas a desistir à boca das urnas por considerarem não estarem reunidas as condições democráticas exigidas para um escrutínio livre.

Não é, portanto, de estranhar que essa tivesse sido uma reivindicação prioritária, a começar por alguns dos principais protagonistas da oposição (maioritariamente clandestina ou semiclandestina) e, quase inevitavelmente revolucionária, por se ter percebido, desde muito cedo, que o regime ditatorial salazarista/caetanista se mostrou sempre incapaz de promover uma transição democrática (ou mesmo liberal), isto apesar das enormes mudanças liberalizantes (ou mesmo socializantes) ocorridas na maior parte da Europa após a II Guerra Mundial.

Não é, pois, por acaso que um partido revolucionário como o PCP tivesse colocado no topo do seu “Programa de Revolução Democrática Nacional” (*Rumo à Vitória*, 1965) a realização de eleições democráticas. Evidentemente que evidenciava, simultaneamente, a importância de um governo provisório saído de um levantamento militar ou insurrecional, já que considerava que regimes totalitários ou autocráticos (como era o regime salazarista/caetanista) não só não caíam de forma natural, como exigiam a formação de um governo provisório para realizar o saneamento do Estado e a transição democrática. Considerava também uma parte

importante das oposições que num processo de transição violenta e revolucionária, não era possível esperar pelo resultado de eleições democráticas para levar por diante a governação comum e o processo de democratização do Estado e da sociedade, saídos de um período ditatorial. Por outras palavras, numa situação de transição revolucionária, a “legitimidade revolucionária” teria inevitavelmente de anteceder a “legitimidade constitucional”, por mais anti-democrático que isso pudesse parecer a alguns setores moderados da sociedade – e em particular aos representantes do Estado derrubado e saneado.

PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Como referiria um dos mais destacados militares de Abril – com grandes responsabilidades no Movimento das Forças Armadas e na liderança de quatro governos provisórios, o brigadeiro Vasco Gonçalves –, é justamente nesse Programa anterior das Oposições (onde predominou a influência do PCP) que o MFA se inspirou para realizar o processo de transição. Diz ele que “...tal caminho [do Programa do MFA], nos seus traços gerais, consta das plataformas unitárias que eram o Programa da CDE de 1969, as conclusões do III Congresso Democrático de Aveiro ou o Programa da CDE para as Eleições de 1973” (jornal *O Diário*, 12.12.1984, p. 6).

O Programa do Movimento das Forças Armadas (nas suas “Medidas Imediatas”) prevê, por isso, a par da destituição e saneamento dos órgãos políticos da Ditadura, “a convocação,

**TANTO COMO
NO CAMPO
DOS PRINCÍPIOS,
AS ELEIÇÕES
DEMOCRÁTICAS
PASSARAM
A TER DEFENSORES
EM TODOS OS CAMPOS
POLÍTICOS POR RAZÕES
PRAGMÁTICAS**

no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, direto e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório”.

A Lei Eleitoral (D.L. n.º 621-A/74, de 15 de novembro) – depois melhorada por outras leis que definiram “incapacidades cívicas” e o próprio processo eleitoral –, seria promulgada escassos seis meses após a Revolução de Abril, embora já depois de um processo político complexo que pôs em confronto os defensores do primado da “legitimidade constitucional” sobre o primado da “legitimidade revolucionária”, durante o decurso das crises políticas de 16 de julho (“Golpe Palma Carlos”) e 28 de setembro (“Maioria Silenciosa”). Nestes momentos de crise, estiveram em causa não só o choque das duas legitimidades, mas também a natureza do próprio regime democrático. Enquanto

os setores moderados (ou mais conservadores) apostavam num regime presidencialista que atalhasse o curso revolucionário do processo em curso, os setores revolucionários (tanto civis como militares) empenharam-se no apoio ao movimento popular de massas, fortemente reivindicativo, não só de liberdades políticas como de melhorias económicas e sociais. A Revolução estava de facto em curso a partir do final do ano de 1974, num processo dinâmico que chegou a colocar em dúvida a realização das próprias eleições, antevendo-se um adiamento, por modo a não interromper o ciclo de mudanças revolucionárias.

Porém, as divergências políticas que poderiam alicerçar um adiamento das Eleições acabaram por ser superadas, tendo a Comissão Coordenadora do MFA – seu órgão central na primeira fase –, considerado, em comunicado de outubro de 1974, estar a ser desenvolvida uma “intensa atividade no sentido do cumprimento do programa que há de permitir a instauração de uma verdadeira democracia, cujos termos serão definidos pela Assembleia Constituinte a eleger nos princípios do próximo ano” (*Diário de Lisboa*, 26.10.1974). Este desígnio acabaria por ser confirmado pelos órgãos superiores de Coordenação do MFA quando da assinatura da “Plataforma de Acordo Constitucional” (ou “Pacto MFA/Partidos”).

Tanto como no campo dos princípios, as Eleições democráticas passaram a ter defensores em todos os campos políticos por razões pragmáticas – com exceção de setores políticos colocados no extremo do espectro partidário, alguns deles

**POR TODAS
AS RAZÕES APONTADAS,
NA PRIMAVERA
DE 1975 TODOS
DESEJAVAM
ELEIÇÕES,
QUANTO MAIS
NÃO FOSSE PARA
AQUILATAR O SEU REAL
VALOR ELEITORAL**

impedidos de concorrer por se terem colocado para além das fronteiras consideradas válidas pelo Movimento das Forças Armadas.

O próprio MFA se sentiu confortável com as Eleições, depois de celebrar, em 11 de abril de 1975, a “Plataforma de Acordo Constitucional” em que, dando resposta equilibrada a todas as fações político-militares existentes no seu seio, garantia três objetivos essenciais: i) o cumprimento do seu Programa, com um cariz socializante, através do acordo dos partidos que assinassem o Pacto e da inclusão desta linha dominante na futura Constituição; ii) a garantia da continuidade do MFA, de forma institucionalizada, para além do processo eleitoral, quaisquer que fossem os resultados eleitorais; iii) a definição de uma Assembleia com poderes exclusivamente constituintes, evitando assim tentações que pudessem transformá-la

em Assembleia Parlamentar, com implicações na composição e funcionamento do Governo Provisório; iv) a realização de eleições livres e democráticas, no mais curto espaço de tempo.

PRIMAVERA DE 1975

Estavam criadas as condições para que a realização de eleições livres e democráticas fosse aceite por todos. À direita (e ao centro), confiava-se que o tradicional conservadorismo do povo português (silenciado por cinco décadas de opressão) transformasse esse conservadorismo em votos favoráveis ao seu campo. À esquerda, ao invés, confiava-se não só na permanência da “esquerda militar” que tinha instituído um Pacto e um Conselho da Revolução favoráveis ao processo revolucionário, como ao mesmo tempo se considerava possível que a vitalidade do movimento popular de massas pudesse ter uma amplitude eleitoral correspondente.

O PCP, a principal força política deste campo revolucionário, ainda chamou a atenção para o facto de estar impedido de fazer campanha livremente em muitos pontos do país, embora não tivesse feito depender a realização de eleições desse facto. Apenas uma defesa para acautelar um eventual (e previsível) desaire eleitoral. O deslumbramento com a sua impressionante capacidade mobilizadora nos grandes centros urbanos e nos campos do Sul impediu que tivesse alguma vez previsto a sua relativa (mas real) primeira derrota política. No entanto, convém acrescentar que esta preocupação se estendia a todas as forças políticas. O PPD chegou a

propor a antecipação das Eleições Autárquicas, por modo a ter nas futuras autarquias poderes democráticos que garantissem um recenseamento justo e completo.

Por todas as razões apontadas, na Primavera de 1975 todos desejavam eleições, quanto mais não fosse para aquilatar o seu real valor eleitoral e assim poder justificar e defender a linha política sustentada.

Lisboa, 4 de março de 2025

* Investigador do Instituto
de História Contemporânea,
FCSH, Universidade Nova,
antigo diretor do Museu do Aljube

O que trouxe dessa experiência dos meus vinte anos foi a ideia de que todos os dias estamos à beira de poder desencadear uma guerra, mas também sempre à beira de construir a paz. E estas são as duas batalhas dos homens.

Lídia Jorge, entrevista ao Jornal do Algarve, 2021

Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso

Director A Ruella Ramos

Director-adjunto José Cardoso Pires



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESPERANÇA NO PLURALISMO DO SOCIALISMO PORTUGUÊS

O Presidente da República dirigiu ao País, ao princípio da tarde, através de Rádio e de TV, a seguinte mensagem:

«No eterno dever de história, poucas horas calaram sobre o ensinamento da primeira campanha eleitoral do Portugal novo, mais independente e mais livre.

«Entrámos no período que a lei e o bom-senso destinam à meditação dos eleitores na antecâmara de uma transcendente decisão. Vamos escolher e votar no partido que a consi-

ciência nos indique como o mais apto a intervir no futuro do povo que somos.

«Procurarei integrar-me bem nas objeções do M.F.A. ao cumprir a minha missão de dirigir uma palavra amiga ao povo a que orgulhosamente pertence.

«Desempenharemos todos amanhã o acto decisivo do esquema eleitoral, a colocação na urna do nosso boletim de voto.

«Sobre o valor deste acto de vontade, temos ouvido opi-

niões variáveis, desde um extremo de o considerar artificial e inatual, ao outro extremo de o considerar como expressão de todo o pensamento e a teorização da ciência política.

«No estado actual da civilização humana, a vontade popular é a verdadeira fonte do poder político.

«A determinação desta vontade colectiva, quando feita por um esquema eleitoral, como toda a obra humana, incorpora alguma deficiente, e por de-

multas virtudes e certezas.

«Hipertrofiando uma ou outras, é possível construir o cocrone que condenem ou exaltem a aplicação de um sistema eleitoral.

«Mas como foi, dentro das actuais condições da ciência política, as soluções eleitorais são aquelas que melhor garantem a definição de vontade popular, e quando pluralistas, têm a altíssima vantagem de garantir permanentes verificações ou correcções.

«Admitamos sinceramente que, ao escolher esta via de análise, democrática e pluralista, o M.F.A. ofereceu a melhor das soluções possíveis ao seu representante o aliado, o povo de Portugal.

«Consciência individual está solta, façamos todos o balanço da importante fase já concluída, e a campanha eleitoral, onde o povo e os partidos desempenharam os papéis fundamentais.

«Não nos alarmemos com certos devios a que gente simples e boa se deixou conduzir por agitações pseudo-revolucionárias e reacções de extremismo opostas. Em termos gerais, com saldo altamente positivo, o povo de monstro obedecimento e suficientemente politizado para a desarmar intelectuais paralisantes, observações pessimistas e as estruturas dos comulções sociais.

«O povo recebeu um voto de confiança no futuro.

«Quanto aos partidos, não generalizemos culpabilidades as guerrilhas. Havemos de colocar fora de análise os utopistas, os cultivadores do ódio e da violência, manipuladores do subletido inferior do inconsciente colectivo.

«Considerando apenas os partidos científicos, reactivos e as poucas atitudes, dias-tes preparava a avaliação de Ramiro Valadão pelo que foram

VOTAR É UM DEVER

Depois de meio século de encarceramento das liberdades fundamentais da pessoa humana, são amanhã as primeiras eleições portuguesas com real representação do País.

Se a opção está feita, o cidadão votará no partido escolhido. Caso contrário, subsistindo hesitações na hora do acto eleitoral, o cidadão livre de votar em branco. Este último voto sobre isso falou a Comissão Nacional das Eleições — dispõe de total garantia ao eleitor trazer um risco de alto a baixo no boletim. O voto em branco — sublinhou o M.F.A. — tem tanto valor como o voto num partido determinado.

Resta exercer um direito que é simultaneamente um dever: o de ajudar a consolidar um processo político de raiz democrática que se quer irreversível.

Valadão tentou fugir de Alcoentre

Mendes Carqueijão, advogado de Ramiro Valadão e outro indivíduo cuja identidade não nos foi possível confirmar, encontram-se detidos a ordem do Copcon por estarem envolvidos numa tentativa de fuga da Colónia Penal de Alcoentre do antigo presidente do Conselho de Administração da RTP.

Desde há cerca de uma semana os serviços daquela prisão tinham indicações de que se preparava a fuga de Ramiro Valadão pelo que foram

tomadas todas as precauções. No domingo à noite foram vistos dois carros suspeitos — um Volkswagen e um Fiat 1600 — nas imediações e recebeu a notícia de que havia grandes serenas na prisão o que não se confirmou após rigoroso controlo. Foi no entanto encontrado uma serra o que veio confirmar as suspeitas que já existiam.

A partir daí foi exercida uma vigilância quase pessoal sobre Ramiro Valadão. Ontem à noite, cerca das 23 horas, três autotransportes, transportando indivíduos pararam um quilómetro ao sul daquela estabelecimento prisional, mantendo um intervalo de cerca de 200 metros. Uma das viaturas era a mesma que ali estivera no domingo. Populistas montaram um discreto cerco e alertaram o posto da G. N. R. de Avóias de Cima. Duas das viaturas ocupantes da outra foram detidas. Um deles identificou-se como sendo o dr. Mendes Carqueijão, advogado de Ramiro Valadão.

«DIÁRIO DE LISBOA»

Per se feriado nacional obrigatório. Dia de Portugal e dia de eleições, não se sabia pormenor sobre o «Diário de Lisboa», encontrando-se encerrado todos os nossos leitores.

As eleições na política internacional

Neste momento, deve andar à volta de 800 o número dos jornalistas estrangeiros acantonados em Lisboa para acompanharem as primeiras eleições livres que se realizam em Portugal desde há 50 anos. E dizem que deve andar porque esta manhã continuavam ainda a chegar ao Centro de Ingressos, instalado na Fundação Gulbenkian, novas correspondentes e enviados especiais em busca de credenciais.

A imprensa escrita e as agências fornecem, evidentemente, o maior contingente, seguindo-se as estações de Rádio e depois as de Televisão. Vinte equipas de organismos oficiais encontram-se hoje em Portugal — sem contar as das agências de imagem, as áreas técnicas e as equipes de actividades cinematográficas.

Se acrescentarmos, além dos reportagens, efectistas, lanceiros e as equipes, os principais momentos do acto eleitoral, comunicação dos resultados, serão transmittidos em directo, através das redes da Eurovisão, Intervisão e Mundovisão — teremos uma ideia de extraordinária reprodução internacional desses episódios. Em termos de comparação, sem qualquer espírito de exagero, podemos dizer que é uma



Baterias de Teles na Sala de Imprensa de Gulbenkian

INTERVENÇÃO NO VIETNAME

WASHINGTON, 24 — (F.P.) — A Câmara dos Representantes aprovou ontem à noite, por 262 votos contra 151, a intervenção das Forças Armadas dos E. U. A. e fim de «proteger» as evacuações de sul-vietnamitas e norte-americanos do Vietname do Sul.

O projecto de lei fora já aprovado horas antes pelo Senado, que autorizou também créditos de 250 milhões de dólares para «auxílio humanitário» ao regime de Saigão.

O FIM DA CAMPANHA ELEITORAL

A propaganda teve ontem o seu dia de exaustão. Cada partido puxou das muitas reservas de papel que ainda tinha em stock e tratou de mostrar aos indicados que era melhor que todos os outros.

Como resultado, as ruas (na gravura, a praça do Rossio), ficaram atapetadas de papéis e mais papéis, e o cidadão ficou pensativo, à matutar no dia de amanhã...



20 PAGINAS



O Poder Local foi, sem dúvida, uma das conquistas de Abril. E as eleições passaram a marcar o ritmo da vida das autarquias

ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA

"A minha memória das eleições em Portugal e o seu significado", tal foi o desafio lançado aos amadores da escrita d'*O Referencial*. Amadores por dois modos: por gostarem do que fazem, e por não viverem só da pena (agora do rato)

NUNO SANTA CLARA GOMES*

ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA, recordo o dia das primeiras eleições livres, após meio século de ditadura, não a formal, de 1926 a 1933, mas a de facto, que durou até 1974. Porque eleições, parece que as havia; os militares até ficavam de prevenção, confinados nos quartéis, até ser dada por finda aquela pantomina, marcada pelas diversas formas de fraude e pela discussão prévia dos resultados a anunciar – só os números, porque a vitória era certa.

A expressão "militares para os quartéis" não começou aí; basta lembrar que, na primeira lei eleitoral publicada depois da instauração da República, os militares perderam o direito de voto que tinham na Monarquia Liberal. E como os analfabetos também não tinham direito de voto, as praças não votavam e a medida destinava-se aos oficiais do Exército e da Marinha, suspeitos de serem maioritariamente monárquicos.

Não esquecendo aquela queixa dos revolucionários anónimos: para morrer na Rotunda, servimos; para votar é que não...

Em 1975, a todos se punha a grande questão: como iria o povo reagir, após duas gerações opacas, em que as chamadas eleições eram

coisa para, no mínimo, esquecer, se não escarnecer? Como se comportaria esse novo Poder que, para o povo, tem sempre um lado atemorizador?

Eu estava, na altura, ligado à Comunicação Social, e foi daí que me foi lançado o repto: porque não correr as assembleias de voto, e tomar o pulso à situação?

As incógnitas eram muitas, desde o absentismo à desconfiança, herdados do anterior regime, ou mesmo a algum acto de sabotagem, porque, apesar dos brandos costumes, há sempre cabeças quentes difíceis de controlar.

De modo que me abalancei a pesquisar na área do concelho de Loures, onde residia à época, calcorreando estradas estreitas e caminhos antigos, que nem sabia existirem às portas de Lisboa.

Abordar as mesas de voto não era tarefa fácil, já que não dispunha de nenhum mandato e as desconfianças estavam presentes. Um ano de Democracia é pouco para estabilizar situações e definir conceitos. Mas, com sorrisos e boas palavras, lá fui conseguindo alguma informação.

A primeira constatação foi a de que a afluência às urnas era elevada (aliás, nunca mais se repe-

tiu). E mais de metade dos votantes compareceu durante a manhã, inclusive fazendo longas filas. Dir-se-ia que sempre tinham votado, como quando saímos de um pesadelo, e a realidade se mostra virtuosa e radiante, esquecendo os negros terrores.

A segunda foi a de que tudo decorria com normalidade, num contido ambiente de festa. Sorrisos abertos, abraços, palmadas nas costas, um ar de descompressão partilhada, sem euforias. Demorei um pouco mais na freguesia de Apeiação, desconhecida para mim, embora morasse a cerca de 2 km em linha recta. Aninhada na linha de colinas que cerca Lisboa, dir-se-ia uma reserva salaia, cuidadosamente separada do bulício da capital. Era uma zona de povoamento predominantemente rural, integrada na cintura de Lisboa, e ligada a esta por escassos transportes de regularidade duvidosa.

PODER LOCAL

Assim me vi metido num ambiente desconhecido: o das freguesias, autarquias do mais baixo escalão, do qual sabia apenas que passavam atestados de residência e de bom comportamento, e actuavam no recrutamento militar, através de editais.

Foi uma conversa proveitosa. Tomei conhecimento da completa falta de meios das freguesias e do papel simbólico que desempenhavam.

Mas esta autarquia tinha uma fonte de financiamento própria: o cemitério local pertencia à freguesia e não ao concelho, o que não era muito normal. E assim dispunha das taxas sobre

enterros, bem como de ocupação de campas e jazigos, a juntar às taxas cobradas pela passagem dos atestados acima referidos. E assim se esgotava o financiamento da freguesia.

Não pude deixar de me lembrar de Alexandre Herculano e do seu municipalismo, retomado mais tarde por forças tradicionalistas, nas quais o Estado Novo dizia inspirar-se. Lembremos a romagem de saudade de Marcello Caetano, já presidente do Conselho de Ministros, ao túmulo do ideólogo dos integralistas, António Sardinha.

Só que apregoar e cumprir são coisas diferentes. O Estado Novo era mais centralista que os mais assanhados jacobinos da Revolução Francesa. *Et pour cause*. Dispondo de um Chefe dotado de todas as virtudes e todas as competências, delegar e descentralizar era perfeitamente absurdo. Eleger hipotéticos caciques locais, pior ainda. Por muito instruídos e leais, havia sempre o perigo de uma deriva ou uma iniciativa dissonante.

Quanto a compadrio e corrupção, não havia, como toda a gente sabe! E parece que, fora da comunicação social, continua a não haver, a julgar pelos resultados dos julgamentos, sobretudo os mais mediáticos.

Duas décadas mais tarde, tive a oportunidade de integrar o executivo de um concelho.

O Mundo tinha mudado. As autarquias funcionavam, tinham verbas próprias, pessoal e meios, eleições livres e debates intensos. Em muitos casos foram o início, ou a passagem obrigatória, da carreira de muitos políticos, que acabaram em mais altos voos.



O Poder Local foi, sem dúvida, uma das conquistas de Abril. E as eleições passaram a marcar o ritmo da vida das autarquias.

RESILIÊNCIA CACIQUEIRA

Mas, embora se tivesse deixado de ver importantes locais, como o Morgado das Perdizes, a levar os seus fregueses até às urnas, em bloco compacto, com o boletim de voto já devidamente preenchido, na mão, conforme descreveu Júlio Dinis em “A Morgadinha dos Canaviais”, ainda se notam alguns focos de resiliência caciqueira. Basta ver as referências constantes a casos de conluio e compadrio nas autarquias.

Caberia aqui citar o presidente americano Franklin Roosevelt sobre o ditador Somoza, da Nicarágua: *he may be a son of a bitch, but he's our son of a bitch*.

De onde se conclui que não bastam duas gerações para erradicar hábitos antigos.

Tal como a Hidra de Lerna, que, quando se cortava uma das suas sete cabeças, nasciam duas no seu lugar, este atavismo resiliente continua a ser um dos entraves ao nosso saudável desenvolvimento.

E de nada vale esperar por um Hércules (ou Hércules), o Herói Salvador, que matou a Hidra: tivemos uma espécie de homem providência durante trinta e seis anos, e foi o que se viu...

* Capitão de Abril, sócio da A25A

UM DIA DIFERENTE E ESPECIAL



Nada, absolutamente nada, pode ser pior do que um Portugal beato, rural e analfabeto, que o salazarismo manteve graças à repressão exercida durante o período da ditadura que designaram de Estado Novo

Quando se assinalam os 50 anos da eleição para a Assembleia Constituinte, recorda-se o momento em que os portugueses votaram pela primeira vez em eleições livres e democráticas. Eleições, que ocorreram um ano depois daquele dia “inteiro e limpo”, e se mantêm nos nossos dias, como um dia diferente e especial, que se junta à liberdade dos demais dias, mesmo para aqueles que não sabem o que foi o 25 de Abril de 1974, ou para os que sem o pôr frontalmente em causa, tudo fazem para que pouco a pouco seja esquecido, minimizado ou deturpado

DOMINGOS CHAVES*

A PIDE, AS PRISÕES POLÍTICAS, a censura, o degredo, o exílio, a tortura, a discriminação da mulher, as violações do domicílio, da correspondência e até a morte, representam hoje apenas dolorosas recordações. Independentemente de tudo isso, lembrar hoje os 50 anos das primeiras eleições livres, é ser fiel ao seu ideário, é honrar os heróis que para isso contribuíram, e é uma forma de dizer basta, a toda e qualquer ofensiva contra os seus valores.

Nada, absolutamente nada, pode ser pior do que um Portugal beato, rural e analfabeto, que o salazarismo manteve graças à repressão exercida durante o período da ditadura que designaram de “*Estado Novo*”. Meio século depois do vermelho dos cravos se ter tornado símbolo de liberdade, os portugueses lembram agora a primeira ida às urnas em liberdade, para pela primeira vez exercerem um direito, cuja força não conheciam na sua plenitude – o direito ao voto. A 25 de Abril de 1975, a participação foi esma-

gadora: uma marca nunca vista com 91,7% dos então 6,2 milhões de eleitores recenseados, a elegerem os deputados que prepararam e aprovaram a nova Constituição.

Um marco que fica para a História como o valor mais elevado de participação em eleições democráticas em Portugal. Todos os portugueses, homens e mulheres com mais de 18 anos, independentemente do grau de escolaridade ou da sua condição socioeconómica e familiar, e na posse dos seus direitos cívicos, puderam finalmente exercer o direito de voto, com a garantia de que no final, a contagem seria verdadeira e sem chapeladas.

Foram as eleições para a Assembleia Constituinte – assim chamada porque teve como única missão elaborar uma Constituição. A primeira da democracia – entretanto alvo de sete revisões – que iria suceder à Constituição vigente durante o regime fascista, aprovada que fora em 1933.

TEMPO DO PREC

Doze partidos políticos, alguns dos quais já desaparecidos do mapa político português, concorreram então às ditas eleições, num período em que o país vivia em grande efervescência e esteve à beira da guerra civil!... Foi o chamado tempo do PREC-Processo Revolucionário em Curso, também denominado como Verão Quente, com início no pós-11 de Março, em resposta a um golpe da direita, liderado por António de Spínola, que deu numa viragem à esquerda.

PREC que terminaria com o 25 de Novembro, graças aos sectores moderados do MFA, que pôs fim à ala mais radical dos militares. Uma conjuntura, que explica os vários incidentes ocorridos durante a campanha eleitoral, com agressões a candidatos e boicotes a comícios e a sessões de esclarecimento. As eleições, eram então uma situação desconhecida para a população portuguesa, parte substancial da qual não sabia ler nem escrever, o que traduzida em números e segundo o Censos de 1970, nos dizia, que a taxa de analfabetismo era globalmente de 25,7%, mas atingindo os 31% nas mulheres.

Meio século depois, ao comemorarmos a data que os democratas trazem dentro de si, recordo ainda os valerosos Capitães de Abril e toda a gesta heroica dos que arriscaram e deram a vida para nos devolverem o direito de decidir o nosso próprio destino.

Assim sendo e sem prejuízo de nos restantes dias de cada ano nos mantermos conscientes, de que muitas e muitos portugueses continuam a ver em cada um de nós uma voz activa na

defesa dos seus direitos e liberdades, também neste aniversário, estaremos mais uma vez por cá para celebrar o 25 de Abril e para defendermos juntos, o futuro em Liberdade. Abril foi por assim dizer, o grito de um povo amordaçado, a esperança renascida na paz e na democracia e um perpétuo jardim de cravos a florir, contra a raiva, o ressentimento e a vergonha. Ao contrário de outros tempos em que o País era a cela colectiva dos que não fugiam e não se resignavam, hoje é a casa comum de todos os portugueses.

Viva a liberdade...

* Director da Revista "A Barrosana"

Mas não discutimos a democracia. Pois eu digo: discutamo-la, meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos a tempo, se não descobirmos a maneira de a reinventar, sim, de a reinventar, não será só a democracia que se perderá, também se perderá a esperança de ver um dia respeitados neste infeliz planeta os direitos humanos.

José Saramago, "Verdade e Ilusão Democrática",
Conferência, 1991

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUMARÃES



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo

Data: 2019

Dimensão: 90 x 70 cm

Mancha: 76x57,5 cm

Tiragem: 199 exemplares

Editor: Associação 25 de Abril

Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- > Valor de venda ao público: 1.200,00€
- > Valor para Sócios da A25A: 900,00€
- > Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio, cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

GRANDE ORGULHO GRAVADO NA MEMÓRIA

Comemoramos este ano, simultaneamente, o 51.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e os 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte realizadas em 25 de Abril de 1975, efeméride de elevadíssimo significado para os Capitães de Abril e, estou certo, também para a generalidade dos defensores da liberdade e da democracia

APRÍGIO RAMALHO*

A CONCRETIZAÇÃO DA PROMESSA fundamental do MFA, que, através do seu Programa, garantiu aos portugueses a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte, no prazo de doze meses, é um dos grandes orgulhos que guardo na minha memória e que seria justo ver devidamente estimado por todos os Portugueses, atendendo à importância que assumiu para que o país possa ainda hoje reconhecer-se no conjunto de valores humanistas e universalistas que regem o seu posicionamento no mundo.

Por força dos compromissos profissionais, como oficial do quadro permanente do Exército, coube-me ser mobilizado no verão de 1974 para integrar, como oficial de operações, um Batalhão de Caçadores destinado a substituir uma Unidade semelhante que iria terminar a sua

comissão de serviço em Angola. Embarquei em 15 de Setembro de 1974, tendo o meu Batalhão sido destinado a ocupar a zona de Namuangongo, onde se mantinham as operações militares, uma vez que ainda não tinha sido possível concretizar os acordos de cessar-fogo com os Movimentos de Libertação.

Foi um período não muito longo, mas bastante complicado, até à oficialização do cessar-fogo, razão que não me permitiu acompanhar de perto os complexos trabalhos que os meus camaradas militares do MFA tiveram de desenvolver para a concretização de todo o processo de organização dos mecanismos que possibilitaram a mais alargada e livre participação dos cidadãos portugueses na eleição da Assembleia Constituinte.

É de elementar justiça reconhecer e prestar a devida homenagem a todos os que tiveram sig-

Libertação

Fundador Joaquim Manso

Director A Ruelia Ramos

Director-adjunto José Cardoso Pires

CAMPAÑA ELEITORAL - PARTIDA ÀS O HORAS

Militantes dos dois partidos concorrentes à Assembleia Constituinte estão a postos para o início, logo à noite, das três semanas e meia de campanha eleitoral. Esta prolonga-se até às 24 horas do próximo dia 24, véspera do escrutínio, e tem uma série de regras de-

marcadas pela Comissão Nacional das Eleições, que vade desde os rigorosos tempos de antena na Rádio e Televisão aos 80 contos que os partidos podem gastar (e reror gastar) com cada candidato.

A campanha começa oficialmente às 19 horas em ponto, e as câmaras de transportes públicos.

Voltoando aos números, refira-se que um partido empenhado em todos os circuitos terá de mobilizar teoricamente 28 mil delegados para as secções de voto; se todos os partidos concorressem em todos os circuitos, mobilizariam em conjunto cerca de 330 mil delegados. Muito provavelmente o total de delegados não andará longe dos 150 mil.

Também o custo máximo da campanha se presta a contos curtos. Podendo um partido dispendir 80 contos por candidato, a lei autoriza-o a abrir os contos de todas as paróquias até ao limite de 20 mil contos durante estas 24 horas de campanha (80 contos x aproximadamente 250 candidatos). Assim, se todos os partidos concorressem em todos os circuitos e pudessem gastar 80 contos com cada candidato, a campanha levar-lhe-ia 240 mil contos. Levirá seguramente menos, pela maioria dos candidatos vão pagar do seu próprio bolso pelo menos as deslocações e o alojamento, e que os obriga a actividade pré-eleitoral.

o que não quer dizer que a colagem de cartazes, por exemplo, tenha esperado por esta hora limite para redobrar de intensidade. É de prever, desde já, uma série de iniciativas de propaganda directa para esta noite, aproveitando as saídas dos cineastas e teatros e as câmaras de transportes públicos.

A F. E. C. (M-L) abre por esta noite o programa de sessões de esclarecimento: meia centena por dia, começando já amanhã à noite em Armada dos Vinhos Libres (Ribeira) e Paredes. Também aparece amanhã na RTP logo a seguir ao último Teletexto.

A S. P. P. preferiu utilizar o programa de sessões de esclarecimento: meia centena por dia, começando já amanhã à noite em Armada dos Vinhos Libres (Ribeira) e Paredes. Também aparece amanhã na RTP logo a seguir ao último Teletexto.

A L. C. I. mantém uma conferência de imprensa para amanhã, na sua sede nacional da Rua da Palma, subordinada às conclusões do Encontro de Adherentes em Lisboa. Também aparece amanhã, depois do Teletexto da noite, via a RTP através da palavra de um dirigente.

O M. D. P. (C. D. C.) está estreita na Televisão, esta apanhada para a noite de sexta-feira. Inicia a campanha com várias formas de propaganda directa e via a Rádio (E.N., R. C. P. e Renascença) já amanhã.

Continua na pág. 20

A SABOTAGEM DA BANCA

A Inspeção-Geral de Censura e Seguros nunca autorizou perante as manobras da Banca mesmo depois de 25 de Abril ou 28 de Setembro, apesar do alarme lançado pelos trabalhadores. Ou está comprometido, ou toda a sua estrutura tem de ser alterada, afirmou um elemento da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Bancários, na conferência de imprensa para divulgação de mais alguns elementos relacionados com a sabotagem e o comprometimento da Banca privada com os golpes reaccionários e que levaram à sua nacionalização.

«Como já dissemos antes os bancos estavam comprometidos com o fascismo e actual-vamos para que ele regressasse». Cada um deles, porém, tinha o seu estilo. O Banco Espírito Santo financiava com milhares de contos todos os partidos da direita e os golpes de 28 de Setembro e 11 de Março; o Borges e Irmão financiava todos os grupos de direita, alguns apenas com existência formal para poder transferir capital do Banco; o Fornsica e Burnay «misturava» em especulações imobiliárias e nos pagamentos de impostos aos ad-

ministradores, enquanto o Banco de Portugal se prestava a contas curtos. Também o custo máximo da campanha se presta a contos curtos. Podendo um partido dispendir 80 contos por candidato, a lei autoriza-o a abrir os contos de todas as paróquias até ao limite de 20 mil contos durante estas 24 horas de campanha (80 contos x aproximadamente 250 candidatos). Assim, se todos os partidos concorressem em todos os circuitos e pudessem gastar 80 contos com cada candidato, a campanha levar-lhe-ia 240 mil contos. Levirá seguramente menos, pela maioria dos candidatos vão pagar do seu próprio bolso pelo menos as deslocações e o alojamento, e que os obriga a actividade pré-eleitoral.

Em relação à campanha de enciclopédia no estrangeiro proseguiremos... O Sotro Meyer tentou desligar-se da sede em Lisboa, tornando-se um banco autónomo, o que apenas foi impedido pela coragem dos trabalhadores bancários, naquelá delegação, e pela tentativa de reter o dinheiro dos emigrantes e o lançamento de uma nova fórmula publicitária: antes do 25 de Abril era transferido o seu dinheiro através do nosso banco; depois do 25 de Abril mudou para o nosso banco. Os bancos prosseguem as investigações no sentido de apurar a responsabilidade total da Banca privada na sabotagem à economia nacional.

(ver na pág. 18)

O VIETCONG OCUPOU MAIS UMA CIDADE

SAIGÃO, 1. — (ANI/R.) — Tropas da Frente Nacional de Libertação, precedidas de tanques, dominaram hoje a cidade costeira de Nha Trang, quartel-general das forças governamentais no Região Central — informaram círculos militares.

A queda de Nha Trang seria a providência Phu Yen a área mais setentrional ainda controlada por Saigão.

Assim, prosseguiu o avanço das tropas libertadoras para Suí, depois de terem ocupado mais uma importante cidade. Qui Nhon elevando-se para 14 o total das cidades de província em poder do Vietcong.

A cidade de Dai Nang, última capital provincial nas Montanhas sinde controlada, com destino à libertação, sendo de se diferenciar aos E.U.A. Os soldados do Exército de Libertação, que vemos na foto, deslocando-se uma estrada, alguns no Camboja, parecem estar, assim, à beira da vitória.



A situação militar agravou-se de dia para dia no Camboja, onde os governamentais perderam parte da cidade de Nakhon Phanom, último bastião de Lon Nol entre o Vietnã do Sul e a capital cercada, Phnom Penh. Enquanto isso, os principais dirigentes governamentais do país, com destino à libertação, sendo de se diferenciar aos E.U.A. Os soldados do Exército de Libertação, que vemos na foto, deslocando-se uma estrada, alguns no Camboja, parecem estar, assim, à beira da vitória.



Soldados do M.P.L.A. festejam a vitória alcançada contra os sucessivos ataques das forças armadas da F.N.L.A. Durante uma semana, a E.L.N.A. (Forças Armadas da F.N.L.A.) tentou, em vão, ocupar as bases militares e as delegações do M.P.L.A. na região de Luanda.

A F.N.L.A. ACUSA AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

LUANDA, 1. — (do nosso enviado especial José A. Salvador) — Uma coluna do E.L.N.A., forças armadas da F.N.L.A., foi impedida, pelo Exército português, perto de Ambrós, de prosseguir o seu avanço em direcção à Luanda. O diário «Li-

berdade e Terra» dirigiu da F.N.L.A. crítica veementemente o Exército português. Um texto daquele diário sublinha a falta de respeito e a determinação, mas não necessariamente à ovação completa dos 14 anos anteriores ao 25 de Abril. E muito menos aceitar qualquer partidário no processo de descolonização. O respeito adversários compromete-se. A fraternidade preocupava-se hoje em Dar es Salaam, capital da Tanzânia. Como ponto fundamental nas conversações entre a delegação, chefiada por Melo Antunes e Vítor Grego, por Portugal e Samora Machel e Marcelino dos Santos, pela Fretilim, assentam na nova política portuguesa de abertura aos países do Terceiro Mundo, o maior Melo Antunes terá ainda travado importante conversação com o presidente da

guerra contra a F.N.L.A. — são inúmeras diversas artigos que culminam com ameaças aos jornalistas e exigem a sua expulsão. Assim, refere um dos artigos.

Continua na pág. 20

O FUTURO DAS RELAÇÕES PORTUGAL-MOÇAMBIQUE

LOURÉNÇO MARQUES, 1. (Telex do nosso redactor Eugénio Alves) — As conversações entre Portugal e a Fretilim relativas aos vários aspectos da descolonização e futura cooperação portuguesa em Moçambique devem concluir-se hoje em Dar es Salaam, capital da Tanzânia. Como ponto fundamental nas conversações entre a delegação, chefiada por Melo Antunes e Vítor Grego, por Portugal e Samora Machel e Marcelino dos Santos, pela Fretilim, assentam na nova política portuguesa de abertura aos países do Terceiro Mundo, o maior Melo Antunes terá ainda travado importante conversação com o presidente da

2.ª EDIÇÃO

Continua na pág. 11

nificativo empenhamento e responsabilidades nesta gigantesca operação política e administrativa, que merece sem exagero ser classificada de exemplar.

A título de recordação, é oportuno referir que nas últimas eleições realizadas pelo Estado Novo, em 28 de Outubro de 1973, os cadernos eleitorais contemplavam menos de dois milhões de eleitores e que, em contrapartida, os cadernos eleitorais que foram usados na eleição para a Assembleia Constituinte de 1975 contemplavam mais de seis milhões. Sendo também oportuno sublinhar que as Eleições de 1975 foram as que, até hoje, tiveram a participação mais elevada, com uma votação de 91,66% do total dos cidadãos eleitores.

DESDE ANGOLA

Como disse, este período coincidiu com a minha presença em Angola, inicialmente em Nambuangongo e meses depois, com a transferência do meu Batalhão, em Luanda, como consequência dos acordos de cessar-fogo em Novembro de 1974 e a consequente retracção do dispositivo das forças portuguesas.

O meu Batalhão instalou-se no quartel que tinha sido do Grupo de Artilharia de Campanha, em plena cidade de Luanda e assumiu a responsabilidade da segurança e manutenção da ordem pública numa importante e sensível área da cidade, que englobava os bairros populares de Prenda, Catambores e Corimba. Esta missão exigia um empenhamento permanente de 24 horas, em toda a sua zona de responsabilidade. Para isso, o Batalhão rece-

beu o reforço de uma Companhia de Caçadores Independente, o que permitiu a organização de uma escala diária rotativa, com o empenhamento de uma companhia presente em permanência na zona de acção e outra companhia de reserva no quartel, pronta a reforçá-la sempre que necessário.

Pela evolução da situação passei a acumular as minhas funções de oficial de operações do Batalhão e muitas das tarefas que pertenciam ao respectivo 2.º comandante, que estava ausente. O volume diário de tarefas e preocupações que tinha de resolver, num período particularmente difícil, absorvia-me completamente, não me possibilitando seguir com maior atenção os acontecimentos relacionados com o processo de preparação das eleições. Não obstante estas vicissitudes, pontualmente, com o comandante do meu Batalhão e com outros camaradas do MFA colocados em Luanda, procurávamos acompanhar e analisar as notícias que iam chegando de Portugal e tomar posição sobre alguns acontecimentos mais sensíveis.

Nas proximidades do dia 25 de Abril de 1975 foi necessário organizar em Angola as acções que permitissem realizar as eleições, em condições da mais alargada e livre participação dos cidadãos portugueses ali residentes nessa altura. Para este efeito, tivemos de compatibilizar o cumprimento do permanente empenhamento operacional do Batalhão com a necessidade de permitir a todos os militares exercerem o seu direito de voto, o que exigiu um adequado planeamento, onde a manutenção da segurança e da ordem pública da população de Luanda,

durante o período em que decorria o acto eleitoral, ocupava uma especial atenção.

Felizmente todo este processo decorreu sem incidentes dignos de registo, o que ajudou e reforçou a nossa convicção de que Portugal iria conseguir realizar as tarefas inerentes à transição do país para um regime de liberdade e de democracia e, em simultâneo, concretizar os processos em curso de transição para as respectivas independências dos territórios coloniais.

MEMORÁVEL DIA

Em síntese, direi que embora não tivesse tido possibilidade de acompanhar ou viver de perto os momentos mais marcantes do processo de organização e execução das eleições Constituintes de 1975, nem a emoção de ver a população portuguesa em longas e prolongadas filas, junto aos locais de votação, sem arredarem pé e genericamente com um sorriso no rosto, lembro-me da grande expectativa vivida nesse dia, até ter acesso às notícias sobre a forma como as eleições tinham decorrido em todo o território português e sobre os resultados eleitorais.

O significado de tudo o que aconteceu nesse memorável dia perdura até hoje, na minha memória, como um dos mais importantes e gratificantes acontecimentos do pós-25 de Abril de 1974.

Como um dos membros do colectivo responsável pelo derrube do regime ditatorial e colonialista que dominava os portugueses e pelo subsequente processo de transição para um regime de liberdade e de democracia, de que me

**CONFRONTO-ME
HOJE COM
O AVOLUMAR
DAS DÚVIDAS
E DAS NUVENS
NEGRAS
E DIFUSAS
QUE SURGEM
NO HORIZONTE,
ANUNCIANDO
TEMPESTADES
DE VÁRIAS ORDENS**

orgulho, confronto-me hoje com o avolumar das dúvidas e das nuvens negras e difusas que surgem no horizonte, anunciando tempestades de várias ordens e origens, que podem pôr seriamente em risco os valores que nos nortearam há mais de 50 anos e pela permanência dos quais nos temos continuado a bater.

Hoje, os inimigos e os meios de que dispõem são mais complexos e sofisticados e por isso exigirão a continuidade da nossa atenção, com vista aos alertas dos perigos que possam surgir e à luta em que tenhamos de participar.

* Capitão de Abril e sócio da A25A



As unidades militares organizaram comissões por todo o país, geralmente constituídas por quadros militares com experiência de comando na guerra colonial

A DINAMIZAÇÃO CULTURAL E AS ELEIÇÕES CONSTITUINTES

Iniciadas em outubro de 1974, as campanhas de dinamização cultural foram uma importante componente do reconhecido sucesso das eleições para a Assembleia Constituinte

ANTÓNIO DELGADO FONSECA*

É DIFÍCIL, 50 ANOS depois, compreender a importância que as “Campanhas de Dinamização Cultural” tiveram nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, sem considerarmos o ambiente revolucionário iniciado com o 25 de Abril de 1974. O Programa do MFA anunciou um caminho para o fim das guerras coloniais e para a democratização e desenvolvimento do país, substituindo a estrutura política da ditadura e pondo em movimento um enorme poder criativo, transformador, cultural, económico e social. Um movimento vibrante onde tudo parecia ser possível.

Com a assunção da liberdade plena de expressão e manifestação, os jornais, os microfones e até as câmaras de televisão apareceram disponíveis para todos e para todos os tipos de comunicação. E tinham muito para comunicar, porque a situação do país era, em todos os aspetos, de um tremendo atraso. Neste clima social, como construir o novo estado democrático? Como preparar as pessoas para exercerem o seu direito e dever de votar em consciência para eleger os seus representantes políticos?

Das medidas imediatas do Programa do MFA constava a *“convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal direto e*

segredo, segundo Lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório”.

MFA COM AS POPULAÇÕES

Para a realização deste aspeto fundamental do Programa, cedo se constatou ser necessário empenhar quadros militares para responder às inúmeras solicitações das populações que pediam a presença do MFA para ajudar a resolver problemas, para legitimar ações e sobretudo para formar e informar sobre cidadania e política. Foi assim que, por decisão do comando das Forças Armadas e o apoio material da Secretaria de Estado da Cultura, se lançaram as campanhas de dinamização cultural e ação cívica, levadas a efeito pelas unidades militares junto das populações.

Iniciadas em outubro de 1974, depois da demissão do general Spínola, vieram a ter uma dimensão nacional e foram uma importante componente do reconhecido sucesso das eleições para a Assembleia Constituinte, que viria a elaborar e aprovar a Constituição da República, fundamento e segurança do novo Estado democrático.

Curiosamente, coube-me a mim e mais quatro capitães do MFA, logo a 4 de dezembro, ir a Paris explicar as razões e objetivos do 25

de Abril a mais de meio milhão de emigrantes portugueses, miseravelmente instalados com as suas famílias em dez enormes campos de barracas (bidonvilles) nos arredores da capital francesa. Mais curiosa ainda foi a sessão de esclarecimento realizada pelo comandante da Região Militar do Norte, coronel Esmeriz e por mim próprio, no anfiteatro da Sé de Braga, a pedido do Bispo, que para o efeito fez reunir todos os padres daquela diocese. Nessa sessão revelou-se claramente o caráter reacionário e agressivo do cônego Melo que viria a tornar-se conhecido nos graves incidentes e terrorismo político do verão de 1975. Foram três horas de vivo debate, que terminaram com um simpático convite do Bispo para um lanche de pão, presunto, queijos e vinho verde na secretaria da Sé.

FORMATOS DISTINTOS

Estas campanhas tiveram formatos distintos, mas sempre com base em diretivas da 5.^a Divisão do EMGFA. Umas foram realizadas por forças militares deslocadas, com meios de apoio de engenharia, de serviço de saúde e de logística, como as realizadas pela Academia Militar no Distrito da Guarda e Viseu. Mas a grande maioria foram realizadas por pequenas equipes de quadros das diversas unidades, que para o efeito receberam alguma formação prévia.

As unidades militares organizaram comissões por todo o país, geralmente constituídas por quadros militares com experiência de comando na guerra colonial, e, portanto, falando a lín-

**CURIOSA FOI
A SESSÃO
DE ESCLARECIMENTO
REALIZADA PELO
COMANDANTE
DA REGIÃO MILITAR
DO NORTE, CORONEL
ESMERIZ E POR MIM
PRÓPRIO, NO ANFITEATRO
DA SÉ DE BRAGA,
A PEDIDO DO BISPO**

gua do povo, a dos seus soldados, razão essencial para se fazerem compreender e ser aceites como elementos do MFA. Não ia ser possível chamar trigo ao que era centeio!

Não havendo qualquer doutrina ou experiência para concretizar no terreno as diretivas recebidas, organizámos uma reunião na Cooperativa Árvore, com gente da cultura do Porto, e pedimos-lhes opinião e possível cooperação para realizar estas campanhas junto das populações. Depois de horas de discussão sem resultados úteis, resolvemos nós próprios passar à ação.

Porque às unidades chegavam inúmeros pedidos de comissões populares para que o MFA

fosse às suas aldeias, às fábricas, às comissões de moradores, às juntas de freguesia, às escolas, para falar com eles, para lhes resolver todo o tipo de problemas locais, mas sobretudo para receberem do MFA autoridade para realizar as múltiplas iniciativas que o ambiente revolucionário permitia criar localmente, as equipes de dinamização cultural passaram a responder a esses pedidos. E os resultados foram sempre extraordinários. Sempre em resposta a um pedido da população, marcada a data, um ou dois elementos da comissão de dinamização da unidade deslocava-se ao local onde normalmente eram recebidos com “Vivas ao MFA”.

As sessões de esclarecimento aconteciam nos mais variados locais. Nas instalações das fábricas, nos pavilhões das autarquias, dos bombeiros, e a maior parte das vezes no largo da aldeia. A sessão iniciava-se normalmente com uma pequena palestra dos militares a que se seguia um diálogo com todo o tipo de perguntas das pessoas. Era admirável a facilidade com que novos e velhos, homens e mulheres, tomavam a palavra para expor os seus problemas, problemas da comunidade, da empresa ou da freguesia e faziam perguntas sobre a situação política. Creio que esta facilidade de usar da palavra em público foi um dos aspetos mais importantes da Revolução, que infelizmente se perdeu rapidamente com a normalização democrática.

Os militares do MFA procuravam desenvolver as iniciativas de auto resolução dos problemas porque as comissões de dinamização tinham muito poucos meios. Mesmo assim, por vezes

foi possível fazer milagres, como por exemplo conseguir que os Serviços Florestais do Minho abrissem estradas de acesso a duas dezenas de aldeias encravadas em perímetros florestais onde só se chegava a pé, de burro ou em carro de bois. O problema resolveu-se com um telefonema para o governador civil de Viana do Castelo para que libertasse dinheiro do fundo de exploração florestal para a recuperação das máquinas florestais.

MFA LEGITIMAVA INICIATIVAS

Sempre que as populações tomavam qualquer iniciativa vinham pedir que o MFA fosse legitimar essas ações. Foi assim com uma aldeia que construiu, com pás e picaretas, uma estrada de acesso. Em certo lugar havia uma figueira que o proprietário não lhes deixava cortar. Vieram, por isso, pedir ajuda aos militares. A resposta que pudemos dar foi: “O MFA não vos pode autorizar, mas resolvam o problema sem violência porque ninguém vos irá reprimir”. E a estrada passou o obstáculo!

Mais complicadas eram as conversas sobre cidadania e formação política e as respostas às inúmeras perguntas sobre em quem votar nas eleições, dificuldades que foram aumentando à medida que os partidos políticos começaram a afirmar-se e a divulgar as suas campanhas eleitorais. Como as diretivas do MFA eram muito claras, considerando que o MFA não tem partido e aceita todos os partidos que se não oponham ao programa do MFA, procurava-se explicar a necessidade de cada um se informar ouvindo e lendo os vários programas, por for-

ma a escolher com consciência, assumindo a sua liberdade de cidadão na importante eleição dos delegados do povo para a elaboração da nova Constituição da República.

O hábito de que alguém influente lhes dissesse em quem votar nas eleições do regime anterior era tal que, por vezes, se tornava necessário alargar os debates. Também aconteciam debates mais difíceis como o que ocorreu com o capitão Castro Carneiro numa ação junto da população do bairro da Ribeira, no Porto, em que as mulheres reivindicavam contratos de aluguer das casas vazias que tinham ocupado, deixando cair na sua intervenção que “a revolução tem altos e baixos”! O que levou as mulheres a gritarem de imediato: é por isso que queremos os contratos já, antes que venham os baixos.

A pouco e pouco passamos a ter a colaboração de gente da cultura e começaram a intervir nas sessões grupos de teatro, da música, das artes gráficas. Os cantores de intervenção vieram muitas vezes “animar a malta” sem cobrarem qualquer salário. Mesmo a Orquestra Sinfónica do Porto e o Orfeão Universitário fizeram vários concertos para o povo em sessões de dinamização em concelhos e aldeias do interior. As rádios e a televisão passaram a acompanhar muitas ações com reportagens em direto e entrevistando gente do povo que naquele tempo se exprimia com muita facilidade. Deve haver nos arquivos da RTP e antigo Radio Clube Português milhares de gravações. Por exemplo, gravações de sessões no Douro com ranchos de trabalhadores em tempo de vindimas, onde

**A POUCO E POUCO
PASSAMOS
A TER A COLABORAÇÃO
DE GENTE
DA CULTURA
E COMEÇARAM
A INTERVIR
NAS SESSÕES
GRUPOS
DE TEATRO,
DA MÚSICA,
DAS ARTES GRÁFICAS**

a uma delas levamos, a seu pedido, o filósofo francês Jean Paul Sartre.

No campo cultural conseguiram-se milagres sem dinheiro, apenas coordenando o entusiasmo e mobilização cívica. Recordo, como lembrança, a criação por um velho professor de música de uma admirável orquestra infantil numa aldeia de Gondomar, com velhos instrumentos musicais recolhidos nas mais variadas origens.

Na vila transmontana de Torre de Dona Chama formou-se um grupo de teatro, como em muitas outras comunidades. No Porto criou-se um Centro de Cultura Popular, que passou a

programar a troca de atuações entre mais de duzentas associações culturais e recreativas.

Para festejar o Dia Mundial da Música, por sugestão do maestro do Orfeão da Universidade, conseguiu-se encher a Avenida dos Aliados com uma enorme multidão para assistir ao concerto “Abertura 1812” de Tchaikovsky, tocado pela Orquestra Sinfónica do Porto, com três bocas de fogo do Regimento de Artilharia e os sinos de algumas igrejas, tudo coordenado por rede rádio militar.

Também se festejou no Porto, e pela primeira vez em Portugal, o Dia Mundial da Criança, tendo os transportes coletivos dado boleia a todas as crianças para o Palácio de Cristal, onde se juntaram cerca de três mil crianças sem acompanhamento dos pais.

Ainda no âmbito das campanhas foi possível fazer pela primeira vez um curso de cinema de animação, ministrado por um cineasta dinamarquês. Dessa iniciativa veio mais tarde a ser criado o Festival Nacional de Cinema de Animação de Espinho.

O RECENSEAMENTO

As campanhas de dinamização e ação cívica foram também importantes no apoio à campanha de recenseamento eleitoral para as eleições, motivando as populações a recensear-se, distribuindo informação e interessando e formando os elementos que fizeram o recenseamento, sobretudo nas aldeias do interior do país.

As campanhas foram perdendo razão de ser e desaparecendo à medida que se foram afirmando os partidos políticos e na prática quase

terminaram quando os principais partidos iniciaram as suas ações eleitorais.

Com o evoluir da situação política foi substituído o comandante da Região Militar do Norte pelo brigadeiro Pires Veloso. Uma das suas primeiras ações foi a de proceder à recolha de materiais de natureza cultural, como material gráfico, filmes, projetores, material de som e imagem e até projetores de teatro, que tinham sido atribuídas pela Secretaria de Estado da Cultura a algumas associações culturais, recreativas e desportivas nascidas da ação das campanhas de “Dinamização e Ação Cívica”.

Mas dessas campanhas fica, para além da sua memória, a importância que tiveram para as populações nas suas necessidades básicas, no desenvolvimento do estado social, e nas ações que facilitaram a participação de todos nas primeiras eleições livres realizadas em ambiente democrático, as eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975.

Lisboa, 24 de março de 2025

* Capitão de Abril, sócio da A25A

DIREITOS DAS MULHERES

A REVOLUÇÃO (AINDA) POR CUMPRIR

As mulheres devem muito ao 25 de Abril. É importante recordá-lo e reafirmá-lo

SOFIA BRANCO*

O 25 DE ABRIL DE 1974 deu lastro a setores com ideias verdadeiramente revolucionárias sobre os papéis que deviam ser desempenhados pelas mulheres e desencadeou uma série de mudanças legais que puseram fim à generalidade dos obstáculos à igualdade formal.

Mas isso não nos deve impedir de constatar, ao mesmo tempo, que o caminho da igualdade, em direitos e oportunidades, em respeito e dignidade, está por cumprir e que as alterações

legais não se traduziram imediatamente em mudanças reais na vida das pessoas e, menos ainda, nas mentalidades.

OLHANDO O PASSADO

Até 25 de abril de 1974, Portugal viveu sob um regime ditatorial e repressivo, orgulhosamente isolado do resto do mundo. Era um país marcadamente rural e pobre, com uma percentagem muito expressiva de população analfabeta, so-



Após o 25 de Abril de 1974, as mulheres adquiriram direitos individuais que antes lhes eram negados e o acesso a oportunidades que antes não tinham

bretudo entre as mulheres, e profundamente crente e supersticiosa.

A esmagadora maioria das mulheres estava confinada ao espaço doméstico (o lar, onde podiam ser obedientes esposas e abnegadas mães) e ao trabalho informal e não remunerado, raramente fazendo parte das estatísticas oficiais da população ativa.

A partir da década de 1960, coincidindo com a guerra colonial e a mobilização para África, as terras esvaziaram-se de homens e as mulheres assumiram as responsabilidades por eles deixadas vagas, engrossando a presença feminina no mercado de trabalho. Foi sobretudo a chamada para a guerra que motivou a fuga masculina para o estrangeiro, situação que também modificou a vida das mulheres, desde logo porque ficaram sozinhas, muitas vezes com famílias a cargo, obrigadas a trabalhar (em empregos formais) e marcadas pelo permanente risco de vida que pendia sobre os seus homens. A industrialização dava os primeiros passos, as fábricas começavam a encher-se de operários, intensificavam-se as malhas urbanas em torno das maiores cidades, outro destino do êxodo rural, em busca de melhores condições de vida.

Mas seria preciso uma revolução para acelerar as mudanças.

A REVOLUÇÃO

A partir do 25 de Abril de 1974, começa a transformação radical do país: democracia, terciarização da economia, desruralização e urbanização do território, construção de estradas e

outras grandes infraestruturas, consolidação da classe média, liberdade de expressão e de imprensa, democratização do acesso à informação, universalização do acesso à educação, feminização do ensino universitário e do mercado de trabalho, entrada na comunidade europeia, mudança da paisagem humana com a imigração.

Do ponto de vista social, muito mudou desde então, desde logo nas relações entre as pessoas e também dos indivíduos com o Estado e as instituições.

O século XX ficou marcado por uma profunda transformação na situação das mulheres, desde logo na educação (com o progressivo aumento da escolaridade geral e da feminina em particular) e no trabalho, mas também na forma de viver a família, num contexto de transformação de valores e de afirmação da liberdade individual e da livre escolha.

No campo como na cidade, a família é hoje mais nuclear e com menos filhos, a maternidade já não é o único horizonte da mulher, pais e filhos têm relações mais próximas, o casamento já não é para a vida nem distingue a orientação sexual das pessoas e verifica-se um progressivo aumento do divórcio e de outras formas de coabitação, como as uniões de facto.

Após o 25 de Abril de 1974, as mulheres adquiriram direitos individuais que antes lhes eram negados e o acesso a oportunidades que antes não tinham. Foi introduzido e consagrado o princípio da igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da sociedade.

A IGUALDADE

A Constituição da República Portuguesa, de 1976, institui como uma das tarefas fundamentais do Estado promover a igualdade entre homens e mulheres. Simultaneamente, ilegaliza a desigualdade, ao adotar, no seu artigo 13.º, o princípio da igualdade:

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

A Constituição estabelece também que a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático.

Ora, essa participação está ainda longe de ser igualitária, como o comprova cada ato eleitoral, em que os partidos apenas fingem que implementam o sistema de quotas ou acabam por relegar as mulheres para lugares de menor destaque. As narrativas e experiências das mulheres continuam votadas à invisibilidade, muitas vezes remetidas para a esfera do privado, alheando as suas vozes dos processos de transformação social.

A afirmação da mulher dona do seu destino vai

acontecendo vagarosamente, num sistema que mantém instituições e mecanismos de dominação masculina, como a família, o Estado e a Igreja.

De todas as transformações sociais registadas desde 1974, a igualdade de género é, provavelmente, a que apresenta uma evolução mais lenta e um dos assuntos mais sujeitos a bloqueios de vários tipos e feitios.

Ora, num tempo em que são mais que muitas as ameaças de retrocesso em direitos e oportunidades, importa que digamos, em simultâneo, que o 25 de Abril fez a diferença, mas que há ainda uma revolução por cumprir.

*** Presidente da Associação de Literacia Para os Media e Jornalismo e jornalista na agência Lusa.**

DOUTORAMENTO

Sofia Branco publicou os livros "Cicatrizes de Mulher" e "As Mulheres e a Guerra Colonial" e está a fazer doutoramento em Sociologia, com um projeto de tese sobre as mulheres dos Capitães de Abril. Ela deixa aqui o convite a todas as mulheres de Capitães de Abril, ao tempo da conspiração e da operação militar que derrubou a ditadura a 25 de abril de 1974 para, se assim tiverem vontade e disponibilidade, entrarem em contacto consigo (914040296/brancofanda@gmail.com) para lhe transmitirem o seu testemunho.

QUANDO AS CAMPANHAS ERAM ALEGRES



O contacto com o povo dito profundo, e deste com os seus novos representantes, tornou-se fremente, a fantasia a correr nos comícios, nas arruadas, nas páginas dos jornais, nas sessões da Assembleia

As campanhas perderam calor, sal, pilhéria, malandrice, tornaram-se insípidas, tecnocratas, arredaram o Eça (das fabulosas Campanhas Alegres) e encafuaram-no no horroroso Panteão de Santa Engrácia. Só falta agora, para descanso da grei, meterem lá os restos do 25 de Abril

FERNANDO DACOSTA*

NOS PRIMEIROS TEMPOS pós 25 de Abril, ainda os partidos não infantilizavam os eleitores, o País viveu um dos períodos mais exultantes, mais desconcertantes da sua história. À solta, os portugueses assumiam afectuosidades e delírios sem medida, sem controles.

Isso foi especialmente visível nas campanhas eleitorais para o Parlamento (inesquecíveis as da Assembleia Constituinte) e para a Presidência da República.

Candidatos e eleitores, militantes e populares fizeram-nas espectáculos de alegria, de inter-

venção, de manha, de oportunismo insuperáveis. O grande teatro trocava os palcos pelos palanques, os políticos faziam-se actores – e que magníficos alguns o foram.

O contacto com o povo dito profundo, e deste com os seus novos representantes, tornou-se fremente, a fantasia a correr nos comícios, nas arruadas, nas páginas dos jornais, nas sessões da Assembleia (recordem-se os períodos de *Antes da Ordem do Dia*), nas esperanças de um futuro a chegar – *um futuro*, profetizava Natália Correia, *sonhado antes*.

No terreno não havia, então, previsibilidades, racionalidades; ficções, sim, promessas, sim, sim. Vendavais de vitalidade volteavam o país e a cabeça das populações no que tinham de mais recalcado.

Eufórico, Mário Soares entrava no autocarro do PS (imitado do de Mitterrand) sob apoteoses. “Estes já estão no papo!”, exclamava – não sabendo, porém, que essas apoteoses eram maliciosas, que os *entusiastas* delas iam, depois, para as tabernas maldizer os por si bajulados; que, velhacamente, trocavam de autocolantes, de galhardetes, de punhos a erguer consoante a natureza do partido em itinerância.

MOMENTOS...

Ramalho Eanes, nas primeiras presidenciais, espanta o País (depois de o resgatar a 25 de Novembro) ao subir, ante tiros disparados contra a sua caravana, para o tejadilho do carro onde seguia (Manuela Eanes a segurar-lhe pela janela as pernas para não cair) enfrentando adversários sem rosto nem decência.

Álvaro Cunhal a chegar, noite alta, a Baleizão ante lamentos de mulheres por os filhos se terem “passado para o outro” – o outro era Cavaco Silva; a ouvir a jornalista Helena Mensurado perguntar a uma adolescente se sabia quem era Catarina Eufémia: Não, é uma cantora rock?

Francisco Sá Carneiro, possuindo o poder da transfiguração, em palco, como Cavaco Silva, galvanizando multidões.

Diogo Freitas do Amaral entronizando romarias pagãs a caminho de Belém.

Otelo Saraiva de Carvalho abrindo azuis em bairros de lata e de chumbo.

Pinheiro de Azevedo, o almirante sem medo, resmungando anátemas contra sequestros e coacções. Maria de Lourdes Pintassilgo, entre Manuela Eanes e Natália Correia, espalhando humanidades por seguidores em espera de partilhas.

Francisco Lucas Pires, o mais imaginativo, o mais líquido político português da época conquistando, pela inteligência, pela autenticidade jornalistas em liberdade (Vicente Jorge Silva do *Expresso*, Fernando Diogo do *Diário de Notícias*, Fernando Semedo do *Diário*, Rogério Rodrigues do *Diário de Lisboa*, eu próprio de o *Jornal*) através de notáveis intervenções que o excepcionalizaram culturalmente – e o fracassaram politicamente (no CDS). Tudo isso se foi. As campanhas perderam calor, sal, pilhéria, malandrice, tornaram-se insípidas, tecnocratas, arredaram o Eça (das fabulosas *Campanhas Alegres*) e encafuaram-no no horroroso Panteão de Santa Engrácia. Só falta agora, para descanso da grei, meterem lá os restos do 25 de Abril.

* Jornalista e escritor



Gabinete de Ligação com a Comunicação Social/FCG/25ABR75 (Foto Miranda Castela)

A ARMA DE TRANSMISSÕES NOS ATOS ELEITORAIS

As Forças Armadas foram uma importante componente na realização das primeiras eleições depois do 25 de Abril, entre 1975 e 1980. O autor deste texto, o nosso associado Edorindo Ferreira, aborda a forma como o Exército, através da Arma de Transmissões, desempenhou as várias tarefas que estiveram a seu cargo, em especial a montagem de um sistema alternativo de comunicações e contagem dos votos, que foi de extrema importância nas eleições de 1975 e 1976 e foi depois diminuindo a sua participação, à medida que os órgãos especialmente criados para essas tarefas foram assumindo por completo as suas funções (nota da redação)

EDORINDO FERREIRA*

1975 - ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Dando cumprimento ao compromisso expreso no Programa do MFA, as eleições para a Assembleia Constituinte realizaram-se em 25 de abril de 1975. Foram planeadas e dirigidas pelo Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos (STAP), organismo do Ministério da Administração Interna (MAI) especialmente criado para o efeito em 27 de dezembro de 1974. No mês seguinte, o ministro da Administração Interna solicitou ao Exército a nomeação de especialistas de telecomunicações para apoiar o STAP no planeamento e execução do sistema de transmissão e de escrutínio dos resultados dessas eleições. Satisfazendo o pedido, o diretor da Arma de Transmissões de imediato nomeou o major engenheiro de Transmissões José Maria Fernandes Marques, que foi coadjuvado pelos tenentes engenheiros de Transmissões Edorindo Ferreira, Paulo Melo Azevedo, João Oliveira Ferreira e António Sousa Maia. Tendo em consideração que, do antecedente, as eleições não eram livres nem universais,

foi necessário planear e montar “a máquina eleitoral” a partir do nada, começando pelo recenseamento, de modo a assegurar o voto livre a toda a população e a célere transmissão dos resultados para Lisboa, bem como o respetivo escrutínio nacional.

Dos estudos efetuados conjuntamente com os (poucos) técnicos do STAP, concluiu-se que o modo de fazer chegar rapidamente a Lisboa os resultados de cada uma das 4027 freguesias do país seria o seu envio, por telefone, para o Governo Civil do distrito respetivo. Esses resultados eram inscritos em impresso-telegrama próprio, um por freguesia, que de imediato era enviado por telex dos CTT e TLP para o Centro de Escrutínio instalado na Fundação Calouste Gulbenkian. O planeamento deste Centro, assim como a coordenação do seu funcionamento, que envolveu diversas entidades e mais de uma centena de pessoas, para além de cerca de 1000 jornalistas, a grande maioria estrangeiros, foi efetuado pelo STAP com a colaboração dos oficiais atrás referidos.

O apuramento provisório dos resultados globais foi efetuado por um computador da Socie-

dade Portuguesa de Computadores em Tempo Dividido (Time-Sharing), não localizado na Gulbenkian, onde estavam apenas os terminais de acesso ao computador, cujos operadores recebiam uma cópia de cada um dos 4027 telegramas recebidos nos terminais telegráficos dos CTT/TLP. Cópias de todos estes telegramas, bem como das folhas com os resultados parciais e totais que iam sendo apurados pelo computador, eram registados e fotocopiados no Gabinete de Ligação com a Comunicação Social, guarnecido por vários militares da Arma de Transmissões e chefiado por um dos tenentes atrás referidos.

Esta primeira experiência eleitoral em democracia foi um êxito, unanimemente reconhecido, tendo sido relevante a contribuição dos militares da Arma de Transmissões.

Mas nem tudo foi fácil, permitindo-me salientar duas das principais dificuldades:

Como referido, cada freguesia tinha de enviar por telefone os resultados apurados localmente para o respetivo Governo Civil. Mas muitas freguesias não tinham telefone e, logo na primeira reunião, os CTT/TLP informaram-nos que não dispunham de vagas nas centrais para os poder instalar nas sedes de cerca de 800 dessas freguesias. Dissemos-lhes que teriam que encontrar solução, pois nós sabíamos que não era difícil. Na reunião seguinte já tinham solução: desligar temporariamente os telefones de assinantes, simulando avarias, e passar as linhas para as juntas de freguesia. Obviamente!

Apesar de várias vezes instruídos sobre o modo de enviar os resultados e de poderem ser

**TENDO EM CONSIDERAÇÃO
QUE, DO ANTECEDENTE,
AS ELEIÇÕES
NÃO ERAM LIVRES
NEM UNIVERSAIS,
FOI NECESSÁRIO
PLANEAR E MONTAR
“A MÁQUINA ELEITORAL”
A PARTIR DO NADA**

esclarecidos por telefone na noite eleitoral de quaisquer dúvidas, nem todos os Presidentes das Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia agiram como era devido. O ineditismo do ato, as reduzidas qualificações escolares de muitos, as celebrações que se seguiram (“o vinho correu pelas gargantas e a festa durou até às tantas”) e também razões pessoais (o partido não ganhou) muito contribuíram para os atrasos na conclusão do escrutínio. Um dos casos mais caricatos passou-se num distrito a norte de Lisboa. A meio da tarde do dia 26, quando faltava apenas uma freguesia para concluir o escrutínio desse distrito, o Presidente da Junta estava incontactável, não respondendo aos sucessivos telefonemas. Depois de procurado pela GNR finalmente apareceu no Governo Civil, a cavalo, e entregou o impresso com os resultados, que devia ter transmitido na noite anterior por telefone. Desculpou-se dizendo que tinha ido celebrar e depois... adormeceu!

1976 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, PRESIDENCIAIS E AUTÁRQUICAS

Exatamente um ano depois, realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia da República, antes das quais alguns partidos políticos expressaram desconfiança quanto à credibilidade e segurança da transmissão e do escrutínio provisório dos resultados eleitorais através de meios exclusivamente civis. Devido a estas críticas, o MAI solicitou ao Exército a implementação de um sistema alternativo utilizando pessoal, equipamentos e redes de comunicações militares. Atribuída a missão à Arma de Transmissões, foi utilizada a rede do Serviço de Telecomunicações Militares (STM) para a transmissão dos resultados, com mensagens enviadas das unidades militares de cada capital de distrito, por teleimpressor ou por radiotelegrafia (morse), para a Escola Prática de Transmissões (EPT), localizada na Rua de Sapadores, em Lisboa. O escrutínio provisório efetuou-se nesta Escola, utilizando uma calculadora HP, propriedade do STM, programada e operada pelo capitão engenheiro de Transmissões José Manuel Pinto de Castro. O trabalho de programação e operação desta calculadora foi complicado devido à especificidade da tarefa, muito diferente daquela para que tinha sido adquirida e para a qual era utilizada. Cópias das mensagens e dos resultados apurados na calculadora foram sendo entregues, por estafeta, no Centro de Informática do Ministério da Justiça, que funcionou de alternativa ao Centro de Escrutínio do Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral (STAPE), novamente instalado na Gulbenkian.

**ESTA PRIMEIRA
EXPERIÊNCIA ELEITORAL
EM DEMOCRACIA
FOI UM ÊXITO,
UNANIMEMENTE
RECONHECIDO, TENDO
SIDO RELEVANTE
A CONTRIBUIÇÃO
DOS MILITARES DA ARMA
DE TRANSMISSÕES**

O apuramento efetuado pelo MAI foi obviamente mais rápido, visto que utilizou um computador já muito avançado para a época. Mas, embora com algum atraso, foi possível disponibilizar os resultados apurados pela calculadora do STM, que poderiam ter sido utilizados se o sistema do STAPE tivesse falhado, ou para comparação de dados dos dois sistemas.

O sistema da Arma de Transmissões foi coordenado pelo tenente-coronel José Maria Marques e nele estiveram envolvidas cerca de duas centenas de Oficiais, Sargentos e Praças.

Nas eleições que se seguiram, ainda em 1976, as presidenciais (27 de junho) e as autárquicas (12 de dezembro), o processo de transmissão e de escrutínio foi semelhante, embora com algumas variantes. Para a eleição presidencial o escrutínio foi mais rápido que o anterior, por haver apenas quatro candidatos, e também porque a experiência acumulada facilitou a programação da calculadora e a obtenção de resultados.

No caso das autárquicas, o MAI solicitou ao Exército “a montagem de um esquema para a transmissão e escrutínio em exclusivo dos resultados das eleições para a presidência das 304 Câmaras Municipais”, por serem as mais relevantes e por certo representativas da votação global do eleitorado, ficando a cargo do STAPE o processamento dos resultados das eleições para as assembleias municipais e de freguesia. Devido ao mais relevante apoio solicitado foi decidido enviar um capitão da Arma de Transmissões para cada um dos 23 Governos Cívicos, de modo a coordenar o processo em cada distrito, elucidando os presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais sobre os procedimentos a adotar e agilizando os processos de transmissão dos resultados para Lisboa. Os resultados de cada freguesia eram entregues nas sedes dos concelhos respetivos, onde eram efetuados os somatórios e enviados por telefone ao Governo Cívico. Aqui, eram inscritos em mensagem militar que era entregue no Centro de Transmissões da unidade local, que a enviava pelas redes do STM para a EPT. O escrutínio ficaria a cargo do Centro de Informática do Ministério da Justiça (CIMJ), que para o efeito instalou e operou um terminal de computador na Escola Prática de Transmissões. Como alternativa, foi utilizada a calculadora tal como nas duas eleições anteriores.

Infelizmente, o terminal do CIMJ esteve inoperacional durante muito tempo, por motivos alheios ao STM, atrasando o envio dos resultados para o computador. Só por volta das 2 horas

da madrugada foi regularizada a situação!

A montagem e supervisão de ambos os sistemas esteve a cargo do tenente-coronel José Maria Marques, tendo como adjunto o capitão Edorindo Ferreira.

1979 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (INTERCALARES) E AUTÁRQUICAS

Em 1979 realizaram-se eleições para a Assembleia da República (intercalares) e para as autárquicas, respetivamente em 2 e 16 de dezembro, tendo os processos de transmissão, civil e militar, sido semelhantes aos anteriores. Quanto ao escrutínio alternativo, foi totalmente da responsabilidade da Arma de Transmissões em ambos os atos eleitorais, sendo a operação da calculadora efetuada pelo capitão engenheiro de Transmissões Miguel Leitão.

1980 - Assembleia da República e Presidenciais
Em 1980, de novo houve eleições legislativas e presidenciais, respetivamente em 5 de outubro e 7 de dezembro. A transmissão dos resultados pela rede do STM foi efetuada como anteriormente, não tendo sido solicitado o escrutínio. Nos atos eleitorais de 1979 e 1980 a ligação com o STAPE esteve a cargo do capitão Edorindo Ferreira, bem como a coordenação dos sistemas militares para a transmissão e escrutínio dos resultados, tendo como adjunto o sargento-chefe Jaime Florindo.

CONCLUSÃO

Para terminar, uma referência especial ao brilhante desempenho da Arma de Transmissões e em particular do STM. Nos sete atos eleito-

rais, de 1976 a 1980, a transmissão dos resultados de cada capital de distrito, em alternativa ao sistema civil, foi efetuada através das redes do STM. Este processo exigiu um grande esforço de cada vez que havia eleições, pois foi necessário verificar os equipamentos e sistemas de comunicações por todo o país e assegurar a formação e reforço de pessoal nos Centros de Comunicações. Graças ao empenhamento dos

serviços técnicos do STM e dos responsáveis pela exploração das redes de comunicações, tudo foi planeado e executado de forma exemplar, tendo merecido diversas referências elogiosas individuais e coletivas.

* Major-general na situação de reforma,
Sócio da A25A

CALCULADORA CIENTÍFICA HP 9810A

Nas eleições de 1976 (Legislativas e Presidenciais), a Arma de Transmissões assumiu a missão de transmitir os resultados apurados em todo o país, e efetuar o seu escrutínio nacional, através dos meios de comunicação e de cálculo de que dispunha, constituindo-se como sistema de sobreposição ao processo civil. Foi assim que, para a elaboração do programa de cálculo das votações se utilizou a calculadora científica HP-9810A, a qual, sendo avançada para a época, tinha algumas limitações consideráveis, pois trabalhava numa linguagem de programação RPN, com um display de três linhas, e só tinha 109 registos, o que obrigou a utilizar cartões magnéticos onde eram registados os dados que iam sendo recebidos através das redes do Serviço de Telecomunicações Militares (STM).

Além disso, os periféricos de saída que possuía eram uma impressora térmica de fita, que não era própria para o registo impresso de grande quantidade de dados, e um plotter onde se podiam representar graficamente os resultados.

É de referir que a elaboração do programa foi complicada, dada a necessidade de fazer um grande aproveitamento da memória disponível, visto só poderem ser utilizados 109 registos. No entanto, a técnica de aproveitamento da Memória com recurso à utilização dos cartões magnéticos acabou por dar resposta às necessidades.

Para a elaboração do programa foi necessário atribuir códigos de modo a poupar memória e fazer vários fluxogramas do mesmo.

Assim, todas as mensagens com as votações, recebidas no Centro de Transmissões, eram entregues ao oficial operador da calculadora que os registava, e permitia ter uma saída atualizada permanente em gráfico dos resultados do momento.

JOSÉ PINTO DE CASTRO

Major-general na reforma, sócio da A25A, autor da programação referida no texto

Constituição
da
República Portuguesa

1976

ELEIÇÕES
ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE

50 ANOS

HISTÓRIA
E PERSPECTIVAS

AS ELEIÇÕES DE 1975

VISTAS DE GOA



Cerca de 14 anos depois da queda da Índia Portuguesa, as eleições portuguesas foram seguidas com atenção e curiosidade em Goa, um território onde a herança cultural portuguesa não tinha sido esquecida

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

EM DEZEMBRO DE 1961 aconteceu a queda da Índia Portuguesa, devido à intransigência de Salazar que impedira uma solução negociada que, simultaneamente, satisfizesse as reivindicações indianas, as aspirações goesas e os interesses portugueses.

Porém, não obstante a invasão indiana, ou libertação, a presença cultural portuguesa perdurou nos territórios de Goa, Damão e Diu, apesar das tentativas das novas autoridades para que a memória fosse apagada.

O jornal diário *O Herald*, que tinha sido fundado em 1900 por iniciativa de Aleixo Clemente Messias Gomes e que se tornou no mais antigo jornal de língua portuguesa fora de Portugal e do Brasil, é um exemplo de longevidade editorial e de sensibilidade à cultura portuguesa.

Depois de 1961, e durante cerca de 22 anos, o jornal manteve as suas edições em português, mas, por razões comerciais, em 1983 viu-se obrigado a substituir a língua portuguesa pelo inglês, que actualmente é a língua corrente de Goa.

No ano de 1975, o jornal *O Herald*, acompanhou as eleições realizadas em Portugal e delas deu notícia de primeira página em mais de uma dezena das suas edições de Março e de Abril, muitas vezes reproduzindo declarações de políticos portugueses, a mostrar como o assunto interessava a muitos goeses.

Destacam-se as edições de 13 e 14 de Março que tratam dos acontecimentos de 11 de Março e do

papel que neles teve o general Spínola.

O General António Spínola, que instigou a última revolta frustrada em Portugal, sua esposa e mais dezoito oficiais portugueses que fugiram para a Espanha, acham-se sob forte protecção militar mas são hóspedes do governo deste país, segundo revelou um porta-voz do governo espanhol. E não consta que a Espanha tenha aceite o pedido português para a prisão dos fugitivos.

As edições de 26 e 27 de Abril noticiam as eleições portuguesas com títulos de primeira página como “Júbilo em Portugal pelo 25 de Abril” e “Partido Socialista acha-se na vanguarda e os Comunistas em terceiro lugar”. Na sua edição de 27 de Abril, o jornal *O Herald* escreveu:

Ainda não terminou a contagem de votos das eleições populares portuguesas, realizadas ontem, as primeiras realizadas nos últimos cinquenta anos e nas quais participaram doze partidos políticos. O partido Socialista do Dr. Mário Soares obteve 42% e o Partido Popular Democrático 29%. Os Comunistas alcançaram apenas 12% e acham-se classificados em terceiro lugar.

Uma breve amostra do jornal *O Herald* atesta o interesse com que as eleições portuguesas foram acompanhadas em Goa, a terra onde os militares portugueses foram tornados os “bodes expiatórios” da intransigência salazarista.

* Capitão de Abril, sócio da A25A



“É sem dúvida o futuro desta criança que esteve em jogo na sexta-feira”, La Suisse, 27 de abril

AS ELEIÇÕES DE 1975

NA IMPRENSA GENEBRINA

Neste artigo, vamos estudar as análises que os cinco quotidianos genebrinos publicaram sobre os resultados das eleições de 25 de abril de 1975

RETO MONICO*

FOI UMA VITORIA MORAL DO PS que será difícil de aproveitar, sublinha Claude Monnier¹ no *Journal de Genève*. Este ato eleitoral não pode ser interpretado como se se tratasse de uma eleição clássica, pois o MFA fica no poder. É por isso que Mário Soares se mostra discreto, afirmando a sua lealdade para com os militares:

A ideia socialista é clara: ao estar presente onde as coisas são decididas, pretende ser eficaz. O Partido Socialista é, sem dúvida, popular, mas se quiser influir num aparelho governamental, o mais importante é a organização, a disciplina e a clareza de objetivos. Nestes três pontos, o Partido Socialista é fraco, ao passo que o PC é forte, mesmo que seja menos expressivo do ponto de vista eleitoral.

Se, no plano interior, este sucesso é um trunfo incerto, terá efeitos positivos no plano externo. Este sucesso dos moderados é bem visto na opinião pública internacional, na NATO e nos Estados Unidos. Talvez agora, a Europa ocidental, realça o jornalista, possa interessar-se pela realidade lusitana com mais realismo e serenidade.

Fica, no entanto, uma contradição: por um lado, o Ocidente imagina que agora o país vai seguir uma linha mais moderada; pelo outro, o PS tem de ficar colado ao MFA e ao PCP para poder ter um mínimo de influência. Dessa forma, esse posicionamento vai reforçar e acelerar “as convulsões sociais e políticas em curso”.

Pessimista, Monnier prevê que o executivo tomará inevitavelmente “medidas radicais”, o que poderá gerar uma intervenção externa:

Infelizmente, não está muito longe o dia em que, de novo, bruscamente, Portugal voltará a tornar-se, para certas grandes potências, demasiado volátil, demasiado imprevisível, para que não tentem fazer alguma coisa a esse respeito.

*La Suisse*² destaca a forte participação e o interesse manifestado pelos portugueses pelas “regras do jogo democrático”. O editorialista realça: os eleitores votaram em massa pelos partidos e não em branco; a extrema-esquerda e o PC foram derrotados; os três partidos moderados ganharam claramente.

1 Claude Monnier, «Portugal: rien n'est gagné» [nada está ganho], *Journal de Genève*, 29 de abril.

2 Pierre-Yves Dumont, «Portugal: un choix très net» [Uma escolha clara], *La Suisse*, 27 de abril.

Concordando com Álvaro Cunhal, o jornalista nota que o PS, o PPD e o CDS beneficiaram em parte dos votos daqueles que teriam escolhido partidos de direita, e nomeadamente o PDC, excluído das eleições. Em certa medida, este facto pode explicar a dimensão deste resultado. Dumont interroga-se se os comunistas não irão causar incidentes no dia 1 de Maio e se o MFA não aproveitaria a oportunidade para “aumentar o seu controle sobre o poder”, afastando os civis de tendência socialista dos centros de decisão.

A VITÓRIA DA DEMOCRACIA

O vespertino *Tribune de Genève* debruça-se sobre Portugal na segunda-feira dia 28³. Sublinha a alta taxa de participação, que ele avalia erroneamente em 85%, e a mensagem clara dada pelos eleitores: “a vitória dos partidários da democracia pluralista contra os defensores do totalitarismo”. Para Jean-Jacques Chouet, excluindo o PCP e os movimentos à sua esquerda, quase todos podem cantar vitória.

Como o seu colega Monnier, afirma que os 38 % obtidos pelo PS não podem ser analisados como se este resultado tivesse sido alcançados numa outra democracia europeia, porque se deve ter em conta que o MFA vai continuar a ter as rédeas do comando. O próprio Mário Soares sabe que esta vitória é limitada e até mesmo fictícia, o que explica, como já vimos, a sua extrema prudência, que o editorialista

genebrino define como uma jubilação inquieta do Partido Socialista português.

O editorialista explica claramente a problemática:

Apesar do apoio que encontra no sufrágio universal, o Partido Socialista não ousa, ou não ousa ainda, confrontar-se com os donos do poder. Poderá vir a ter a coragem de o fazer, mas dificilmente terá tempo para dar frutos.

Depois de ter lembrado que a Assembleia Constituinte tem como único objetivo a redação de uma nova Lei fundamental, pensa que a possibilidade de o MFA ter em conta as indicações do escrutínio do 25 de abril de 1975 é puramente hipotética. Para os militares no poder, escreve Chouet, tratou-se meramente de um “concurso de prognósticos”.

Também a 28, *Le Courrier* publica uma análise sobre os resultados das eleições lusas⁴. Antes de mais, François Gross destaca o gosto pela liberdade que os portugueses não perderam apesar de quase cinquenta anos de ditadura, o mérito do MFA de ter organizado este escrutínio e a perfeita regularidade do voto.

O analista põe logo os pontos nos is:

Dito isto, o significado desta votação não deve ser subestimado ou exagerado. Tratava-se de designar os membros de uma Assembleia Constituinte. O seu poder será limitado pelo

3 Jean-Jacques Chouet, «Qui a gagné au Portugal», *Tribune de Genève*, 28 de abril.

4 François Gross, «Sagesse populaire» [Sabedoria popular], *Le Courrier*, 28 de abril (Este texto é também publicado pelo jornal católico de Friburgo, *La Liberté*)

dos militares, que não tencionam renunciar ao seu papel tutelar. Mas os resultados de sexta-feira não deixarão de ter repercussões na repartição das forças políticas no seio do governo.

A seguir, Gross aponta os dois vencidos: os militares que apelaram a votar em branco e os que apostavam no PCP. No entanto, entre estes chefes da tropa, alguns tinham-se apercebido de que o dirigente socialista era um melhor companheiro. Agora, ficam duas incógnitas: a atitude dos militares perante este sucesso socialista e aquela que adotará o PCP. Depois de ter afirmado que a crise económica devia levar a um certo compromisso, o jornalista fala — sem entrar em pormenores — da atitude da Igreja, que sairá da sua reserva, “quando o socialismo português se tiver desvinculado de algumas ambiguidades, que explicam as grandes reservas do episcopado português”. Na conclusão, o redator de *La Liberté* destaca a maturidade do povo português:

O essencial, para o momento, é o facto de a grande maioria dos cidadãos ter demonstrado que está politicamente preparada para a democracia. A sua sabedoria é uma garantia para o futuro. Só falta que os políticos se mostrem dignos dela.

VOTO ANTIFASCISTA

No dia seguinte, o quotidiano do Parti du Travail (comunista) *Voix Ouvrière* reproduz um

extenso artigo de Antoine Acquaviva, jornalista de *L'Humanité*⁵, no qual enfatiza alguns pontos: trata-se de um voto antifascista e, por conseguinte de uma vitória do MFA; a vitória do PS foi largamente facilitado por “longos anos de propaganda anticomunista”; o PCP foi vítima destes ataques mas, nas zonas mais politizadas, teve um certo sucesso; recusa a ideia de que o resultado relativamente baixo dos comunistas seja o “único instrumento para medir” a força e a audiência do partido no país.

Se Monnier e Chouet, mais pessimistas, acentuam o facto de a larga vitória do PS ser quase virtual porque o MFA conserva o poder executivo, os editoriais de *La Suisse* e de *Le Courier* falam antes de tudo na grande maturidade cívica, na sabedoria manifestada pelo povo luso que participou massivamente no ato eleitoral. Todos os quatro analistas admitem o inquestionável sucesso das forças democráticas, a derrota do voto em branco, da extrema-esquerda e do PCP. Interrogam-se a seguir sobre a atitude que irá ter este partido e o poder militar em Lisboa. Jean-Jacques Chouet e François Gross põem mesmo a hipótese de o PS não ficar completamente de braços cruzados.

Quanto ao artigo do jornal comunista, podemos dizer que reflete fielmente o ponto de vista do partido de Álvaro Cunhal.

* Professor e historiador, sócio da A25A

5 «Les conquêtes du peuple seront défendues par le PCP» [As conquistas do povo serão defendidas pelo PCP], *Voix Ouvrière*, 29 de abril.



A VISÃO DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO



Boycott, CIA plot charged in Portugal

LISBON — (UPI-CON) — The chief of the military security police said yesterday the United States and its allies have mounted an anti-Portuguese and -Portuguese Central Intelligence Agency is plotting to subvert the government.

Brig. Odo Sarmes de Carvalho told reporters it was unlikely the United States or the North Atlantic Treaty Organization (NATO) would invade Portugal, but he said if an attack came the military would use violence and fight a guerrilla war.

Portugal plans to remain in the NATO alliance.



Americans would never in their wildest dream invade Portugal.

The moderate Socialist and Popular Democratic parties, which have militarily criticized the ruling Armed Forces Movement (AFM) in the past, received 44 per cent of the vote. The Communist Party, which influences the AFM, polled 33.5 per cent.

But results of the election for a constitutional-writing assembly wasn't a slip at the AFM.

MAZEL MATCH
... victory in Portugal

Portuguese Socialists celebrate



The Communist Party, which had been the dominant force in the country since 1976, won 35.5 per cent of the vote. The Liberal Party, which had been the dominant force in the country since 1976, won 0.0 per cent of the vote.

The Communist Party, which had been the dominant force in the country since 1976, won 35.5 per cent of the vote. The Liberal Party, which had been the dominant force in the country since 1976, won 0.0 per cent of the vote.



de Abril de 1974, suscitou um enorme aplauso internacional. Muitos países e regiões do nosso planeta, em alguns casos por razões históricas, passaram a olhar com mais interesse e curiosidade para esta “nesga de terra debruada de mar”, como Miguel Torga chamou a Portugal. Assim aconteceu em vários países do continente americano, que acompanharam com interesse o processo político da democratização e da descolonização portuguesa.

A propósito das eleições para a Assembleia Constituinte realizadas no dia 25 de Abril de 1975, através da consulta dos arquivos acessíveis procuramos saber, 50 anos depois, como “as primeiras eleições livres” foram observadas em alguns desses países.

ARGENTINA

Em Abril de 1975, a Argentina era governada por Isabel Péron, viúva de Juan Domingo

Péron, que falecera em 1974 e que fora presidente da Argentina em três mandatos - 1946-1974. Isabel Péron continuou o peronismo, um ideário político de características populistas e ditatoriais, mas foi destituída pelos militares em 1976.

O jornal Clarín, que era e é o jornal de maior circulação na Argentina, na sua edição de 25 de Abril de 1975 destacou em primeira página que “se Realizan Hoy las Primeras Elecciones Libres en Portugal” e, no dia seguinte, também com destaque de primeira página, informou que “Triunfan las Fuerzas de Centro-Izquierda”.

BRASIL

Em Abril de 1975, o Brasil estava sob o regime da Ditadura Militar instaurado em Abril de 1964 por um golpe militar que destituiu o presidente João Goulart e era presidido pelo

general Ernesto Geisel. Nessa época, apesar de um auto-proclamado “milagre económico” em curso, estavam abolidos os direitos civis, havia uma forte repressão política e os opositores ao regime eram perseguidos, torturados e, muitos deles, eram assassinados.

O *Jornal do Brasil* que se publicava no Rio de Janeiro desde 1891, era considerado um importante aliado da Ditadura Militar e um entusiasta propagandista do “milagre económico”, além de tratar os opositores ao regime como “terroristas”.

Nas suas edições de 25, 26 e 27 de Abril de 1975 o jornal fez uma alargada cobertura das eleições em Portugal, assente nos serviços dos enviados especiais Maria Teresa Siqueira, José Silveira e Araújo Netto.

Na edição de 25 de Abril o jornal destaca em primeira página que “Costa Gomes sugere ao país a via socialista”, num texto que começa com a frase “A realização de eleições livres é uma vitória do povo português”. Na página 6 é publicado um cartoon que retrata o presidente Costa Gomes e um texto intitulado “O novo 25 de Abril”, assinado por Tristão de Athayde.

O texto começa com “As eleições de hoje, em Portugal, têm uma importância ainda maior para os nossos irmãos de além-mar” e acrescenta: “Para eles, uma opção entre a paz e a guerra civil ou a ditadura. Tanto o episódio de 28 de setembro, como o de 11 de março, foram entraves lamentáveis, mas afinal normais, ao curso de um processo de transmutação radical, como lá se está operando”.

A edição de 25 de Abril inclui duas páginas in-

teriores com noticiário e comentários sobre as eleições portuguesas. Na página 8, é apresentado um quadro que mostra a diversidade de símbolos e siglas adoptados pelos partidos concorrentes que, segundo o jornal, “poderá confundir os eleitores”. Uma outra notícia refere que “as relações entre Brasil e Portugal podem ser boas, apesar das opções políticas diferentes que os dois países adotaram, segundo o Chanceler português Melo Nunes (sic) que ontem respondeu de improviso a perguntas de vários jornalistas estrangeiros”. Na página 9, sob o título “Portugal celebra revolução elegendo Assembleia”, os enviados especiais Maria Teresa Siqueira e José Silveira, relatam com muito detalhe todo o ambiente que se vivia em Portugal.

26 DE ABRIL

A edição de 26 de Abril do *Jornal do Brasil* destaca na sua primeira página que o “Centro-esquerda vence eleições em Portugal com 60% dos votos”, assinalando que “com um comparecimento maciço do eleitorado, que atingiu índice superior a 90%, os partidos de centro-esquerda – Partido Socialista (PS) e Partido Popular Democrático (PPD) – ganharam as eleições realizadas ontem em Portugal, depois de meio século de ditadura”.

Depois, nas páginas 12 e 13 desta edição, é desenvolvida uma reportagem sobre as eleições portuguesas.

Na página 12, encontra-se um texto assinado pela enviada especial Maria Teresa Siqueira, intitulado “Multidão em Lisboa festeja 25 de Abril”. Na página 13, em reportagem subscri-

ta pelos enviados especiais Araujo Netto e José Silveira, o jornal utiliza a frase “Ministro reconhece vitória do PS em Portugal” e publica fotografias do presidente Costa Gomes e de Mário Soares.

27 DE ABRIL

A edição de 27 de Abril do *Jornal do Brasil* destaca com título da sua primeira página que o “Centro-esquerda obtém em Portugal cinco vezes mais cadeiras que o PC” e ilustra essa notícia com uma fotografia a duas colunas de Mário Soares e da sua mulher Maria Barroso. Na página 6 está inserido um editorial intitulado “Resposta Eleitoral”, em que se pode ler o seguinte:

Em eleição que os dirigentes civis e militares consideraram irrepreensível, tal a ordem, a tranquilidade e o júbilo com que transcorreu, o povo português votou pela primeira vez, após 48 anos de ditadura. E o fez com a compreensão de sua alta responsabilidade, com a convicção de que estava empenhado nas urnas o destino do país. Portugal libertara-se, exatamente um ano atrás, de um jugo que o asfixiou económica e socialmente, e agora, nessa fase de transição para a escolha do seu modelo político, através da instalação de uma Assembleia Constituinte [...].

A terminar, esse texto salienta:

Portugal indicou o seu destino, sem vacilações. Que os seus líderes saibam construí-lo sem ódios, inspirados no resultado da consulta.

Na página 20, que é totalmente dedicada às eleições realizadas e é ilustrada com uma fotografia de Magalhães Mota e Pinto Balsemão, dirigentes do PSD, são apresentados os resultados finais e são apreciados os resultados eleitorais, sobretudo através de declarações de alguns políticos e militares.

CANADÁ

Em Abril de 1975, o primeiro-ministro do Canadá era o liberal Pierre Trudeau.

O jornal diário *The Gazette*, ou *The Montreal Gazette*, publica-se desde 1778 e é o mais antigo jornal do Canadá. Nas suas edições de 26, 28 e 29 de Abril de 1975 noticiou e comentou as eleições portuguesas.

Na edição de 26 de Abril destaca a vitória das forças políticas moderadas, sendo a notícia ilustrada com uma fotografia mostrando filas de eleitores.

Na edição de 28 de Abril, num editorial intitulado “Portugal for democracy”, é salientado que “em todo o mundo todos estão a expressar grande prazer com o resultado da votação” e até “o Pravda escreveu que foi uma grande vitória para a democracia e o progresso”, enquanto “a imprensa espanhola vê os resultados como uma vitória da moderação”. Além disso, é noticiada a vitória do Partido Socialista e é publicada a fotografia de Mário Soares, como o “claro vencedor”.

Na edição de 29 de Abril, são destacadas algumas declarações de Otelo Saraiva de Carvalho a respeito de um não-declarado boicote económico a Portugal e sobre a eventualidade de

uma invasão dos Estados Unidos ou da NATO, embora a notícia conclua que Portugal permanecerá com as suas alianças e em linha com a tradição da Europa Ocidental.

ESTADOS UNIDOS

Em Abril de 1975, o presidente dos Estados Unidos era Gerald Ford e o mais poderoso país do mundo estava a poucos dias de ser derrotado e humilhado no Vietnã do Sul. De facto, foi no dia 30 de Abril de 1975 que as forças do Vietcong entraram em Saigão e que as forças americanas abandonaram a cidade e o país, depois de uma presença de quase duas décadas, em que terão tido 58 mil mortos, mais de 300 mil feridos e 1626 desaparecidos.

As edições do *The New York Times* de 27 e de 28 de Abril incluíram notícias sobre as eleições em Portugal, com destaque de primeira página, ambas assinadas por Henry Giniger.

A edição de 27 de Abril inclui o texto “Communists fail in Portugal vote”, no qual é evidente algum alívio pelo resultado eleitoral do PCP, ao afirmar que “é a causa de muita preocupação entre os aliados ocidentais de Portugal”, mas que “foi sufocado hoje sob uma avalanche de votos moderados”. No mesmo texto afirma-se que Mário Soares, o líder do Partido Socialista “emergiu como a figura política mais importante do país após anos de exílio sob o antigo regime”.

A edição de 28 de Abril também se refere às eleições portuguesas com o texto “Lisbon Communists Warn Socialists Against Opposing the Military Rulers”, no qual são discutidas as

alianças e caminhos possíveis para o processo político português.

A revista *Time*, que foi criada em Nova Iorque em 1923 e é a revista semanal de maior circulação no mundo, na sua edição do dia 5 de Maio de 1975 anunciava o fim da guerra do Vietnã com a vitória de Hanói e a derrota de Saigão, mas também noticiou e comentou as eleições portuguesas com um texto intitulado “Portugal: A Resounding Vote for Moderation”. O texto começa por afirmar que “um ano depois da ‘revolução dos cravos’ que pôs fim a meio século de ditadura opressiva, o povo português foi às urnas na semana passada para votar numa nova assembleia constituinte”, acrescentando que “foi a primeira eleição livre do país em três gerações e, para um eleitorado há tanto tempo privado de direitos, os eleitores falaram com uma voz notavelmente clara”.

O texto da revista *Time* salienta que “no dia das eleições, numa participação surpreendente, se estima que 91% dos 6,1 milhões de eleitores elegíveis do país tenham ido às urnas. A escolha não foi fácil: os partidos tinham programas semelhantes. Com excepção dos conservadores sociais-democratas do centro, que apoiam a livre iniciativa, todos eram a favor de alguma forma de socialismo para Portugal”.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

AS ELEIÇÕES E O LEGADO DA CONSTITUIÇÃO DE 1976



Um dos principais legados da Constituição de 1976 foi a consagração de um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais para as mulheres, incluindo, a igualdade de género e o direito à educação

A Constituição de 1976 marcou uma viragem histórica. O documento refletia um forte pendor socializante, com ênfase na proteção dos direitos sociais, económicos e culturais, e na promoção da igualdade e da justiça social

LÍDIA PRAÇA*

“Num país e num mundo onde há famílias sem casa e doentes sem tratamento e sem hospital, a questão da liberdade de criação artística e intelectual pode parecer uma questão secundária. Mas sabemos que a cultura influi radicalmente na estrutura política, e, por isso, a questão da liberdade da cultura é uma questão primordial. Sabemos que toda a cultura real trabalha para a libertação do homem, e que, por isso, toda a cultura real é, na sua raiz, revolucionária. [...] A cultura não é um luxo de privilegiados, mas uma necessidade fundamental de todos os homens e de todas as comunidades. A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar, para que o homem possa construir-se em consciência, em verdade e liberdade, em justiça. E se o homem é capaz de criar a revolução, é exatamente porque é capaz de criar cultura.”

Sophia de Mello Breyner Andresen,
Assembleia Constituinte, em 1975.

I – A IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1975

As eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 foram realizadas no dia 25 de abril, exatamente um ano após a Revolução dos Cravos e foram as primeiras eleições livres, com sufrágio universal, desde 1925.

O principal objetivo destas eleições era eleger uma Assembleia Constituinte, com um mandato único de um ano, encarregada de redigir uma nova Constituição para substituir a do regime do Estado Novo, de 1933. Estas eleições foram fundamentais para a consolidação da democracia e para a criação de uma nova ordem constitucional.

II - A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA APÓS 1974

A primeira Constituição portuguesa após o 25 de abril de 1974 foi aprovada em 2 de abril de 1976 e entrou em vigor a 25 de abril do mesmo ano. A Constituição marcou uma viragem histórica. O documento refletia um forte pendor socializante, com ênfase na proteção dos direitos sociais, económicos e culturais, e na promoção da igualdade e da justiça social. A Constituição foi revista várias vezes para se adaptar às mudanças sociais, políticas e económicas, especialmente com a integração de Portugal na União Europeia. Todavia, este documento continua a ser a base do sistema político português, garantindo a estabilidade democrática e a proteção dos direitos dos cidadãos.

III – OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS FUNDAMENTAIS QUE REFLETIAM IDEIAS DEMOCRÁTICAS.

A primeira Constituição portuguesa consagrou um conjunto abrangente de direitos, liberdades e garantias fundamentais, que refletiam os ideais democráticos e de justiça social da *Revolução dos Cravos*.

De entre os mais importantes direitos, destaca-se o direito à igualdade, consagrado no artigo 13.º, que assegura que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, sem discriminação baseada em ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. Também, o direito à li-

**A CONSTITUIÇÃO
PORTUGUESA DE 1976
DEIXOU UM LEGADO
PROFUNDO E DURADOURO
NA HISTÓRIA DE PORTUGAL,
MARCANDO A TRANSIÇÃO
DEFINITIVA PARA
A DEMOCRACIA**

berdade e à segurança, reconhecido no artigo 27.º, é outro pilar fundamental, garantindo que ninguém pode ser privado da liberdade, exceto nos casos previstos na lei, ou em consequência de sentença judicial condenatória. A Constituição também protege a liberdade de expressão, previsto no artigo 37.º, permitindo que todos possam expressar livremente as suas opiniões. E por fim, a liberdade de reunião e de associação, consagrada nos artigos 45.º e 46.º, é igualmente assegurada, permitindo que os cidadãos se reúnam pacificamente e formem associações sem necessidade de qualquer autorização prévia. Além disso, a Constituição garante o direito à privacidade, no seu artigo 26.º, protegendo a inviolabilidade do domicílio e das comunicações.

IV – DOS DIREITOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E CULTURAIS.

No âmbito dos direitos sociais, económicos e culturais, a Constituição de 1976 consagra o direito de todos os cidadãos ao trabalho e à justa

retribuição; bem como, o direito à segurança no emprego. Consagra, igualmente, o direito à saúde, estabelecendo que todos têm direito à proteção da saúde e que o Estado deve promover a criação de um serviço nacional de saúde universal e gratuito. A educação é outro direito previsto no texto fundamental, que assegura que todos têm direito à educação e que o Estado deve garantir o ensino básico universal, obrigatório e gratuito. Além disso, a Constituição protege o direito à habitação estabelecendo que todos têm direito a uma habitação condigna e que o Estado deve promover políticas que garantam este direito.

Decorrente da consagração da liberdade de expressão, atrás mencionado, a Constituição reconhece a importância da cultura na formação da identidade nacional e na promoção da diversidade cultural e estabelece os princípios fundamentais que promovem a criação artística e a valorização da cultura como um direito essencial. Deste modo, garantindo-se aos cidadãos o direito de se expressarem livremente, incentiva-se a produção cultural e artística e assume-se como responsabilidade do Estado o apoio e a promoção das artes e da cultura, criando condições para o desenvolvimento cultural do país.

Tanto os direitos, liberdades e garantias, como os direitos sociais, económicos e culturais refletem o compromisso da Constituição de 1976 com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

A CONSTITUIÇÃO CONSAGRA O DIREITO AO TRABALHO, ASSEGURANDO A TODOS OS CIDADÃOS, INCLUINDO AS MULHERES, O DIREITO AO TRABALHO E À JUSTA RETRIBUIÇÃO

V – A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976 E OS DIREITOS DAS MULHERES.

A Constituição portuguesa de 1976 é, igualmente, um marco significativo na promoção dos direitos das mulheres, refletindo os ideais de igualdade e de justiça social que emergiram da Revolução dos Cravos. Este documento histórico consagra pela primeira vez no ordenamento jurídico português a igualdade de direitos entre homens e mulheres, estabelecendo uma base sólida para a promoção da igualdade de género. A Constituição também consagra o direito ao trabalho, assegurando a todos os cidadãos, incluindo as mulheres, o direito ao trabalho e à justa retribuição. Este direito é complementado pelo direito à liberdade de escolha da profissão e o acesso à função pública, estatuído no seu artigo 47.º, que garante que as mulheres possam escolher livremente a sua profissão e aceder a cargos públicos em igualdade de condições com os homens.

Outro direito importante é o direito de sufrágio, consagrado no artigo 49.º, que assegura a

todos os cidadãos, independentemente do sexo, o direito de votar e ser eleito para cargos públicos. Este direito é fundamental para a participação política das mulheres e para a sua representação nos órgãos de decisão.

A Constituição de 1976 também consagra a proteção da família, no artigo 67.º, e a promoção da igualdade no casamento, no artigo 36.º, garantindo que as mulheres tenham direitos iguais no âmbito familiar e matrimonial. Além disso, o direito à maternidade, reconhecido no artigo 68.º, assegura que as mulheres tenham direito a proteção especial durante a gravidez e após o parto.

A promoção da igualdade de género é ainda reforçada pela participação política dos cidadãos, prevista no artigo 109.º, que incentiva a participação ativa das mulheres na vida política e pública. Este artigo sublinha a importância da igualdade de género na construção de uma sociedade democrática e justa.

VI – O LEGADO DA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

A Constituição portuguesa de 1976 deixou um legado profundo e duradouro na história de Portugal, marcando a transição definitiva para a democracia.

Um dos principais legados da Constituição de 1976 foi a consagração de um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais para as mulheres, incluindo, a igualdade de género e o direito à educação. A Constituição, paralelamente, teve um impacto significativo na cultura portuguesa; pois, não apenas, pôs

**A PROMOÇÃO
DA IGUALDADE
DE GÉNERO
É AINDA REFORÇADA
PELA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DOS CIDADÃOS,
PREVISTA NO ARTIGO 109.º**

fim ao regime do Estado Novo como iniciou um período de democratização e transformação social e cultural. Desde então, a cultura em Portugal, fruto da consagração da liberdade de expressão, tem sido marcada por um constante e significativo crescimento nas áreas da literatura, música, cinema e artes visuais. A Constituição também influenciou políticas culturais locais e nacionais, incentivando a criação de programas e iniciativas que valorizam e promovem a cultura em todo o país.

Ao longo dos anos, a Constituição sofreu várias revisões para se adaptar às mudanças sociais, económicas e políticas, mas os seus princípios fundamentais, fundadores do regime democrático, mantiveram-se inalterados.

** Jurista, escritora,
membro da direção da A25A*

MARCO INCONTORNÁVEL DA NOSSA HISTÓRIA

A Constituição de 1976 não foi apenas um documento legal; foi a pedra angular de um novo Portugal, aquele onde a liberdade, a justiça e a igualdade deixaram de ser meras aspirações e passaram a ser garantias fundamentais

CARLOS PEREIRA MARTINS*

DEPOIS DE EM 2024 termos celebrado os 50 anos do 25 de Abril de 1974, esse marco incontornável da nossa História e também, por singular que foi, da história universal, o ano de 2025 traz consigo mais uma efeméride fundamental para a democracia portuguesa: meio século das primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição da República Portuguesa.

Foi a 25 de Abril de 1975 que os portugueses, pela primeira vez em décadas, puderam exercer o seu direito de voto em plena liberdade, elegendo os representantes para a Assembleia Constituinte. Um ato que transcendeu a simples escolha de deputados e se tornou um verdadeiro hino à participação cívica e ao desejo

de construir um país mais justo e democrático. A afluência às urnas foi massiva, um testemunho eloquente da sede de liberdade de um povo que, durante anos, viu a sua voz reprimida e os seus direitos negados.

Menos de um ano depois, a 2 de Abril de 1976, era aprovada a nova Constituição da República Portuguesa, consolidando os valores de um Estado democrático, pluralista e socialmente comprometido com os direitos fundamentais dos cidadãos. A Constituição de 1976 não foi apenas um documento legal; foi a pedra angular de um novo Portugal, aquele onde a liberdade, a justiça e a igualdade deixaram de ser meras aspirações e passaram a ser garantias fundamentais.



"Em 2025, ao comemorarmos 50 anos das primeiras eleições livres e da Constituição, não podemos apenas recordar: temos de renovar o nosso compromisso com uma democracia ativa, exigente e responsável"

Celebrar estas datas não é apenas recordar o passado. É reforçar o compromisso com a democracia, com o Estado de Direito e com os princípios que nos guiam enquanto nação soberana. As conquistas da Revolução dos Cravos e do período que se seguiu não são dádivas imutáveis, mas sim património que deve ser constantemente preservado e aprofundado. Se hoje podemos votar livremente, expressar opiniões sem receio e exigir melhores condições de vida, é porque houve um tempo em que muitos lutaram, sofreram, sonharam e construíram as bases dessa liberdade.

O caminho não foi isento de dificuldades. A democracia portuguesa, tal como qualquer outra, foi testada ao longo destas cinco déca-

das, atravessando crises económicas, desafios políticos e momentos de desconfiança. Mas é precisamente na capacidade de se reinventar e de se fortalecer que reside a sua maior virtude. Em 2025, ao comemorarmos 50 anos das primeiras eleições livres e da Constituição, não podemos apenas recordar: temos de renovar o nosso compromisso com uma democracia ativa, exigente e responsável.

Que estas celebrações sejam não só um olhar para trás com orgulho, mas também um olhar para o futuro com determinação. Porque a Liberdade, tal como a Democracia, não se herda – conquista-se todos os dias.

* Economista, Sócio da A25A

CRÓNICA SOBRE **A LIBERDADE**



E há Democracia sem imprensa livre? Esta imprensa não está cada vez mais subordinada ao patrão que quer opinião orientada para a defesa de interesses políticos, económicos ou de qualquer outra confissão?

Os portugueses, a pedido da Porto Editora e com a colaboração da Infopédia, escolheram a Liberdade como a palavra do ano de 2024, no ano da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril. “As dez palavras finalistas retratam os temas e acontecimentos que marcaram 2024. A lista foi elaborada com base nas sugestões submetidas pelos utilizadores no site, nas palavras mais pesquisadas no dicionário de língua portuguesa da Infopédia e na observação da língua nos meios de comunicação e redes sociais” (Extractado do Chat GPT)

JORGE GOLIAS*

PERGUNTEI A UMA PESSOA amiga o que era a Liberdade. E a resposta foi que era “a gente poder dizer o que quer”. E outra ainda me disse o seguinte: “Para mim Liberdade é principalmente o direito que eu tenho de agir

de acordo com a minha vontade, não desrespeitando o direito do outro”.

Agora é a mim, que escrevo esta crónica, que compete dizer o que é a Liberdade. Apetece-me dizer como aquele que respondeu sobre o que é o tem-

po e disse que se não lhe perguntarem sabe muito bem o que é, mas se lhe perguntarem não sabe. Mas, de que falamos quando falamos de Liberdade? Liberdade social, pessoal, política? E devemos falar em Liberdade no singular ou no plural?

Vem-me à memória aquela cena do republicano Francisco Pereira de Moura, logo após o 25 de Abril, quando em Bragança alguém lhe perguntou o que era um fascista? Ele, um intelectual progressista, apanhado de surpresa, assim sem qualquer reflexão (e seria precisa?) respondeu mais ou menos assim: “Olhe, é por exemplo quando você vai à Repartição de Finanças e o funcionário o atende mal”.

Quer então isto dizer que aqueles conceitos básicos de uma Democracia são mais complicados de explicar do que era suposto? Não sei. Mas sei que quando pegamos neles, alguns podem escrever tratados e outros dar a resposta mais simples que nos ocorre: Liberdade é eu poder fazer o que quero!

Stuart Mill em o Ensaio sobre a Liberdade fez um desses tratados, que todos ou quase lemos, e sabemos a melhor das definições: a minha Liberdade termina onde começa a do meu vizinho. Mas, será isto assim mesmo ou é algo mais complexo? Apesar da acusação de Mill ter uma perspectiva liberal, tal não retira mérito a esta proposta de definição.

Pois não era este o caminho que eu queria dar a esta crónica. Eu bem queria ir por caminhos mais ligeiros e bem-humorados, ao meu jeito de cronicar. Mas ele há temas que não são permeáveis ao humor. Haverá?

Vamos tentar dar mais um passo em frente

neste caminho da Liberdade, cinquenta anos depois do dia dela.

ALGO DIFERENTE...

Em 1974 a Liberdade que então conquistámos é igual à que temos hoje? E se não é, porque o não é, é melhor ou pior? Ou nem uma coisa nem outra, mas sim algo diferente, mas ainda dentro do conceito de Liberdade? Ou será que já estamos aí numa franja dela e ainda não percebemos bem isso?

E então há Liberdade com fome? De que adianta ser livre se não tiver onde cair morto, onde pendurar o pote, para fazer jus a um dito transmontano! Mas discutir assim não é levar a coisa longe demais? Não conhecemos nós gente honrada, pobre e livre?

Então e um Regime que permite bolsas de escravatura é um Regime livre?

E há Democracia sem imprensa livre? Esta imprensa não está cada vez mais subordinada ao patrão que quer opinião orientada para a defesa de interesses políticos, económicos ou de qualquer outra confissão? Será que já estamos na penúria da comunicação social, no predomínio das notícias falsas? Não é ainda possível separar o trigo do joio?

Serão livres os jovens licenciados ou não que, sem emprego nem habitação, vivem em casa dos pais, depois dos 30 com uma insultuosa semanada e sem perspectivas de futuro?

Todos os que vão perdendo margens de liberdades podem ainda ir para a rua e gritar contra os responsáveis e o Poder? Pois, podem, embora de pouco adiante. Mas adiantará mesmo pouco?

Então e quando já se veem alguns lobos nas nossas capoeiras ainda podemos dizer que somos livres? Mas se em 1974 aparecessem à luz do dia os que hoje defendem tudo ao contrário dos valores do nosso Abril: racistas, homofóbicos, xenófobos, populistas, fascistas, o que lhes faríamos com a Liberdade ao tempo? Talvez comêssemos algum exagero revolucionário menos consentâneo com a Liberdade e a Democracia.

Será que já se configura aquela situação de que vieram em levas buscar os meus vizinhos, mas não liguei porque não era nada comigo e um dia quando me levarem já será tarde?

Não será ir longe demais com estas generalizações?

Estas manchas na alva manta da Liberdade, mancham claramente, mas impedem que a manta cubra e faça a sua função?

Poder manter a utopia de uma vida social normal, partindo do princípio de que não é preciso explicar o que isso é, é ser livre ou ter o grau de liberdade possível neste mar de desesperanças e incertezas?

Com um texto cheio de interrogações que saldo se obtém para alguma compreensão deste conceito filosófico? Pois, isso mesmo: alguma compreensão!

A CULTURA...

Talvez seja a vez de trazer algo que estive afastado desta discussão até agora – a Cultura! Não estamos assim tão mal enquanto pudermos ter

acesso à cultura em todas as suas formas de expressão. Claro que nem todos tem acesso fácil, embora haja hoje muita cultura de graça, ou quase. Nunca se escreveu tanto neste País, nunca se vendeu tanto livro. Pois poderá não haver correspondência com o número de leitores, mas há ainda muitos leitores e amantes de todas as formas culturais. Um povo mais culto será sempre mais livre.

Voltando, e para fechar, ao já citado e muito discutido Stuart Mill e ao seu Ensaio sobre a Liberdade, concluamos então que na luta entre o grau absoluto que muitos exigem para a Liberdade e a relatividade que o senso comum propõe, ele, acusado de pragmatismo conformista e liberal propõe a tese de “salvar da Liberdade o que é possível salvar e conquistar o que é possível conquistar”¹.

Conclua-se então que ainda estamos com os graus de Liberdade (porque a Liberdade tem muitas feições) que nos permitem viver em Liberdade tal como a defendemos, passe a redundância, tal como a pudemos preservar e adaptar ao longo desta caminhada dos 50 anos de Abril.

Viva a Liberdade.

Vinte e Cinco de Abril Sempre!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

1 In Prefácio de Orlando Vitorino ao *Ensaio sobre a Liberdade*, de Stuart Mill



O que limitava o salazarismo eram "os equilíbrios internos dentro do regime e as relações de força na sociedade", como disse Fernando Rosas e que em termos de moral assentava num magistério católico manipulador da liberdade da consciência, para mais facilmente dar crédito à ditadura (Na foto, Salazar em Fátima com altos dignatários da Igreja Católica)

DA UTOPIA IMPERIAL À DEMOCRACIA

Desde os antigos impérios, a história é uma verdadeira lição
que nos deve acordar para a necessidade imperiosa duma luta intransigente
pela liberdade responsável e humanista

JOSÉ PITEIRA SANTOS*

SÃO PASSADOS 50 ANOS do 25 de Abril, da ditadura, da guerra, do “orgulhosamente sós”. Celebramos o fim do Império, que perante a grandeza dos fins e dos precários meios, foi uma realidade perversa, cantada por Camões, que enalteceu o valor dos portugueses, mas acusou o desprezo, a ambição desmedida dos detentores do poder, inclusive do poder real (IX,28): “Vê que aqueles que devem à pobreza/ Amor divino e ao povo caridade, /Amam somente mandos e riqueza, /Simulando justiça e integridade”. Dele disse Antero de Quental: foi o “cantor das nossas glórias que nos empobreciam”.

E por isso soltou um grito para acordar Portugal: “Se quiserdes no mundo ser tamanhos, / despertai já do sono do ócio ignavo, / que o ânimo de livre faz escravo” (IX, 92).

Esta acusação e grito são um alerta de sempre, em que o medo e a simulação convivem nas inter-relações pessoais e nas lógicas de poder e domínio.

LIBERDADE RESPONSÁVEL

Desde os antigos impérios, a história é uma verdadeira lição que nos deve acordar para a necessidade imperiosa duma luta intransigente pela liberdade responsável e humanista.

A ideia de império português, qual mito interiorizado na mentalidade coletiva dos portugueses, foi utilizada politicamente pelo regime ditatorial salazarista como suporte da sua política colonial, sendo um pesadelo cada vez maior e seu progressivo isolamento externo. Finalmente, a guerra colonial, estrategicamente imprudente e fatal, lançaria o país num drama e tudo arrastava – vidas, esperanças e convicções. O regime avançava para um impasse, sabendo que não podia ganhar a guerra, mas que também não a podia perder, porque aí caía. Foi o que aconteceu com o Movimento dos Capitães / MFA e o seu sentido estratégico para libertar Portugal das “dificuldades que tem um reino velho para emendar-se”, segundo Ribeiro Sanches.

Para Manuela Cruzeiro, “as conquistas políticas, sociais e culturais iniciadas em 1974” e “consagradas constitucionalmente em 1976”, “são afinal o código genético da democracia de Abril” (CRUZEIRO, 2018: 200). Para ela o Programa do MFA “traduzia o máximo denominador comum dos amplos sectores civis e militares de oposição ao regime e que, para tal, era suficientemente genérico e abrangente, o que constituiu o seu principal defeito e a sua principal virtude”.

De facto, o espírito do MFA visava sobretudo a libertação democrática, a que a participação entusiástica popular imprimiu uma forte dinâmica de apoio e transformação política, ultrapassando qualquer previsão.

A este propósito recorro Medeiros Ferreira (1993): “O 25 de Abril desencadeou profundas alterações nos valores e na vida social nacional. Ele marca uma era” e divide o séc. XX em antes e depois. Será isso uma revolução? É certamente uma referência.

QUEDA DO MITO IMPERIAL

Celebrar o 25 de Abril é, pois, o marco da queda do mito imperial e o símbolo da luta pela liberdade democrática e responsabilidade pelo respeito da dignidade humana de todos os povos sujeitos a regimes autoritários.

A Constituição de 1976, onde estes princípios ficaram consagrados, foi o culminar do processo revolucionário, em cumprimento da promessa de eleições livres um ano após o 25 de Abril. Ficava definida pela Assembleia Constituinte a arquitetura jurídico-constitucional do nosso regime, conferindo estabilidade institucional à nossa sociedade e refletindo o contexto político-partidário nascente.

Foi o final do período em que o MFA definiu os termos duma relação entre o poder militar e o poder político, desde o Programa do MFA, ao I Pacto MFA-Partidos seguido do II Pacto MFA-Partidos de 1976, a entrada em vigor da Constituição em 25 de Abril de 1976 até à sua primeira revisão em 1982, com a aprovação da Lei Constitucional n.º1/82 que

**É INQUESTIONÁVEL
A IMPORTÂNCIA
DUMA LEI CONSTITUCIONAL
FORMAL, COMO A NOSSA,
QUE ASSENTA
NOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS,
NA DIGNIDADE HUMANA
DE TODAS AS PESSOAS**

estabeleceu em pleno o regime democrático pluralista.

É inquestionável a importância duma lei constitucional formal, como a nossa, que assenta nos direitos fundamentais, na dignidade humana de todas as pessoas, ou seja, sendo a pessoa o fundamento e o fim da sociedade e do Estado, que garante um regime representativo e torna evidente os seus direitos, liberdades e garantias.

Mas, para a sua eficácia, é igualmente fundamental, que o seu cumprimento esteja assente na qualidade das instituições, das diversas lideranças políticas e da própria sociedade. Não basta a mera existência da lei constitucional, mas a realidade social e política bem como todos os mecanismos em que ela assenta e lhe confira legitimidade pela sociedade a que se destina.

O legítimo defensor da democracia pressupõe que ela é o lugar onde tudo pode ser analisado e discutido, menos ela própria, logo a verdade absoluta, incontestada não é admissível e, caso seja, aí estamos perante uma democracia virtual, como Raymond Aron escreveu: “Os regimes a que chamamos democrático-liberais são os que se definem (...) pelo reconhecimento que não existe uma fórmula e nem só uma, da liberdade por excelência...”; caso contrário caímos num maniqueísmo que implica a sua decadência em direção a uma democracia totalizadora.

A PESSOA NO CENTRO

Lembremo-nos da Constituição de 1933, instituída para conferir força legal a um regime político e sua ação de imposição restritiva da liberdade, a começar pela proibição dos partidos políticos, apesar de todas as retóricas declarativas de que o Estado Novo estava “limitado pela moral e pelo direito”. O que limitava o salazarismo não era esta retórica, mas “os equilíbrios internos dentro do regime e as relações de força na sociedade”, como disse Fernando Rosas e que em termos de moral assentava num magistério católico manipulador da liberdade da consciência, para mais facilmente dar crédito à ditadura.

Era, antes, uma democracia de farsa eleitoral, de poder absoluto assente numa “pessoa” e da imposição do medo e manipulação moral dos portugueses, tal como fazem todos os regimes autoritários que assim podem argumentar da sujeição do seu regime ao primado da lei, mas cuja prática política é de inversão da obrigação

**ONTEM COMO HOJE,
É IMPERIOSO
QUE OS CIDADÃOS
DE QUALQUER SOCIEDADE
ESTEJAM CIENTES
DE NÃO SEREM
UM ACESSÓRIO
DO SISTEMA ECONÓMICO
E POLÍTICO, MAS O SEU
CENTRO**

do contrato social, em que o poder tem origem na vontade livre do povo e a lei constitucional ser a sua verdadeira matriz.

Ontem como hoje, é imperioso que os cidadãos de qualquer sociedade estejam cientes de não serem um acessório do sistema económico e político, mas o seu centro, e não ficarem indiferentes às injustiças e sofrimentos, tal a “banalidade do mal” expressa por Hannah Arendt, da realidade mundial.

24-02-2025

* Capitão de Abril, sócio da A25A

AS PRESIDENCIAIS AMERICANAS

Trump ganhou e a Europa entrou em depressão porque pensa que se arrisca a ficar em panne. A vitória de Trump parecia-nos mais que previsível e isso notava-se, de vez em quando, em intervenções furtivas (relembro uma na CNN e outra no Público) que ficavam, quase sempre, em baixo-relevo. Por que motivo aconteceu, afinal, o que os norte-americanos queriam (e assim votaram) e tantos comentaristas nossos negavam e não queriam? Os EUA alimentam, há décadas, uma série de insondáveis contradições que se iam replicando e nada resolviam. Quando isto sucede o trajeto histórico desemboca num beco sem saída que se resolve numa explosão incontrolada (ou seja, numa revolução como a francesa ou a soviética) ou numa explosão controlada com respeito por direitos basilares (como aconteceu com a Gloriosa Revolução inglesa de 1688 ou a Revolução dos Cravos de 1974)

LUÍS NORONHA NASCIMENTO*

A PRIMEIRA CONTRADIÇÃO americana é tóxica e “proibido” falar dela: a crise económica dos EUA que atingiu as classes média e média-baixa provém, como causa próxima, das sanções à Rússia.

As sanções económicas têm peso eficaz quando atingem países secundários, economicamente vulneráveis e sem grande capacidade de auto-defesa; foi o que aconteceu com o Iraque, Afeganistão, Líbia e (em certa medida) Síria.

Se o país sancionado for forte e estiver entrincheirado numa rede de países clientelares com peso global, as sanções viram-se contra quem as aplica. Tivemos um exemplo paradigmático há 200 anos: o bloqueio continental decretado por Napoleão contra a Inglaterra.

Que sucedeu, então?

Ninguém o cumpriu porque todos os países queriam negociar com a Inglaterra que era já o país mais rico do mundo (“a fábrica do mundo” como era conhecida), e Napoleão com a sua loucura de domínio imperial anti-saxónico levou a França à sua segunda falência, depois da “Guerra dos Sete Anos” lhe ter provocado a primeira e, por via disso, ter acelerado a Revolução Francesa.

O que aconteceu agora parece a repetição de um *dejà-vu*: os Brics (a que pertence a Rússia) dominam já a economia e a população do mundo, o comércio, a navegação marítima e a tecnologia moderna, ou seja, a riqueza das nações. Num quadro assim, acantonar a Rússia é im-

possível e as sanções levaram os Brics a perceber que todos eles podiam – um dia – ser, também, sancionados.

Como assim, os Brics começaram a abandonar o dólar como moeda de pagamento (e se o processo continuar o dólar será atingido como moeda de reserva), substituindo-o pelas suas próprias moedas, e com isto não só inutilizam os efeitos das sanções como também lançam sobre os EUA uma inflação rastejante, mas contínua, que tem provocado a crise económica que as classes média e média-baixa sentem na própria pele.

E porquê?

Com o abandono do dólar, passa a haver dólares a mais no comércio mundial que provoca o seu regresso à origem, ou seja, ao país que o emitiu (os EUA); com dólares a mais em relação à proporção dos negócios realizados, aumenta a inflação nos EUA e, também, o poder fictício de compra de quem os tem.

É esta a teia em que os EUA estão enredados, que fragiliza quem não é rico e que economistas americanos (sublinho aqui os textos de James Rickards em “The Daily Reckoning”) têm referido tantas vezes.

Mas esta questão está imbrincada com outra mais profunda que – pensamos – foi detetada pelo sociólogo americano Robert Reich (RR) há décadas: 1/5 da população americana enriquece e 4/5 empobrece cada vez mais.

Mais tarde, esta regra foi completada: ela não era específica da sociedade americana porque se começava a notar, também, nos países avan-



A concentração da riqueza em poucas mãos e, simultaneamente, uma pauperização alargada do tecido social é cada vez maior nos EUA

çados da Europa ocidental e central; entretanto, outros autores vieram a acolher, posteriormente, a mesma ideia: o anglo-americano Paul Kennedy e o francês E. Todd, por exemplo.

O que isto significa parece óbvio: por um lado, a concentração da riqueza em poucas mãos e, simultaneamente, uma pauperização alargada do tecido social é cada vez maior nos EUA (na sequência das últimas eleições americanas o *Público* trazia, logo a seguir, percentagens estridentes da concentração da riqueza na América); por outro lado, essa pauperização vai erodindo a classe média e, como consequência, a coesão social do país.

O que podemos concluir é que a junção destes fatores (a crise provinda das sanções, conjugada com os efeitos da concentração da riqueza)

levou a que a classe média trabalhadora americana abandonasse os democratas e votasse nos republicanos.

VOLTAMOS À GRÉCIA ANTIGA

Os antigos gregos distinguiam entre a democracia e a oligarquia: democracia era o governo do povo; oligarquia era o governo dos ricos.

Estas eleições terão sido, por isso, um aviso: os norte-americanos perceberam que o partido democrata é, hoje, o partido oligárquico dos super-ricos (o americano M. Lind designava-os, já em 1995, como a “white overclass”) alojados nas zonas super-ricas do litoral e bolsas do interior, e votaram no contrapoder à espera de ver se alguma coisa muda.

Entretanto, com as guerras por encomenda em que os EUA intervêm, aconteceu o previsível: a indústria militar americana teve enormes lucros que bafejaram quem já era oligarca potenciando a sua riqueza, enquanto os outros vão gemendo com a inflação.

Ou seja, a concentração da riqueza aumentou e, com a sua face dourada, ocultou a corrosão da inflação que empobreceu o homem médio.

Que vem a seguir na política dos EUA?

Quase pela certa um protecionismo/isolacionismo “mitigados”, com taxas aduaneiras à prova de bala e apoios disfarçados; foi assim que os EUA se tornaram uma potência rica e forte desde o séc. XVIII com as teses do norte-americano Alexander Hamilton e do alemão Friedrich List.

List foi grande defensor do Zollverein, a união

aduaneira que acelerou a recuperação dos estados alemães desfeitos pelas guerras napoleónicas e, depois, a unificação alemã sob a égide da Prússia. Ou seja, a Alemanha (que hoje conhecemos) nasceu desta união com economia protegida; os EUA já tinham iniciado um processo similar, muito antes.

Para List, um estado forte, com economia dominante, deve defender uma economia aberta sem pautas aduaneiras porque a sua economia domina as outras, subordinando-as, controlando, destarte, o comércio e os lucros globais; um estado fraco deve impor taxas aduaneiras altas para proteger a sua economia que doutro modo não sobrevive a uma concorrência de países fortes.

Os EUA tiveram a sua economia protegida desde Hamilton até 1962; e só muito mais tarde é que começaram a falar no neoliberalismo (que não nasce na escola de Chicago, como muitos pensam, mas nasce em Viena de Áustria, em 1920, com a escola de Von Mises) e na globalização nas presidências de Reagan e Bush, convencidos de que o fim da URSS lhes ia permitir o controlo da economia mundial e a hegemonia política por longos anos.

Em três décadas tudo mudou com o regresso da Ásia, e o isolacionismo também vai, provavelmente, voltar.

O isolacionismo saxónico nasceu na Inglaterra medieval com a Guerra dos Cem Anos e com a “tareia” que, no fim, os franceses deram aos ingleses. Por força da crise que daí resultou, os ingleses fecharam-se na ilha, abandonaram os assuntos do continente e só regressaram uns 100 anos depois.

O isolacionismo passou a ser o remédio certo quando os problemas internos inundavam a ilha, e essa forma saxónica de agir foi transmitida aos seus herdeiros: os EUA.

No início, o isolacionismo americano – expresso na doutrina Monroe – foi defensivo: excluir os antigos colonizadores (os europeus) da América colonizada; mais tarde (à medida que os EUA se tornavam uma potência regional e, depois, mundial) aquela doutrina tornou-se agressiva, servindo de ideologia legitimadora para estabelecer um protetorado sobre toda a América Latina.

Protetorado que juntou o controlo político e o controlo económico sobre o continente americano e permitiu (ao contrário do que se pensava) que os EUA se tornassem o país mais rico do mundo ainda no séc. XIX (o italiano G. Arrighi situa esse momento por volta de 1870, em *O longo século XX*).

O mundo que, hoje, temos começa com as navegações oceânicas dos países europeus (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda) que vão moldar, a prazo, o quadro político-económico do futuro: acaba a antiga Rota da Seda (e, com ela, a riqueza das cidades italianas) e começam as rotas oceânicas criando mercados transcontinentais, mais rápidos e mais extensos, ligando fontes de matérias-primas com locais de transformação e zonas ricas em consumo, potenciando, assim, o lucro e a lenta globalização do comércio.

Simultaneamente, surgem as bases do direito internacional moderno: liberdade do mar, da

navegação e do comércio, liberdade religiosa e aprofunda-se a liberdade contratual; como assim, a liberdade de opção política (expressa nos regimes pluripartidários) aparece-nos na Inglaterra com a já referida “Gloriosa Revolução”.

Nesse período que vai do séc. XVII até hoje, três países criaram sistemas hegemónicos de riqueza que os restantes tentaram copiar: Holanda (cronologicamente, o primeiro e que foi rapidamente suplantado), Inglaterra e EUA.

Segundo Arrighi (ob. cit.) isso só foi possível através do lucro criado por economias altamente mercantis ou (já com a Inglaterra) industrializadas; quando todas aquelas economias iniciaram o seu trajeto em direção a uma economia financeira, começou o seu lento processo de decadência.

Este é o problema que Trump tem em mãos; depois de em 1870 os EUA se tornarem o país mais rico do mundo, Arrighi garante que, cerca de 1970, os EUA iniciaram o trajeto de financeirização da sua economia com a consequente desindustrialização.

Conseguirá Trump dar a volta a este círculo vicioso? É o que falta saber.

* Antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e da Associação Sindical dos Juizes Portugueses



Tratado de Helsínquia tinha aberto um caminho possível para uma nova era de paz, segurança e cooperação na Europa, que seria ainda mais viável pela nova política da URSS, com Gorbatchov

EUROPA 2025

UM ANO DE CRISE?

Este ano promete muita turbulência, senão mesmo uma tempestade de crise, de vários níveis e tipos: económica, política, de relações internacionais. Os mais fortes, bem amarrados a qualquer apoio, resistirão melhor ou pior, mas a velha Europa, carcomida pelo seu reumático, aparentemente já incapaz de algum sopro de ânimo, corre graves riscos

JOÃO VASCONCELOS COSTA*

OS TEMPOS ESTÃO NEGROS e há uma multiplicidade de fatores a interagirem cujo efeito é imprevisível, em termos de configuração do que parece inevitável, o acentuar da crise, especialmente na Europa. O nosso continente está aprisionado numa armadilha, como resultado do agravamento, desde a invasão da Ucrânia, da tendência para a subordinação política, para a irrelevância no tabuleiro do jogo das forças internacionais e para o desguarnecimento das condições económicas que poderiam mitigar as tendências negativas.

Até numa questão em que a Europa desempenhou frequentemente um papel positivo, a da luta do povo palestino contra o regime sionista de Israel, a evolução da política externa da União Europeia e da Grã-Bretanha tem tido uma inflexão negativa, com maior seguidismo em relação aos EUA e repressão das manifestações de apoio à causa palestina, a pretexto falso de anti-semitismo.

O fim da guerra fria deu a muitos a esperança de um verdadeiro desanuviamento. Embora com ambiguidades, com avanços e recuos, a Conferência de Helsínquia tinha aberto um caminho possível para uma nova era de paz,

segurança e cooperação na Europa, que seria ainda mais viável pela nova política da URSS, com Gorbatchov. Em 1991, a assinatura do tratado START sobre a redução de armas estratégicas teve como pressuposto a garantia dada por Bush-pai de que a NATO não se expandiria para Leste e que não integraria os países anteriormente membros do Pacto de Varsóvia. Esta promessa foi completamente traída, provocando um processo de enquistamento defensivo e nacionalista da Rússia de Putin. Ao contrário dos EUA, isolados de potenciais invasores por dois oceanos, a Rússia sempre deu primazia à defesa territorial de vizinhança, valorizando mais a força militar nas fronteiras do que a projeção de forças à distância.

A partir de 2014 e dos levantamentos da Praça Maidan, em Kiev, essa preocupação russa foi sistematicamente posta em xeque pela política da Ucrânia, instigada em parte pelas potências ocidentais e pela NATO. Isto não absolve a Rússia da sua violação do direito internacional, ao invadir a Ucrânia, mas não pode ser esquecido em termos de condicionalismo para a paz e a redução do clima de nova guerra fria em que vivemos. Ao longo da História, a Rússia sempre

oscilou entre a aproximação à Europa central e ocidental, como nos tempos de Pedro o Grande e de Catarina II, e o isolamento, com os olhos postos na “Eurásia”. Desde a invasão da Ucrânia, a União Europeia passou a diabolizar a Rússia e provocando um dos mais fortes dos tais movimentos pendulares, isolacionista; ou melhor, de constituição de um novo bloco alternativo, com grande peso do eixo Moscovo-Pequim.

As sanções à Rússia, a perda de uma fonte barata de energia e a ajuda material e financeira à Ucrânia tiveram e continuam a ter – ou a aumentar, como se verá adiante – um enorme custo económico. Se, a princípio, a utilização concertada da comunicação social criou uma opinião pública europeia largamente favorável à Ucrânia, sondagens mais recentes indicam haver hoje um significativo cansaço da guerra e rejeição do seu prolongamento, considerando-se como ilusão a tese de uma vitória militar total e definitiva da Ucrânia e, por extensão, do Ocidente.

E não é só na Ucrânia que se joga o combate. Tensões e movimentos, de parte a parte, tendem a fazer eclodir noutros pontos do mapa europeu novos focos de tensão, nomeadamente na Geórgia, na Moldova e na Roménia. Até a situação política na Turquia pode trazer surpresas, quer pela sua aproximação aos BRICS quer pela incerteza da evolução da situação na Síria, em que a Turquia está profundamente envolvida.

EVOLUÇÃO EUROPEIA NEGATIVA

Este esforço económico agrava um quadro geral já de si preocupante, nos domínios político e económico. O eixo europeu, franco-alemão,

conhece grandes dificuldades, com a crise da indústria alemã, especialmente do sector automóvel, a alteração significativa do quadro político, em resultado das recentes eleições, a instabilidade tripolar e conflitual da política francesa e a situação das finanças públicas e da dívida. Isto culmina, para já, uma evolução europeia negativa, de baixo crescimento, de desinvestimento, de desindustrialização (com concentração em sectores estreitos, como o automóvel) e de desvio da economia para os serviços e a finança. Tudo isto com um grande desafio demográfico, numa sociedade envelhecida e crescentemente incapaz de facultar às camadas mais velhas o apoio necessário na reforma e na saúde, bem como de integrar harmoniosamente as populações jovens imigrantes.

Em termos de longo alcance, a Europa está hoje em pior posição do que os seus concorrentes numa área determinante, a da investigação e inovação no digital, em particular na inteligência artificial, não parecendo também que possa competir no que respeita à disponibilidade das bases para essa atividade, nomeadamente a energia necessária e o armazenamento de bases de dados gigantescas.

A chegada de Trump à Casa Branca reforçou as tensões que ameaçam eclodir como crise. A decisão de reduzir ou mesmo anular o apoio à Ucrânia, quer financeiro quer militar (armamento e informações) liga-se a um objetivo em si positivo, o da paz, mas tem efeitos colaterais na crise europeia. Converge, em efeitos económicos, com a provável fixação de taxas alfandegárias, com um quadro geral de

guerra comercial e com a política europeia já anunciada de enorme reforço dos orçamentos militares.

Se a Europa mantiver o seu mantra de vitória obrigatória na Ucrânia como garantia de segurança contra o “perigo russo”, virá a aumentar o seu próprio apoio, com os custos que isso acarreta para a sua já preocupante situação económica. O descontentamento geral e as consequências ideológicas, de culto da autoridade, da militarização serão mais alimento para a ultradireita europeia, já estimulada pelo exemplo que lhe vem do outro lado do oceano.

E como a política europeia está condicionada pelo temor da inflação, o dinheiro para a militarização não pode vir do nada. Ainda há pouco tempo, o secretário-geral da NATO, Mark Rutte, numa entrevista ao Financial Times, era bem claro: “Quando se olha para o que os países despendem em pensões, na Segurança Social e na saúde, precisamos de uma fração desse dinheiro para garantir que os gastos com a Defesa cheguem a um nível em que possamos sustentar a nossa dissuasão a longo prazo”. Guerra sim, Estado social não! É um programa político ideologicamente transparente.

Este belicismo europeu é paradoxal, na medida em que, ao mesmo tempo, a Europa ocidental e central se desguarneceu militarmente, ao enviar para a Ucrânia parte considerável dos seus arsenais. E também porque o seu maior constrangimento económico, o preço dos combustíveis, está diretamente relacionado com a guerra, por interrupção do fornecimento do gás natural russo.

**EM SITUAÇÕES
PANTANOSAS,
DE CRISE PROLONGADA
SEM PERSPETIVAS
DE SOLUÇÃO, ALASTRA
UM DESCONTENTAMENTO
DIFUSO QUE É TERRENO
PARA TODAS
AS AVENTURAS
– OU DESVENTURAS –
POLÍTICAS E SOCIAIS**

O PROTECCIONISMO DE TRUMP

A outra política de Trump com grande impacto na União Europeia é política protecionista, com fixação de tarifas aduaneiras pesadas, de 25%, já decididas mas suspensas até data em breve impostas ao Canadá, ao México e à China mas que podem bem alastrar para a Europa. Ela sofrerá sempre, mesmo que indiretamente. A guerra comercial de Trump tem como principal alvo a China – que certamente retaliará – mas a Europa, mais frágil e dependente, sofrerá as consequências mais pesadas, esmagada entre os dois colossos.

Um artigo recente na Bloomberg defende que é do interesse dos EUA estabilizar a economia europeia, que está próxima da queda livre, com o fator crucial da disponibilidade e custos da energia, principalmente o gás natural. Propõe

a reentrada em serviço da parte do Nord Stream não danificada e o trânsito normal anterior de gás pela Ucrânia. Os EUA, depois da II Guerra Mundial, não cometeram o erro do tratado de Versalhes. Seria bom que também o tivessem presente nesta época crítica para a Europa.

Tenha-se em conta, todavia, que a situação no campo trumpista não é clara e encerra contradições importantes. As concepções político-económicas de Trump e de Elon Musk são opostas em muitos aspetos fulcrais e dizem respeito a interesses vitais de Musk, nomeadamente as relações com a China, a economia dos combustíveis fósseis e a primazia do transporte em veículos elétricos. A ver vamos, como lidarão uma com a outra, essas duas tão exacerbadas personalidades psicopáticas.

Finalmente, “last but not the least”, a vitória de Trump não tem para a Europa apenas consequências políticas e económicas; também, e muito importantes, as ideológicas. Quando a ascensão da ultradireita é um dos fenómenos mais preocupantes da situação política europeia, a eleição como dirigente mais poderoso do mundo de um protofascista egomaniaco não pode deixar de ser um alento à ultradireita de todo o mundo, como se tinha visto no primeiro mandato quanto às relações entre Trump e Bolsonaro. Para já, vamos observar as relações entre Trump e Javier Milei.

Em situações pantanosas, de crise prolongada sem perspectivas de solução, alastra um descontentamento difuso que é terreno para todas as aventuras – ou desventuras – políticas e sociais. São tempos de interregno (à Gramsci)

**ALGUNS SETORES
DE ESQUERDA
SE DIVORCIARAM
DAS MASSAS POPULARES,
PRIVILEGIANDO IDEIAS
E ATUAÇÕES ELITISTAS
E INDIVIDUALISTAS,
QUE TAMBÉM CHOCAM
E AFASTAM AS PESSOAS
DE BOM SENSO**

em que aparecem todos os sintomas mórbidos. O descontentamento geral alimenta a ultradireita, sem que grande parte da esquerda tradicional lhe dê uma alternativa. Nuns casos, por compromisso com a política neoliberal que está na origem do descontentamento. Noutros porque alguns setores de esquerda se divorciam das massas populares, privilegiando ideias e atuações elitistas e individualistas, que também chocam e afastam as pessoas de bom senso. Uma crise política e económica na Europa é a porta aberta à “besta” e só uma esquerda consequente, uma esquerda a ser reinventada com urgência, é que poderá dar resposta ao descontentamento geral e parar a marcha para o abismo.

*** Professor universitário reformado,
investigador, sócio da A25A**

DIKTATS E CANHONEIRAS

Segundo a concepção clássica de Diplomacia, esta é a forma prática de conduzir as relações e as negociações entre países soberanos, tendo por objectivo solucionar conflitos e atingir objectivos de forma pacífica. Daí, por oposição, a célebre frase de Clausewitz: a Guerra é a continuação da Política por outros meios, ou seja, quando falha a Diplomacia. O recurso à Diplomacia é normalmente muito valorizado nos períodos pós guerra: assim foi depois das guerras napoleónicas, ou após a I e II Guerras Mundiais, em que os horrores sofridos e o preço a pagar pela reconstrução marcavam o espírito das gentes

NUNO SANTA CLARA GOMES*

O SÉCULO XIX FOI, talvez, o píncaro da Diplomacia, com solenes encontros entre os Ilustres Representantes das Altas Partes Contratantes, trajados a rigor, brindando com vinhos caros os acordos alcançados. Até se falava em francês, língua julgada mais adequada para a seriedade e solenidade dos assuntos, deixando por isso atrás de si um conjunto de palavras passadas ao léxico corrente: *attaché*, *constat d'accord*, *agrément*, etc. E, acima de tudo, a tradição de uma urbanidade sem falha. Se isto era verdade entre as grandes potências,

já nas relações desiguais assim não acontecia. Não se tratava do mesmo modo o Imperador da China, ou o Micado do Japão. No século do imperialismo colonizador, fora da Europa, os argumentos eram diferentes: a pura força, ou a ameaça do seu emprego, eram argumentos aceites, tal como estava gravado nos canhões de Luís XIV de França: *ultima ratio regis* (o último argumento dos reis).

O almirante Perry entrou na baía de Tóquio com a sua esquadra e ameaçou arrasar a cidade se o Japão não abrisse os seus portos ao comér-



cio americano. E o Reino Unido levou a cabo duas Guerras do Ópio para obrigar os chineses a importar esse produto e, no rescaldo dessas guerras, ficou com uma série de concessões (entre elas Hong Kong).

Esta forma de relacionamento ficou conhecida por “diplomacia de canhoneira”.

Mas havia outra forma de impor a vontade ao mais fraco, em voga na Europa Central: era o Diktat, expressão alemã que significa uma ordem ou decreto, do forte ao fraco, sem consideração por outras razões, que não a da força. De

certo modo, o *Ultimatum* inglês de 1890 foi um Diktat, ainda a que numa outra língua.

A conjuntura internacional após a II Guerra Mundial era típica de uma situação do rescaldo de um conflito de proporções nunca vistas. Com a memória fresca da Diplomacia arrasada pelos regimes totalitários alemão, italiano, japonês e soviético, foi fácil fazer aceitar pelos países congregados na ONU uma série de princípios, como o direito dos povos de decidirem por si próprios, a universalidade dos Direitos Humanos, ou a abolição do direito de conquista.

Só que depois começou a Guerra Fria, e os princípios universais foram lançados às malvas. Mas lá se foram mantendo alguns desses princípios, pelo menos na aparência, ou seja, a sua legitimidade e justiça não foram contestadas. Até que velhos demónios voltaram a surgir. Algo que terá a ver com a resiliente insatisfação do Homem, que está na base de todo o Progresso, mas também de grandes catástrofes. Alguém disse, referindo-se à crise de França de 1968, que os franceses estavam fartos de paz social, e daí saírem para a rua, exigindo coisas que, um ano depois, ninguém se lembrava, ou não queria lembrar.

E esses demónios, súcubos e incubos, foram buscar velhas questões: a representatividade e legitimidade dos governantes, a separação dos poderes (base da democracia moderna), o nacionalismo exacerbado, o racismo (tão negado quanto real), a partilha dos recursos, entre outros.

PRESENTE QUE VEM DO PASSADO

E aqui torna-se necessário dar um grande salto atrás.

Na sequência da Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688-89), surgiu a Revolução Americana (1776) e depois a Revolução Francesa, que alteraram todas as sociedades, a partir de então. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foi publicada em França, em 1789, no mesmo ano que, na América, foi aprovado o Bill of Rights, que constitui os primeiros dez Aditamentos (Amendments) à Constituição americana.

**ISTO EXPLICA
AS DECISÕES ERRÁTICAS
DE DONALD TRUMP,
QUE, COMO TODOS
OS DITADORES,
OU A TAL CANDIDATOS,
OUVE APENAS OS QUE LHE
DÃO RAZÃO,
E AFASTA IMPIEDOSAMENTE
QUEM O CONTRARIE**

Dizer que todos os Homens são iguais em direitos, ou que ninguém está acima da Lei, ou que têm direito ao bem-estar, não agradou a toda a gente.

Um bom exemplo dos descontentes é Friedrich Nietzsche (1844-1900) cuja obra polémica teve opositores e admiradores, e que ainda hoje serve de referência aos que não se revêm nas doutrinas surgidas das revoluções acima referidas. Três pontos são de reter em Nietzsche: a recusa do conceito cristão do apoio dos fracos; o primado da intuição sobre a dedução; e o ideal do super-homem.

À “virtude dadivosa”, como ele dizia, contrapunha o direito do mais forte; considerava absurdo que fossem dados direitos aos fracos, em detrimento dos mais fortes.

O primado da intuição transparece naquela frase: perder o meu tempo numa biblioteca,

numa manhã de sol, quando posso passear na floresta, onde tenho as minhas melhores intuições! Mais tarde, o primado da intuição veio a ser codificado pelos nazis através do Führerprinzip, o Princípio do Chefe (que tem sempre razão, por definição de razão).

Ao conceito de super-homem, acima de todos os preceitos e condicionamentos, veio juntar-se, pela pena de Adolf Hitler, o de *untermenschen*, o sub-humano, primeiro o judeu, depois os eslavos, os latinos, os negros, e por aí fora.

Por um Eterno Regresso, estes conceitos vão ressurgindo nos actuais movimentos ditos populistas, um pouco por toda a parte, com ar de modernismo, quando o primeiro crime de ódio já tinha sido narrado na Bíblia, quando, por inveja, Caim matou Abel.

Como se disse, uma das características do populismo é a intuição, ou o sentimento, que não resiste a uma análise desapassionada, e é, por isso, seu inimigo. “Eu sei” é melhor que “eu aprendi”, ou “eu estudei”. Como escreveu Pessoa sobre D. Sebastião, ele um dia voltará, “eu sei!”.

As modernas técnicas de comunicação acrescentam as possibilidades de levar a mensagem ao infinito, quer no espaço, quer no tempo, quer ainda nas mentes. O genial George Orwell, no seu *Animal Farm* (*O Triunfo dos Porcos*), deu o exemplo máximo com os carneiros berando em uníssono, à voz do líder: *quatro pernas bom, duas pernas mau!* Contra tal mantra, qualquer argumentação torna-se impossível.

Este é um dos meios para levar um regime democrático a tornar-se ditatorial. Por isso é de todo obrigatória a (re)leitura da obra de Sin-

clair Lewis *It Can't Happen Here* (*Isto Não Pode Acontecer Aqui*), escrita em 1935, quando os regimes nazi, fascista e similares se estavam implementando na Europa. O tema descreve a eleição para a Presidência e tomada do poder do Senador Berzelius Windrip, ajudado por uma milícia de apoiantes, os *Minute Men*, usando o nome dos voluntários da revolução americana, mas como ideário e métodos dos *Sturmabteilung* (SA) ou dos *Fasci italiani di combattimento*. A (re) leitura deixa-nos um arrepio e o sentimento de *déjà vu* em relação às cenas dos actuais capítulos da cena política americana.

Para melhor compreender a praxis da actual administração dos EUA, recorde-se a tomada do poder, por via democrática, de Adolf Hitler, e o modo como ele o exerceu, sem sequer se dar ao trabalho de rever a Constituição. Os atropelos de Donald Trump a princípios básicos como a separação dos Poderes, o Direito Internacional, a Carta das Nações Unidas, a autonomia das Universidades, os Acordos sobre Comércio, para citar os principais, são um livro aberto sobre as suas intenções.

Como referiu Winston Churchill: as pessoas pensam que Hitler é como Guilherme II, aquele idoso gentleman que derrotámos em 1918; ora, Hitler é Genghis Khan.

Como se disse acima, o populismo consagra o primado da intuição, dos sentimentos básicos, do Id e do Ego, da psicologia das multidões. E, se algum prurido tentar vir à superfície, aplica-se o princípio de Charles Maurras, o confidente de Salazar: *politique d'abord!* (primeiro, a política).

LÓGICA DO PODER

Isto explica as decisões erráticas de Donald Trump, que, como todos os ditadores, ou a tal candidatos, ouve apenas os que lhe dão razão, e afasta impiedosamente quem o contrarie. Ou, como afirmou um antigo funcionário da Casa Branca, do primeiro mandato de Trump, a opinião dele é a da última pessoa com quem falou. Talvez não tão flutuante. Dois conceitos estão sempre presentes: a lógica do Poder, sob qualquer dos seus aspectos, e a ausência de ética, esse estorvo inútil que condiciona as decisões. Deste modo, coisas aparentemente opostas estão intimamente ligadas. Se a eliminação e “reciclagem” de Faixa de Gaza são incondicionalmente apoiadas, isso justifica, por analogia, a “operação militar especial” da Rússia. Nos dois casos, é a lógica do mais forte, como foi afirmado sobre a Ucrânia, de que não deveria ter-se oposto a quem é vinte vezes mais forte. Ainda que isso represente um regresso ao direito de conquista, que se julgava banido pela Carta das Nações Unidas.

Extrapolando o direito assim estabelecido, nada mais natural que anexar o Canadá, absorver a Gronelândia ou reocupar o Panamá. E se mais Mundo houvera, mais ocupara.

O instrumento de política externa, exposta ao grande público pelas declarações bombásticas de Donald Trump, é uma combinação do diktat com a diplomacia de canhoneira, agora com porta-aviões e tarifas fluidas. As ameaças são agora feitas, não em francês erudito, mas num palavreado onde se misturam a adjectivação de um vendedor de automóveis em segunda mão

**DONALD TRUMP, O INCULTO,
TRANSFORMA OS ALIADOS
EM ADVERSÁRIOS,
OS ADVERSÁRIOS
EM INIMIGOS, E PRETENDE
GANHAR VÁRIAS GUERRAS
AO MESMO TEMPO**

com a boçalidade de um negociante de terrenos na maré baixa

Ainda uma recomendação: voltar a ler *The Arrogance of Power (A Arrogância do Poder)*, do Senador William Fulbright, escrito em 1967, em pleno conflito do Vietname, mas sempre actual.

Porque, lendo os clássicos, sempre se aprende. Niccolò Machiavelli (1469-1527) no seu célebre livro *O Príncipe*, verdadeiro manual de política e estratégia, ensinou-nos que, quando se vai para a guerra, convém segurar os aliados, aumentar o seu número, aliciar os aliados do adversário, isolar este, e então atacá-lo.

Donald Trump, *O Inculto*, transforma os aliados em adversários, os adversários em inimigos, e pretende ganhar várias guerras ao mesmo tempo.

Mas, se perder, pode sempre dizer como Hitler: o Povo Americano não estava ao nível do seu Chefe!

* Capitão de Abril, sócio da A25A



Trânsito em Freetown, capital da Serra Leoa

A MORTE DE UMA PESSOA É UMA TRAGÉDIA (PONTO)

Disse-me um ex-colega de comunicações que para ter atenção seriam necessárias dez mil vítimas no outro lado do mundo, mil vítimas na Europa, cem vítimas no “nosso” país, dez vítimas na “nossa” cidade, uma vítima na “nossa” rua, ou a morte de um peixe no aquário do vizinho. O argumento não tem mérito por exactidão, mas ilustra como a distância desumaniza o que nos é longe e percebido como alheio

BRUNO DA SILVA MACHADO*

APESAR DO MUNDO SER MAIS PEQUENO, e sabermos (ou termos a oportunidade de saber) mais sobre outras pessoas e lugares do que em algum momento anterior da civilização, continuamos a conseguir desumanizar o “outro”. Entre *fake news*, neo-tribalismos ou quaisquer outros mecanismos algorítmicos, temos uma sociedade global dividida e uma aparentemente esquecida solidariedade entre povos.

Por motivos de trabalho, tenho tido a oportunidade de trabalhar em diferentes países e continentes, e com pessoas de ainda mais países e continentes, de diferentes educações e crenças – frequentemente lado a lado e invariavelmente em contextos complexos, por vezes de conflito armado. Por mais de 15 anos trabalhei com a Médicos Sem Fronteiras, uma organização internacional que trabalha com assistência médica a pessoas afetadas por crises humanitárias graves, como epidemias, conflitos armados, desastres naturais ou exclusão no acesso à saúde. Hoje trabalho com a *Norwegian Refugee Council*, igualmente uma organização humanitária internacional, mas focada em pessoas forçadas a fugir, especializada em áreas como pro-

teção contra a violência, abrigo, e segurança alimentar. Só falo pela minha própria experiência e não em nome de qualquer das organizações, mas um dos aspectos mais desgastantes que encontro ao retornar de um contexto complexo é a displicência com que algumas pessoas opinam sobre os mesmos contextos, ignorantes quanto ao custo humano escondido atrás das poucas manchetes que chegam aos “nossos” noticiários.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Guardo com especial amarga memória uma interação com um vizinho. Estávamos em 2013, e havia recentemente retornado da República Centro-Africana. Para os de melhor memória, foi ano de golpe de estado, em que a situação se deteriorou de tal forma que em Dezembro do mesmo ano o próprio aeroporto de Bangui tornou-se local de refúgio para milhares de pessoas. Trabalhei meses como administrador de uma estrutura hospitalar no norte do país, num dos principais eixos de acesso por onde diferentes grupos armados circulavam com alguma frequência.

Um bom número das vidas que o pessoal médico não conseguiu salvar foram vidas de crianças. Não de crianças atingidas por balas, mas de crianças cujas famílias tinham de se esconder longe das suas casas para evitar os grupos armados em circulação, de crianças que não conseguiam ser transportadas em segurança para receber tratamento para o paludismo de forma atempada.

Era época das chuvas e a região semi-árida verdejava. Apesar da água agora abundante, a produção agrícola era mínima e escondida. Os que plantavam, faziam-no em segredo e longe das casas para não trazer risco à segurança da própria família. Numa altura que seria de abundância, a malnutrição apresentava valores epidémicos, e isso conjugado com o aumento de número de mosquitos – vectores de transmissão do paludismo – torna-se demasiadas vezes fatal. Ao voltar a casa, alguns vizinhos alheios ao talento necessário para sobreviver em tal contexto, e apesar da aparente simpatia, racionalizavam com opiniões sobre a governança da região, ou piores comentários do género “eles não se sabem organizar”... Estava eu a falar de seres humanos, presos numa situação fora do seu controlo, e o distanciamento do interlocutor era imediato. Fosse o filho do vizinho mais abaixo na rua... mas esses outros estavam longe.

Seja devido a dogmas ideológicos ou a análises geo-políticas, há quem continue a apoiar lutas armadas da sua preferência – ignorando o custo humano que isso implica. Pessoas morrem, pessoas ficam sem casa, pessoas ficam capazes de matar... Que preço é este?

NA SERRA LEOA

Em 2018 trabalhei na Serra Leoa, na mesma altura que ocorreram eleições. Não tenho competência para descrever alguns processos parlamentares que aconteceram na altura, mas recordo que havia relevante insatisfação na população e ocorreram alguns incidentes com vítimas. Quando perguntei a colegas locais sobre a situação (e tinha colegas que apoiavam diferentes partidos) a resposta foi invariavelmente algo como “isso vai-se resolver. À guerra é que não voltamos”. Novamente para os de melhor memória, essa geração de adultos com quem conversava eram crianças na altura da guerra civil da Serra Leoa (1991-2002) e o custo da guerra era algo que infelizmente conheciam demasiado bem.

Não vou dizer que tenho soluções para os diferentes conflitos ou complexidades geo-políticas que agora testemunhamos. Nem me vou apresentar como especialista na Convenção de Genebra ou Leis de Guerra, tampouco opinar sobre quem é que actualmente respeita ou não essas mesmas Leis. Pessoalmente sonho com um futuro onde a guerra poderia ser abolida, e que quaisquer conflitos deveriam ser resolvidos sem recurso à violência – evitando assim sofrimento humano, destruição de infraestruturas, e não alimentando narrativas divisórias.

DISTANCIAMENTOS

Outro aspecto das narrativas divisórias é o distanciamento com o “outro”, que permite desumanizar e aceitar o custo humano da guerra como inevitável, é o seu efeito perversivo no



Praia em paz na Serra Leoa

enfraquecimento da solidariedade entre povos. Separando pessoas em grupos identitários, criam-se linhas divisórias e dificuldades de diálogo ou negociação entre pessoas que podem não concordar em vários assuntos, mas provavelmente concordariam em muitos outros – quiçá assuntos mais importantes para definir as sociedades em que vivemos. Ficam os povos, aquém e além-fronteiras, divididos entre si – em vez de se focarem nos assuntos que eventualmente uma vasta maioria da população estaria de acordo. Ficamos todos mais pobres, ficamos todos mais fracos. Lutamos entre nós, e ficam as verdadeiras lutas por lutar.

Recentemente, re-descobri uma música que acompanhou a minha infância – “Vou Levar-te Comigo” do Duo Ouro Negro¹. Quando era criança era a beleza do arranjo musical e a

simples mensagem repetida do refrão que me alegravam. Hoje simboliza a esperança num futuro de paz.

Precisamos de fortalecer as nossas organizações e instituições, de forma a criar as soluções necessárias. Precisamos de gente a todos os níveis que desmontem narrativas divisórias, que tenham a empatia para comunicar com quem podemos nem sempre concordar. Precisamos de activismo e capacidade de diálogo. Precisamos de soluções e de uma cultura que procura soluções. Precisamos de todos.

* Trabalhador humanitário

1 “Vou levar-te comigo”, canção do Duo Ouro Negro, 1979: Que os homens fizeram/Um acordo final/Acabar com a miséria/Acabar com a guerra, viver em amor. (Nota de Edição)

O "CORRIERE DELLA SERA" E AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1976

O jornal italiano faz uma boa cobertura deste evento, nomeadamente porque tem um jornalista em Lisboa. Bugialli dá-nos uma imagem completa dos resultados e põe em evidência o civismo dos eleitores lusos, a perfeita regularidade do ato eleitoral

RETO MONICO*

PAOLO BUGIALLI (1926-1999), correspondente do jornal milanês na península ibérica, envia quatro artigos da capital lusa. A 25 de abril de 1976 faz um breve balanço da campanha eleitoral¹ — “que provocou mais mortos (6) e mais feridos” do que o 25 de Abril de 1974:

A propaganda eleitoral acabou à meia-noite com os últimos feridos de uma longa série de confrontos entre apoiantes de facções opostas. No sábado, não houve desfiles de carros com trombetas e bandeiras nas ruas da cidade, co-

mo aconteceu durante vinte dias, não houve mais comícios, não houve mais corridas de barcos decorados com propaganda ao longo do Tejo, nem sequer confrontos pugilísticos. A esperança é que hoje, para além do clamor da propaganda, acabe também o rebentar das bombas.

O jornalista nota que a democracia portuguesa é ainda “aproximativa”, com os comunistas que têm de “agir em condições de quase clandestinidade” no Norte, tal como os militantes de direita têm de fazer no Sul. Porém, apesar

1 «Oggi votano in sei milioni. Il Portogallo elegge un parlamento democratico».

SENZA INCIDENTI LA GIORNATA ELETTORALE A DUE ANNI DALLA RIVOLUZIONE

Calo dei socialisti in Portogallo mentre aumenta il centro destra

I dati su metà dei votanti: Soares perde il 5 per cento, il CDS vede più che raddoppiati i suffragi - Lievi variazioni per comunisti e popolar-democratici

“Um dia de eleições sem incidentes, dois anos depois da Revolução. Descida dos socialistas enquanto soube o centro-direita. Resultados da metade dos votos: Soares perde 5%, o CDS vê o seu sufrágio mais do que duplicado – Ligeiras variações para os Comunistas e os Popular-democratas.” (Corriere della Sera, 26 de abril de 1976)

destas dificuldades, é quase milagroso que “depois de quase 50 anos de ditadura, os partidos políticos tenham tido a liberdade de desenvolver o seu papel”.

O povo português viu de tudo durante estes 24 meses: do entusiasmo às ocupações de empresas e de terras, passando pelos vários golpes e roçando a guerra civil. Bugialli fala mesmo de “dois anos de inferno que fizeram murchar os já longínquos cravos”. Agora, este povo tradicionalmente manso — apesar das explosões de bombas — chegou às margens da democracia. O jornalista italiano, segundo o qual os dois meses seguintes até à eleição presidencial serão “quentes”, exclui um acordo entre o PS e o PCP. Na sua opinião, a única alternativa que não seja de direita, resultaria de uma vitória do partido de Soares com mais votos do que no ano anterior.

No dia seguinte² indica as primeiras projeções, mas, sobretudo, põe em relevo que tudo correu na perfeita legalidade o que, para ele, considerando as vivas tensões da campanha eleitoral, foi quase um milagre.

O correspondente do jornal milanês destaca mais dois aspetos fundamentais. Por um lado, nota que, em relação ao ano anterior, não houve o mesmo entusiasmo, nem as mesmas longas filas: “Até ao meio-dia, as mesas de votos registaram pouca afluência”.

Por outro lado, os festejos dos dois anos da Revolução dos Cravos — que, realça Bugialli, trouxe a democracia — foram muito mais medidos (muito relativos), “como se vinte e quatro meses de agitação permanente tivessem produzido um desgaste de décadas, nos entusiasmos ainda tão presentes”.

2 Cf. Imagem.

A 27, analisa a eleição³, com o PS e o PPD que perderam sufrágios, o CDS que duplicou o resultado do ano anterior e o PCP que tem um eleitorado estável. Houve uma viragem à direita, nota o articulista, na opinião do qual os 38% que votaram pelo partido de Soares em 1975 não eram todos socialistas.

Porém, este partido é “a pedra angular de qualquer solução política”: a direita não tem a maioria e precisa dos socialistas; os comunistas, mesmo revigorados porque pagaram um preço muito baixo “pelo seu aventureirismo dos últimos dois anos”, não podem fazer nada sem o maior partido português que, no entanto, não quer fazer uma coligação à esquerda.

Por conseguinte, é preciso esperar dois meses — que Bugialli define como “dos mais perigosos da jovem democracia” — até às eleições presidenciais. Entretanto, “os únicos verdadeiros vencedores, mesmo se ficam calados, são os militares”, nota o correspondente do jornal lombardo: não podem regressar aos quartéis porque são os árbitros do equilíbrio no País”.

No dia seguinte⁴, escreve que os eleitores lusos deram prova de uma grande maturidade. Todavia, o voto “não esclarece a situação, mas complica-a”.

Examina a seguir os resultados e as opções das quatro principais formações políticas e conclui

RONCHEY SINTETIZA OS RESULTADOS EM POUCAS LINHAS: PORTUGAL “DESLIZA À DIREITA, EMBORA MENOS DO QUE PREVIAM AS SONDAGENS”

que se está num impasse, visto que não há coligações possíveis e que o PS quer governar sozinho:

Se as posições se mantiverem assim, o caminho é sem saída. É como quando, na cama, se tem um lençol demasiado curto: ou se cobre a cabeça ou os pés. Alguém tem de ceder. Se ninguém o quiser fazer, os militares terão motivos para adiar o seu regresso aos quartéis

Além destes textos escritos em Lisboa, o diário de Milão publica um editorial de Alberto Ronchey (1926-2010), “Abril em Portugal”. Antes de analisar o voto, faz algumas considerações gerais. Afirmar perentoriamente que “a euforia

3 «I socialisti di Soares restano il partito più forte, ma hanno perso voti. Portogallo manca una maggioranza di governo». [Os socialistas de Soares continuam a ser o partido mais forte, mas perdeu votos. Portugal: falta uma maioria de governo]

4 In Portogallo è difficile costituire un governo dopo le elezioni, Soares respinge gli inviti della destra. [Em Portugal é difícil formar um governo depois das eleições. Soares recusa os apelos da direita]

portuguesa de dois anos confirmou que é um grande revolucionário só quem sabe conduzir uma revolução” e que, depois, põe um ponto final ao processo, fazendo “funcionar as coisas”. Cita o trágico exemplo da Hungria de 1919 e nota que Portugal, apesar de tudo, “tem mais sorte, também porque a crise foi quase incruenta”.

Acrescenta que nem os capitães de Abril, nem os comunistas, nem Otelo conseguiram acabar o processo. Houve a seguir — em reação às práticas revolucionárias e “à excitação anárquica”, sobretudo na capital — as revoltas anticomunistas no Norte, a exasperação dos retornados, sem esquecer a crise económica com a forte inflação e o fim “das reservas monetárias”.

Ronchey sintetiza os resultados em poucas linhas: Portugal “desliza à direita, embora menos do que previam as sondagens”; o partido mais conservador multiplica por dois os sufrágios; o PS e o PPD perdem eleitores; por seu lado, o PCP permanece “uma força menor”.

Agora, há uma legitimidade política depois das eleições legislativas, mas “fica o problema da governação efetiva, no meio das dificuldades da subsistência económica”. Apesar das qualidades de alguns dirigentes “como Salgado Zenha, Jorge Campinos, Melo Antunes”, governar vai representar uma tarefa bem árdua, conclui o editorialista. Com efeito, o Parlamento vai pôr o Executivo à prova.

JORNALISTA EM LISBOA

O Corriere della Sera faz uma boa cobertura deste evento, nomeadamente porque tem um

OBSERVA QUE AS CELEBRAÇÕES DO SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS NÃO TÊM NADA A VER COM AS DO ANO ANTERIOR

jornalista que está em Lisboa. Bugialli dá-nos uma imagem completa dos resultados e põe nomeadamente em evidência: o civismo dos eleitores lusos, a perfeita regularidade do ato eleitoral, a falta de uma maioria política para governar o País, a diminuição do entusiasmo relativamente às eleições de 25 de abril de 1975. Observa igualmente que as celebrações do segundo aniversário da Revolução dos Cravos não têm nada a ver com as do ano anterior.

Na sua análise, Alberto Ronchey, que comenta brevemente os resultados, insiste num ponto que lhe parece fulcral: ninguém, em Portugal, conseguiu conduzir o processo revolucionário até ao fim. Agora, depois de dois anos de manifestações, de ardores extremistas, de euforia anarquista e comunista, estas eleições marcam o fim do recreio e o regresso à dura realidade.

* Professor e historiador, sócio da A25A

A MERECEIDA HOMENAGEM A CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS

Morreu Carlos de Almada Contreiras (27/09/1941 – 18/12/2024), ilustre marinheiro e o mais empenhado e influente oficial de Marinha no processo que conduziu ao derrube da ditadura em 25 de Abril de 1974 pelas forças do Movimento das Forças Armadas (MFA). A Associação 25 de Abril quis que se prestasse uma honrosa homenagem ao nosso camarada nas páginas desta revista

PEDRO LAURET*

O DIRECTOR DA REVISTA *O Referencial*, coronel Aniceto Afonso, sugeriu que recolhesse e coordenasse uma série de testemunhos ilustrativos da importância do nosso camarada no processo da queda da ditadura e no que se seguiu. Tarefa que de imediato aceitei, pedindo a diferentes personalidades depoimentos sobre os variados e ricos aspetos da vida de tão relevante e prestigiada Figura de Abril.

A minha relação com o Carlos Contreiras era antiga. Conheci-o em 1970, era eu ainda cadete da Escola Naval e ele tinha acabado de regressar do comando do *NRP Centauro* em Angola e S. Tomé e Príncipe.

Procurávamos ambos, de forma ainda incipiente, caminhos para libertar o nosso País da ditadura opressora e colonialista, que há tantos anos tomara conta do destino dos portugueses. Não posso esquecer aquela reunião, em finais de 1970, em casa do nosso camarada Pires Soeiro, em frente à Penitenciária de Lisboa, em que cerca de trinta oficiais e cadetes da Armada lançaram as bases de uma organização

clandestina de oposição ao regime, em que o Carlos haveria de, no futuro, desempenhar importante papel.

Também não esqueço os tempos em que fizemos, com outros camaradas, ligação aos oficiais do Movimento dos Capitães, nomeadamente na Comissão de Redação do Programa do MFA.

Poderia ainda enumerar uma enorme quantidade de qualidades e de ações de intervenção ativa do Carlos Contreiras, mas outros camaradas e amigos fazem-no neste número d'*O Referencial*.

Até sempre querido amigo.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

Nota de edição: Pelo inesperado do seu falecimento não pudemos dar ao comandante Carlos de Almada Contreiras o tratamento de Figura de Abril em vida, como o temos feito com outros ilustres capitães de Abril. Fazemo-lo agora, com a condição de nos servir como exemplo para o futuro.

Textos de Miguel Judas e de Maria José Tíscar estão publicados no Suplemento online referente a este número.

AO CONTREIRAS DEVEMOS MUITO

Para o vazio que ficou com a sua largada física de entre nós
não conseguimos adiantar palavras

M. SIMÕES TELES*

É UM FACTO: AO CONTREIRAS devemos muito. Devemos o impulso seminal para se estar virado para fora sempre, para outros e para outros mundos. No modo de teia, mais que de rede, já que com ele a geometria esteve sempre a variar. A condução foi sempre por objectivos, à luz do objectivo perene de proporcionar melhores condições de vida à maioria. Absorveu desilusões. Acabámos sempre a desculpá-lo de uma ou outra teimosia.

Foi assim que urdiu os fios com que nos reboçou até ao Movimento dos Capitães. No mesmo preparo manobrou com determinação e perícia o Centro de Comunicações da Armada naquela madrugada – manteve abertas as comunicações amigas e frustrou as inimigas. Para ele não houve surpresa em 25 de Abril. Tinha a certeza de que a acção militar não se quedaria por mero golpe. Desde logo, anteviu as ameaças que de fora caíram sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 – para usar a sua costumada designação, como que a instilar a ideia de que é preciso outra – e combateu-as com eficácia. Depois, passou guia de marcha a si próprio como cooperante em Moçambique por uma década, mal percebeu que a sua

(nossa) Revolução se tinha quedado por 579 dias. Em Moçambique deixou marca assinalável no domínio da formação náutica associada às Pescas.

E continuou a ser assim quando regressou a penates e se dedicou com a legitimidade natural à recolha e edição de documentos fundamentais dessa Revolução, em sucessivas obras dadas à estampa. Ou quando congregou dezenas de camaradas e companheiros confinados pelo Covid 19 para a edição de duas antologias memoráveis. O que complementou com a obra própria «Rosa Coutinho – prisioneiro na República do Congo», que lhe exigiu investigação aturada. Empenhos seminais, esses também, já que não se concebem futuros sem memórias dos passados.

Estava ainda a ser assim com a edição da série de obras sobre *Os Militares Portugueses e a Descolonização*. E com outros projectos que já tinha entre mãos.

Para o vazio que ficou com a sua largada física de entre nós não conseguimos adiantar palavras.

* Bancário de Abril, membro do Grupo da Linha da A25A

PERSEVERANTE NA LUTA PELOS IDEAIS DE ABRIL

Caro Amigo e Camarada, em 18 de Dezembro de 2024 despedi-me da tua presença física na certeza que a tua memória em mim perdurará

JOSÉ PEREIRA PINTO*

A EMPATIA COM O CARLOS Contreiras foi imediata nos nossos breves encontros nas reuniões antes do 25 de Abril de 1974. Talvez devido ao nosso ano em comum no liceu de Setúbal, ou à sintonia de perspectivas sobre o passado do nosso país e futuro que almejávamos. O nosso trabalho conjunto, não em reuniões colectivas, iniciou-se de facto na Cova da Moura a seguir ao golpe e penso que antes do 1.º de Maio de 1974, quando o Contreiras me abordou dizendo “Vamos ali à Assembleia Nacional ver como aquilo está...”

Lá chegados, entrámos por ali adentro em reconhecimento. Apareceu-nos um senhor, algo pomposo, que nos interrogou com alguma sobrançeria:

– O que é que os senhores estão aqui a fazer?

Identificando-se com o cargo que ocupava. O Carlos, calma e firmemente, respondeu:

– Eu é que lhe pergunto o que está ainda aqui a fazer sem se ter apresentado na Cova da Moura à Junta de Salvação Nacional, representante do Movimento das Forças Armadas.

O que certamente se apressou a fazer, pois não tivemos qualquer outro entrave na afirmação do novo poder na Assembleia.

Mais tarde, nas conturbadas sessões de esclarecimento, logo depois do Maio de 74, quando os ditos “radicais de esquerda tipo Meninos Rabinos que Pintam Paredes” com forte influência nas OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico), enfrentou sozinho uma dessas sessões. E conseguiu com vee-



Comandante do NRP "Centaurus" em Angola e S. Tomé e Príncipe, 1969-1970

mente firmeza remetê-los à sua real insignificância política, comparando a sua vida com a situação privilegiada da maioria dos presentes que nunca tinham estado nem viriam a estar sequer na iminência de irem para a guerra.

Deixou uma marca indelével na preparação e prossecução do 25 de Abril de 1974. A sua coragem serena e capacidade de comando, antes, durante e depois do 25 de Abril e do 25 de Novembro foram inextinguíveis.

Caro Amigo e Camarada, em 18 de Dezembro de 2024 despedi-me da tua presença física na certeza que a tua memória em mim perdurará. És mais um dos capitães heróis de Abril, não só no golpe, mas também na permanente perseverança na luta pelos nossos ideais em prol do Povo. Atua modéstia e probidade

enaltecem a tua dedicação. Orgulho-me de ter trabalhado contigo na Coordenadora do MFA, Conselho de Estado, Conselho dos 20, Conselho da Revolução e no SDCl.

Mas foi, depois de Novembro na adversidade, que melhor conheci a tua excepcional faceta humana. Nesse convívio participou a minha família que também cativaste. Nas nossas memórias estará sempre o nosso Amigo "Alga Marinha". Lembrado com muita estima e admiração pela sua integridade e amor à verdade, boa viagem!

25 de Abril sempre! Viva Portugal.

* Capitão de Abril, sócio do 25 de Abril

ÍMPAR SENTIDO DE JUSTIÇA ÉTICA E ESTÉTICA



Ao comandante do NRP "Centauro"

Esta hora de despedida a um dos notáveis Capitães de Abril que tudo deram e nada pediram, é um momento que nos obriga a refletir sobre a justiça que o país, a pátria e a sociedade ainda não fizeram aos que já partiram

MARTINS GUERREIRO*

CARLOS,

Conhecemo-nos em Outubro de 1960 quando o teu curso Luís de Camões (LC) entrou para a Escola Naval - o meu curso D. João I (DJ) tinha entrado em 1959. Assumi então, como me competia, o encargo de falar contigo e preparar-te para os "amargos de boca" a que serias submetido dada a tua situação de chefe de curso, o número um do LC.

Fiquei imediatamente cativado pela tua simplicidade e disponibilidade para aguentares as praxes navais sem queixumes ou revoltas superficiais.

As nossas vidas e carreiras deram muitas voltas. A tua dedicação à Marinha, a preocupação de fazer bem feito, *talant de bien faire*, esteve sempre presente na tua atuação nos navios, em terra, e nas diferentes instituições onde estiveste. O teu sentido de justiça ética e estética

foram notados nos navios por onde passaste, e nas pessoas com quem conviveste. O teu desinteresse pessoal e generosidade deixaram marcas indeléveis da tua presença entre nós.

O teu amor à Marinha e dedicação aos nobres ideais da humanidade levou-te a decisões e acções onde nos voltamos a cruzar, e a colaborar intensamente, desde 1970 na preparação para o 25 de Abril e no fim da guerra contra os nacionalistas africanos de Angola, Guiné e Moçambique.

O revanchismo que se seguiu ao 25 de Novembro de 1975 cortou a tua carreira, impediu que viesses a desempenhar as funções de comandante de um navio correspondente ao posto a que tinhas conseguido ser promovido capitão-de-fragata; a Administração da Marinha de então comunicou-te directamente que não serias escolhido para comandar uma unidade naval, perante tal situação decidiste, como homem que se preza e ama a profissão que abraçou, passar à reserva. [Recordo que muitas vezes, entre nós, nos momentos difíceis e de forte tensão dizias: poderemos perder a guerra, mas não perdemos os bons costumes e assim foi, conseguimos da nossa parte não perder os bons costumes].

Iniciaste então uma nova vida, agora com horizonte cívico e profissional mais alargado: foste professor na escola secundária Francisco Arruda; passado algum tempo voltaste a África (Moçambique) para colocar o teu saber e capacidade realizadora ao serviço desse povo irmão; de regresso a Portugal prestaste um valioso

serviço na Câmara de Cascais inovando na criação da Polícia Municipal; mais tarde dedicaste muito do teu tempo e saber a uma tarefa ciclópica de recolha de memórias, documentos e a coordenar a edição de uma coleção de livros da Colibri que preservam a memória de abril, da revolução portuguesa e dos seus valores.

De novo a tua iniciativa, criatividade, sensibilidade e capacidade realizadora permitiram a criação de um imenso e valioso espólio que nos deixas, que deverá ser devidamente conservado e preservado, contém parte muito significativa da história de abril, da Marinha e de Portugal.

ENORME VAZIO

A tua partida súbita, não anunciada por qualquer sinal, possivelmente em sintonia com o homem que cresceu na solidão dos grandes espaços e planuras alentejanos, foi um grande choque para todos nós, criou um enorme vazio e solidão que teremos de superar assumindo os ciclónicos trabalhos que tinhas entre mãos, continuando o legado que tu e outros capitães de Abril nos deixaram.

O horizonte da planura, as terras suadas e os mares tempestuosos que sulcaste fizeram florescer por teu intermédio:

– A Grândola Vila Morena, elemento da universalidade portuguesa, hino da fraternidade humana e símbolo da revolução de abril;

– A paz, a liberdade e a democracia em Portugal e noutros países de África, Europa e América Latina.

Honraste o Alentejo que te viu nascer e a Marinha que em parte te formou. A tua criatividade

e imaginação marcaram a estética de abril, a Revolução dos Cravos, o dia luminoso, inteiro e limpo do novo Portugal de abril, que voltou a apontar ao mundo novos caminhos agora de paz, solidariedade e cooperação entre os povos. Carlos, foste um dos principais obreiros de tal facto histórico, da nova face do Portugal livre, justo e fraterno, o novo Portugal democrático onde a dignidade de todos é reconhecida e respeitada. Os sinais rádio, a Grândola e outras manifestações estéticas de abril, nasceram e floresceram em parte do teu trabalho, da tua dedicação, capacidade de inovação e iniciativa. No Alentejo aprendeste o que é uma sementeira e como crescem as searas, entre nós plantaste ideias que floresceram em abril numa extraordinária sintonia entre o movimento dos capitães, o seu programa (para que contribuíste de forma notável) e todo um povo exuberante de alegria embalado pela liberdade conquistada. Esta hora de despedida a um dos notáveis capitães de Abril que tudo deram e nada pediram, é um momento que nos obriga a refletir sobre a justiça que o país, a pátria e a sociedade ainda não fizeram aos capitães de Abril que já partiram; passados 50 anos é tempo de os responsáveis pela condução do país assumirem sem complexos que a democracia portuguesa também é obra de militares e cidadãos como Almada Contreiras. Na nossa casa, a Marinha, é também hora de dignificar homens que ainda aguardam justiça concreta por atitudes tomadas em defesa da paz e da liberdade, homens que decidiram não continuar a guerra.

**OS SINAIS RÁDIO,
A GRÂNDOLA
E OUTRAS MANIFESTAÇÕES
ESTÉTICAS
DE ABRIL, NASCERAM
E FLORESCERAM
EM PARTE
DO TEU TRABALHO,
DA TUA DEDICAÇÃO,
CAPACIDADE DE INOVAÇÃO
E INICIATIVA**

Carlos, nesta hora de partida inesperada e dolorosa aqui estamos com simplicidade e plena disponibilidade para continuarmos o teu exemplo e legado. Continuaremos a alimentar cada uma das diferentes pétalas da flor de abril, não permitindo que murchem, continuaremos a tua e a nossa luta por um mundo melhor de paz e dignidade para todos, afirmando os valores de abril.

Até sempre camarada, até que nos encontremos nos novos horizontes e planuras para onde partiste!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

DO “CURSO LUÍS DE CAMÕES” DA ESCOLA NAVAL



Carlos de Almada Contreiras mostrou que sabia liderar de uma forma outra que não forçosamente pela voz de comando

JOÃO FREIRE*

DESDE SEMPRE MUITO CONSIDERADO e estimado entre os seus camaradas do curso “Luís de Camões”, Carlos de Almada Contreiras mostrou que sabia liderar de uma forma outra que não forçosamente pela voz de comando: pelo exemplo, pela abnegação ou o voluntariado para assumir as missões mais difíceis ou traiçoeiras.

Na aposentação, foi um elemento preponderante da comissão que regularmente organizava as iniciativas conviviais ou comemorativas

gratas aos seus pares: por exemplo, em 2014, os 50 anos de conclusão do curso, no qual discursou aos cadetes da Escola Naval formados em parada; ou, mais recentemente, em almoços no Clube Militar Naval a propósito da celebração da promoção a guardas-marinhas (Janeiro de 2024) ou numa simbólica homenagem ao seu patrono Luís de Camões em Outubro do mesmo ano.

* Professor universitário, sociólogo

DISPONÍVEL, CORDIAL E AMIGÁVEL

A sua larga visão sobre a importância da escrita e da história resultou na oferta, ao Arquivo Histórico Militar, do seu vasto espólio documental, hoje acervo fundamental para quem queira estudar e conhecer esse período marcante da nossa História

FERNANDO MÃO DE FERRO*

*Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Mas há os que lutam toda a vida
e estes são imprescindíveis.*

Bertolt Brecht

A SERENIDADE QUE O COMANDANTE Almada Contreiras transmitia no trato pessoal – disponível, cordial e amigável – contrastava com o fervilhar de ideias e projectos que agitavam o seu pensamento.

A sua disponibilidade e participação cultural e política revelam-se desde 1970, altura em que,

em colaboração com os seus camaradas Martins Guerreiro e Miguel Judas, liderou uma organização política, clandestina, que contou, inicialmente, com cerca de trinta oficiais e cadetes da Marinha. É conhecida a sua ligação ao Movimento das Forças Armadas (MFA), desde o seu início, e o seu contributo decisivo para o



Almada Contreiras coordenou a obra *Operação Viragem Histórica* apresentada com (da direita para esquerda) Vasco Lourenço, presidente da A25A, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, e Otelo Saraiva de Carvalho, o comandante operacional da revolução com o nome de código que o livro intitula

êxito das operações do 25 de Abril de 1974, no impedimento da acção da fragata “Gago Coutinho” sobre as forças de Salgueiro Maia.

Integrado praticamente em todos os órgãos do MFA, incluindo o Conselho de Estado e o Conselho de Revolução, o comandante Almada Contreiras, além das tarefas incessantes a que todos os militares desses órgãos estavam sujeitos, soube ver de longe a necessidade da salvaguarda de documentos para o futuro, documentos que se tornariam essenciais para

justificar, perante a História, a razão das decisões tomadas, entre as quais – e uma das mais importantes – terá sido a descolonização das, então, Colónias Ultramarinas, onde a guerra se desenrolava em três frentes.

Uma revolução original e de cravos, como foi o nosso 25 de Abril, com o apoio popular nas ruas de Lisboa e de todo o País, resultou na libertação social e política do povo português e na libertação e independência das Colónias, tendo inspirado outras revoluções pelo Mundo.

Porém, desde cedo, a conspiração interna e internacional se manifestou no sentido de impedir e destruir as suas conquistas. As diversas tentativas das forças de direita nesse sentido criaram clivagens no MFA, já de si muito heterogéneo.

A 25 de Novembro de 1975, viveram-se momentos dramáticos, que culminaram na prisão de vários militares e no saneamento de outros. O comandante Almada Contreiras é preso e, durante cerca de três meses, conhece diversas prisões e presídios, entre as quais a prisão de Caxias. A história e as revoluções têm os seus desígnios e, neste caso, a injustiça e a ironia são elucidativas. Mas o desânimo não é próprio dos heróis. O Comandante manteve-se um cidadão activo e empenhado e nunca foi julgado ou acusado de qualquer crime.

A sua larga visão sobre a importância da escrita e da história resultou na oferta, ao Arquivo Histórico Militar, do seu vasto espólio documental, hoje acervo fundamental para quem queira estudar e conhecer esse período marcante da nossa História. Para além das suas próprias investigações sobre temas ligados ao 25 de Abril e a algumas das suas personagens mais conhecidas, incentivou dezenas de homens e mulheres, académicos e militares, a participarem activamente na elaboração de várias obras que foram integradas na colecção “Memórias de Guerra e Revolução”, por si criada e dirigida, que culminou, até à data, em 33 títulos.

Se é certo que o Comandante ficará eternamente ligado à Revolução dos Cravos, por toda a generosidade que lhe dedicou, durante toda a sua vida, e também pela escolha da senha (“Grân-

**A SUA DISPONIBILIDADE
E PARTICIPAÇÃO
CULTURAL
E POLÍTICA
REVELAM-SE
DESDE 1970,
ALTURA EM QUE,
EM COLABORAÇÃO
COM OS SEUS CAMARADAS
MARTINS GUERREIRO
E MIGUEL JUDAS, LIDEROU
UMA ORGANIZAÇÃO
POLÍTICA CLANDESTINA**

dola, Vila Morena”, de Zeca Afonso) que deu início às operações da “Viragem Histórica”, para muitos que o conheceram, admiraram e desfrutaram da sua camaradagem e amizade, a sua partida inesperada é-nos dolorosa e irreparável, ainda que, garantidamente, a sua memória esteja para sempre presente nos nossos corações.

Lisboa, 13 de Março de 2025

* Editor das Edições Colibri

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA MUNICIPAL



Recordo o Comandante Almada Contreiras como um homem de elegância no trato e lisura na ação, com o qual me orgulho de ter trabalhado

LUÍS MARQUES GUEDES*

O COMANDANTE ALMADA CONTREIRAS foi Diretor do Departamento de Polícia Municipal na Câmara Municipal de Cascais criado em 2000, tendo, nessa função, sido responsável pela organização e estruturação da respetiva Polícia.

Ao assumir o cargo de vice-presidente da Câmara em janeiro de 2002, entre outros com o pelouro da segurança, encontrei à frente deste Departamento um homem sério, competente e com um profundo espírito de missão, razão pela qual optei não só por ignorar vozes menos esclarecidas que sugeriam a sua substituição, como mais tarde o reconduzi no cargo.

Com ele, durante o mandato que cumpri, a Polícia Municipal de Cascais desenvolveu-se, ganhou escala e prestigiou-se.

Dotado de um apurado sentido de lealdade e de uma grande disponibilidade e capacidade de serviço, recordo o Comandante Almada Contreiras como um homem de elegância no trato e lisura na ação, com o qual me orgulho de ter trabalhado.

* Vice-Presidente
da Câmara Municipal de Cascais



Os jornalistas Carlos Albino, à direita do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, Manuel Ferreira Tomaz e João Paulo Diniz condecorados com as insígnias de comendador da Ordem da Liberdade

PRESIDENTE DA REPÚBLICA **CONDECORA JORNALISTAS**

Os jornalistas que na madrugada de 25 de Abril de 1974 emitiram as senhas com que arrancou a Operação Viragem Histórica foram justamente homenageados pelo Presidente da República

A QUESTÃO DAS SENHAS foi determinante para o arranque coordenado da Operação Viragem Histórica.

A primeira senha passou às 22h55 nos Emissores Associados de Lisboa quando o jornalista João Paulo Diniz lançou a música E Depois do Adeus, interpretada por Paulo de Carvalho. Esta senha era o sinal, para a região de Lisboa, que informava as tropas afectas ao MFA do início da preparação da Operação.

A segunda senha passou às 00h20 no programa Limite, da Rádio Renascença, quando os jornalistas Carlos Albino e Manuel Tomaz lançaram a canção Grândola Vila Morena, na voz de José Afonso. Esta senha confirmava às tropas afectas ao MFA, em todo o país, que a Operação Viragem Histórica estava em marcha.

No dia 2 de Abril passado, em cerimónia realizada no Palácio de Belém, o Presidente da República condecorou, com as insígnias de Comendador da Ordem da Liberdade, os jornalistas João Paulo Diniz, Carlos Albino Guerreiro e Manuel Ferreira Tomaz, responsáveis pela emissão das duas senhas.

A A25A esteve representada nesta cerimónia

**A A25A ESTEVE
REPRESENTADA
NESTA CERIMÓNIA
PELO PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO, CORONEL
VASCO LOURENÇO, QUE
FELICITA OS GALARDOADOS
PELA JUSTA DISTINÇÃO
RECEBIDA E RECORDA A
FORMA CORAJOSA
E GENEROSA COMO
SE ENVOLVERAM
COM OS MILITARES DO MFA**

pelo presidente da direcção, coronel Vasco Lourenço, que felicita os galardoados pela justa distinção recebida e recorda a forma corajosa e generosa como se envolveram com os militares do MFA, em circunstâncias de elevado risco para as suas carreiras pessoais e profissionais.

CARLOS DE MATOS GOMES (1946 -2025)

O VAZIO QUE NOS FICA

O Capitão de Abril faleceu no dia 13 de abril no hospital da CUF Tejo, em Lisboa. Tinha 78 anos. "Partiu sereno e com músicas de Abril", revelaram os familiares

JORGE GOLIAS*

O CARLOS DE MATOS GOMES é tão vasto e tão rico nos múltiplos aspectos que se busquem, que todos os que com ele tiveram o privilégio de privar podem elaborar uma história pessoal onde se reflectem algumas ou muitas das suas extraordinárias qualidades: do Amigo, do Militar e do Homem. E do historiador, do romancista premiado e do analista.

Raras vezes a perda de um Capitão de Abril terá sido tão sentida como esta do nosso camarada e amigo Carlos de Matos Gomes.

Raras vezes um combatente da guerra colonial se expôs tanto como o autor da *Geração D*. Neste seu último livro em vida (2024) ele conta-nos como foi. Como foi a sua vida desde que nasceu, como cresceu, porque se fez militar, porque combateu, como combateu (expondo-se aqui com coragem inusitada), porque se meteu numa revolução e como por ela foi devorado, sempre numa linha de grande frontalidade, coragem e gosto do alto risco.

Privei com ele na sua terceira comissão na



guerra colonial na Guiné, para onde fomos no mesmo avião, um DC-6, no dia 1 de Julho de 1972.

Nesse encontro, a que também se juntou o jornalista José Manuel Barroso, capitão miliciano, ainda em pleno voo, falámos o suficiente para percebermos a sintonia dos três sobre a guerra e sobre a ditadura e, ali mesmo, nos comprometemos a aprofundar a análise da situação e a iniciar um caminho de conspiração, tendo em vista acabar com a guerra colonial e derrubar a ditadura em Portugal. E, se bem o combiná-

mos, melhor o fizemos, pois connosco nasceu o ramo da Guiné do Movimento dos Capitães, em ligeira antecipação ao que também surgia em Portugal.

O Matos Gomes, depois de fazer a guerra na Guiné, no comando de uma companhia de comandos africanos, tendo sido o oficial que mais e mais difíceis operações fez (o que lhe valeu mais uma cruz de guerra, ferimentos em combate, e um prémio de férias), integrou a primeira Comissão do Movimento (MOCAP), esteve na redacção da Carta de Bissau, participou na tomada do poder em Bissau no dia 26 de Abril de 1974. Após este acto de derrube do Regime, e estando planeada uma operação da sua companhia de comandos africanos nos dias seguintes, recusou de imediato voltar a combater, com base na principal razão de ser do 25 de Abril: pôr termo à Guerra Colonial. Logo ali, para muitos de nós, começou a chamada legitimidade revolucionária.

PACIFICADO

Quando, em Abril de 2016, publiquei *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*, convidei o Carlos de Matos Gomes para fazer o prefácio, e o Aniceto Afonso para o posfácio da 2.^a edição. Depois de ler o texto telefonou-me e disse que se tinha pacificado porque tinha aliviado o trauma dos comandos africanos que foram assassinados pelo PAIGC depois de nós sairmos do território. Na realidade, ficou escrito, com dados objectivos, que nós fizemos tudo para que eles viessem para Portugal porque sabíamos o que lhes podia aconte-

cer se ficassem. Recusaram perante a promessa que um tio do único capitão guineense, o Zacarias Saiegh, lhes fez de eles virem a ser a futura tropa de elite da Guiné-Bissau. Todos tentámos dissuadir o Saiegh de ficar. O Carlos Fabião gritou com ele e os que estávamos a assistir argumentámos como pudemos. A participação do capitão Saiegh na tomada do poder em Bissau no dia 26 de Abril tinha sido uma surpresa. Foi o Carlos que o trouxe, sem nos perguntar se o podia levar, mas também sem que ninguém lhe perguntasse porque o trazia. Todos sabíamos da determinação, teimosia e força do capitão Carlos de Matos Gomes. Foi assim em toda a sua vida. Foram essa voz e essa força que se finaram e que nos vão fazer falta. Já estão a fazer!

O Domingo, 13 de Abril, ficará marcado na nossa memória como o dia em que deixámos de ver, ouvir e abraçar um amigo próximo que sempre nos contava uma história, nos mostrava uma outra visão das coisas, das pessoas e do mundo, que não estava ao alcance comum. Poucas vezes se juntaram numa mesma pessoa tantas raras qualidades que vão desde a coragem, o humor, a sabedoria, a visão estratégica, o desprendimento, a disponibilidade, enfim, é por aqui que se percebe o vazio que nos fica. Até sempre camarada e amigo!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

Nota de edição: Carlos de Matos Gomes será a Figura de Abril no próximo número d'O Referencial.

UM ABRAÇO DE ABRIL

FOI COM PROFUNDO PESAR que recebemos a notícia do falecimento do nosso sócio, o Capitão de Abril, Coronel Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes.

Um dos mais importantes membros do Movimento dos Capitães na Guiné, berço do nascimento do espírito que nos levaria ao 25 de Abril, o Carlos Matos Gomes transformar-se-ia num dos mais ilustres Capitães de Abril, seja pela sua permanente acção na defesa dos valores que nos levaram à epopeia colectiva do “dia inicial inteiro e limpo” como Sophia o designou, seja pela sua notável obra literária, que fez de Carlos Vale Ferraz um dos maiores escritores portugueses.

Sempre muito interventivo, na defesa dos valores de Abril, a sua partida deixa-nos a todos - família, Associação 25 de Abril, amigos, Portugal - muito mais pobres.

Para nós, Capitães de Abril, parte um dos nossos melhores.

Aos seus familiares, nomeadamente à Maria do Céu, sua mulher, à sua filha Carla, aos seus netos Laura e Matias, à sua irmã, cunhado e sobrinhos, as nossas profundas e sentidas condolências e a nossa total solidariedade.

Ao Carlos, com um Até Sempre, um enorme abraço, de profunda Amizade e de Abril.

Vasco Lourenço

JOSÉ LEITÃO (1950 – 2025)

AMIGO, LUTADOR PELA LIBERDADE, DEMOCRATA

Coronel médico do Exército, foi “Zélito” – assim lhe chamavam os amigos – quem convenceu o sogro a ceder as instalações num Monte em Alcáçovas, no Alentejo, para a primeira grande reunião de 136 militares que deu início à Conspiração que depois culminaria na Revolução dos Cravos

RODRIGO DE SOUSA E CASTRO*



É ASSIM QUE RECORDO um enorme amigo de mais de 50 anos, sempre disponível para ouvir, atender e apoiar. Camaradas de armas, amigos, pacientes e colaboradores sentiam por ele uma admiração sem reservas. Um homem de uma delicadeza esmerada, cativava todos os que com ele tiveram a oportunidade de conviver. A sua amabilidade era permanente e a sua generosidade não carecia de

*Trago-te em mim como se traz no peito
A esperança de um dia melhor*

Eugénio de Andrade.

ser posta à prova, ele antecipava as angústias e até as dificuldades materiais dos amigos e tomava a iniciativa de as minorar.

Ao promover durante anos a fio uma tertúlia pelo menos mensal em sua casa com um grupo de tal ordem diversificado de amigos que quase ressaltava numa improbabilidade, o seu ecletismo, a sua cultura e a sua intrínseca sensibilidade democrática fizeram com que, conservadores, socialistas, comunistas, maçons, católicos, republicanos e monárquicos, ali pudessem conviver, descobrindo afinal e após acalorados, mas amistosos debates, que o sentido da convivência e fraternidade humana, está muito para além das ideologias de circunstâncias.

Ao José Leitão devo, e muitos dos seus amigos o devem, essa lição de vida.

DESEJOS DE LIBERDADE

Conheci o José Leitão nos inícios da década de 70, algum tempo antes do 25 Abril de 1974. Cedo me apercebi que os seus ideais e sobretudo desejos de Liberdade de viver num País fora da clausura asfixiante da época eram coincidentes com os meus. Assim na primeira oportunidade passámos à prática, colaborando nas acções conspirativas que haviam de preceder a revolução de Abril.

José Leitão era primo do capitão Eduardo Dinis de Almeida, um dos mais fogosos conspiradores contra a ditadura e não foi por acaso que Dinis de Almeida lhe solicitou ajuda para encontrar um lugar adequado para a primeira reunião dos Capitães em 1973. José Leitão tomou então a iniciativa de convencer o seu sogro, Celestino Garcia, um agricultor de Alcáçovas que explorava um monte alentejano, a ceder as instalações do Monte no sentido de albergar os oficiais que estariam presentes na reunião e que se previa serem em número elevado. E foi assim que no início do mês de Setembro de 1973, Celestino Garcia preparou as instalações do monte e juntamente com o José Leitão organizaram o local onde, pela primeira vez, depois de décadas a servir fielmente a ditadura, 136 oficiais do Exército se reuniram sem autorização e clandestinamente para contestarem as chefias militares. Estava dado o primeiro e importantíssimo passo para a Liberdade. Posteriormente, já como cadete miliciano em

Mafra, José Leitão estabeleceu uma ligação comigo, então capitão no quartel de Cascais (CIAAC), com a finalidade de transportar e introduzir, junto dos cadetes de Mafra, os documentos clandestinos que o Movimento dos Capitães produzia. Aqueles que eram reproduzidos com a minha cobertura no quartel de Cascais, vinha-os o José Leitão buscar e assim os introduzia da EPI (Escola Prática de Infantaria) de Mafra. Seguindo uma tradição familiar, tal como o seu irmão Fernando José, José Leitão frequentava à época o curso de medicina na Faculdade de Medicina de Lisboa, vindo mais tarde, já médico, a integrar a carreira militar. Reformou-se como coronel médico do Exército, que serviu durante largos anos destacando-se na Chefia dos Serviços de Psiquiatria do Hospital Militar Principal de Lisboa.

A sua actividade profissional na esfera civil foi intensa e até aos últimos dias da sua vida. Merece destaque o trabalho que produziu como Director Clínico da Casa de Saúde da Idanha das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Foi condecorado com a Ordem da Liberdade, Grande Oficial.

Agora que nos deixou, sempre que me atravessa a recordação, cito para mim os versos de Sophia de Mello Breyner Andresen:

Passou por mim e sorriu
Era um amigo antigo

* Capitão de Abril, sócio da A25A

DANIEL AUGUSTO RODRIGUES (1933 - 2024)

CIENTISTA E DEMOCRATA



Chegou-nos a notícia do falecimento do Comandante Daniel Augusto Rodrigues. Natural de Vinhais, tinha 92 anos, e, depois de ter completado os estudos preparatórios na Escola do Exército, ingressou em 1952 na Escola Naval como cadete de Marinha. Era especializado em Electrotecnia e em Submarinos, sendo também Engenheiro Hidrógrafo.

De entre as unidades em que ao longo da sua carreira prestou serviço, destacam-se o Instituto Hidrográfico e a Escola Naval, onde leccionou entre 1975 e 1986. A sua condição de Doutor em Física pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa contribuiu para o prestígio aquelas instituições. Em 1993 passou à situação de reforma no posto de capitão de mar-e-guerra.

Era sócio da A25A e uma referência democrática no seio dos oficiais da Armada.

REGISTAMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTE ASSOCIADOS:

Graciete Virgínia Fernandes - Efectivo
Carlos de Almada Contreiras - Fundador
José Xavier Coelho Prata - Efectivo
Fernando Jorge de Oliveira Abreu - Fundador
José Matias Cortes - Fundador
Delfim Aniceto Monteiro - Fundador
Manuel Jorge Barbosa Pereira - Fundador

Daniel Augusto Rodrigues - Fundador
José Aurélio Godinho Galhoz - Efectivo
José Luís Alves dos Reis - Efectivo
Idílio Martins Fernandes - Efectivo
Jose Gomes Silveira da Cunha
Francisco Antonio Pereira da Rocha - Fundador
Manuel Carvalho Torres – Fundador

MANUEL JORGE BARBOSA PEREIRA (1943 – 2025)

UM LUTADOR COM FORTES CONVICÇÕES DEMOCRÁTICAS



Faleceu com 82 anos o coronel de Administração Aeronáutica Manuel Jorge Barbosa Pereira, que pertenceu à Comissão Instaladora da Associação 25 de Abril e foi um dos 27 elementos que assinaram a escritura notarial da sua fundação.

Era antigo aluno do Instituto dos Pupilos do Exército, onde concluiu o Curso de Comércio e o Curso de Contabilista, tendo ingressado na Força Aérea onde fez toda a sua carreira militar.

Era um homem de convicções democráticas e enquanto a saúde lho permitiu, manteve uma intensa militância na defesa dos valores de Abril e de apoio à A25A, tendo feito parte do seu Conselho da Presidência.

DO QUARTEL À ESTAÇÃO

RAUL MENDES

Uma coluna militar.
Soldados a marchar
Do quartel à estação.
Batem os pés ritmados.
São soldados quase irmãos.
Vão no comboio partir.
A Lisboa vão chegar.
Num navio embarcar.
Sabem que vão para a guerra.
Não sabem se vão voltar.
É a guerra colonial.
Tão longe de Portugal.
Saudades de sua mãe.
Lembranças de seus amores
Da sua terra também.
Meu jardim, minhas flores.
Uma coluna militar
Em abril de setenta e quatro,
Do quartel ao Terreiro do Paço,
No centro da cidade,
Heroicos capitães
Dão vitória à liberdade.
Fim à guerra colonial.
Bênçãos eternas:
– Capitães de Portugal!

50 Anos de Abril

A25A REUNIU-SE EM ASSEMBLEIA GERAL

NO DIA 29 DE MARÇO DE 2025 realizou-se nas instalações da sua sede na Rua de Misericórdia, n.º 95, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação 25 de Abril, em sessão mista – presencial e por videoconferência – com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia anterior;
2. Ratificação de admissão de sócios e apoiantes. Informação relativa ao movimento de sócios da Associação;
3. Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção respeitante ao ano 2024 e respectivo parecer do Conselho Fiscal;
4. Plano de Actividades até Março de 2026;
5. Balanço das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e apreciação da actualidade da A25A;
6. Propostas de atribuição da qualidade de Sócios de Honra;
7. Outros assuntos

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, como ponto prévio à reunião, fez uma declaração referindo a crescente preocupação face à perigosa situação internacional e à estabilidade política em Portugal, tendo apelado “à UNIDA-

DE, à maior participação na VIDA ASSOCIATIVA, para que a A25A assuma no futuro as posições que se justificarem na defesa dos valores essenciais da Associação – LIBERDADE, DEMOCRACIA e PAZ”.

De seguida, deu início à sessão ordinária da Assembleia Geral.

Ponto 1 da Ordem de Trabalhos – Foi proposta e aceite por unanimidade a dispensa da leitura e aprovação da acta da reunião anterior, porque a mesma está disponível no *site* da A25A.

Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Foi ratificada a admissão de 48 novos sócios efectivos. Durante o ano de 2024 pediram a exoneração 8 sócios efectivos e faleceram 31, pelo que a A25A tem os seguintes associados:

	Activos	Suspensos
Sócios Efectivos	1825	814
Sócios de Honra	60	-
Sócios de Mérito	2	-
Apoiantes	413	840

Ponto 3 da Ordem de Trabalhos – O Presidente da Direcção apresentou o Relatório de Activi-

dades e Contas da Direcção, salientando que estava disponível no *site* da A25A. Para conhecimento mais detalhado das actividades e das contas, solicitou a intervenção do director d'O *Referencial* e do Tesoureiro da Direcção. Depois de discutidos aqueles documentos e de ter sido lido o parecer do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu aqueles documentos à votação, os quais foram aprovados por unanimidade e aclamação.

Ponto 4 da Ordem de Trabalhos – O Presidente da Direcção apresentou o Plano de Actividades da A25A até Março 2026 e esclareceu as dúvidas que lhe foram apresentadas.

Ponto 5 da Ordem de Trabalhos – O Presidente da Direcção apresentou um balanço descritivo das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e apreciação da actualidade da A25A.

No que respeita às comemorações oficiais foram dadas informações sobre o futuro Centro Interpretativo do 25 de Abril, a Medalha Militar de Participação na Operação “Viragem Histórica”, a Série Documental *A Conspiração* de António-Pedro de Vasconcelos, a Exposição “O 25 de Abril e o MFA” e a participação na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril realizada na Assembleia da República.

No que se refere às comemorações da responsabilidade directa da A25A foram indicadas as seguintes iniciativas: Jantar convívio realizado na Estufa Fria no dia 24 de Abril de 2024, difusão de uma mensagem da A25A, edição de medalha comemorativa e cartaz e realização de duas exposições.

Quanto às iniciativas levadas a efeito em parce-

ria com outras entidades foram destacadas as comemorações populares em Lisboa, a Corrida da Liberdade em Lisboa, as Festas Jovens em Almada e em Oeiras, bem como a participação em iniciativas comemorativas, nomeadamente de autarquias e de associações cívicas e culturais, em diversos pontos do país.

Através de sessões solenes e debates, a A25A evocou as datas de 28 de Setembro e de 11 de Março, que foram historicamente importantes no percurso de afirmação do 25 de Abril, destacando-se que a Comissão Executiva das Comemorações Oficiais do 25 de Abril se associou a estas evocações através da presença da Professora Maria Inácia Rezola, a Comissária Executiva daquela Comissão.

Ponto 6 da Ordem de Trabalhos – Foi proposta pela Direcção a atribuição da qualidade de Sócio de Honra aos seguintes cidadãos, que também foram sócios da A25A: António Valério Mascarenhas Pessoa, Carlos de Almada Contreiras, Celeste Martins Caeiro, Francisco Teixeira Sanchez, João Menino Vargas, José Cardoso Fontão, José Emílio da Silva, José Manuel Dourada Mendes, Luís Augusto Sequeira, Manuel Jorge Barbosa Pereira, Manuel Ribeiro Franco Charais e Mário Dujisin. O Presidente da Direcção fez uma breve síntese curricular de cada um dos elementos propostos, tendo cada um deles sido votado separadamente. Todos os 12 sócios propostos foram aprovados por unanimidade e aclamação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por terminada a sessão, tendo-se congratulado pela forma como decorreu.

ELEIÇÕES NA DELEGAÇÃO DO ALENTEJO DA ASSOCIAÇÃO

A DELEGAÇÃO DO ALENTEJO da A25A elegeu os seus novos Corpos Sociais e dela se esperam iniciativas que promovam a defesa dos valores de Abril.

A Assembleia Geral da Delegação do Alentejo da Associação 25 de Abril realizou-se no dia 12 de Abril no emblemático Monte Sobral, em Alcáçovas, tendo como um dos seus pontos de agenda a eleição dos seus Corpos Sociais para o biênio 2025/2027.

Foram eleitos os seguintes sócios:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Sócio n.º 103952 – José Joaquim Catalino dos Santos (Santiago do Cacém)

Vice-Presidente: Sócio n.º 102856 – Rafael Francisco Lobato Rodrigues (Grândola)

Secretário: Sócio n.º 103353 – Mariano Pacheco Ramos Paixão (Grândola)

DIREÇÃO

Presidente: Sócio n.º 100623 – António Rosado da Luz (Odemira)

Vice-Presidente: Sócio n.º 101039 – Francisco Manuel Matos Serra (Assumar)

Vice-Presidente: Sócio n.º 103620 – José Joaquim C. Baguinho (Beja)

Secretário: Sócio n.º 102571 – José Manuel Nunes Fernandes (Grândola)

Tesoureiro: Sócio n.º 4516 – João Pinheiro Claudino (Montemor)

Vogal: Sócio n.º 104522 – Ana Maria Torres Ilhéu (Fifi) (Alcáçovas)

Vogal: Sócio n.º 104385 – António Carlos Mateus Vale Santos Viegas (Évora)

Vogal: Sócio n.º 104517 – José Raimundo Salgado Jesus (Grândola)

Vogal: Sócio n.º 103594 – Armando Contento Pereira (Estremadura)

A A25A felicita os seus sócios que foram eleitos e deseja muito sucesso à sua Delegação do Alentejo, estando disponível para colaborar com todas as suas actividades na promoção dos valores de Abril.

PRESENÇA NA ESCOLA

ROMEU CORREIA

A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL esteve representada por Lídia Praça, no dia 11 de fevereiro, na Escola Secundária Romeu Correia para a realização de uma palestra sobre o tema: “Do Silêncio à Voz: A Mulher e o 25 de Abril”.

O convite foi feito por um grupo de alunos, a Ema, a Marta, a Mafalda e o Guilherme, que muito se empenharam, naturalmente, com o apoio de alguns professores, para que a Escola escutasse com atenção o testemunho de uma mulher sobre outras mulheres e o 25 de abril. A palestra contou com auditório cheio e com jovens cheios de curiosidade e interesse.

Durante cerca de uma hora e meia falou-se das restrições impostas às mulheres durante o regime salazarista, incluindo as limitações legais e sociais, a exclusão política, e o papel predominantemente doméstico das mulheres e de como o Estado Novo lhes negou direitos, liberdades e garantias fundamentais plenos, como o direito à igualdade, à autodeterminação sexual, à integridade e livre desenvolvimento da personalidade e, ainda, o direito de voto.

Falou-se, igualmente, da participação feminina em movimentos clandestinos e de oposição, sublinhando-se as histórias das mulheres que foram fundamentais na luta contra o regime. Foram lembradas, entre outras, Maria Antónia Fiadeiro; Maria Odete Santos; Natália Correia;

Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta; Paula Rego; Maria José Morgado; Isabel do Carmo; Sophia de Mello Breyner Andresen e Catarina Eufémia.

Houve também tempo para refletir sobre as conquistas já alcançadas em termos de direitos humanos, concretamente, de direitos civis, políticos e sociais; bem como, a sua entrada no mercado de trabalho e na educação. E para terminar abordaram-se os desafios que ainda persistem, como a desigualdade de género e a violência contra as mulheres, além do papel das novas gerações na luta contínua pela igualdade, porque muito se mudou em Portugal por decreto, é certo, mas infelizmente não é assim que se mudam as mentalidades. A desigualdade de género é consequência de uma sociedade patriarcal que subjuga as mulheres e privilegia os homens, vincando-se a importância fundamental de quebrar este ciclo, por forma a evitar que se perpetuem no tempo e no espaço, situações como oportunidades e salários desiguais ou a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado e a ausência da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família. Concluiu-se, no final, que a desigualdade de género é acima de tudo uma desigualdade moral e política.

EXPOSIÇÃO E LIVROS

NO FÓRUM SALGUEIRO MAIA

No dia 14 de Março de 2025 foi inaugurada, no Fórum Salgueiro Maia na sede da A25A, a exposição “Cortes da Ditadura – Golpe das Caldas e 25 de Abril Censurados”, organizada pelo Museu Nacional da Imprensa, com o apoio da A25A.

Pela primeira vez, o Museu Nacional da Imprensa juntou os cortes feitos pela máquina censória nos próprios dias 16 de Março e 25 de Abril de 1974, que mostram claramente como a Censura e o Exame Prévio que lhe sucedeu, bem como o seu temível “lápiz azul”, eram instrumentos repressivos da ditadura do Estado Novo, que vigorou em Portugal durante 48 anos.

O curador da exposição, que esteve patente até ao dia 11 de Abril, foi o jornalista Luiz Humberto Marcos, doutor em Ciências da Informação e director do Museu Nacional da Imprensa.

LIVROS

No Fórum Salgueiro Maia também foram apresentados alguns livros, de que se destacam:

Encruzilhadas no Império de Paulo Cordeiro Salgado. Apresentado no dia 11 de Dezembro de 2024 por Guadalupe Magalhães Portelinha. Editora: Lema d’Origem;

Pátria e Liberdade de António Ventura. Apresentado no dia 11 de Fevereiro de 2025 por Maria Fernanda Rollo. Editora: Âncora;



A Política no Portugal Contemporâneo – Os Partidos e a Consolidação da Democracia, de Thomas C. Bruneau. Apresentado no dia 27 de Março de 2025 por Marina Costa Lobo e António Costa Pinto. Editora: Tinta da China;

Quatro Personagens à Procura de Abril, de Luís Reis Torgal. Apresentado no dia 10 de Abril de 2025 por Maria Inácia Rezola. Editora: Temas e Debates.

Diários de Goa – O fim da Índia Portuguesa, Fernanda Paraíso, edição de autor, 2024, apresentado por Aniceto Afonso no dia 27 de Fevereiro.

MENSAGENS DE ABRIL

A edição de *25 de Abril 50 Anos – Mensagens de Abril*, reúne as mensagens, cartazes e medalhas que a Associação 25 de Abril dá à estampa desde a sua fundação para assinalar o aniversário da Revolução dos Cravos. A edição foi



impressa em papel couché, tem capa dura, com 170 páginas e teve o generoso patrocínio da Norprint – a casa do livro, a empresa de Santo Tirso responsável pela impressão d'*O Referencial*.

OPERAÇÃO VIRAGEM HISTÓRICA

A Comissão Comemorativa 50 Anos do 25 de Abril decidiu associar-se ao desafio que lhe foi lançado pela Associação 25 de Abril para reeditar a obra *Operação Viragem Histórica – 25 de Abril de 1974*, viabilizando a possibilidade de poder chegar às escolas.



A primeira edição tinha sido publicada em Abril de 2017, a que se seguiu uma 2.^a edição, em Abril de 2018. Esta 3.^a edição surge mais valorizada com os contributos especiais de textos assinados por Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente da República.

OFERTAS À A25A

Chegaram à A25A os seguintes livros:

Diário de Goa - o Fim da Índia Portuguesa, de Fernanda Paraíso, Oferta do autor
Lavar dos Cestos- Liturgia da Vinhas e de Guerra, de José Brás - oferta do autor

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA REVISTA “O REFERENCIAL”



Estudantes da Escola Superior de Comunicação Social falaram sobre os textos que escreveram

NO DIA 15 DE JANEIRO de 2025 foi apresentado na A25A o n.º 155 d'*O Referencial* referente ao trimestre Outubro-Dezembro de 2024. O fórum Salgueiro Maia estava repleto de associados e amigos, muitos deles jovens, colegas das estudantes da Escola Superior de Comunicação Social, e amigos dos netos de Abril homenageados através dos seus textos publicados na revista. Foi uma tarde de festa, em que a Liberdade esteve presente em todas as intervenções e o 25 de Abril e os seus valores saíram reforçados.

O presidente da Direcção da A25A, coronel Vasco Lourenço começou por dar as boas-vindas a todos os presentes, reafirmando que todos os actos de comemoração deste período devem realçar a importância do “dia inicial inteiro e limpo” e que todos os restantes acontecimentos são consequentes e acessórios, devendo ser evocados, mas não celebrados como se eles tivessem o mesmo ou semelhante significado ao 25 de Abril.

Por sua vez, o director da revista, coronel Aniceto Afonso, fez um resumo do conteúdo do n.º 155,

salientando a continuação da presença dos estudantes da ESCS do Instituto Politécnico de Lisboa e também a presença dos netos de Abril, Leonardo Afonso Vidas e Rafael Afonso Vidas.

Tanto as estudantes como os netos, apresentados respetivamente pela professora Fátima Lopes Cardoso e pelo capitão de Abril Jorge Golias, tiveram oportunidade de fazerem pequenas comunicações de agradecimento, de que se destacam as palavras do neto Leonardo, como resumo do sentido geral: “E neste país não deixaremos que nos roubem a liberdade fundamental de sermos todos cidadãos do mundo, seja no nosso ou noutros países, por prazer ou por necessidade, mas sempre iguais e solidários. Espero que todos os netos, um dia, se apercebam disso – e agradeçam aos seus avós”.

A sessão continuou com músicas e poesias de Abril que nos trouxeram os nossos colaboradores e amigos Victor Sarmento e José Martins, aos quais o director d'O *Referencial* agradeceu muito reconhecido.

Na continuação foram feitas referências a todas as colaborações e seus autores, salientando-se a qualidade e o empenho de todos e a esperança de que continuem activos e disponíveis para o apoio ao nosso projecto e para a defesa dos valores de Abril. Foi também dada a informação de que o próximo número d'O *Referencial* seria um número duplo, referente ao período Janeiro-Junho de 2025, o que abrangeria os 50 Anos da realização das primeiras eleições livres realizadas no dia 25 de Abril de 1975 para a eleição da Assembleia Constituinte, pelo que o número lhe seria dedicado.

Destine 0,5 % do IRS que paga a favor da Associação 25 de Abril e ajude-nos. Colabore sem qualquer custo para si!

INSTITUIÇÕES CULTURAIS COM ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

(art.º 152.º do CIRS) | **MODELO 3, QUADRO 11, CAMPO 1103**



NIF

501 323 414

IRS

☒

IVA

☒

11 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO															
ENTIDADES BENEFICIARIAS															
INSTITUIÇÕES CULTURAIS COM ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA (ART.º 152.º DO CIRS)	☒	1103	5	0	1	3	2	3	4	1	4	IRS	☒	IVA	☒
Nota: A opção de doar o IVA, também, implica a perda do direito à dedução do respectivo valor															

Se quiser, também pode prescindir do seu reembolso de 15 % do IVA, assinalando o respetivo campo.



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: referencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÂNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350-177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade de *O Referencial*.

Delicioso em todos os sentidos

Chegou o novo Chocolate Quente Delta.

Uma bebida deliciosamente cremosa,
para preparar no conforto de casa de forma
simples, rápida e muito saborosa.

novo



HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Saiba mais em
montepio.org

